

CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS OFERECIDAS À MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 2.229-43

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.776-10

000001

DATA 14/04/1999				
AUTOR DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO (PFL-PR)		Nº PRONTUÁRIO 453		
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA <input checked="" type="checkbox"/>	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA 01	ARTIGO 01	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA 1776-10

Acrescente-se ao Artigo 1º. da Medida Provisória nº 1776-10. que modifica a Lei nº 4.878, de 03/12/1965, o seguinte artigo:

“Artigo.18. Para a promoção por antiguidade, é requisito necessário a participação em curso de aperfeiçoamento profissional correspondente ao cargo a ser provido, nos termos do regulamento a ser baixado pelo Diretor-Geral do DPF”.

JUSTIFICATIVA

A redação original desse artigo trata do acesso, forma de provimento banido pela Constituição. Dessa maneira, faz-se necessário substituí-lo por promoção por antiguidade, bem como determinar que, a participação em curso de aperfeiçoamento é requisito estabelecido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, para promoção na carreira.

Esta emenda não acarretará aumento de despesa, porque a promoção provocará a vacância do cargo anteriormente ocupado evitando a nomeação de novo servidor.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP 2.229-43 - 39 Docf
Fls. 14

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP 2.229-43 / 2001
Fls. 14

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MP 2.229-43 - 39 Docf
Fls. 14

DATA 14 / 04 / 1999

ASSINATURA

ESL CPD-EMENDAS98 DOC

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.776-10

000002

DATA

14/04/1999

AUTOR

DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO (PFL-PR)

Nº PRONTUÁRIO

453

1 - SUPRESSIVA

2 - SUBSTITUTIVA

3 - MODIFICATIVA

4 - ADITIVA

5 - SUBSTITUTIVO GERAL

PÁGINA

01

ARTIGO

01

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXO

EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA 1776-10

Acrescente-se ao Artigo 1º, da Medida Provisória nº 1776-10, que modifica a Lei nº 4.878, de 03/12/1965, o seguinte artigo:

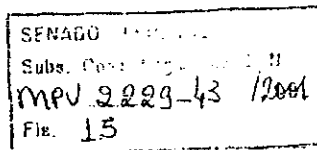
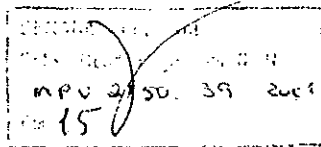
Artigo.19. A promoção de que trata esta Lei far-se-á das classes especiais dos cargos de escrivão de polícia federal, agente de polícia federal e papiloscopista policial federal para as segundas classes dos cargos de delegado de polícia federal e perito criminal federal, todos componentes da Carreira Policial Federal, criada pelo art. 1º do do

Decreto-lei nº 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, de que trata o § 1º do art. 144, da Constituição Federal”.

JUSTIFICATIVA

Com o advento da Lei nº 9.266, de 15 de março de 1996, a Carreira Policial Federal, de que trata o Decreto-lei 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, foi reorganizada, de modo que a redação original do artigo 19 da Lei 4.878/65, tornou-se inócuo diante do novo escalonamento dos cargos da carreira de nova ordem constitucional.

Esta Emenda não acarretará aumento de despesa, porque a promoção provocará a vacância do cargo anteriormente ocupado evitando a nomeação de novo servidor.



DATA 14 04 1999

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 1.776-10

000003

DATA

14/04/1999

AUTOR

DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO (PFL-PR)

Nº PRONTUÁRIO

453

1 - SUPRESSIVA

2 - SUBSTITUTIVA

3 - MODIFICATIVA

4 - ADITIVA

5 - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

01

ARTIGO

02º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TÍTULO

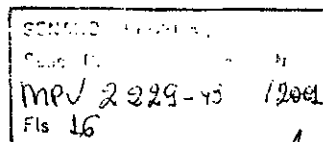
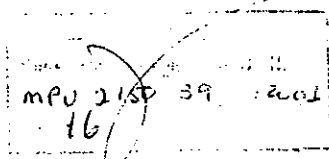
EMENDA SUBSTITUTIVA À MEDIDA PROVISÓRIA 1776-10

Suprimir no Artigo 2º, da Lei 9266/96, o termo “nos cargos da”, sendo assim o Art. 2º passa a ter a seguinte redação:
 “art. 2º O ingresso na Carreira Policial Federal far-se-á mediante concurso público exigido o 3º grau de escolaridade, sempre na Segunda classe, observados os requisitos fixados na legislação pertinente”.

JUSTIFICATIVA

Atualmente, a legislação exige como pré requisito para a admissão na Carreira Policial Federal a conclusão do terceiro grau de escolaridade.

Sendo assim, entendemos que a Carreira Policial Federal é única, e principalmente o ingresso a Carreira é único, não havendo possibilidade de distinções para o promoção e progressão.



ASSINATURA

DATA 14/04/1999

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.048-26, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 57 DA LEI Nº 4.878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO PECULIAR AOS FUNCIONÁRIOS POLICIAIS CIVIS DA UNIÃO E DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ALDO ARANTES	016, 017, 018.
DEPUTADO PAES LANDIM	006, 007, 008, 011, 013, 014, 020, 021, 024, 026, 027, 028.
DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR	004, 005, 009, 010, 012, 015, 019, 022, 023, 025, 029, 030.

SACM.

Emendas apresentadas: 03

Emendas Adicionadas: 27

TOTAL DE EMENDAS: 30

RELATOR:

MP 2048-26

000004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1	2	3	4	5
MP 2048-26	Medida Provisória 2048, de 30.06.2000	PROPOSIÇÃO		
6			7	
DeP. Ubiratan Nogueira			NR PROTOCOLO	
8				
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
9		10		
PÁGINA		ALÍNEA		

Suprimir o Inciso I do § 1º do Art. 38

Art. 38

§ 1º

I - Suprimir

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988, como forma de continuar garantindo ao Ministério Público Federal o exercício da Advocacia, facultou-lhes a opção pela Advocacia-Geral da União.

É que a Advocacia Pública, na forma concebida pela Constituição Federal, permite o exercício da Advocacia Privada, excetuando-se obviamente demandas contra entes públicos.

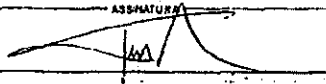
O referido dispositivo é inconstitucional, na medida em que restringe o exercício da Advocacia em questões que nada afetam o interesse público e dá tratamento desigual em relação às demais profissões regulamentadas.

MPV 2225-43 2001
18

MPV 2199 39 2001
18

10

ASSINATURA



MP 2048-26

000005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 29/06/00	PROPOSTA INEDITA PROVISORIA 2.048-26
AUTOR DEPUTADO UBIRATAN ARAUJO	Nº PROTOCOLO
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA	ARTIGO
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

Suprimir o inciso I do § 1º do art. 38

Art. 38

§ 1º

I - Suprimir

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988, como forma de continuar garantindo ao Ministério Público Federal o exercício da Advocacia, facultou-lhes a opção pela Advocacia-Geral da União.

É que a Advocacia Pública, na forma concebida pela CF, permite o exercício da Advocacia Pública concomitante a Advocacia Privada, excetuando-se obviamente demandas contra entes públicos.

A MP em comento, curiosamente reafirma a opção. O referido dispositivo é inconstitucional na medida em que restringe o exercício da Advocacia em questões que nada afetam o interesse público e dá tratamento desigual em relação às demais profissões regulamentadas.

SENADO
MPV 2299-43 2001
Fls 19

SENADO
MPV 2299-43 2001
Fls 15

ASSINATURA

10

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000006

29 / 06 / 2000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26

DEPUTADO PAES LANDIM

1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Suprimir o Inciso I do § 1º do Art. 38

Art. 38

§ 1º

1 - Suprimir

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988, como forma de continuar garantindo ao Ministério Público Federal o exercício da Advocacia, facultou-lhes a opção pela Advocacia-Geral da União. É que a Advocacia Pública, na forma concebida pela Constituição Federal, permite o exercício da Advocacia Privada, excetuando-se obviamente demandas contra entes públicos. O referido dispositivo é inconstitucional, na medida em que restringe o exercício da Advocacia em questões que nada afetam o interesse público e dá tratamento desigual em relação às demais profissões regulamentadas.

MPU 2229-43 2001
Fls 20

SENADO FEDERAL
Subs. Com. Legis. e C. D.
14/10/01 30/3/2001
Fls 12

MPU 2048-26 2001
Fls 12

ASSINATURA

Paes Landim

Serviço de Consultas Internas

30/10/01

Fls 32

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000007

DATA 29 / 06 / 2000 PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26

AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM Nº FORTUÁRIO

1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGULA ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Suprimir o inciso I do § 1º do art. 38

Art. 38

§ 1º

I - Suprimir

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988, como forma de continuar garantindo ao Ministério Público Federal o exercício da Advocacia, facultou-lhes a opção pela Advocacia-Geral da União. É que a Advocacia Pública, na forma concebida pela CF, permite o exercício da Advocacia Pública concomitante a Advocacia Privada, excetuando-se obviamente demandas contra entes públicos. A MP em comento, curiosamente reafirma a opção. O referido dispositivo é inconstitucional na medida em que restringe o exercício da Advocacia em questões que nada afetam o interesse público e dá tratamento desigual em relação às demais profissões regulamentadas.

MP 2048-26 2000
21

MP 2048-26 2000
21

MP 2048-26 2000
21

ASSINATURA DEPUTADO PAES LANDIM

Divisão de Consultas e Assessoria

de 10

Fls

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000008

2 29/06 /2000

3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26

4 DEPUTADO PAES LANDIM

5 Nº PROTOCO

6 1 ☐ - SUPRESSÃO 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 5 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA

8 ARTIGO

9 PARÁGRAFO

10 INCISO

11 ALÍNEA

12 TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Altera o anexo VI a que se refere o § 1º do art. 40.

JUSTIFICATIVA

A tabela de transposição ora proposta visa impedir a redução salarial, e é apresentada em consonância ao que preceitua o inciso XV do art. 37 da Constituição Federal e o art. 189 e seu parágrafo único da Lei 8.112, de 1990.

Os vencimentos básicos da segunda categoria, na redação original, estabelecem remuneração aos servidores que vierem a ocupar estas Classes incompatíveis com a responsabilidade dos cargos.

Caso sejam mantidos os vencimentos constantes na tabela originária, o recrutamento de novos profissionais do direito será indubitavelmente afetado, de vez que não concorrerão com as demais carreiras jurídicas (magistratura, ministério público, delegados de polícia federal, etc), cujos padrões iniciais de vencimento são bem mais elevados.

MPV 2229-43 2001
Fls 22

ESTADO DE SÃO PAULO
Câmara de Vereadores
11/11-31/06 33/2001
15

MPV 2229-43
22

ASSINATURA

Paes Landim

13

14

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000009

1 DATA 28/06/00	2 PROPOS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.948-26
3 AUTOR DEBUTADO URBATAN AGUIAR	4 Nº PRONTUÁRIO
5 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
6 PÁGINA	7 ARTIGO
8 PARÁGRAFO	9 INCISO
10 ALÍNEA	

Altera o anexo VI a que se refere o § 1º do art. 40.

JUSTIFICATIVA

A tabela de transposição ora proposta visa impedir a redução salarial, e é apresentada em consonância ao que preceitua o inciso XV do art. 37 da Constituição Federal e o art. 189 e seu parágrafo único da Lei 8.112, de 1990.

Os vencimentos básicos da segunda categoria, na redação original, estabelecem remuneração aos servidores que vierem a ocupar estas Classes incompatíveis com a responsabilidade dos cargos.

Caso sejam mantidos os vencimentos constantes na tabela originária, o recrutamento de novos profissionais do direito será indubitavelmente afetado, de vez que não concorrerão com as demais carreiras jurídicas (magistratura, ministério público, delegados de polícia federal, etc), cujos padrões iniciais de vencimento são bem mais elevados.

MPV 2229-43 2001
16 23

MPV 2229-43 2001
16 23

MPV 2229-43 2001
16 23

10 ASSINATURA	Serviço de Comandos Militares
	de 10

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000010

DATA 29/06/00	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26
AUTOR DEPUTADO GIBRATAN AGUIAR	Nº PRONTUÁRIO
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

Acrescentar § 3º ao art. 40

§ 3º Aplica-se o disposto no caput aos servidores que, originariamente admitidos por concurso público, foram transpostos para cargos mencionados no artigo anterior, através de concurso interno homologado anteriormente a 6 de outubro de 1988 e realizado segundo a legislação então vigente.

JUSTIFICATIVA

Concursos de ascensão funcional, realizados em obediência à legislação então vigente, devidamente homologados e dentro do prazo de validade, foram colhidos pelo advento da nova Carta, sem que os aprovados fossem aproveitados. Portadores que eram de direito adquirido à nomeação, posto que classificados dentro do número de vagas oferecidas pelos respectivos editais, não pôde a Administração furtar-se ao dever de nomeá-los, a despeito da regra do concurso público, cogente a partir de 6 de outubro de 1988.

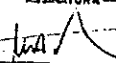
Visa a presente emenda garantir a transposição dos servidores compreendidos em tal situação que, embora empossados posteriormente à promulgação CF, submeteram a processo seletivo consentâneo com a ordem constitucional pré-existente.

Vale lembrar que reiteradas decisões judiciais, inclusive do Egregio Supremo Tribunal Federal, consideraram regular tais formas de provimento.

SENADO FEDERAL
Sala 2000 - Anexo ao C. N.
MPV 2229-43 - 2001
Fls. 24

SENADO FEDERAL
Sala 2000 - Anexo ao C. N.
MPV 2229-43 - 33/2001
Fls. 30

241

ASSINATURA 	SERVIÇO DE ARQUIVOS E NOTAS de 19 Fls. 86
---	---

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000011

DATA 29 / 06 / 2000		PROPOI MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26	
AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> - ADITIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Acrescentar § 3º ao art. 40

§ 3º Aplica-se o disposto no caput aos servidores que, originariamente admitidos por concurso público, foram transpostos para cargos mencionados no artigo anterior, através de concurso interno homologado anteriormente a 6 de outubro de 1988 e realizado segundo a legislação então vigente.

JUSTIFICATIVA

Concursos de ascensão funcional, realizados em obediência à legislação então vigente, devidamente homologados e dentro do prazo de validade, foram colhidos pelo advento da nova Carta, sem que os aprovados fossem aproveitados. Portadores que eram de direito adquirido à nomeação, posto que classificados dentro do número de vagas oferecidas pelos respectivos editais, não pôde a Administração furtar-se ao dever de nomeá-los, a despeito da regra do concurso público, cogente a partir de 6 de outubro de 1988.

Visa a presente emenda garantir a transposição dos servidores compreendidos em tal situação que, embora empossados posteriormente à promulgação CF, submeteram a processo seletivo consentâneo com a ordem constitucional pré-existente.

Vale lembrar que reiteradas decisões judiciais, inclusive do Egrégio Supremo Tribunal Federal, consideraram regular tais formas de provimento.

MPV 2048-26
25

MPV 2229-43 2001
25
SENADO FEDERAL
11/06/2001

10	ASSINATURA Kar Landim	Serviço de Juntas Mistas 19
----	--------------------------	--------------------------------

MP 2048-26

000012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 29/06/00 PROP. EMENDA PROVISÓRIA - 2.048-26

AUTOR DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR Nº PRONTUÁRIO

TIPO 1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Dá nova redação ao art. 41, mantidos seus parágrafos.

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Jurídica - GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de trinta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

TABELA DE CORRELAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargos	Categoria	Padrão	Padrão	Categoria	Cargo
Procurador Autárquico Procurador Advogado Assistente Jurídico de Autarquias e Fundações Públicas Federais Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários	A	III	III	ESPECIAL	Procurador Federal
		II	II		
		I	I		
	B	VI		PRIMEIRA	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I			
	C	VI		I	
		V			
		IV			
		III			
		II			
	D	I		VI	
		V			
		IV			
		III			
		II			
		I			
			IV	SEGUNDA	
			III		
			II		
		I			

ESTADO FEDERAL

MPV 2225-43 2001

26

SENADO FEDERAL

Subs. Com. Legis. do S. N.

MPV 2180-39 2001

Fls. 26

ASSINATURA

Serviço de Comunicados Mistos

de 19

88

MP 2048-26

000013

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
29 / 06 / 2000PROPOSTA
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26AUTOR
DEPUTADO PAES LANDIM

Nº PROTOCO

TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INÍCIO

ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Dá nova redação ao art. 41, mantidos seus parágrafos.

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Jurídica - GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de trinta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

TABELA DE CORRELAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS

TABELA DE CORRELAÇÃO E TRANSIÇÃO DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
Cargos	Categoria	Padrão	Padrão	Categoria	Cargo	
Procurador Autárquico	A	III	III	ESPECIAL	Procurador Federal	
		II	II			
		I	I			
	B	VI		PRIMEIRA		
		V	V			
		IV	IV			
		III	III			
		II	II			
	Assistente Jurídico de Autarquias e Fundações Públicas Federais	C	I	I		SEGUNDA
			VI			
			V			
			IV			
			III			
D		II	VI			
		I				
		V				
		IV				
		III				
Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários	D	II	V	SEGUNDA		
		I				
		V				
		IV				
		III				
			IV			
			III			
			II			
			I			

SENADO FEDERAL
 16/12/2004
 33

2229-43 2001

MPV 2229-43 2001

ASSINATURA



SENADO FEDERAL

 16/07/2001 13:03 8/ Sena
 33

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 29 / 06 / 2000	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26
AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM	Nº PRONTUÁRIO
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

JUSTIFICATIVA

Manutenção da sistemática vigente na gratificação que foi substituída pela GDAT, Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação (Medida Provisória 831, de 18 de janeiro de 1995, convertida na Lei nº 9.624, de 02 de abril de 1998), em que ocorria o perfeito entendimento de que a gratificação por desempenho não deve ficar atrelada a tempo de serviço.

No caso de mantido o texto do "caput" do Art. 16, servidores que desempenhem com menor eficiência as mesmas atribuições poderão obter gratificações maiores do que outros de desempenho superior.

O princípio deve ser o de que "para trabalho igual, remunerações iguais". A diferença entre iniciantes e antigos na carreira já está contemplada pelas variações dos padrões de vencimento.

Assim, esta sistemática visa manter a correta política adotada pelo governo, como também manter o estímulo para que todos os servidores atinjam os limites máximos permitidos, por meio da intensificação do trabalho fiscal e dos ingressos de receita de que o governo necessita.

- Alteração do texto legal em razão da mudança no "caput" do Artigo 16.

MPV 3229-43 12661
28

324

SENADO FEDERAL Subs. Coor. Legis. do C. N. 18-PO 31/60-39/2001 Fls. 28	ASSINATURA Paes Landim	Serviço de Contas Mistas de 19 Fls. 90
---	---------------------------	--

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000014

DATA 29 / 06 / 2000		PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26	
AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM		Nº PROTOCOLO	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

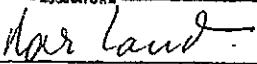
Emenda Aditiva

Dá nova redação do Art. 41 na seguinte forma:

Art. 41. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de até trinta por cento incidente sobre o maior vencimento básico do servidor, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal Direta, autárquicas e fundacionais.

JUSTIFICATIVA

A GDAJ é uma gratificação de desempenho, de produtividade, não havendo justificativa para que incida sobre ela percentuais diferenciados em razão da situação de cada servidor. O diferencial estará na variação do percentual da avaliação, o que determinará a distinção entre o servidor mais empenhado e o menos empenhado em sua atividade. Trata-se de um prêmio à dedicação e, quando esta for equivalente, torna proibitivo o pagamento de um prêmio desigual, de acordo com o enquadramento do servidor na carreira.

29/	MP 2048-26 2000	SENADO FEDERAL Subs. C. 1 29/06/2000
ASSINATURA 		SERVIÇO DE REGISTRO E ARQUIVAMENTO 29/06/2000 Fls. 91

MP 2048-26

000015

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 24/10/10	PROPOSIÇÃO Institui Prov. Fed. A - 2048-26
AUTOR DEPUTADO UIRATAN AGUIAR	Nº FOLHA 1
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 1	ARTIGO 41
PARÁGRAFO 1	ALÍNEA 1

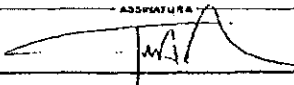
Emenda Aditiva

Dá nova redação do Art. 41 na seguinte forma:

Art. 41. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de até trinta por cento incidente sobre o maior vencimento básico do servidor, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal Direta, autárquicas e fundacionais.

JUSTIFICATIVA

A GDAJ é uma gratificação de desempenho, de produtividade, não havendo justificativa para que incida sobre ela percentuais diferenciados em razão da situação de cada servidor. O diferencial estará na variação do percentual da avaliação, o que determinará a distinção entre o servidor mais empenhado e o menos empenhado em sua atividade. Trata-se de um prêmio à dedicação e, quando esta for equivalente, torna proibitivo o pagamento de um prêmio desigual, de acordo com o enquadramento do servidor na carreira.

Assinatura 	Serviço de Controle Interno 19/10/10 113 26
---	---

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000016

2	DATA 05 / 07 / 00	3	PROPOSIÇÃO
4	AUTOR DEP. ALDO ARANTES	5	Nº PRONTUÁRIO 579
6	1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATRA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se da Medida Provisória nº 2.048-26 o inciso "x" do art. 45.

Justificação

O pró-labore é uma gratificação paga a partir dos recursos que compõem o FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização. Se é uma gratificação paga a partir da arrecadação de valores de devedores da Fazenda Nacional, o não pagamento da gratificação aos Procuradores viola os princípios constitucionais da razoabilidade, da moralidade e da finalidade, porquanto não seria admissível que aquele que carrega os recursos para o fundo não receba a partir do próprio fundo a justa e necessária contrapartida do esforço desenvolvido, e nem tenha no fundo a origem do pagamento de sua remuneração.

ALDO ARANTES
ALDO ARANTES
PCdoB/GO

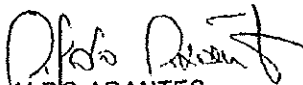

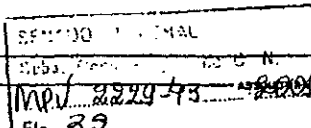
MPV 2229-43
12 31

10	ASSINATURA	Fls. 93
----	------------	---------

MP 2048-26

000017

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 DATA 05/07/00		3 PROPOS	
4 AUTOR DEP. ALDO ARANTES		5 Nº PROPOSTA 579	
6 TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA	8 ARTIGO	9 PARÁGRAFO	10 INCISO
11 ALÍNEA			
12 TEXTO			
<p align="center">EMENDA SUPRESSIVA</p> <p>Suprima-se da Medida Provisória nº 2.048-26</p> <p>a) a expressão 'de Procurador da Fazenda Nacional', no art. 41; e</p> <p>b) o inciso "x" do art. 45.</p> <p align="center">Justificação</p> <p>O pró-labore é uma gratificação paga a partir dos recursos que compõem o FUNDAF - Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização. Se é uma gratificação paga a partir da arrecadação de valores de devedores da Fazenda Nacional, o não pagamento da gratificação aos Procuradores viola os princípios constitucionais da razoabilidade, da moralidade e da finalidade, porquanto não seria admissível que aquele que carrega os recursos para o fundo não receba a partir do próprio fundo a justa e necessária contrapartida do esforço desenvolvido, e nem tenha no fundo a origem do pagamento de sua remuneração.</p> <p align="center">  ALDO ARANTES PCdoB/GO </p> <p>  </p> <p>  </p>			
13	14		15

MP 2048-26

000018

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 05/07/00	3	PROPOSTA	
4	AUTOR DEP. ALDO ARANTES		5	Nº PROPOSTA 579
6	TIP 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAIS			
7	PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	
8	INCIS			
9	ALÍNEA			

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se da Medida Provisória nº 2.048-26 a expressão "...
Procuradores da Fazenda Nacional...", do artigo 47

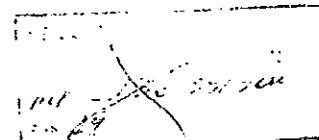
JUSTIFICAÇÃO

A Lei complementar 73/93 em seu artigo 12 assevera que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional é órgão administrativamente subordinado ao titular do Ministério da Fazenda. Tendo em vista que o artigo acima determina a prática de ação eminentemente administrativa é ele incompatível com a referida lei complementar.


ALDO ARANTES
PCdoB/GO

MPV 2229-43 / 2001
33

150-39
35



10	ASSINATURA
----	------------

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000019

29/06/02 MEDIDA PRECATÓRIA LCVB-26

A DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR 5 Nº PRONTUÁRIO

6 1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 8 ARTIGO 9 PARÁGRAFO 10 INCISO 11 ALÍNEA

Emenda Supressiva

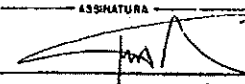
Suprima-se o art. 54

Reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional da paridade entre ativos e inativos, previsto no art. 40 da CF.

Consoante o princípio da igualdade, há que se levar em consideração que em idênticas reestruturações de carreiras a exemplo das promovidas pela MP 1971 que trata das Carreiras do Auditores-Fiscais da Fazenda e da Previdência Social, em tramitação nesta Casa, o Executivo não impôs tão draconiana regra.

MPV 2229-43 2001
34

11-10-01 2001
34

10 ASSINATURA  11 Serviço de Comunicação Social
n.º _____ de 19 ____
Fls. 72

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000020

DATA 29/06/2000		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26	
AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM		Nº PROPOSTA	
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO
			ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Supressiva

Suprima-se o art. 54

Reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional da paridade entre ativos e inativos, previsto no art. 40 da CF.

Consoante o princípio da igualdade, há que se levar em consideração que em idênticas reestruturações de carreiras a exemplo das promovidas pela MP 1971 que trata das Carreiras do Auditores-Fiscais da Fazenda e da Previdência Social, em tramitação nesta Casa, o Executivo não impôs tão draconiana regra.

SENADO FEDERAL
Voto. Para: 2209-43 2000
Fis 35

MPV 2209-43 2000
35

SENADO FEDERAL
Voto. Para: 2209-43 2000
Fis 35

ASSINATURA
Landim

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000021

2 DATA
29 / 06 / 20003 PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-264 AUTOR
DEPUTADO PAES LANDIM

5 Nº PROTOCOLO

6 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA

8 ARTIGO

9 PARÁGRAFO

10 INCISO

11 ALÍNEA

12 TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Dá nova redação ao "caput" do art. 54

Art. 54. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 desta Medida Provisória será observado o maior percentual previsto.

§ 1º A aplicação do disposto nesta Medida Provisória às aposentadorias e pensões não poderá implicar redução de proventos e pensões.

§ 2º Constatada a redução de proventos ou pensão, decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

MPV 2229-43 2001
36

MPV 2229-43 2001
36

36

13

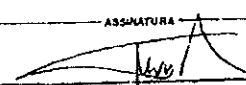
ASSINATURA

Paes Landim

MP 2048-26

000022

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 29/06/00		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 2-048-26	
AUTOR Deputado UBIRATAN AGUIAR		Nº PRONTUÁRIO	
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	TÍTULO	PARÁGRAFO	ALÍNEA
7	3		
TEXTO Dá nova redação ao "caput" do art. 54 Art. 54. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 desta Medida Provisória será observado o maior percentual previsto. § 1º A aplicação do disposto nesta Medida Provisória às aposentadorias e pensões não poderá implicar redução de proventos e pensões. § 2º Constatada a redução de proventos ou pensão, decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.			
ASSINATURA 		STAMP MPV 2229-43 2001 37 SENADO FEDERAL MP 2229-43, 2001 fls. 33	

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000023

DATA 29/06/00		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 2048-26	
AUTOR DEBUTTO UBIATAN AGUIAR		Nº PRONTUÁRIO	
TIPO <input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 9 - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO
			ALÍNEA
TEXTO Incluir no art. 54 o parágrafo: Art. 54 I - II - § 1º § 2º § 3º O disposto neste artigo não se aplica às aposentadorias e pensões concedidas até 30 de junho de 2000.			
ASSINATURA		SERVIÇO DE REGISTRO DE EMENDAS Nº de 19..... Fls. 100	

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000024

DATA 29 / 06 / 2000 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26

AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM Nº PROTOCOLO

TIPO 1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 5 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA ARTIGO PARÁGRAFO INOBS ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Incluir no art. 54 o parágrafo:

Art. 54

I -

II -

§ 1º

§ 2º

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às aposentadorias e pensões concedidas até 30 de junho de 2000.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
MPV 2229-43 2001
33

MPV 2229-43 2001
34

ASSINATURA
10
Ass. Landim
Fls. 01

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000025

DATA 29/06/00	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 2048-26
AUTOR DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR	Nº PROTOCOLO
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA	ARTIGO
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

Emenda Modificava

Dá nova redação ao Art. 56.

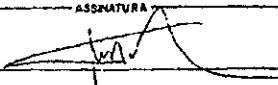
"Art. 56. Enquanto não forem regulamentadas, as gratificações de que tratam os artigos 8º, 13, 19, 30 e 40 desta Medida Provisória corresponderão aos seus respectivos percentuais máximos incidentes sobre o maior vencimento básico de cada servidor".

JUSTIFICATIVA

A presente MP é - ou deveria ter sido - irmã gêmea da MP 1971, ora em tramitação nesta Casa.

Ambas objetivam reestruturar carreiras da Administração Pública Federal.

Como a MP 1971 garantiu percentual máximo das gratificações na fase pré-regulamentação, a manutenção do dispositivo, nos termos concebidos pelo Governo, afronta o princípio da igualdade.

10 ASSINATURA 	Serviço de Comunicação Interna de 19... 36
---	--

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000026

DATA 29 / 06 / 2000 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26

AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM Nº PROPOSTA

TIPO 1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA ARTIGO PARÁGRAFO INÍCIO ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Modificava

Dá nova redação ao Art. 56.

"Art. 56. Enquanto não forem regulamentadas, as gratificações de que tratam os artigos 8º, 13, 19, 30 e 40 desta Medida Provisória corresponderão aos seus respectivos percentuais máximos incidentes sobre o maior vencimento básico de cada servidor".

JUSTIFICATIVA

A presente MP é – ou deveria ter sido – irmã gêmea da MP 1971, ora em tramitação nesta Casa.

Ambas objetivam reestruturar carreiras da Administração Pública Federal.

Como a MP 1971 garantiu percentual máximo das gratificações na fase pré-regulamentação, a manutenção do dispositivo, nos termos concebidos pelo Governo, afronta o princípio da igualdade.

MP 2229-43 12001
41
MP 258-39 2004

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000027

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO						
29/06	/2000	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26							
4	AUTOR	5	TIPO						
DEPUTADO PAES LANDIM		1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL							
6	PÁRAGRAFO	7	ARTIGO	8	PARÁGRAFO	9	INÍCIO	10	ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Aditiva

Incluir nas Disposições Gerais e Transitórias os seguintes dispositivos.

Art. Aplica-se as disposições desta Medida Provisória às aposentadorias e pensões, não podendo implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único - Constatada a redução de proventos ou pensões decorrentes da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal normalmente identificada.

RECEBIDO
MPV 2048-26 2000
42

MPV 2048-26 2000
42

10	ASSINATURA	11	CONTINUAÇÃO
	PAES LANDIM		

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2048-26

000028

2 DATA 29/06/2000		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26		
4 AUTOR DEPUTADO PAES LANDIM		5 Nº PROPOSTA		
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7 PÁGINA	8 ARTIGO	9 PARÁGRAFO	10 INCISO	11 ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Acrescentar parágrafo às Disposições Gerais e Transitórias, onde couber, o seguinte dispositivo:

§.....
 Aos servidores de que trata o art. 39, em exercício na data da publicação desta medida provisória, não se aplica o disposto no inciso I, § 1º do art. 38.

JUSTIFICATIVA

A exemplo do que sucedeu com os membros do Ministério Público Federal e em homenagem ao princípio do direito adquirido, a proibição ao advogado público de atuar em demandas privadas há que prevalecer tão somente em relação aos futuros integrantes da nova Carreira.

RECEBIDO
 MPV 2229-43 2000
 43

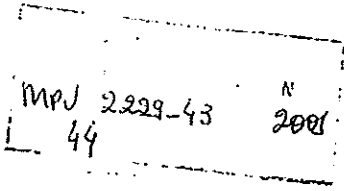
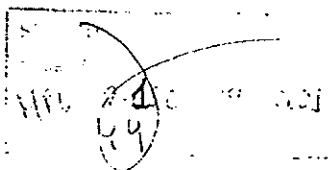
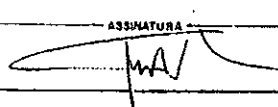
MPV 2450-39 2000
 43

10 ASSINATURA
 Paes Landim

MP 2048-26

000029

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
	05/07/00		Medida Provisória 2048-26, de 29-07-00
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
	DEPUTADO UIRATAN AQUINO		
6	TIPO		
	<input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 9 - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PÁGINA	8	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
9			
TEXTO			
<p>Acrescentar parágrafo às Disposições Gerais e Transitórias, onde couber, o seguinte dispositivo:</p> <p>§.....</p> <p>Aos servidores de que trata o art. 39, em exercício na data da publicação desta medida provisória, não se aplica o disposto no inciso I, § 1º do art. 38.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A exemplo do que sucedeu com os membros do Ministério Público Federal e em homenagem ao princípio do direito adquirido, a proibição ao advogado público de atuar em demandas privadas há que prevalecer tão somente em relação aos futuros integrantes da nova Carreira.</p>			
<div style="text-align: right;">  </div> <div style="text-align: center;">  </div>			
10	ASSINATURA		
			

MP 2048-26

000030

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 28/06/00	PROPOZ. MEDIDA PROVISÓRIA 2048-26
AUTOR DEPUTADO UBIRATAN AGUIAR	Nº PROTOCOLO
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA	ARTIGO
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

Emenda Aditiva

Incluir nas Disposições Gerais e Transitórias os seguintes dispositivos.

Art. Aplica-se as disposições desta Medida Provisória às aposentadorias e pensões, não podendo implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único - Constatada a redução de proventos ou pensões decorrentes da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal normalmente identificada.

MPV 2229-43 7001

Fis 45

SENADO FEDERAL

15/06/00

55/1000

Assinatura

19

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-27, ADOTADA EM 28 DE JULHO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 30 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 57 DA LEI Nº 4.878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO PECULIAR AOS FUNCIONÁRIOS POLICIAIS CIVIS DA UNIÃO E DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

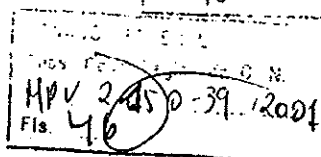
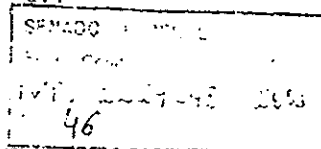
CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS.
Deputado ALOIZIO MERCADANTE	032, 033, 034, 035, 043, 046, 056, 060, 073, 074, 075, 076.
Deputado EULER MORAIS	031.
Deputado EULER RIBEIRO	037, 038, 045, 047, 052, 053, 059, 062, 064, 067, 070.
Deputado HUGO BIEHL	036.
Deputado OSMÂNIO PEREIRA	077.
Deputado VICENTE ARRUDA	039, 040, 048, 051, 054, 058, 063, 066, 068, 071.
Deputado WILSON BRAGA	041, 042, 044, 049, 050, 055, 057, 061, 065, 069, 072.

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 077

Convalidadas - 030

Adicionadas - 047



MP 2.048-27

000031

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048/20

EMENDA MODIFICATIVA

Acrescente-se aos Artigos 1º e 28º da Medida Provisória nº 2.048-26/2000 a seguinte redação:

Art.1º - A carreira de Fiscal Federal Agropecuário conterà cargos de Fiscal Federal Agropecuário nas seguintes áreas de especialização funcional:

- I - Engenheiro Agrônomo;
- II - Farmacêutico;
- III - Químico;
- IV - Zootecnista;
- V - Médico Veterinário;
- VI - Agente de Atividade Agropecuária;
- VII - Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal;
- VIII - Técnico de Laboratório.

Art.28º - São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária, de Médico Veterinário - NS-910, Agente de Atividade Agropecuária NM-1007, Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal (NM1047) e Técnico de Laboratório (NM 1005), cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.

JUSTIFICATIVA

Cumpra esclarecer que os técnicos de nível superior supranominados, exercem as atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, em conjunto com os técnicos de nível médio, os agentes de atividades agropecuária, agentes de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal e técnicos de laboratório, pois suas atividades são correlatas. Os técnicos de nível médio são profissionais devidamente habilitados e amparados por suas legislações e com atribuições bem definidas de acordo com o Plano de Cargos e Carreiras-PCC do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

DEPUTADO EULER MORAIS
PMDB-GO

MPV 2.048-27 39 2001
Fls. 47

SENADO FEDERAL
MPV 2.229-43 3001
17

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MP 2.048-27 2001
Fls. 43

MP 2.048-27

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28 de julho

000032

EMENDA SUPRESSIVA

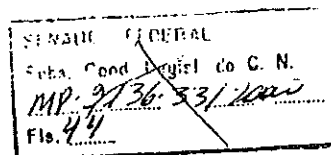
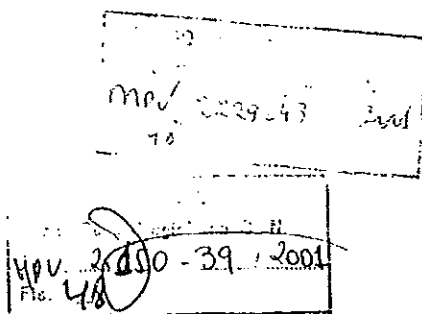
Suprima-se o § 3º do art. 4º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo que propomos suprimir proíbe o servidor em estágio probatório das Carreiras de que trata a Medida Provisória de ser progredido, ou seja, receber progressões funcionais de um padrão para o outro durante o estágio probatório. Trata-se de uma regra absurda, pois a efetivação do servidor, ao final do estágio probatório, deve ser objeto de avaliação específica, que não se confunde, obrigatoriamente, com a avaliação para fins de progressão. A regra constante da MP é o reconhecimento da incompetência dos órgãos administrativos, que partem da premissa de que as avaliações para fins de progressão são distorcidas pela complacência. Ai, pune-se o servidor, proibindo-se a sua progressão funcional durante o estágio probatório.

Sala das Sessões. 28/07/00

[Assinatura]
 By *[Assinatura]*
 17/07/00



EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no artigo 6º, o seguinte parágrafo, renumerando-se o parágrafo único para parágrafo 1º:

Art. 6º.

§ 1º.

§ 2º. Os ocupantes de cargos referidos no "caput" serão transpostos para a nova estrutura de que trata este artigo observada a correlação estabelecida no Anexo XV.

Anexo XV

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Classe:	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Analista de Finanças e Controle. Analista de Planejamento e Orçamento. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500. Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	A	III	III	ESPECIAL.	Analista de Finanças e Controle. Analista de Planejamento e Orçamento. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500. Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		II	II		
		I	I		
		VI	VI		
	B	V	V	C	Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
	C	I	I	B	Técnico de Finanças e Controle. Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
Técnico de Finanças e Controle. Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	D	III	III	A	Analista de Comércio Exterior
		II	II		
		I	I		
		V	V		
	E	IV	IV	B	Fiscal Federal Agropecuário
		III	III		
		II	II		
		I	I		
Analista de Comércio Exterior	F	IV	IV	A	Inspetor e Analista da CVM
		III	III		
		II	II		
		I	I		
Fiscal de Defesa Agropecuária. Médico Veterinário	G	V	V	B	Analista Técnico da SUSEP
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
Inspetor e Analista da CVM	H	I	I	A	Analista Técnico da SUSEP
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
Analista Técnico da SUSEP	I	III	III	B	Analista Técnico da SUSEP
		II	II		
		I	I		
		V	V		

MPV 2.048-27 2004
49

MPV 2.048-27 2004
49

MP-3136-33/2000
Fls. 45

Fls. 49

JUSTIFICAÇÃO

O Anexo IV da Medida Provisória nº 2.048-26/2000 não estabelece regra de enquadramento para fins de transposição dos ocupantes de cargos para a nova estrutura fixada pelo art. 6º. Assim, os atuais servidores serão transpostos padrão a padrão, ou seja, mediante correlação linear, procedimento que não foi observado para as carreiras jurídicas. Assim, visa a presente emenda propor regra que assegure tratamento mais adequado, isonômico com o que foi atribuído às carreiras fiscais.

Sala das Sessões, 04/08/00

Flavio M. Amaral
 Dir. Geral de Legislação
 27/08

MP 2.048-27

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28 d

000034

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

Art. 7º Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto nos arts. 21 a 24 da Lei nº 9.625, de 1998, na Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, e no inciso II do art. 1º da Lei nº 9.620, de 1998.

JUSTIFICAÇÃO

Ao explicitar que permanecem em vigor as normas específicas, cabe ressaltar a vigência da Lei nº 7.834/89, que define como atribuições dos Especialistas em Políticas Públicas o exercício de atribuições de direção e assessoramento nos escalões superiores da Administração Federal.

Sala das Sessões, 04/08/00

Flavio M. Amaral
 Dir. Geral de Legislação
 04/08

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28 de

MP 2.048-27

000035

EMENDA MODIFICATIVA

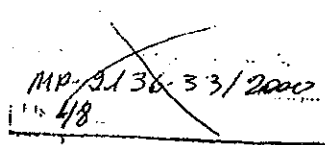
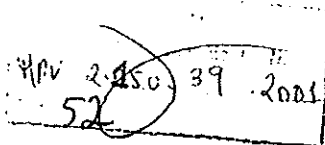
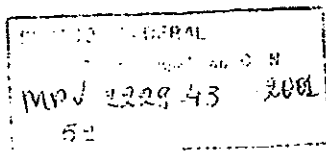
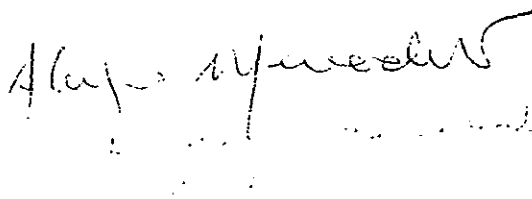
Dê-se ao caput do art. 20 a seguinte redação:

"Art. 20. O valor da GDACT será de até cinquenta por cento para os cargos de nível superior, de até trinta por cento para os cargos de nível intermediário e de até vinte e dois por cento para os cargos de nível auxiliar, incidentes sobre o vencimento básico do servidor.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 20 estabelece percentuais de Gratificação para os servidores das Carreiras de Ciência e Tecnologia que resultam, em face do vencimento básico estabelecido, valores inferiores aos resultantes para as demais carreiras, mesmo se considerados os adicionais de titulação. A presente emenda visa atenuar essa distorção garantindo percentuais de gratificação mais adequados ao que requer a área de C&T para sua valorização.

Sala das Sessões, 04/06/00



MP 2.048-27

000036

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, DE 28 DE
JULHO DE 2000AUTOR
Deputado HUGO BIEHLCÓDIGO
1884DATA
2/8/2000

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

PÁGINA
1/1

EMENDA MODIFICATIVA

Inclua-se a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, prevista no art. 25 desta Medida Provisória, na Tabela de Vencimento constante do Anexo VII da referida Medida Provisória, anulando-se, em consequência a Tabela de Vencimento correspondente ao Anexo X.

JUSTIFICAÇÃO

É inconcebível que a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de reconhecida importância para o desenvolvimento dos agronegócios no País, para o necessário aumento das exportações brasileiras e para a conquista de mercados exteriores com maiores graus de exigências de caráter sanitário, bem assim para assegurar ao consumidor interno o acesso a produtos e subprodutos de origem animal e vegetal saudáveis e com qualidade seja classificada abaixo de outras Carreiras, algumas das quais, tipicamente burocráticas, e despidas dos requisitos que caracterizam as funções típicas de Estado, inclusive quanto ao desempenho do papel de agente do Estado e do exercício de poder de polícia.

Ressalte-se que nos Anexos I (Estrutura de Cargos) e IV (Tabela de Correlação), a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, aparece junto a diversas outras Carreiras e, estranhamente, quando se trata da Tabela de Vencimento, aparece de forma isolada.

Daí a razão desta emenda, que visa reparar a flagrante injustiça, estabelecendo vencimentos mais condignos para os integrantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

H/V 250-39 2001
53

D:\MDCS\MP\emenda_MP_2048.doc

2/8/2000
DATA

STANLEY FEDERAL
MPV 2229-43 12001
Fla. 53

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000037

2 DATA 03/08/2000		3 PROPOSIÇÃO EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº	
4 AUTOR DEPUTADO EULER RIBEIRO		5 Nº FOLHETO 563	
6 TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA	8 ARTIGO	9 PARÁGRAFO	10 INCISO
11 ALÍNEA			
12 TEXTO			
<p>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000</p> <p>Suprimir o inciso I do § 1º do art. 38</p> <p>Art. 38</p> <p>§ 1º</p> <p>I - Suprimir</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A Constituição de 1988, como forma de continuar garantindo ao Ministério Público Federal o exercício da Advocacia, facultou-lhes a opção pela Advocacia-Geral da União. É que a Advocacia Pública, na forma concebida pela CF, permite o exercício da Advocacia Pública concomitante com a Advocacia Privada, excetuando-se obviamente demandas contra entes públicos. A MP em comento, curiosamente reafirma a opção. O referido dispositivo é inconstitucional na medida em que restringe o exercício da Advocacia em questões que nada afetam o interesse público e dá tratamento desigual em relação às demais profissões regulamentadas.</p> <div style="text-align: right;"> <p>SEÇÃO DE REGISTRO</p> <p>CLASSE Nº 2229-43</p> <p>MPV 2229-43 2000</p> <p>54</p> </div> <div style="text-align: center;"> <p>54</p> </div>			
13 ASSINATURA			
<p>MPV 2136-33/2000</p> <p>50</p>			

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000038

2 DATA
03/08/20003 PROPOSIÇÃO
EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.4 AUTOR
DEPUTADO EULER RIBEIRO

563

6 TIPO
1 ☒ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 8 ARTIGO 9 PARÁGRAFO 10 INCISO 11 ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Suprimir o Inciso I do § 1º do Art. 38

Art. 38

§ 1º

0.

I - Suprimir

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988, como forma de continuar garantindo ao Ministério Público Federal o exercício da Advocacia, facultou-lhes a opção pela Advocacia-Geral da União. É que a Advocacia Pública, na forma concebida pela Constituição Federal, permite o exercício da Advocacia Privada, excetuando-se obviamente demandas contra entes públicos. O referido dispositivo é inconstitucional, na medida em que restringe o exercício da Advocacia em questões que nada afetam o interesse público e dá tratamento desigual em relação às demais profissões regulamentadas.

RECEBIDO
MPJ 2229-43 2001
55

MPJ 2229-43 2001
55

Senador
101

MPJ 2229-43 2001
MPJ 2229-43 2001
Ela 51

10

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000039

2	DATA	3	PROPOSTA
03/08/2000		EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº	
4	AUTOR	5	PARÁGRAFO
DEPUTADO VICENTE ARRUDA		107	
6	Tipo	7	PÁGINA
1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		ARTIGO	ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Suprimir o Inciso I do § 1º do Art. 38

Art. 38

§ 1º

0.

I - Suprimir

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988, como forma de continuar garantindo ao Ministério Público Federal o exercício da Advocacia, facultou-lhes a opção pela Advocacia-Geral da União. É que a Advocacia Pública, na forma concebida pela Constituição Federal, permite o exercício da Advocacia Privada, excetuando-se obviamente demandas contra entes públicos. O referido dispositivo é inconstitucional, na medida em que restringe o exercício da Advocacia em questões que nada afetam o interesse público e dá tratamento desigual em relação às demais profissões regulamentadas.

MPV 2229-43 2001
56

10	ASSINATURA	11	RECEBIMENTO
	Vice 1d	MPV 2136-33/2001 Fls. 52	

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000040

DATA
03/08/2000PROPOSIÇÃO
EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2AUTOR
DEPUTADO VICENTE ARRUDANº PRONTUÁRIO
107TIPUS
1 ☒ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Suprimir o inciso I do § 1º do art. 38

Art. 38

§ 1º

I - Suprimir

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988, como forma de continuar garantindo ao Ministério Público Federal o exercício da Advocacia, facultou-lhes a opção pela Advocacia-Geral da União.

É que a Advocacia Pública, na forma concebida pela CF, permite o exercício da Advocacia Pública concomitante com a Advocacia Privada, excetuando-se obviamente demandas contra entes públicos.

A MP em comento, curiosamente reafirma a opção. O referido dispositivo é inconstitucional na medida em que restringe o exercício da Advocacia em questões que nada afetam o interesse público e dá tratamento desigual em relação às demais profissões regulamentadas.

MPV 2224-43 2001
57

HPV 2460 39 2004
51

X
174

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Subs. Coord. Legat. do G. N.
MP-2136-33/2000
Fls. 53

ASSINATURA

[Assinatura]

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000041

DATA 03/08/00		PROPOSTA Emenda a MP 2.048-27	
AUTOR Dep. WILSON BRAGA		Nº PRONTUÁRIO 138	
TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
TEXTO			

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Suprimir o Inciso I do § 1º do Art. 38

Art. 38

§ 1º

0.

1 - Suprimir

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988, como forma de continuar garantindo ao Ministério Público Federal o exercício da Advocacia, facultou-lhes a opção pela Advocacia-Geral da União. É que a Advocacia Pública, na forma concebida pela Constituição Federal, permite o exercício da Advocacia Privada, excetuando-se obviamente demandas contra entes públicos. O referido dispositivo é inconstitucional, na medida em que restringe o exercício da Advocacia em questões que nada afetam o interesse público e dá tratamento desigual em relação às demais profissões regulamentadas.

MPV 2229-43 2001
58

MPV 2001
58

10 ASSINATURA

MPV 2229-43-33/2001
Fls. 54

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000042

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
03/ 08/ 00		Emenda a MP 2.048-27.	
4	AUTOR	5	Nº PROPOSTA
Dep. WILSON BRAGA			
6	Tipo	7	PÁGINA
1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
8	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Suprimir o inciso I do § 1º do art. 38

Art. 38

§ 1º

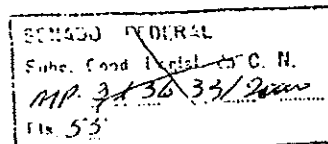
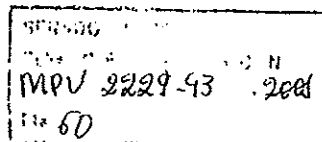
I - Suprimir

JUSTIFICATIVA

A Constituição de 1988, como forma de continuar garantindo ao Ministério Público Federal o exercício da Advocacia, facultou-lhes a opção pela Advocacia-Geral da União.

É que a Advocacia Pública, na forma concebida pela CF, permite o exercício da Advocacia Pública concomitante com a Advocacia Privada, excetuando-se obviamente demandas contra entes públicos.

A MP em comento, curiosamente reafirma a opção. O referido dispositivo é inconstitucional na medida em que restringe o exercício da Advocacia em questões que nada afetam o interesse público e dá tratamento desigual em relação às demais profissões regulamentadas.



10	ASSINATURA
	<i>[Handwritten Signature]</i>

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28 de

MP 2.048-27

000043

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso III do § 1º do art. 38 da Medida Provisória.

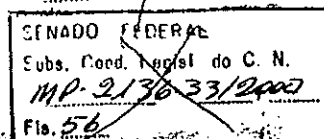
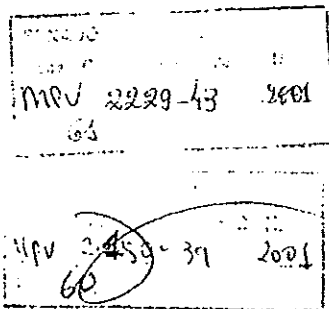
JUSTIFICAÇÃO

O inciso III do § 1º do art. 38 proíbe os Procuradores Federais de manifestarem-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto conexo às suas atribuições, salvo se autorizados expressamente pelo Advogado Geral da União. É uma verdadeira "mordaca" que impede inclusive a publicação de artigos em revistas jurídicas, tolhendo a liberdade de expressão e manifestação dos Procuradores, mesmo quando abordando temas correlatos à sua esfera de atuação *em tese*. Fere-se, assim, o artigo 5º da CF, cujo inciso IX prescreve:

Art. 5º.

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Não está em discussão, aqui, o sigilo profissional, ou a lealdade do servidor à instituição a que serve, mas o seu direito de expressão intelectual, científica e de comunicação. Por isso, deve ser o inconstitucional inciso subtraído.

Sala das Sessões. *[assinatura]*

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

03 / 08 / 00

Emenda a MP 2.048-27.

000044

Dep. WILSON BRAGA

138

1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☒ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INÍCIO

ALÍNEA

TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Altera o anexo VI a que se refere o § 1º do art. 40.

ANEXO VI

TABELA DE CORRELAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA			
Cargos	Categoria	Padrão	Padrão	Categoria	Cargo	
Procurador Autárquico	A	III	III	ESPECIAL	Procurador Federal	
		II	II			
		I	I			
	B	VI	I	PRIMEIRA		
		V				V
		IV				IV
		III				III
		II				II
		I				I
	C	VI	I	SEGUNDA		
V		V				
IV		IV				
III		III				
II		II				
D	I	VI				
	V		V			
	IV		IV			
	III		III			
	II		II			
	I	V				
		IV				
		III				
		II				
		I				

SINALIZADO

MPV 2229-43 2001

62

MPV 2136-33 2001

67

ASSINATURA

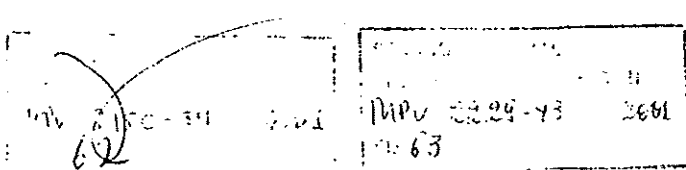
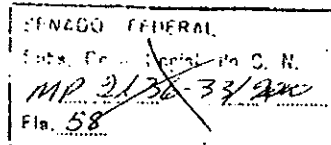
TEXTO

JUSTIFICATIVA

A tabela de transposição ora proposta visa impedir a redução salarial, e é apresentada em consonância ao que preceitua o inciso XV do art. 37 da Constituição Federal e o art. 189 e seu parágrafo único da Lei 8.112, de 1990.

Os vencimentos básicos da segunda categoria, na redação original, estabelecem remuneração aos servidores que vierem a ocupar estas Classes incompatíveis com a responsabilidade dos cargos.

Caso sejam mantidos os vencimentos constantes na tabela originária, o recrutamento de novos profissionais do direito será indubitavelmente afetado, de vez que não concorrerão com as demais carreiras jurídicas (magistratura, ministério público, delegados de polícia federal, etc), cujos padrões iniciais de vencimento são bem mais elevados.



10

ASSINATURA

[Handwritten signature]

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000045

2 DATA 03 / 08 / 2000		3 PROPOSIÇÃO EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.	
4 AUTOR DEPUTADO EULER RIBEIRO		6 Nº PROXYUÁRIO 563	
8 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAIS			
7 PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000


Altera o anexo VI a que se refere o § 1º do art. 40.

ANEXO VI

TABELA DE CORRELAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS

TABELA DE CORRELAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargos	Categoria	Padrão	Padrão	Categoria	Cargo
Procurador Autárquico Procurador Advogado Assistente Jurídico de Autarquias e Fundações Públicas Federais Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários	A	III	III	ESPECIAL	Procurador Federal
		II	II		
		I	I		
	B	VI	V	PRIMEIRA	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	I	SEGUNDA	
		V			
		IV			
		III			
		II			
		I			
	D	V	VI		
		IV			
		III			
		II			
		I			
			IV		
			III		
		II			
		I			

10 ASSINATURA 		SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C. N. MP 2.048-27 33/2000 Fls. 54
--	--	--

TEXTO

JUSTIFICATIVA

A tabela de transposição ora proposta visa impedir a redução salarial, e é apresentada em consonância ao que preceitua o inciso XV do art. 37 da Constituição Federal e o art. 189 e seu parágrafo único da Lei 8.112, de 1990.

Os vencimentos básicos da segunda categoria, na redação original, estabelecem remuneração aos servidores que vierem a ocupar estas Classes incompatíveis com a responsabilidade dos cargos.

Caso sejam mantidos os vencimentos constantes na tabela originária, o recrutamento de novos profissionais do direito será indubitavelmente afetado, de vez que não concorrerão com as demais carreiras jurídicas (magistratura, ministério público, delegados de polícia federal, etc), cujos padrões iniciais de vencimento são bem mais elevados.

ASSINATURA

MP 2.048-27
33/2000

MP 2.048-27

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28 de

000046

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso 40 a seguinte redação:

Art. 40. São transpostos para a Carreira de Procurador Federal, os titulares dos cargos de que trata o artigo anterior, cuja investidura nos respectivos cargos tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 1º A transposição deve observar a correlação estabelecida no Anexo VI.

§ 2º À Advocacia-Geral da União incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação deste artigo, quanto às transposições por ele efetivadas.

§ 3º Os servidores ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior cuja investidura tenha observado as normas constitucionais e ordinárias, anteriores a 5 de outubro de 1988, sem a aprovação em concurso público, serão transpostos apenas se aprovados em concurso público para fins de efetivação, na forma do parágrafo único do art. 19 do ADCT.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 40 assegura, de maneira indiscriminada, aos ocupantes de cargos de bacharem em direito, a transposição para o cargo de Procurador Federal, sem observar o requisito da investidura em concurso público. Vale lembrar aqui o que entende o STF quanto ao que dispõe a CF, em casos semelhantes:

RECURSO EXTRAORDINARIO RE-157214 PA - Relator
Ministro FRANCISCO REZEK

Publicação: DJ DATA-20-06-97 PP-28485 EMENT VOL-01874-05
PP-00855

Julgamento: 23/04/1996 - Segunda Turma

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. ARTIGO 19 DO ADCT.

A estabilidade prevista no artigo 19 do ADCT não garante ao servidor a permanência em cargo diverso daquele em que ingressou no serviço público, tampouco lhe assegura a efetivação, sem aprovação em concurso. Recurso extraordinário conhecido e provido.

RECURSO EXTRAORDINARIO
RE-157214
PA - Relator
Ministro FRANCISCO REZEK
Publicação: DJ DATA-20-06-97
PP-28485 EMENT VOL-01874-05
PP-00855
Julgamento: 23/04/1996 - Segunda Turma
EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO.
FUNCIONÁRIO PÚBLICO. ARTIGO 19 DO ADCT.
A estabilidade prevista no artigo 19 do ADCT não garante ao
servidor a permanência em cargo diverso daquele em que ingressou
no serviço público, tampouco lhe assegura a efetivação, sem
aprovação em concurso. Recurso extraordinário conhecido e
provido.

Portanto, a efetivação em cargo de carreira, ainda mais quando em cargo distinto daquele em que foi estabilizado o servidor não concursado, é inconstitucional e só pode ocorrer após aprovação em concurso de efetivação, como também demonstra a decisão unânime do STF no RE nº 167635:

RECURSO EXTRAORDINARIO 167635 / PA - Relator Ministro
MAURICIO CORREA

Publicação: DJ DATA-07-02-97 PP-01355 EMENT VOL-01856-04
PP-00732

Julgamento: 17/09/1996 - Segunda Turma

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL ADMITIDO SEM CONCURSO PÚBLICO E REDISTRIBUÍDO PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO. EFETIVAÇÃO POR RESOLUÇÃO DA MESA. FORMA DERIVADA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO. DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO PELA MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. ILEGALIDADE DO ATO QUE DECLAROU A NULIDADE DA INVESTIDURA DO SERVIDOR. IMPROCEDÊNCIA. EFETIVIDADE E ESTABILIDADE.

2. Efetividade e estabilidade. Não há que confundir efetividade com estabilidade. Aquela é atributo do cargo, designando o funcionário desde o instante da nomeação; a estabilidade é aderência, é integração no serviço público, depois de preenchidas determinadas condições fixadas em lei, e adquirida pelo decurso de tempo.

3. Estabilidade: artigos 41 da Constituição Federal e 19 do ADCT. A vigente Constituição estipulou duas modalidades de estabilidade no serviço público: a primeira, prevista no art. 41, é pressuposto inarredável à efetividade. A nomeação em caráter efetivo constitui-se

em condição primordial para a aquisição da estabilidade, que é conferida ao funcionário público investido em cargo, para o qual foi nomeado em virtude de concurso público. A segunda, prevista no art. 19 do ADCT, é um favor constitucional conferido àquele servidor admitido sem concurso público há pelo menos cinco anos antes da promulgação da Constituição. Preenchidas as condições insertas no preceito transitório, o servidor é estável, mas não é efetivo, e possui somente o direito de permanência no serviço público no cargo em que fora admitido, todavia sem incorporação na carreira, não tendo direito a progressão funcional nela, ou a desfrutar de benefícios que sejam privativos de seus integrantes.

3.1. O servidor que preenchera as condições exigidas pelo art. 19 do ADCT-CF-88 é estável no cargo para o qual fora contratado pela Administração Pública, mas não é efetivo. Não é titular do cargo que ocupa, não integra a carreira e goza apenas de uma estabilidade especial no serviço público, que não se confunde com aquela estabilidade regular disciplinada pelo art. 41 da Constituição Federal. Não tem direito a efetivação, a não ser que se submeta a concurso público, quando, aprovado e nomeado, fará jus à contagem do tempo de serviço prestado no período de estabilidade excepcional, como título.

...."

Assim, para que não se produza situação inconstitucional, a presente emenda visa condicionar a transposição dos servidores não concursados para a Carreira de Procurador Federal à aprovação no concurso de efetivação exigido pelo parágrafo 1º do art. 19 do ADCT, evitando-se assim a deslegitimação dos representantes judiciais das autarquias e fundações no exercício de seus cargos.

Sala das Sessões, 04/09/00

[Handwritten signature]
 Dep. ...
 17/01

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

DATA
03/08/2000PROPOSIÇÃO
EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2

000047

AUTOR
DEPUTADO EULER RIBEIRONº FOLHA
563TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Acrescentar § 3º ao art. 40

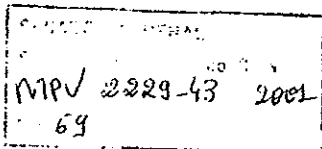
§ 3º Aplica-se o disposto no caput aos servidores que, originariamente admitidos por concurso público, foram transpostos para cargos mencionados no artigo anterior, através de concurso interno homologado anteriormente a 6 de outubro de 1988 e realizado segundo a legislação então vigente.

JUSTIFICATIVA

Concursos de ascensão funcional, realizados em obediência à legislação então vigente, devidamente homologados e dentro do prazo de validade, foram colhidos pelo advento da nova Carta, sem que os aprovados fossem aproveitados. Portadores que eram de direito adquirido à nomeação, posto que classificados dentro do número de vagas oferecidas pelos respectivos editais, não pôde a Administração furtar-se ao dever de nomeá-los, a despeito da regra do concurso público, cogente a partir de 6 de outubro de 1988.

Visa a presente emenda garantir a transposição dos servidores compreendidos em tal situação que, embora empossados posteriormente à promulgação CF, submeteram a processo seletivo consentâneo com a ordem constitucional pré-existente.

Vale lembrar que reiteradas decisões judiciais, inclusive do Egrégio Supremo Tribunal Federal, consideraram regular tais formas de provimento.



133

ASSINATURA

MP 2.048-27 33/2000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

DATA
03/08/2000PROPOSIÇÃO
EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.1

000048

AUTOR
DEPUTADO VICENTE ARRUDA

107

TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
ARTIGO
PARÁGRAFO
INCISO
ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Acrescentar § 3º ao art. 40

§ 3º Aplica-se o disposto no caput aos servidores que, originariamente admitidos por concurso público, foram transpostos para cargos mencionados no artigo anterior, através de concurso interno homologado anteriormente a 6 de outubro de 1988 e realizado segundo a legislação então vigente.

JUSTIFICATIVA

Concursos de ascensão funcional, realizados em obediência à legislação então vigente, devidamente homologados e dentro do prazo de validade, foram colhidos pelo advento da nova Carta, sem que os aprovados fossem aproveitados. Portadores que eram de direito adquirido à nomeação, posto que classificados dentro do número de vagas oferecidas pelos respectivos editais, não pôde a Administração furtar-se ao dever de nomeá-los, a despeito da regra do concurso público, cogente a partir de 6 de outubro de 1988.

Visa a presente emenda garantir a transposição dos servidores compreendidos em tal situação que, embora empossados posteriormente à promulgação CF, submeteram a processo seletivo consentâneo com a ordem constitucional pré-existente.

Vale lembrar que reiteradas decisões judiciais, inclusive do Egrégio Supremo Tribunal Federal, consideraram regular tais formas de provimento.

MPV 2229-43 3001
40

10

ASSINATURA

SENADO FEDERAL

Subs. Chos. Reg. no C. N.

1017-2136-33/2000

Fls. 15

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000049

DATA
03/08/00PROPOSIÇÃO
Emenda a MP 2048-27AUTOR
Dep. WILSON BRAGANº PARLAMENTAR
138TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
ARTIGO
PARÁGRAFO
INCISO
ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Acrescentar § 3º ao art. 40

§ 3º Aplica-se o disposto no caput aos servidores que, originariamente admitidos por concurso público, foram transpostos para cargos mencionados no artigo anterior, através de concurso interno homologado anteriormente a 6 de outubro de 1988 e realizado segundo a legislação então vigente.

JUSTIFICATIVA

Concursos de ascensão funcional, realizados em obediência à legislação então vigente, devidamente homologados e dentro do prazo de validade, foram colhidos pelo advento da nova Carta, sem que os aprovados fossem aproveitados. Portadores que eram de direito adquirido à nomeação, posto que classificados dentro do número de vagas oferecidas pelos respectivos editais, não pôde a Administração furtar-se ao dever de nomeá-los, a despeito da regra do concurso público, cogente a partir de 6 de outubro de 1988.

Visa a presente emenda garantir a transposição dos servidores compreendidos em tal situação que, embora empossados posteriormente à promulgação CF, submeteram a processo seletivo consentâneo com a ordem constitucional pré-existente.

Vale lembrar que reiteradas decisões judiciais, inclusive do Egrégio Supremo Tribunal Federal, consideraram regular tais formas de provimento

HPV 2.150-391 2001
70

MPV 2.229-43 2001

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000050

2 DATA 03 / 08 / 00	3 PROPOSIC Emenda a MP 2.048-27.
4 AUTOR Dep. WILSON BRAGA	5 Nº FOLHA 138
6 TIPO <input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 9 - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PÁGINA	8 ARTIGO PARÁGRAFO ÍNDICE ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Dá nova redação ao art. 41, mantidos seus parágrafos.

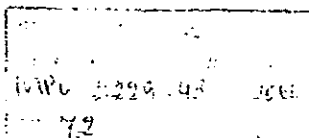
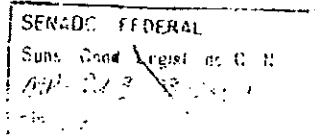
Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Jurídica - GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de trinta por cento, incidente sobre o maior vencimento básico da categoria, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

JUSTIFICATIVA

Manutenção da sistemática vigente na gratificação que foi substituída pela GDAT, Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação (Medida Provisória 831, de 18 de janeiro de 1995, convertida na Lei nº 9.624, de 02 de abril de 1998), em que ocorria o perfeito entendimento de que a gratificação por desempenho não deve ficar atrelada a tempo de serviço. Servidores que desempenhem com menor eficiência as mesmas atribuições poderão obter gratificações maiores do que outros de desempenho superior.

O princípio deve ser o de que "para trabalho igual, remunerações iguais". A diferença entre iniciantes e antigos na carreira já está contemplada pelas variações dos padrões de vencimento.

Assim, esta sistemática visa manter a correta política adotada pelo governo, como também manter o estímulo para que todos os servidores atinjam os limites máximos permitidos, por meio da intensificação da ação jurídica e do ingresso de receita de que o governo necessita.



10	ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000051

DATA 03/08/2000	PROPOSIÇÃO EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2
AUTOR DEPUTADO VICENTE ARRUDA	Nº PROTOCOLO 107
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAIS	
PÁGINA	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Dá nova redação ao art. 41, mantidos seus parágrafos.

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Jurídica - GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de trinta por cento, incidente sobre o maior vencimento básico da categoria, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

JUSTIFICATIVA

Manutenção da sistemática vigente na gratificação que foi substituída pela GDAT, Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação (Medida Provisória 831, de 18 de janeiro de 1995, convertida na Lei nº 9.624, de 02 de abril de 1998), em que ocorria o perfeito entendimento de que a gratificação por desempenho não deve ficar atrelada a tempo de serviço.

Servidores que desempenhem com menor eficiência as mesmas atribuições poderão obter gratificações maiores do que outros de desempenho superior.

O princípio deve ser o de que "para trabalho igual, remunerações iguais". A diferença entre iniciantes e antigos na carreira já está contemplada pelas variações dos padrões de vencimento.

Assim, esta sistemática visa manter a correta política adotada pelo governo, como também manter o estímulo para que todos os servidores atinjam os limites máximos permitidos, por meio da intensificação da ação jurídica e do ingresso de receita de que o governo necessita.

MP 2.048-27
(42)

MEV 9929-43
107

10
SIGNATURA
Vicente Arruda

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000052

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
03	08	2000	EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.
4	AUTOR		5
DEPUTADO EULER RIBEIRO		Nº PROTOCOLO	
		563	
6			
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Dá nova redação ao art. 41, mantidos seus parágrafos.

Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Jurídica - GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de trinta por cento, incidente sobre o maior vencimento básico da categoria, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

JUSTIFICATIVA

Manutenção da sistemática vigente na gratificação que foi substituída pela GDAT, Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação (Medida Provisória 831, de 18 de janeiro de 1995, convertida na Lei nº 9.624, de 02 de abril de 1998), em que ocorria o perfeito entendimento de que a gratificação por desempenho não deve ficar atrelada a tempo de serviço. Servidores que desempenhem com menor eficiência as mesmas atribuições poderão obter gratificações maiores do que outros de desempenho superior.

O princípio deve ser o de que "para trabalho igual, remunerações iguais". A diferença entre iniciantes e antigos na carreira já está contemplada pelas variações dos padrões de vencimento.

Assim, esta sistemática visa manter a correta política adotada pelo governo, como também manter o estímulo para que todos os servidores atinjam os limites máximos permitidos, por meio da intensificação da ação jurídica e do ingresso de receita de que o governo necessita.

Viu e assinou
73

10	DEB. C. C. C. N.	ASSINATURA
MPV 2.229-43	2001	
Fic. 44		

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000053

2 DATA
03 / 08 / 20003 PROPOSIÇÃO
EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.044 AUTOR
DEPUTADO EULER RIBEIRO5 Nº PROTOCOLO
5636 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 5 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA

8 ARTIGO

9 PARÁGRAFO

10 INCISO

11 ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Aditiva

Dá nova redação do Art. 41 na seguinte forma:

Art. 41. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de até trinta por cento incidente sobre o maior vencimento básico da categoria, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal Direta, autárquicas e fundacionais.

JUSTIFICATIVA

A GDAJ é uma gratificação de desempenho, de produtividade, não havendo justificativa para que incida sobre ela percentuais diferenciados em razão da situação de cada servidor. O diferencial estará na variação do percentual da avaliação, o que determinará a distinção entre o servidor mais empenhado e o menos empenhado em sua atividade. Trata-se de um prêmio à dedicação e, quando esta for equivalente, torna proibitivo o pagamento de um prêmio desigual, de acordo com o enquadramento do servidor na carreira.

MP 2.048-27 39 2000
78

MP 2.048-27 39 2000
75

12

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000054

2	DATA	3	PROPOSTA
03 / 08 / 2000		EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº	
4	AUTOR	5	FONTE
DEPUTADO VICENTE ARRUDA		107	
6			
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATRA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
9			
PARÁGRAFO			
INÍCIO			
ALÍNEA			

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-27, de 29 de junho de 2000

Emenda Aditiva

Dá nova redação do Art. 41 na seguinte forma:

Art. 41. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de até trinta por cento incidente sobre o maior vencimento básico da categoria, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal Direta, autárquicas e fundacionais.

JUSTIFICATIVA

A GDAJ é uma gratificação de desempenho, de produtividade, não havendo justificativa para que incida sobre ela percentuais diferenciados em razão da situação de cada servidor. O diferencial estará na variação do percentual da avaliação, o que determinará a distinção entre o servidor mais empenhado e o menos empenhado em sua atividade. Trata-se de um prêmio à dedicação e, quando esta for equivalente, torna proibitivo o pagamento de um prêmio desigual, de acordo com o enquadramento do servidor na carreira.

MPV 2.048-27
750

10	ASSINATURA	11	DATA
	<i>Vicente Arruda</i>	MPV 2.048-27	2001
		76	

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000055

DATA 03/08/00	PROPOSTA Emenda a MP 2.048-27.	NR PROPOSTA 138
AUTOR Dep. WILSON BRAGA		
TIPO <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO
		INCISO
		ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Aditiva

Dá nova redação do Art. 41 na seguinte forma:

Art. 41. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica – GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de até trinta por cento incidente sobre o maior vencimento básico da categoria, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal Direta, autárquicas e fundacionais.

JUSTIFICATIVA

A GDAJ é uma gratificação de desempenho, de produtividade, não havendo justificativa para que incida sobre ela percentuais diferenciados em razão da situação de cada servidor. O diferencial estará na variação do percentual da avaliação, o que determinará a distinção entre o servidor mais empenhado e o menos empenhado em sua atividade. Trata-se de um prêmio à dedicação e, quando esta for equivalente, torna proibitivo o pagamento de um prêmio desigual, de acordo com o enquadramento do servidor na carreira.

MPV 2.048-27
76

MPV 2.048-27
77

10

ASSINATURA

O artigo 53, em sua redação original, visa contornar igualmente a Constituição, estabelecendo gratificação de "função técnica" que agride tanto o princípio da isonomia quanto o art. 40 da CF, que assegura proventos integrais ao servidor. Isso porque, como é óbvio, não se trata de uma vantagem devida em face do exercício de atribuições adicionais ou extraordinárias, mas do exercício do próprio cargo efetivo e de suas atribuições. A sua concessão será discricionária, e limitada, e o seu valor não se incorpora aos proventos de aposentadoria, nem é devida aos aposentados e pensionistas. Apenas um número limitado de servidores em cada categoria funcional poderia fazer jus a ela. Tanto é essa a natureza da vantagem que ela é expressamente vedada aos servidores cujos cargos tenham sido estruturados em carreiras ou tenham sido abrangidos pela Medida Provisória em tela, ou seja, é vantagem devida como compensação pela não estruturação em carreira ou pela ausência de Gratificações de Desempenho (já que em geral apenas os servidores integrantes de carreiras específicas foram contemplados com tais vantagens). É também um meio de burlar a não concessão de data-base aos servidores federais, embora determinada a revisão geral anual pelo art. 37, X da CF, por meio de um "paliativo" seletivo e que não atende ao que determina a CF. Assim, a presente emenda tem o propósito de atenuar essa situação, até que solução mais duradoura venha a ser implementada.

Sala das Sessões.

Alcides B. de Oliveira
 Deputado Federal
 1997-2001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28 de julho

MP 2.048-27

000056

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso 53 a seguinte redação:

Art. 53. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo da União, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, devida aos servidores:

I - ocupantes de cargos efetivos das categorias funcionais do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 1970, não abrangidos pelas demais Gratificações instituídas por esta Lei;

II - Técnico-Administrativo e Técnico-Marítimos integrantes do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1997.

III - da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, ocupantes de cargos efetivos que não façam jus a quaisquer outras Gratificações de Desempenho, independentemente de sua denominação, instituídas a partir de 1º de dezembro de 1994.

§ 1º. A Gratificação de que trata o "caput" será devida nos seguintes percentuais:

- a) cinquenta por cento sobre o somatório do vencimento básico e da Gratificação de Atividade Executiva, para os ocupantes de cargos de nível superior;
- b) trinta por cento sobre o somatório do vencimento básico e da Gratificação de Atividade Executiva, para os ocupantes de cargos de nível intermediário;
- c) vinte por cento sobre o somatório do vencimento básico e da Gratificação de Atividade Executiva, para os ocupantes de cargos de nível auxiliar;

§ 2º A GDATA será paga em virtude de avaliação individual de desempenho, a ser implementada na forma de regulamento que será editado pelo Poder Executivo no prazo de cento e vinte dias a contar da publicação desta Lei.

§ 3º. Até a entrada em vigor do regulamento referido no parágrafo anterior, a GDATA será devida no valor de 50% de seu limite máximo, considerados os percentuais referidos nas alíneas "a", "b" e "c" do § 1º.

§ 4º. A GDATA incorpora-se aos proventos de aposentadoria e pensão, com base na média do percentual efetivamente pago ao servidor nos últimos vinte e quatro meses de exercício anteriores à aposentadoria ou instituição de pensão.

§ 5º. Os servidores aposentados e pensionistas em gozo de benefício na data da publicação desta Lei perceberão a GDATA calculada com base em 75% do seu limite máximo, considerados os percentuais referidos nas alíneas "a", "b" e "c" do § 1º, e observado o disposto no § 3º.

JUSTIFICAÇÃO

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000057

DATA 03 / 08 / 00	PROPOSIÇÃO Emenda a MP 2.048-27.
AUTOR Dep. WILSON BRAGA	PP PRONTUÁRIO 138
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAIS	
PÁGINA	ARTIGO
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Supressiva

Suprima-se o art. 54 e seus incisos, mantendo-se os §§ 1º e 2º, onde couber.

JUSTIFICATIVA

Reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional da paridade entre ativos e inativos, previsto no art. 40 da CF.

Consoante o princípio da igualdade, há que se levar em consideração que em idênticas reestruturações de carreiras a exemplo das promovidas pela MP 1971 que trata das Carreiras do Auditores-Fiscais da Fazenda e da Previdência Social, em tramitação nesta Casa, o Executivo não impôs tão draconiana regra.

10 ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000058

DATA
03/08 /2000PROPOSIÇÃO
EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA NºAUTOR
DEPUTADO VICENTE ARRUDANº FOLHA
107TIPUS
1 ☒ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
ARTIGO
PARÁGRAFO
INCISO
ALÍNEA

TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Supressiva

Suprima-se o art. 54 e seus incisos, mantendo-se os §§ 1º e 2º, onde couber.

JUSTIFICATIVA

Reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional da paridade entre ativos e inativos, previsto no art. 40 da CF.

Consoante o princípio da igualdade, há que se levar em consideração que em idênticas reestruturações de carreiras a exemplo das promovidas pela MP 1971 que trata das Carreiras do Auditores-Fiscais da Fazenda e da Previdência Social, em tramitação nesta Casa, o Executivo não impôs tão draconiana regra.

10 ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000059

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
03	/ 08	2000	EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº2
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO EULER RIBEIRO		563	
6			
1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICAÇÃO 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
		9	PARÁGRAFO
		10	INCISO
		11	ALÍNEA
12			
TEXTO			

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Supressiva

Suprima-se o art. 54 e seus incisos, mantendo-se os §§ 1º e 2º, onde couber.

JUSTIFICATIVA

Reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional da paridade entre ativos e inativos, previsto no art. 40 da CF.

Consoante o princípio da igualdade, há que se levar em consideração que em idênticas reestruturações de carreiras a exemplo das promovidas pela MP 1971 que trata das Carreiras do Auditores-Fiscais da Fazenda e da Previdência Social, em tramitação nesta Casa, o Executivo não impôs tão draconiana regra.

MPV 2.150-39 2001
81

MPV 2.229-43 2001
82

10 ASSINATURA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28 de

MP 2.048-27

000060

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 54 a seguinte redação:

Art. 54. Aplica-se o disposto nesta Lei aos proventos de inatividade e às pensões deles decorrentes.

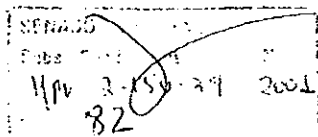
§ 1º. As Gratificações instituídas por esta Lei serão devidas aos aposentados e pensionistas que já estejam em gozo do benefício a partir de 30 de junho de 2000 no percentual fixado no art. 56 e, a partir da entrada em vigor do regulamento de que trata esse artigo, com base no percentual médio atribuído aos servidores em atividade da respectiva carreira ou cargo, incidente sobre os respectivos vencimentos básicos, fixados na forma dos Anexos a esta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 54 da MP contraria gravemente o art. 40, § 8º da CF, que assegura aos aposentados e pensionistas a paridade com os ativos. A MP relativiza esse direito, submetendo-o ao cumprimento de um requisito de cinco anos no exercício do cargo com o recebimento da Gratificação respectiva, para que faça jus à aposentadoria integral. E o pensionista fica totalmente prejudicado, pois sequer poderá fazer gozo da "reversão" ao cargo em que se deu a aposentadorias.

Assim, não pode a ordem constitucional compactuar com tal irregularidade, sob pena de tornar-se a Constituição letra morta a partir de espertezas tais como a criação de "gratificações de desempenho" que se presume devidas apenas aos ativos ou àqueles que na data da inativação as recebiam. Isso por si só já é um contra-senso, a recomendar a substituição do dispositivo pelo que ora propomos.

Sala das Sessões. 04/09/00



Handwritten signature and text:
Assim, não pode a ordem constitucional compactuar com tal irregularidade, sob pena de tornar-se a Constituição letra morta a partir de espertezas tais como a criação de "gratificações de desempenho" que se presume devidas apenas aos ativos ou àqueles que na data da inativação as recebiam. Isso por si só já é um contra-senso, a recomendar a substituição do dispositivo pelo que ora propomos.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

DATA
03 / 08 / 00PROPOSIÇÃO
Emenda a MP 2.048-27.

000061

AUTOR
Dep. WILSON BRAGA

138

TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Aditiva

Incluir nas Disposições Gerais e Transitórias os seguintes dispositivos, suprimindo o caput do artigo 54 e seus incisos:

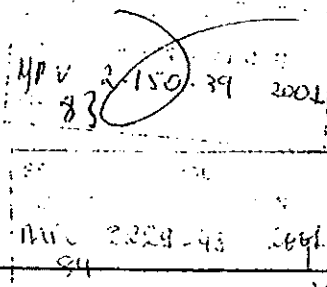
Art. Aplica-se as disposições desta Medida Provisória às aposentadorias e pensões, não podendo implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único - Constatada a redução de proventos ou pensões decorrentes da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal normalmente identificada.

JUSTIFICATIVA

Reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional da paridade entre ativos e inativos, previsto no art. 40 da CF.

Consoante o princípio da igualdade, há que se levar em consideração que em idênticas reestruturações de carreiras a exemplo das promovidas pela MP 1971 que trata das Carreiras do Auditores-Fiscais da Fazenda e da Previdência Social, em tramitação nesta Casa, o Executivo não impôs tão draconiana regra.



10

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000062

2	DATA 03/08/2000	3	PROPOSIÇÃO EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.
4	AUTOR DEPUTADO EULER RIBEIRO	5	Nº PROTOCOLO 563
6			
1 <input type="checkbox"/> - SUPLENÇA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Aditiva

Incluir nas Disposições Gerais e Transitórias os seguintes dispositivos, suprimindo o caput do artigo 54 e seus incisos:

Art. Aplica-se as disposições desta Medida Provisória às aposentadorias e pensões, não podendo implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único - Constatada a redução de proventos ou pensões decorrentes da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal normalmente identificada.


JUSTIFICATIVA

Reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional da paridade entre ativos e inativos, previsto no art. 40 da CF.

Consoante o princípio da igualdade, há que se levar em consideração que em idênticas reestruturações de carreiras a exemplo das promovidas pela MP 1971 que trata das Carreiras dos Auditores-Fiscais da Fazenda e da Previdência Social, em tramitação nesta Casa, o Executivo não impôs tão draconiana regra.

MPV 2.150-79 2001
84

MPV 2024-42 2001
85

10	ASSINATURA
	

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

DATA
03/08/2000PROPOSIÇÃO
EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.

000063

AUTOR
DEPUTADO VICENTE ARRUDA

107

TIP
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 5 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA 1
LÍNEA 1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Aditiva

Incluir nas Disposições Gerais e Transitórias os seguintes dispositivos, suprimindo o caput do artigo 54 e seus incisos:

Art. Aplica-se as disposições desta Medida Provisória às aposentadorias e pensões, não podendo implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único - Constatada a redução de proventos ou pensões decorrentes da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal normalmente identificada.

JUSTIFICATIVA

Reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional da paridade entre ativos e inativos, previsto no art. 40 da CF.

Consoante o princípio da igualdade, há que se levar em consideração que em idênticas reestruturações de carreiras a exemplo das promovidas pela MP 1971 que trata das Carreiras do Auditores-Fiscais da Fazenda e da Previdência Social, em tramitação nesta Casa, o Executivo não impôs tão draconiana regra.

MPV 2.150-39 2001
85

MPV 2229-43 2001
86

10

ASSINATURA

Vicente Arruda

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

DATA
03 / 08 / 2000PROPOSIÇÃO
EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.

000064

AUTOR
DEPUTADO EULER RIBEIRO

563

TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 5 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Incluir no art. 54 o parágrafo:

Art. 54

I -

II -

§ 1º

§ 2º

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às aposentadorias e pensões concedidas até 30 de junho de 2000.

JUSTIFICATIVA

Não é necessário expender considerações maiores sobre a inconstitucionalidade do artigo, em sua redação original. Basta transcrever o § 8º do art. 40 da Constituição Federal, promulgado pelo Congresso Nacional, na emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998 da Reforma Administrativa, por este próprio Congresso Nacional no ano passado.

§ 8º - Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei."

MPV 2.048-27 2000

ASSINATURA

MPV 2229-93 2000
13 97

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

DATA
03/ 08/ 00PROPOSIÇÃO
Emenda a MP 2.048-27.

000065

AUTOR
Dep. WILSON BRAGA

138

TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 5 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Incluir no art. 54 o parágrafo:

Art. 54

I -

II -

§ 1º

§ 2º

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às aposentadorias e pensões concedidas até 30 de junho de 2000.

JUSTIFICATIVA

Não é necessário expender considerações maiores sobre a inconstitucionalidade do artigo, em sua redação original. Basta transcrever o § 8º do art. 40 da Constituição Federal, promulgado pelo Congresso Nacional, na emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998 da Reforma Administrativa, por este próprio Congresso Nacional no ano passado.

§ 8º - Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei."

MPV 2229-43 2000
SS

ASSINATURA

MPV 2150-39 2001
Fls. 87

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000066

2 DATA 03/08/2000	3 PROPOSIÇÃO EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2	4 Nº FOLHA 107
5 AUTOR DEPUTADO VICENTE ARRUDA		
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAIS		
7 PÁGINA	8 ARTIGO	9 PARÁGRAFO
		10 LINHA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Incluir no art. 54 o parágrafo:

Art. 54

I -

II -

§ 1º

§ 2º

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica às aposentadorias e pensões concedidas até 30 de junho de 2000.

JUSTIFICATIVA

Não é necessário expender considerações maiores sobre a inconstitucionalidade do artigo, em sua redação original. Basta transcrever o § 8º do art. 40 da Constituição Federal, promulgado pelo Congresso Nacional, na emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998 da Reforma Administrativa, por este próprio Congresso Nacional no ano passado.

§ 8º - Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei."

10 ASSINATURA <i>Vicente Arruda</i>	11 Nº MPV 2227-13 2001 15 89
--	------------------------------------

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

DATA
03 / 08 / 2000PROPOSIÇÃO
EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.

000067

AUTOR
DEPUTADO EULER RIBEIRO

563

TIP
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 5 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Acrescentar parágrafo às Disposições Gerais e Transitórias, onde couber, o seguinte dispositivo:

§ .. - Aos servidores de que trata o art. 39, em exercício na data da publicação desta medida provisória, não se aplica o disposto no inciso I, § 1º do art. 38.

JUSTIFICATIVA

A exemplo do que sucedeu com os membros do Ministério Público Federal e em homenagem ao princípio do direito adquirido, a proibição ao advogado público de atuar em demandas privadas há que prevalecer tão somente em relação aos futuros integrantes da nova Carreira.

SENADO
Câmara dos Deputados
MPV 2.229-43 2001
de 90

MPV 2.152 39 2001
89

10

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000068

2	DATA 03/08/2000	3	PROPOSIÇÃO EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2			
4	AUTOR DEPUTADO VICENTE ARRUDA		5	Nº PROTOCOLO 107		
6	1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL					
7	PÁGINA	8	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Acrescentar parágrafo às Disposições Gerais e Transitórias, onde couber, o seguinte dispositivo:

§ .. - Aos servidores de que trata o art. 39, em exercício na data da publicação desta medida provisória, não se aplica o disposto no inciso I, § 1º do art. 38.

JUSTIFICATIVA

A exemplo do que sucedeu com os membros do Ministério Público Federal e em homenagem ao princípio do direito adquirido, a proibição ao advogado público de atuar em demandas privadas há que prevalecer tão somente em relação aos futuros integrantes da nova Carreira.

MP 2.048-27
90

SENADO
Subs. Com. 1981 de 11
MPV 2.048-27/2000
10/08/2000

MPV 2.048-27
90

100

ASSINATURA
Vicente Arruda

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000069

2 DATA
03/08/003 PROPOSIÇÃO
Emenda a MP 2048-27.4 AUTOR
Dep. WILSON BRAGA5 Nº PRONTUÁRIO
1386 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA

8 ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

9 TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Acrescentar parágrafo às Disposições Gerais e Transitórias, onde couber, o seguinte dispositivo:

§ .. - Aos servidores de que trata o art. 39, em exercício na data da publicação desta medida provisória, não se aplica o disposto no inciso I, § 1º do art. 38.

JUSTIFICATIVA

A exemplo do que sucedeu com os membros do Ministério Público Federal e em homenagem ao princípio do direito adquirido, a proibição ao advogado público de atuar em demandas privadas há que prevalecer tão somente em relação aos futuros integrantes da nova Carreira.

MPV 2 138 39 2001
91

SENADO FEDERAL
MPV 2229-43 2001
92

ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

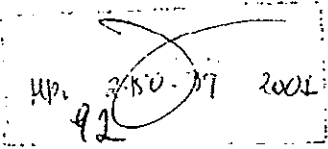
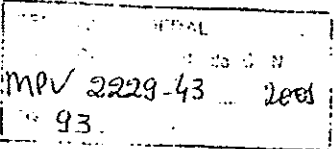
000070

2 DATA 03/08/2000	3 PROPOSTA EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-27
----------------------	--

4 AUTOR DEPUTADO EULER RIBEIRO	5 Nº PROTOCOLO 563
-----------------------------------	-----------------------

6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL
--

7 PÁGINA	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INÍCIO	ALÍNEA
----------	----------	-----------	--------	--------

9 TEXTO
<p>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000</p> <p>Emenda Modificava</p> <p>Dá nova redação ao Art. 56.</p> <p>"Art. 56. Enquanto não forem regulamentadas, as gratificações de que tratam os artigos 8º, 13, 19, 30 e 41 desta Medida Provisória corresponderão aos seus respectivos percentuais máximos incidentes sobre o maior vencimento básico de cada servidor".</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A presente MP é – ou deveria ter sido – irmã gêmea da MP 1971, ora em tramitação nesta Casa.</p> <p>Ambas objetivam reestruturar carreiras da Administração Pública Federal.</p> <p>Como a MP 1971 garantiu percentual máximo das gratificações na fase pré-regulamentação, a manutenção do dispositivo, nos termos concebidos pelo Governo, afronta o princípio da igualdade.</p> <div style="text-align: center;">   </div>

10 ASSINATURA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000071

DATA
03/08/2000PROPOSIÇÃO
EMENDA - MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2AUTOR
DEPUTADO VICENTE ARRUDA

107

TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☒ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Modificava

Dá nova redação ao Art. 56.

"Art. 56. Enquanto não forem regulamentadas, as gratificações de que tratam os artigos 8º, 13, 19, 30 e 41 desta Medida Provisória corresponderão aos seus respectivos percentuais máximos incidentes sobre o maior vencimento básico de cada servidor".

JUSTIFICATIVA

A presente MP é - ou deveria ter sido - irmã gêmea da MP 1971, ora em tramitação nesta Casa.

Ambas objetivam reestruturar carreiras da Administração Pública Federal.

Como a MP 1971 garantiu percentual máximo das gratificações na fase pré-regulamentação, a manutenção do dispositivo, nos termos concebidos pelo Governo, afronta o princípio da igualdade.

MP 2.048-27
Pis. 23

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
11/08/2000
Via S. C.

MP 2.048-27
163
MP 2.048-27
163
163

ASSINATURA

Vicente Arruda

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.048-27

000072

1 DATA 03/08/00		3 PROPOSTA Emenda a MP 2.048-27	
4 AUTOR Dep. WILSON BRAGA		5 Nº PRONTUÁRIO 138	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
			ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-26, de 29 de junho de 2000

Emenda Modificava

Dá nova redação ao Art. 56.

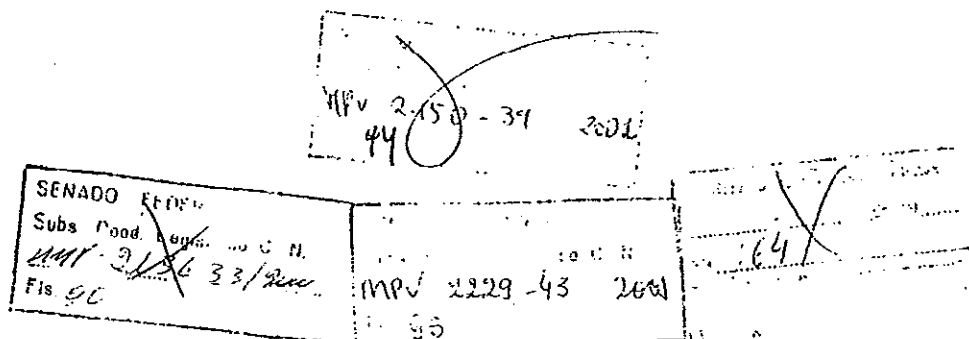
"Art. 56. Enquanto não forem regulamentadas, as gratificações de que tratam os artigos 8º, 13, 19, 30 e 41 desta Medida Provisória corresponderão aos seus respectivos percentuais máximos incidentes sobre o maior vencimento básico de cada servidor".

JUSTIFICATIVA

A presente MP é – ou deveria ter sido – irmã gêmea da MP 1971, ora em tramitação nesta Casa.

Ambas objetivam reestruturar carreiras da Administração Pública Federal.

Como a MP 1971 garantiu percentual máximo das gratificações na fase pré-regulamentação, a manutenção do dispositivo, nos termos concebidos pelo Governo, afronta o princípio da igualdade.



10 ASSINATURA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28 de ju:

MP 2.048-27

000073

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso IV do art. 56 a seguinte redação:

"Art. 56.

IV – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, 17,5%, 7,5% e 2,5%, para os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, respectivamente.

...."

JUSTIFICAÇÃO

A fim de que seja assegurado o princípio constitucional da isonomia, a GDACT deve ser assegurada, até sua regulamentação, no percentual de 50% do seu limite máximo para os servidores das Carreiras de C&T. A MP ignorou esse princípio, prejudicando a esses servidores sem justificativa razoável.

Sala das Sessões, 04/06/00

[Handwritten signature]

[Handwritten stamp: MPV 2150-39 2000]

[Handwritten mark]

MPV 2224-49 2001
96

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28 de J

MP 2.048-27

000074

EMENDA SUPRESSIVA

Dê-se ao inciso IV do art. 56 a seguinte redação:

"Art. 56.

IV – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, 25%, 15% e 11%, para os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, respectivamente.

..."

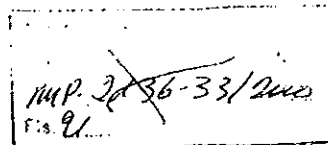
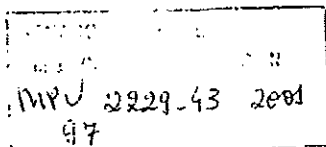
JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista a emenda oferecida ao artigo 20, é também necessário que os percentuais de GDACT sejam elevados, mantendo-se a proporção de 50% em relação ao percentual definitivo assegurada às demais carreiras pela MP 2.048-27/2000.

Sala das Sessões, 04/08/00

Handwritten signature

15/08/00



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28

MP 2.048-27

000075

EMENDA MODIFICATIVA

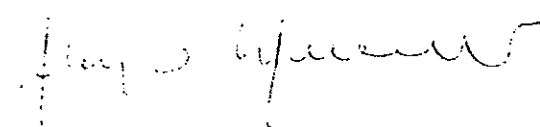
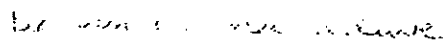
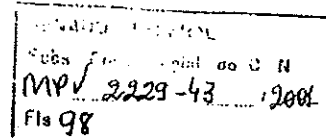
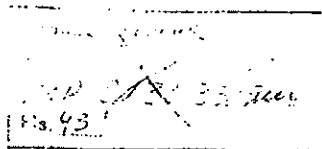
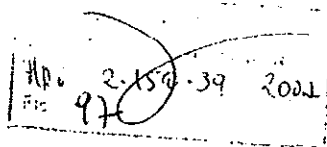
Dê-se ao "caput" do art. 58 a seguinte redação:

Art. 58. Na hipótese de redução de remuneração decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida, no todo ou em parte, por ocasião do início do pagamento das Gratificações referidas no art. 56 em seu percentual normal.

JUSTIFICAÇÃO

A vantagem pessoal decorrente da aplicação da nova estrutura remuneratória somente pode vir a ser absorvida quando implementadas as Gratificações em seus percentuais permanentes. De outro lado, estar-se-á criando uma distorção, posto que ao ser enquadrado e promovido haveria redução do valor da vantagem, mas não em função da sua integralização. Distorções que provocariam desequilíbrios internos nas Carreiras, que devem ser prevenidos por meio de regra correta e idônea.

Sala das Sessões, 04/08/00

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-27, de 28 de

MP 2.048-27

000076

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 61 a seguinte redação:

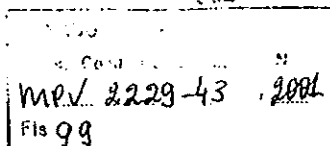
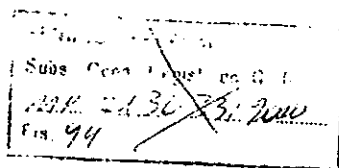
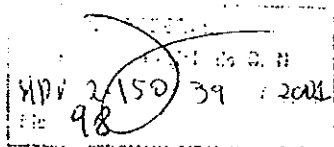
Art. 61. Ficam revogados o art. 7º da Lei nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992, o art. 22 da Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, a Lei nº 9.638, de 20 de maio de 1998, a Lei nº 9.647, de 26 de maio de 1998, o art. 11 da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, o art. 1º da Lei nº 9.641, de 25 de maio de 1998, os arts. 1º e 13 da Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998, e o Decreto nº 2.665, de 10 de julho de 1998, e os art. 5º, 6º, 9º, § 2º do art. 11, 25 e 26 da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998.

JUSTIFICAÇÃO

Por meio de injustificável omissão, a medida provisória não revogou expressamente dispositivos da Lei nº 9.625/98 que são incompatíveis com o seu escopo e conteúdo, que é a valorização salarial de diversas carreiras, dentre elas as do Ciclo de Gestão. Assim, impõe-se revogar os artigos 5º, 6º, 9º e o § 1º do art. 111, assim como os artigos 25 e 26 da Lei nº 9.625, que são contraditórios com a nova sistemática de remuneração e limitadores do aproveitamento dos servidores das carreiras de gestão.

Sala das Sessões. 04/08/00

flor - 04/08/00
Ass. Pres. da Câmara



MP 2.048-27

000077

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

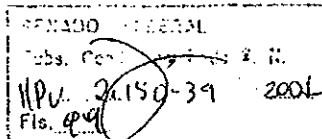
2 DATA 03/08/2000	3 PROPOSIÇÃO MP n.º 2048-27 de 28 de julho de 2000
4 AUTOR Deputado OSMÂNIO PEREIRA	5 Nº PROCTUÁRIO 256
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 PÁGINA 1/5	8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

Emenda Aditiva

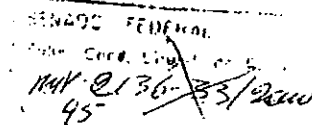
Medida Provisória n.º 2048-27 de 28 de julho de 2000

Inclua-se na, MP da referência, os seguintes dispositivos, objetivando a criação da Carreira Analista e Técnico Previdenciário:

Art. 1º, ...



inciso XIII – Carreira Analista e Técnico Previdenciário



Carreira de Analista e Técnico Previdenciário

Art. (inclua-se onde couber) - Fica criada a Carreira de Analista e Técnico Previdenciário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Previdência e Assistência Social.

§ 1º - Aos servidores incluídos na Carreira Analista e Técnico Previdenciário aplica-se a Tabela de Correlação e Transposição de Cargos de que trata o Anexo IX desta MP, obedecidas as peculiaridades das categorias abrangidas.

§ 2º - os servidores integrantes da estrutura do Ministério da Previdência e Assistência Social, enquadrados em atividades de Nível Superior, terão seus cargos transpostos para a Carreira de Analista Previdenciário, sendo aplicada a eles a Tabela de Vencimentos do Nível NS do Anexo IX.

MPV 2229-43 2001 Fls 100	ASSINATURA 	
-----------------------------	----------------	--

§ 3º - os servidores do MPAS, enquadrados em atividades do Nível Médio, terão seus cargos transpostos para a Carreira de Técnico Previdenciário, sendo-lhes aplicada, mediante correlação, a Tabela de Vencimentos, NI, do anexo IX;

§ 4º - aos servidores integrantes da estrutura do MPAS, enquadrados nas atividades de Nível Auxiliar, será aplicada, de forma correlacionada, a Tabela de Vencimentos, NA, do Anexo IX;

§ 5º - fica instituída para os servidores de que tratam os parágrafos anteriores, a contar da efetiva transposição para os cargos da Carreira de que trata o inciso XIII, art. 1º, a Gratificação de Desempenho de Atividades Previdenciárias - GDAP, nos mesmos percentuais e na forma preconizada, respectivamente, nos art. 20 e 21 desta MP;

§ 6º - em consequência da adoção da GDAP para os servidores referidos nos §§ 2º, 3º e 4º deste artigo, a gratificação de que trata a Lei Delegada n.º 13, de 27 de agosto de 1993 a ser paga aos servidores integrantes da carreira de que trata o art. 19, inciso XIII, fica reduzida para o percentual 30% (trinta por cento) incidente sobre o vencimento básico de que trata o anexo 09 (nove) desta MP;

§ 7º - após transpostos os cargos de que tratam os §§ 2º, 3º e 4º deste artigo, o ingresso no emprego de novos servidores far-se-á no padrão inicial da classe inicial, mediante concurso público de provas, exigindo-se formação superior.

Art. (inclua-se onde couber) - Estendem-se aos servidores de que trata o artigo anterior, no que lhes for aplicável, os dispositivos desta Medida Provisória.

JUSTIFICATIVA

Subs. Coord. Legis. do C. N.
11/11 2.150 37... 2001
10/

Preliminarmente, foi feita uma única emenda aos três dispositivos face à perfeita conexão entre eles, exigindo-se, portanto, que sejam analisados em conjunto.

O Ministério da Previdência e Assistência Social e em especial sua autarquia, o Instituto Nacional de Seguro Social, tem uma grande expressão na Administração Pública Federal e exerce um papel social de enorme relevância que, entretanto, não tem correspondência na sua estruturação orgânica e funcional.

O MPAS realiza a segunda maior receita da União; tem cerca de 30 milhões de pessoas físicas e perto de 3.5 milhões de empresas no seu rol de contribuintes; paga benefícios mensais a um contingente de pessoas da ordem de 19 milhões, ou seja, uma das maiores folhas de pagamento em todo o mundo; encarrega-se o MPAS da regulação, controle e fiscalização dos fundos de pensão, cujas reservas hoje alcançam 12% do PIB e tendem a crescer exponencialmente nos próximos anos; incumbe-se o MPAS da regulação e fiscalização da nova previdência social dos servidores públicos (civis e militares) das diversas esferas de governo (Lei nº 9.717/98); a assistência social de que trata o art. 203 da Constituição Federal, tão relevante para o país, é também, dentre tantas outras, uma incumbência a cargo do MPAS.

Esse ministério (o MPAS), que movimenta a cada ano, em receita e despesa, cerca de R\$ 140 bilhões, contando com 45 mil dedicados e competentes servidores, vem, desde 1986, tentando se estruturar em carreiras funcionais como forma de melhor cumprir a nobre missão previdenciária.

Embora a determinação constitucional, em que pese as diversas tentativas empreendidas por ministros da Previdência Social, a criação das carreiras na área vinha sendo protelada indefinidamente, impedindo uma estruturação orgânica e funcional compatível com a missão do Órgão e, mais do que isso, frustrando as justas expectativas dos servidores que por mais de 14 anos aguardam o prometido plano de cargos e salários.

Apenas recentemente, já na gestão do eminente Ministro Waldeck Ornelas, é que os primeiros servidores da Previdência Social obtiveram a aprovação de seus respectivos planos de carreira: os Fiscais e os Procuradores, que representam cerca de 10% do conjunto de todos os previdenciários.

A conquista justa dos Fiscais e Procuradores da Previdência, elogiável sob todos os aspectos, deve ser entendida como o início de um processo que deságua, naturalmente, na instituição da Carreira Analista e Técnico Previdenciário, dentro da mesma lógica que inspirou outros órgãos governamentais equivalentes à Previdência Social.


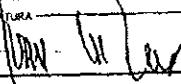
A criação, pois, da Carreira proposta nesta emenda obedece a todos requisitos exigíveis nessa matéria e, sobretudo, respeita a correlação com outras carreiras de servidores que possuem formação profissional e exercem atividades de responsabilidade/complexidade equivalentes às exercidas pelos previdenciários.

É mais do que chegada a hora de se permitir que médicos-peritos, assistentes sociais, profissionais da área de reabilitação, engenheiros, servidores do seguro social (responsáveis pela manutenção e concessão dos benefícios), servidores da área de arrecadação (realizam a 2ª maior receita do país) e tantos outros dedicados profissionais da Previdência Social possam, enfim, fazer jus à carreira funcional própria, estimulando as aspirações de crescer, desenvolver e aperfeiçoar, em proveito da própria sociedade brasileira.

A proposta de instituição da GDAP é absolutamente conexa com essa aspiração funcional: melhorar o desempenho individual e institucional com a finalidade de produzir serviços qualitativa e quantitativamente melhores para os milhões de segurados brasileiros.

Solicitamos de nossos ilustres pares a aprovação dessa emenda por sua inquestionável justiça.

Sala das Sessões, em

10	ASSINATURA	Flc. 136
		

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.048-28**, ADOTADA EM 28 DE AGOSTO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 29 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 57 DA LEI Nº 4.878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO PECULIAR AOS FUNCIONÁRIOS POLICIAIS CIVIS DA UNIÃO E DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado CHICO DA PRINCESA.....	085.
Deputado GERALDO MAGELA.....	078 080 081 082.
Deputado GERVÁSIO SILVA.....	079 083.
Deputado ROMEL ANÍZIO.....	084.

SACM

EMENDAS CONVALIDADAS: 077

EMENDAS ADICIONADAS: 008

TOTAL DE EMENDAS: 085

MP 2.048-28

000078

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048-28, DE 28 DE AGOSTO DE 2000

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso VIII do art. 1º da MP 2048-28, a seguinte redação:

"Art. 1º.....

.....

VIII- Inspetor, Analista e Agente Executivo da Comissão de Valores Mobiliários – CVM;

JUSTIFICATIVA

A inclusão dos Agentes Executivos dentre os cargos a serem contemplados pela reestruturação remuneratória observa o mesmo critério adotado quanto aos Técnicos de Orçamento e Controle, Técnicos de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisas Econômicas aplicadas, é justificada-se em virtude da necessidade de manter-se dentro da estrutura de encadramento da categoria, no âmbito da CVM.

Sala das Sessões.


DEPUTADO GERALDO MAGELA
PT-DFMPV 2/150-37 2001
105

MP 2.048-28

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000079

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-28			
AUTOR DEPUTADO GERVÁSIO SILVA			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acresça-se o seguinte inciso XIII ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.048-28:

"Art. 1º

XIII – Técnico de Planejamento em Atividades de Fiscalização Agropecuária. Técnico de Apoio à Fiscalização Federal Agropecuária e Auxiliar Técnico de Fiscalização Federal Agropecuária do Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento."

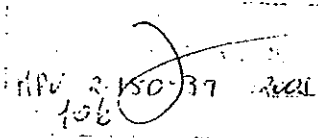
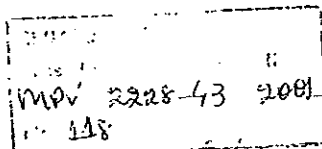
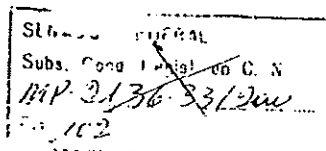
JUSTIFICATIVA

A presente emenda justifica-se pelo fato de que os cargos de suporte à fiscalização agropecuária não foram contemplados na Medida Provisória nº 2.048-28.

Dada a função fiscalizadora do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, a Lei nº 9.775/98 transformou os cargos de Farmacêutico, Zootecnista, Químico e Engenheiro Agrônomo em Fiscal de Defesa Agropecuária, deixando de beneficiar os cargos de apoio institucional às atividade de fiscalização.

A MP 2.048-28 incluiu o cargo de Médico Veterinário na referida carreira, ora denominada carreira de Fiscal Federal Agropecuário, cometendo a mesma injustiça e discriminação das versões anteriores por novamente não contemplar o pessoal de apoio.

É como justificamos a presente iniciativa, que é complementada por outra emenda de nossa autoria, em que são apresentadas as tabelas de reestruturação dos cargos em questão e respectivos vencimentos.



ASSINATURA	Serviço de Comunicação Social
	nº de 10
	Fis. 239

MP 2.048-28

000080

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-28, DE 28 DE AGOSTO DE 2000

EMENDA MODIFICATIVA

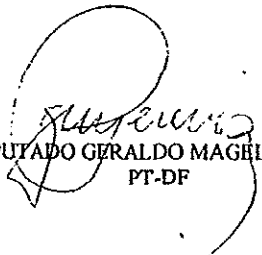
Dê-se ao art. 11 a seguinte redação:

"Art. 11. Os cargos efetivos de Inspetor e Analista e Agente Executivo da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, de que tratam o Voto do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 401, de 28 de janeiro de 1987, e a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 7, de 3 de outubro de 1988, reestruturados na forma do Anexo I e VIII, têm sua correlação estabelecida no Anexo XVII."

JUSTIFICATIVA

A inclusão dos Agentes Executivos da CVM na tabela aplicável aos Técnicos de Orçamento e Controle, Técnicos de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisas Econômicas aplicadas, é devido a necessidade de manter-se dentro da estrutura de encarecimento da categoria. Além disso, é necessário corrigir-se a referência ao Anexo, constante da parte final do artigo, vez que se trata, na verdade, do Anexo XVII, que trata da regra de enquadramento dos cargos mencionados no art. 11 da Medida Provisória.

Sala das Sessões.


 DEPUTADO GERALDO MAGELA
 PT-DF

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. e C. M.
MP 2.048-28/2000
Fis. 113

MPV 2229-43, 2001
Fls. 149

Serviço de Comissões Mistas
Fls. 240

MP 2.048-28

000081

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-28, DE 28 DE AGOSTO DE 2000

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 13 a seguinte redação:

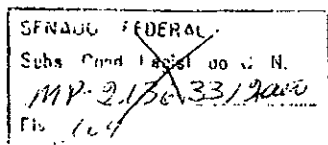
Art. 13. Ficam instituídas a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários - GDCVM, devida aos ocupantes dos cargos de Inspetor, Analista e Agente Executivo da CVM, e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados - GDSUSEP, devida aos ocupantes dos cargos de Analista Técnico da SUSEP, no percentual de até cinquenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, conforme valores estabelecidos no Anexo VII e Anexo VIII.

JUSTIFICATIVA

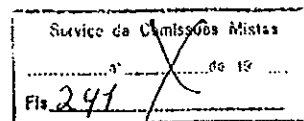
A inclusão dos agentes executivos na tabela aplicável aos Técnicos de Orçamento e Controle, Técnicos de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisas Econômicas aplicadas, é devido a necessidade de manter-se dentro da estrutura de encarreiramento da categoria.

Sala das Sessões,

[Assinatura]
DEPUTADO GERALDO MAGELA
PT-DF



MPV 2229-43 2001
107



MP 2.048-28

000082

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-28, DE 28 DE AGOSTO DE 2000

EMENDA ADITIVA

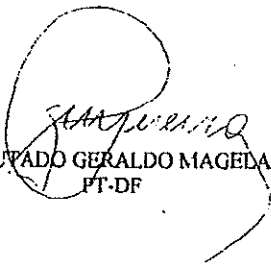
Dê-se ao Artigo 14, a seguinte redação:

"Art. 14. Os ocupantes dos cargos de Inspetor, Analista e de Agente Executivo da CVM e de Analista Técnico da SUSEP, não fazem jus à percepção da Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários e da Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados, respectivamente, de que trata a Lei nº 9.015, de 1995."

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista as demais emendas apresentadas, cumpre igualmente incluir no art. 14 os Agentes Executivos da CVM, uma vez que estarão sendo igualmente contemplados com a Gratificação criada pelo Art. 13.

Sala das Sessões.


DEPUTADO GERALDO MAGELA
PT-DF

SENADO FEDERAL
Subs. 100
Fls. 100

MPV 2.048-28
100

MPV 2229-43 .2001
Fls 120

Serviço de Comissões Mistas
Fls 242

MP 2.048-28

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000083

DATA	PROPOS. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-28			
AUTOR DEPUTADO GERVÁSIO SILVA			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 35	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acresça-se à MP o seguinte art. 35, no subtítulo "CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO, renumerando-se os demais artigos e modificando-se os anexos correspondentes:

"CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO E DEMAIS CARGOS DA ÁREA DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA

Art. 35. Os cargos efetivos de nível auxiliar, nível intermediário e nível superior do Ministério da Agricultura e do Abastecimento de que tratam os incisos VIII a X do art. 2º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, reequadrados na forma da legislação posterior, estruturados na forma do anexo III-A, têm sua correlação e vencimentos estabelecidos nos anexos IV-A e VII-A.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos de que trata o *caput* deste artigo farão jus à gratificação instituída pelo art. 30."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda justifica-se pelo fato de que os cargos de suporte à fiscalização agropecuária não foram contemplados na Medida Provisória nº 2.048-28.

Dada a função fiscalizadora do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, a Lei nº 9.775/98 transformou os cargos de Farmacêutico, Zootecnista, Químico e Engenheiro Agrônomo em Fiscal de Defesa Agropecuária, deixando de beneficiar os cargos de apoio institucional às atividade de fiscalização.

A MP 2.048-28 incluiu o cargo de Médico Veterinário na referida carreira, ora denominada carreira de Fiscal Federal Agropecuário, cometendo a mesma injustiça e discriminação das versões anteriores por novamente não contemplar o pessoal de apoio.

É como justificamos a presente iniciativa, que complementa outra emenda, de nossa autoria, que inclui no art. 1º da MP os cargos em questão.

<p>100</p> <p>MP 2.048-28</p> <p>100</p>		<p>ASSINATURA</p> <p><i>[Assinatura]</i></p>	<p>Continua</p> <p>Serviço de Contas e Prestações</p> <p>Nº de 19</p> <p>Fis. 243</p>
<p>SENADO FEDERAL</p> <p>Subs. Coord. Legisl. do C. N.</p> <p>00888600.2.doc</p> <p>MPV 2229-43 2001</p> <p>Fis. 108</p>			

(Continuação)

ANEXO III - A

a) ESTRUTURA DE CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL INTERMEDIÁRIO

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Técnico de Planejamento em Atividades de Fiscalização Federal Agropecuária (nível superior)	III	ESPECIAL
	II	
	I	
Técnico de Apoio à Fiscalização Federal Agropecuária (nível intermediário)	VI	C
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	VI	B
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	V	A
	IV	
	III	
	II	
	I	

(Continuação)

ANEXO III - A

b) ESTRUTURA DE CARGOS DE NÍVEL AUXILIAR

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Auxiliar Técnico de Apoio à Fiscalização Federal Agropecuária	VI	B
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	VI	A
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	

(Continuação)

ANEXO IV-A

a) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL INTERMEDIÁRIO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Cargos efetivos de nível superior do Ministério da Agricultura e do Abastecimento de que trata o inciso IX do art. 2º da Lei nº 5.645/70, reenquadrados na forma da legislação posterior, não integrantes da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária Agropecuária	A	III	III	ESPECIAL	Técnico de Planejamento em Atividades de Fiscalização Federal Agropecuária
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
I		I			
Cargos efetivos de nível intermediário do Ministério da Agricultura e do Abastecimento de que trata o inciso X do art. 2º da Lei nº 5.645/70, reenquadrados na forma da legislação posterior	C	VI	VI	B	Técnico de Apoio à Fiscalização Federal Agropecuária
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
	D	I	I	A	
		V	V		
IV		IV			
III		III			

(Continuação)

ANEXO IV-A

b) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DE NÍVEL AUXILIAR

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA			
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo		
Cargos efetivos de nível auxiliar do Ministério da Agricultura e do Abastecimento de que trata o inciso VIII do art. 2º da Lei nº 5.645/70, reenquadrados na forma da legislação posterior	A	III	VI	B	Auxiliar Técnico de Fiscalização Federal Agropecuária		
		II	V				
		I	IV				
			III				
			II				
	I						
	B	VI	VI				
		V	V				
		IV	IV				
		III	III				
		II	II				
		I	I				
	C	VI	VI	A			
		V	V				
		IV	IV				
		III	III				
		II	II				
		I	I				
	D	V	V				
		IV	IV				
		III	III				
		II	II				
		I	I				

(Continuação)

ANEXO VII - A

a) TABELA DE VENCIMENTOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Técnico de Planejamento em Atividades de Fiscalização Federal Agropecuária	ESPECIAL	III	3.400,55
		II	3.288,34
		I	3.179,82
	C	VI	3.017,65
		V	2.918,07
		IV	2.821,77
		III	2.728,65
		II	2.638,61
		I	2.551,53
	B	VI	2.421,40
		V	2.341,50
		IV	2.264,23
		III	2.189,51
		II	2.117,26
		I	2.047,39
	A	V	1.942,97
		IV	1.878,85
		III	1.816,85
		II	1.756,89
		I	1.698,92

(Continuação)

ANEXO VII - A

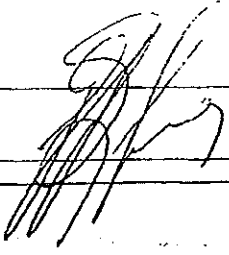
b) TABELA DE VENCIMENTOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R \$)
Técnico de Apoio à Fiscalização Federal Agropecuária	ESPECIAL	III	1.466,67
		II	1.416,47
		I	1.387,85
	C	VI	1.340,27
		V	1.313,19
		IV	1.286,66
		III	1.260,67
		II	1.235,20
		I	1.210,24
	B	VI	1.168,75
		V	1.145,14
		IV	1.122,00
		III	1.099,33
		II	1.077,12
		I	1.055,36
	A	V	1.019,18
		IV	998,59
		III	978,42
		II	958,65
		I	939,28

(Continuação)

ANEXO VII - A
c) TABELA DE VENCIMENTOS DE NÍVEL AUXILIAR

CARGO	PADRÃO	CLASSE	VALOR EM R\$
Auxiliar Técnico de Fiscalização Agropecuária	VI	B	530,32
	V		516,88
	IV		503,79
	III		491,02
	II		478,58
	I		466,45
	VI	A	446,38
	V		435,05
	IV		424,03
	III		413,28
	II		402,81
	I		392,60

ASSINATURA		Serviço de Comissões Mistas
		n.º _____ de 19 ____
		Fls. 259

00886600.9.doc

WILLIAM

LIDERANÇA PPB-CD-DF

490 P81 JUL 31 '00 15:11



CONGRESSO NACIONAL

ME 2.048-28
ME 2.048-28

000084

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-28, de 28.8.2000

AUTOR DEPUTADO ROMEL ANÍZIO					CODIGO
DATA 28.8.2000	ARTIGO	PARÁGRAFO	REEXO	ALINHA	PAGINA 112

EMENDA MODIFICATIVA

CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO

Procede-se às seguintes modificações na supra referida Carreira para anelar a criação de cargos de nível intermediário na Fiscalização Agropecuária. (Pessoal técnico de 2º grau - Técnico Agrícola, Técnico em Sanidade Agropecuária etc).

Art. 20. Fica criada a Carreira de Fiscalização Federal Agropecuária, composta de cargo de Fiscal Federal Agropecuário e de Agente Fiscal Federal Agropecuário, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

W C N
3 12001

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, a partir de 1º de janeiro de 2001, os cargos de nível intermediário da Carreira de Fiscalização Federal Agropecuária, denominados Agentes Fiscais Federais Agropecuários, fixando suas atribuições, estrutura de cargos, tabelas de correlação, de vencimentos e de gratificações.

Art. 29.

§ 1º Serão enquadrados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário da Carreira de Fiscalização Federal Agropecuária os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tanto decorrido de aprovação em concurso público.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAFA, devida aos ocupantes dos cargos de Fiscal Agropecuário Federal da Carreira de Fiscalização Federal Agropecuária, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 31. Os valores dos vencimentos dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário que compõem a Carreira de Fiscalização Federal Agropecuária são os constantes do Anexo X.

Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. 32. O ocupante de cargo efetivo de Fiscal Federal Agropecuário, que não se encontre na situação prevista no art. 30 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFA:

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscalização Federal Agropecuária a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei nº 6.400, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária, a que se referem as Leis nºs 8.620, de 2 de abril de 1998, e 9.041, de 26 de maio de 1995, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização, a que se refere a Lei nº 8.775, de 21 de dezembro de 1998.

JUSTIFICATIVA

A questão da sanidade das populações vegetais, seus produtos e subprodutos, e da saúde dos rebanhos animais, seus produtos e subprodutos, bem assim a qualidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária e na agroindústria, são variáveis importantes para o aumento das exportações brasileiras e para a conquista de mercados no exterior, que a globalização tem tornado, cada vez mais exigentes.

Por outro lado, é imprescindível assegurar ao consumidor interno o acesso a produtos e subprodutos de origem animal e vegetal saudáveis.

Ainda agora, se pode observar o grau dessas responsabilidades com o surgimento de focos de febre aftosa em Municípios do Rio Grande do Sul.

Todo esse trabalho, de rigorosa relevância para os interesses da sociedade brasileira e do País, é realizado por profissionais de nível superior e de nível intermediário, que cabe prestigiar valorizar e reconhecer o mérito.

Assim, não se concebe que se fale e se crie somente a "Carreira de Fiscal Federal Agropecuário". A este importante cargo deve ser aduzido outro de Agente Fiscal Federal Agropecuário (nível intermediário). Teríamos assim de fato, uma verdadeira Carreira de Fiscalização Federal Agropecuária. Caso contrário, continuaremos tendo uma carreira de fiscalização sanitária mutilada, que não atende aos interesses sanitários e comerciais do Brasil.

31.8.2000

DATA

PARLAMENTAR

SIGNATURA

PROJETO DE LEI N.º	EMENDA N.º MP 2048-28 000085
COMISSÃO Mista	
AUTOR: DEPUTADO CHICO DA PRINCESA	
PSDB/PR 1/2	
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.048 - 28 DE 28/08/2000 " DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRAS E CARGOS....." EMENDA ADITIVA N.º <p>Acrescenta-se os artigos e parágrafos onde couber na Medida Provisória n.º 2.048-28 de 28/08/2000, referente ao Artigo Carreira de Fiscal Federal Agropecuário.</p> <p>"Artigo.....</p> <p>Ficam criadas as Carreiras de "Técnico Federal Agropecuário" de Nível Médio, e Auxiliar Federal Agropecuário, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei N.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p> <p>" Artigo.....</p> <p>São transformados em cargos de "Técnico Federal Agropecuário", os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuárias NM - 1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM - 1047 e Técnicos de Laboratório NM - 1005 e Auxiliar Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuária NM - 1007 e de Auxiliar de Laboratório NM - 1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.</p> <p>Parágrafo..... - Serão enquadrados nas carreiras de "Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário", os atuais ocupantes dos cargos mencionados no <i>caput</i> deste artigo, desde que estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.</p>	
03 / 10 / 2000 DATA	1111 2222 43 2001 121 ASSINATURA PARLAMENTAR Serviço de Redação: Mista

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICATIVA

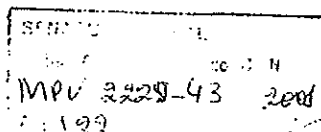
A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no Setor Agropecuário.

Cumpra esclarecer que as carreiras dos Agentes de Atividades Agropecuárias, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e Técnicos de Laboratório de Nível Médio; Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento que atuam em conjunto com os Técnicos de Nível Superior, não foram contempladas pela supracitada MP.

Os Técnicos de Nível Médio, são profissionais devidamente habilitados e amparados por suas respectivas Legislações e atribuições bem definidas de acordo com o Plano de Cargos e Carreiras PCC do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Portanto, solicito a criação das Carreiras "Técnico Federal Agropecuário" e "Auxiliar Federal Agropecuário" ocupantes dos cargos de : Agentes de Atividades Agropecuária, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Técnicos de Laboratório, Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, sejam automaticamente transpostos para estas carreiras funcionais.

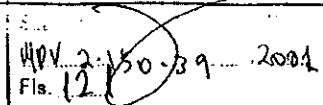
DEPUTADO FEDERAL CHICO DA PRINCESA
PSDB - PR



03 / 10 / 2000

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.048-29, DE 27 DE SETEMBRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 57 DA LEI Nº 4.878, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1965, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO PECULIAR AOS FUNCIONÁRIOS POLICIAIS CIVIS DA UNIÃO E DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
SENADORA EMÍLIA FERNANDES	087.
DEPUTADO HUGO BIEHL	089.
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	086.
DEPUTADO ODÍLIO BALBINOTTI	088.

SACM.

Emendas apresentadas: 85
Emendas Adicionadas: 04
TOTAL DE EMENDAS: 89

RELATOR:

MP 2048-29

000086

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2048

EMENDA ADITIVA
(AUTOR: Deputado NELSON MARQUEZELLI)

Adite-se à Medida Provisória nº 2048-28/2000, o seguinte:

"Os caputs dos artigos: 1º, 25, 26, 27 e seu parágrafo único, 28 e seu parágrafo 1º 30, e 31, passarão a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, composta por cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, têm por atribuições, assegurar, em todo o território nacional:

- I - a sanidade das populações vegetais, seus produtos e subprodutos;
- II - a saúde dos rebanhos animais, seus produtos e subprodutos;
- III - a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;
- IV - a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores;
- V - a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias;
- VI - os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal da Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário.

910, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio, os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuárias NM-1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM-1047 e Técnicos de Laboratório NM-1005 e de Auxiliar Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuária NM-1007 e de Auxiliar de Laboratório NM-1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.

1º Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.


JUSTIFICATIVA

A proposta que apresento implica na transformação dos cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividade Agropecuária, Técnico de Laboratório, Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, e a transposição de seus ocupantes, caso estejam de fato exercendo as atividades de fiscalização e Inspeção agropecuária, para os cargos da nova carreira de Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Federal Agropecuário.

Dessa forma ressalto que o Ministério da Agricultura poderá exercer a forma eficaz e eficaz dentre as suas atribuições constitucionais, aquelas previstas no art. 20, III da Constituição Federal, de fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar em consonância com as atividades de produção, defesa, inspeção e fiscalização da classificação e certificação dos produtos, subprodutos e derivados animais e vegetais, que são exercidas por meio dos Fiscais Federais Agropecuários, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes de Atividades Agropecuárias, Técnicos de Laboratório, Auxiliares Operacionais em Agropecuária e Auxiliares de Laboratório.

Portanto, cumprindo assim, atribuições de fiscalização, inspeção, certificação e controle de insumos, meios tecnológicos e trânsito internacional de animais, vegetais e seus derivados, os profissionais já mencionados fazem jus a integrar uma nova carreira e a designação de Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Federal Agropecuário.

Brasília, 28 de setembro de 2000.


NELSON MARQUEZELLI
Deputado Federal/PTB/SP

MP 2048-29

000087

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-29, DE 27 de SETEMBRO
DE 2000**

EMENDA Nº – ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.048-29, de 2000, os seguintes artigos:

CARREIRAS DE TÉCNICO E AUXILIAR FEDERAL AGROPECUÁRIO

Art. . Ficam criadas as Carreiras de Técnico Federal Agropecuário, de nível médio, e de Auxiliar Federal Agropecuário, de nível Auxiliar, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . As Carreiras de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Federal Agropecuário, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Federal Agropecuário têm por atribuições, respectivamente, em nível médio e auxiliar, o apoio às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Art. . São transformados em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Agente de Atividade Agropecuária – NM 1007, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal – NM 1047 e de Técnico de Laboratório – NM 1005 e, em cargos de Auxiliar Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Auxiliar Operacional em Agropecuária – NA 1007 e de Auxiliar de

Laboratório – NA 1005, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades referidas no artigo anterior, na forma do Anexo IV.

§ 1º Serão enquadrados nas Carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Federal Agropecuário a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, de que trata o art. 30 desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal Agropecuário equivalem a sessenta por cento dos valores dos fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Federal Agropecuário equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo Anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, constante da Medida Provisória nº 2.048-29, de 2000, é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuário.

Faz-se necessário, entretanto, corrigir uma injustiça daquele ato que não contemplou, também, os servidores de nível médio e auxiliar que atuam no apoio técnico às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Trata-se, aqui, de função fundamental para o sucesso da fiscalização agropecuária, tão importante para o nosso País.

Assim, com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame e corrigindo uma grave injustiça, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões,

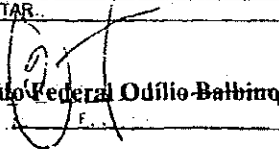


Senadora EMÍLIA FERNANDES

MP 2048-29

000088

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 03/10/00	proposição Medida Provisória nº 2048-29			
autor Deputado ODÍLIO BALBINOTTI	nº da propositura 459			
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescenta-se os Artigos e parágrafos onde couber na Medida Provisória nº 2.048-26 de 29/06/2000, referente ao Artigo Carreira de Fiscal Federal Agropecuário.</p> <p>Artigo.....</p> <p>Ficam criadas as Carreiras de "Técnico Federal Agropecuário" de Nível Médio, e Auxiliar Federal Agropecuário, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p> <p>Artigo.....</p> <p>São transformados em cargos de "Técnico Federal Agropecuário", os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuária NM-1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM-1047, Técnicos de Laboratório NM-1005 e Auxiliar Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuária NM-1007 e de Auxiliar de Laboratório NM-1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.</p> <p>Parágrafo - Serão enquadrados nas carreiras de "Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio Auxiliar Federal Agropecuário", os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, os que não tiverem estabilidade referente a 5 de outubro de 1988, desde que estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.</p>				
JUSTIFICATIVA				
<p>A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no Setor agropecuário.</p> <p>Cumpra esclarecer que as carreiras dos Agentes de Atividades Agropecuária, Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Técnicos de Laboratório de Nível Médio, Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, carreiras que atuam em conjunto com os Técnicos de Nível Superior já contempladas, dando um suporte Técnico e exercendo as atribuições previstas para o novo cargo a ser criado, são profissionais devidamente habilitados e amparados por suas legislações bem definidas de acordo com o Plano de Cargos e Carreiras - PCC - do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.</p> <p>Solicito que os ocupantes dos cargos supracitados sejam automaticamente transpostos para estas carreiras de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário.</p>				
PARLAMENTAR				
Brasília, 03 de Outubro de 2000.				
<div style="text-align: center;">  Deputado Federal Odílio Balbinotti </div>				

MP 2048-29

000089

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	3		
1 / 1	EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 2048-29		
4	5		
DEPUTADO HUGO BIEHL	1814		
6	TPO		
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA
5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
01/01	8		

EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se os artigos e parágrafos onde couber na Medida Provisória nº 2.048-29, referente ao Artigo
Carreira de Fiscal Federal Agropecuário

" Artigo

Ficam criadas as Carreiras de " Técnico Federal Agropecuário" de Nivel Médio, e Auxiliar Federal Agropecuário, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990".

" Artigo.....

São transformados em cargos de "Técnico Federal Agropecuário", os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuária NM-1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM-1047 e Técnicos de Laboratório NM-1005 e Auxiliar Federal Agropecuario os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuária NM-1007 e de Auxiliar de Laboratório NM-1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV"

Parágrafo - Serão enquadrados nas carreiras de "Técnico Federal Agropecuário de Nivel Medio e Auxiliar Federal Agropecuario", os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 05 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

JUSTIFICATIVA

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no Setor Agropecuário

Cumpra esclarecer que as carreiras dos Agentes de Atividades Agropecuária, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e Técnicos de Laboratório de Nivel Médio, Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministerio da Agricultura e do Abastecimento, carreiras que atuam em conjunto com os Técnicos de Nivel Superior já contempladas, dando um suporte Técnico e exercendo as atribuições previstas para o novo cargo a ser criado, são profissionais devidamente habilitados e amparados por suas legislações bem definidas de acordo com o Plano de Cargos e Carreiras - PCC - do Ministério de Agricultura e do Abastecimento.

Solicito que os ocupantes dos cargos supracitados sejam automaticamente transpostos para estas carreiras de Técnico Federal Agropecuário de Nivel Médio e Auxiliar Federal Agropecuário.

SIGNATURA

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-30, ADOTADA 26 DE OUTUBRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ANTONIO JORGE	096
Deputado ARLINDO PORTO	097
Deputado ARMANDO ABÍLIO	095
Deputado ÁTILA LIRA	094
Deputado DOMICIANO CABRAL	091
Senador JONAS PINHEIRO	090
Deputado LUIZ MOREIRA	093
Deputado MAURO BENEVIDES	092
Senador NEY SUASSUNA	098

SACM

TOTAL DE EMENDAS – 098

Convalidadas – 089

Adicionadas - 009

MP 2.048-30

000090

EMENDA MODIFICATIVA/ADITIVA À MEDIDA

Nº 2.048-30.

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30 e 34, aos incisos V do art. 27 e ao Anexo IV a seguinte redação; acrescente-se o Inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente; e altere-se o Anexo IV (tabela de correlação):

*Art. 25 Fica criada a carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 27

.....

I

II

III

IV

V – a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;

VI – a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuária.

Serviço de C. P. S.

Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e nº 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei nº 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998."

ANEXO IV

TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	A	III	III	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
D	I	I	A		
	V	V			
	IV	IV			
	III	III			
	II	II			
		I	I		
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA					Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Analista de Comércio Exterior					Analista de Comércio Exterior
Fiscal de Defesa Agropecuária					Fiscal Federal Agropecuário
Médico Veterinário					Fiscal Federal Agropecuário
Engenheiro Agrônomo - INCRA					Fiscal Federal Agropecuário
Inspetor e Analista da CVM					Inspetor e Analista da CVM
Analista Técnico da SUSEP					Analista Técnico da SUSEP

Subs. C. e. do G. N.

Ala Senador Teotônio Vilela — Gab. 23 — Senado Federal — Brasília/D

Fones: (0xx61) 311-2271/311-2272 — Fax: (0xx61) 323-2931 — e-mail: jonaspinho@senado.gov.br

Serviço de Comissão Mistas

MPV nº 2083 de 2006
70165-908/306
Fls. 132

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

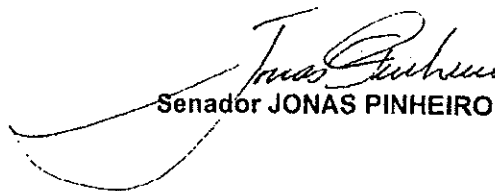
Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Art.º 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea nº218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP n.º 2048-26 de 29/06/2000 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o serviço de fiscalização exercido pelo INCRA no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

Sala das Comissões, em de de 2000

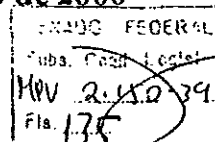

Senador JONAS PINHEIRO

MP 2.048-30

000091

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-30, DE 26 DE OUTUBRO
DE 2000, publicada no Diário Oficial de 27 outubro de 2000**

EMENDA Nº - ADITIVA



Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.048-30, de 2000, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO



A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal no 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala da Comissão, em

de 2000.

DOMÍCIANO
Deputado
Federal
CABRAL

MP 2.048-30

000092

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-30, DE 26 DE OUTUBRO
DE 2000, publicada no Diário Oficial de 27 outubro de 2000**

EMENDA Nº – ADITIVA

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist
MPV 2-150-30
Fis 178

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.048-30, de 2000, os seguintes artigos:

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legist
MPV 2229-43
Fis 139

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

20/222943 2001
340

JUSTIFICAÇÃO

139

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal no 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de

Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769,

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala da Comissão, em de de 2000


Mauro Benevides

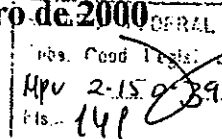
Deputado Federal PMDB/CE

MP 2.048-30

000093

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-30, DE 26 DE OUTUBRO
DE 2000, publicada no Diário Oficial de 27 outubro de 2000**

EMENDA Nº - ADITIVA



Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.048-30, de 2000, os seguintes artigos:

MPV 2229-43
142

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

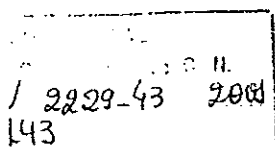
Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador - NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

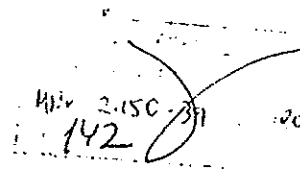
§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.



JUSTIFICAÇÃO



A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769,

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala da Comissão, em 11 de 11 de 2000

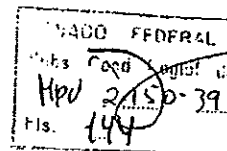

Luiz Moreira

Deputado Federal

Gabinete do Deputado *Álvaro Lins*

MP 2.048-30

000094

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-30, DE 27 DE OUTUBRO
DE 2000****EMENDA Nº – ADITIVA**

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.048-30, de 2000, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público

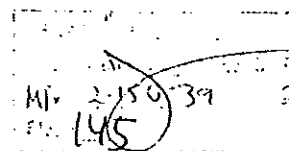
§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

MPV 2229-43 2001
146



A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

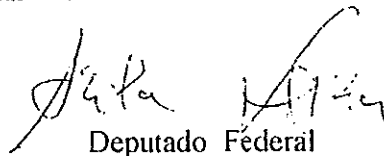
O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões. 21 de novembro de 2001.



Deputado Federal
PSDB/PI

MP 2.048-30

000095

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-30, DE 25 DE OUTUBRO
DE 2000, publicada no Diário Oficial de 27 outubro de 2000**

EMENDA Nº – ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.048-30, de 2000, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769.

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

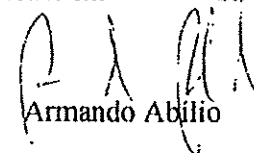
O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala da Comissão, em dc. de 2000



Armando Abílio
Deputado Federal

MP 2.048-30

000096

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-30, DE 2
DE 2000**

EMENDA Nº – ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.048-30, de 2000, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1.960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1.970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769.

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

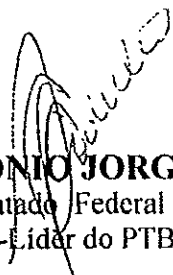
O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões,



ANTONIO JORGE
Deputado Federal
Vice-Líder do PTB

MP 2.048-30

000097

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-30, DE 26 DE OUTUBRO
DE 2000**

EMENDA Nº – ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.048-30, de 2000, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769,

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

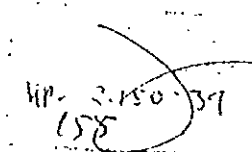
Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões.


Senador ARLINDO PORTO

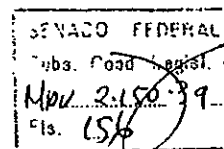


MP 2.048-30

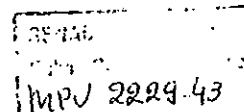
000098

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.048-30, DE 26 DE OUTUBRO
DE 2000**

EMENDA Nº – ADITIVA



Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.048-30, de 2000, os seguintes artigos:



CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

J 2229-43 2001
158

JUSTIFICAÇÃO

100 2/15/39
158

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769,

Serviços Públicos N.º

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

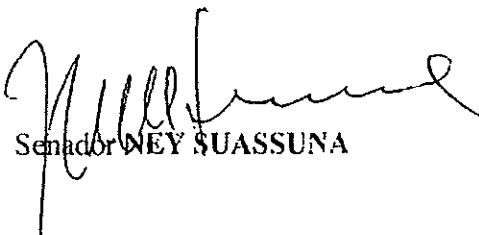
O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões.


Senador NEY SUASSUNA

159

MP 2048-31

000099

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data		Proposição	
		Medida Provisória nº 2048-31	
autor		nº do prontuário	
Deputado UBIRATAN AGUIAR			
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> substitutiva <input type="checkbox"/> modificativa <input type="checkbox"/> aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global			
Página 1/3	Artigo	Parágrafo	Inciso
alínea			
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO			

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.048-31, de 2000, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador -- NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e

ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769.

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

PARLAMENTAR

Brasília

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.048-32, ADOTADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2000 E PUBLICADA NO DIA 22 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTA	EMENDA N.º
Deputado IGOR AVELINO.....	100.

SACM
EMENDAS CONVALIDADAS: 099
EMENDAS ADICIONADAS: 001
TOTAL DE EMENDAS: 100

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS		MP 2048-32 000100
Data 26.12.2000	prop. Medida Provisória nº 2.048-32	
Autor Deputado IGOR AVELINO		nº do promissário 062
<div style="display: flex; justify-content: space-between; font-size: small;"> 1 Supressiva 2 Substitutiva 3 modificativa 4 aditiva 5 Substitutivo global </div>		
Página 6	Artigo 38	Parágrafo 1º
Inciso I		alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO		
<p>MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.048-32</p> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">Altera dispositivo acerca da criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e funcional e dá outras providências.</p> <p style="text-align: center; margin-top: 20px;">EMENDA MODIFICATIVA</p> <p style="margin-top: 20px;">Dê-se no inciso I, § 1º, art. 38 a seguinte redação:</p> <p style="margin-top: 20px;">Art. 38. Os integrantes da Carreira de Procurador Federal têm os direitos e deveres que lhes prevê a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1.990 e sujeitam-se às proibições e aos impedimentos estabelecidos nesta Medida Provisória.</p> <p style="margin-top: 20px;">§ 1º Ao Procurador Federal é proibido:</p> <p style="margin-top: 20px;">I – exercer a advocacia <u>contra a União Federal</u>;</p> <div style="display: flex; justify-content: space-between; margin-top: 20px;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: 30%;"> SENADO FEDERAL Subs. Coord. Leg. do C. N. MP 2.048-32/2000 Fls. 154 </div> <div style="text-align: center; width: 30%;"> JUSTIFICAÇÃO <div style="font-size: x-large; margin-top: 10px;">163</div> </div> <div style="width: 30%; text-align: right;"> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;"> MP nº 2.048-32 163 </div> </div> </div> <p style="margin-top: 20px;">A presente MP nº 2.048-32, de fato, visa corrigir distorções nas carreiras jurídicas da Administração Pública Federal, especialmente no que tange a isonomia de vencimentos consagrada na Constituição Federal.</p>		

Impende assinalar, no entanto, que se verificou nos últimos anos verdadeira migração de inúmeros profissionais para a iniciativa privada, justamente devido aos baixos vencimentos e falta de reajuste há mais de cinco anos, resultando num verdadeiro desfalque da burocracia estatal.

A presente emenda tem por escopo exatamente manter no âmbito do serviço público federal aqueles profissionais que exercem a militância forense, por isso mesmo, estão não só atualizados com as constantes alterações legais, como também e, especialmente, atentos às evoluções jurisprudenciais dos mais diversos Tribunais.

Com a proibição de exercer a advocacia "(...) *fora de suas atribuições*", implicaria em absoluta incompatibilidade com a militância forense de inúmeros profissionais das antigas carreiras que se pretende que passem a constituir a de Procurador Federal.

Sem dúvida, grande número dos integrantes das antigas carreiras do serviço jurídico que anteriormente somente tinham impedimento de advogar contra a União Federal – e justamente os mais qualificados para defesa do Estado na litigância forense –, deixarão o serviço público exatamente por conta dessa verdadeira incompatibilidade com o exercício da advocacia que se pretende implantar.

Dá a presente proposta de emenda ao art. 38, § 1º, inciso I, com vistas à permanência e atração de profissionais mais qualificados para a Administração Pública Federal.

415: 245-0 39 2001
164

Brasília-DF, 26 de dezembro de 2.000


IGOR AVELINO

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.136-34**, ADOTADA EM 26 DE JANEIRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÂRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Senador ARLINDO PORTO.....	109.
Deputado DOMICIANO CABRAL.....	110.
Deputado EDUARDO CAMPOS.....	101.
Senadora EMÍLIA FERNANDES.....	107.
Deputado GONZAGA PATRIOTA.....	102.
Deputado JORGE BITTAR.....	106.
Deputado MIRO TEIXEIRA.....	105.
Deputado NELSON MARQUEZELLI.....	111.
Deputado ROBERTO JEFFERSON.....	103 104 108.

SACM

EMENDAS CONVALIDADAS: 100

EMENDAS ADICIONADAS: 011

TOTAL DE EMENDAS: 111



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.136-34

000101

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 30/01/2001

Proposição: MP nº 2.136 - 34/01

Autor: Deputado Eduardo Campos

Nº Prontuário: 140

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/02

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Os arts. 1º da Medida Provisória, acrescentada dos artigos 24-A e 64-A, com parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal, Fiscal Federal Agropecuário e **Fiscal de Mineração**, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:*

CARREIRA DE FISCAL DE MINERAÇÃO

Art. 24-A. Fica criada a Carreira de Fiscal de Mineração - DNPM, composta de cargos de igual denominação, no Quadro de Pessoal do Ministério de Minas e Energia, regidos pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 64-A. Será de quarenta e cinco dias, contados a partir de 29 de janeiro de 2001, o prazo para encaminhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República da regulamentação da criação da Carreira de Fiscal de Mineração de que trata o art. 24-A.

Parágrafo único. Constará a regulamentação disposta no caput do texto da Medida Provisória reeditada posteriormente à data limite.

JUSTIFICATIVA

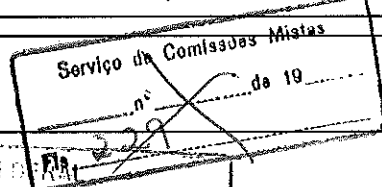
O artigo 13 da Lei nº 8.876/94 autorizou o Poder Executivo a instituir o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) como Autarquia, estabelecendo que seu quadro de pessoal seria organizado em carreiras. Esse dispositivo, entretanto, não foi consagrado até a presente data.

A postergação desse disciplinamento e a não criação do Plano de Carreiras previsto na lei e sua permanência no PCC junto a profissionais que não necessariamente possuem o mesmo nível de especialidade, trouxeram para os Fiscais

Assinatura

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.136-34 / 2001
Fls. 166

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2229-43 / 2001
Fls. 167





CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 30/01/01

Proposição: MP nº 2.136 - 34/01

Autor: Deputado Eduardo Campos

Nº Prontuário: 140

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☐ Modificativa 4. ☒ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 02/02

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

do DNPM um dos maiores achatamentos de salário de sua história, levando-os a situações desmotivadoras. Apesar desse quadro de baixos salários, seus profissionais continuam cumprindo suas atribuições, trabalhando com afinho e dedicação, elevando o conceito da instituição junto ao seu público usuário e à opinião pública em geral.

A criação proposta na presente emenda à MP, bem como a estruturação da Carreira de Mineração, permitira melhor distribuição das funções do órgão, estimulando um quadro técnico com dedicação exclusiva. Possibilitará, ademais, a instituição de progressão funcional que valorize o profissional e permita que suas conseqüências laborativas se identifiquem com o *ethos* do Estado.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2228-43 / 2001
Fls. 168

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.150-39 / 2001
Fls. 167

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 230

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.136-34

000102

DATA 29.01.2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-34			
AUTOR DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA		Nº PRONTUÁRIO		
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 01	ARTIGO 28	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Art. 1º Inclua-se no art. 28 da medida provisória o seguinte parágrafo:

“§ 3º Excepcionalmente e comprovada a necessidade e urgência para atendimento às carências de pessoal, poderão ser enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário os servidores redistribuídos de órgãos da administração pública federal com cargos assemelhados.”

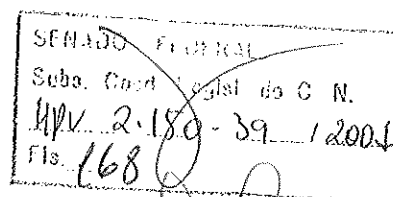
JUSTIFICATIVA

O texto da Medida Provisória nº 2.136-34 dispõe sobre a transformação dos cargos das carreiras de Fiscal de Defesa Agropecuária e Médico Veterinário em Fiscais Federais Agropecuários, considerando, numa visão centralizada, apenas aqueles que prestam serviços diretamente ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

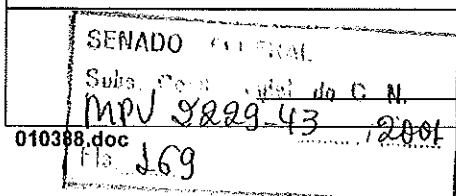
Ocorre que deve-se também lembrar daqueles que atuam em órgãos federais em cargos assemelhados, sejam eles Médicos Veterinários, Agrônomos ou outros relacionados à área, os quais não estão diretamente vinculados ao Ministério, como é o caso, por exemplo, daqueles que trabalham no Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS.

Assim, para corrigir tal distorção e conceder tratamento justo e igualitário a todos os servidores de órgãos federais, os quais se encontram em condição de igualdade com aqueles beneficiados pela medida provisória, apresentamos a presente emenda e contamos com o apoio dos nobres colegas para que esta seja aprovada.

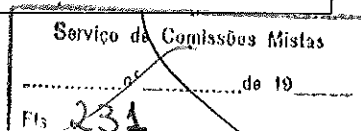
01038800.168



29.01.01



ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO		
31/01/2001		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-34, 26.01.2001		
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO		
Deputado ROBERTO JEFFERSON		323		
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01/02				
TEXTO				

Suprima-se o parágrafo único do artigo 39, acrescentado-se ao mesmo artigo o inciso VI, com a seguinte redação:

“VI - Procurador do Banco Central do Brasil”, procedendo-se, em consequência às necessárias supressões ou adequações nos seguintes dispositivos:

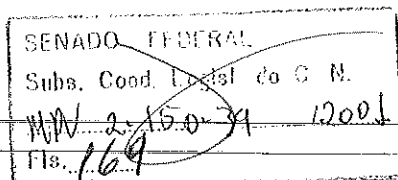
- Art. 1º, VII;
- Art. 40, § 1º;
- Art. 46, § 2º;
- Art. 51 (artigos 4º; 11, I, II e II; 17-A, seus incisos e parágrafo único da Lei nº 9.650/98);
- Art. 53, e
- Art. 54.

JUSTIFICAÇÃO

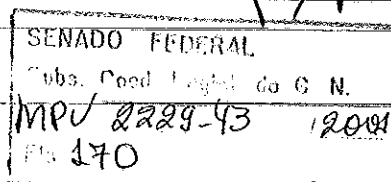
O Constituinte de 1988, atento às dificuldades na defesa do erário e na representação judicial e extrajudicial da União, suas autarquias e fundação, determinou a criação da Advocacia-Geral da União, unificando os órgãos jurídicos e as respectivas carreiras.

A implantação do comando contido nos artigos 131 e seguintes da Constituição Federal revelou-se uma tarefa gigantesca.

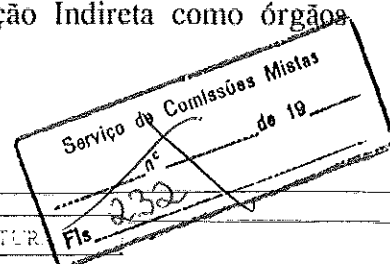
O Poder Executivo, dentro das possibilidades, foi adotando sucessivas medidas, a começar pela Lei Complementar nº 73/93, que deu a organização inicial da AGU, nela incluindo os órgãos jurídicos da Administração Direta e já classificando os da Administração Indireta como órgãos vinculados.



DATA



ASSINATUR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

SENADO FEDERAL	
Subs. Coord. Legisl. do C. N.	
MPV 2229-43	12001
Fls 174	

DATA		PROPOSIÇÃO	
31/01/2001		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-34, 26.01.2001	
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO	
Deputado ROBERTO JEFFERSON		323	
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA
5 - SUBSTITUTIVO GERAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
02/02			
TEXTO			

Sucessivas leis e normas infra legais foram aperfeiçoando a AGU, objetivando cumprir, de forma racional, o comando constitucional.

Neste contexto, a edição da MP nº 2.136-34, de 26.01.2001, constitui-se em mais um aperfeiçoamento, procedendo à unificação das carreiras jurídicas de Administração Federal Indireta, medida preparatória para a futura inclusão como carreira efetiva da AGU.

Entretanto, por uma redação equivocada, os Procuradores do Banco Central do Brasil foram excluídos de unificação na carreira de Procurador Federal, inobstante manifestação pró-unificação firmada por mais de 90% dos Procuradores do BACEN.

A unificação na AGU, portanto, atende a imperativo constitucional e se traduz como decisão de governo a oportunidade, face à decorrente melhoria na proteção do erário e do controle da legalidade.

Não se justifica, assim, a exclusão de procuradores de quaisquer órgãos. Ou se trata de atender ao comando constitucional e objetivar a melhoria de defesa do Estado, algo bom para o Estado - e para os cidadãos contribuintes - devendo portanto incluir todas as carreiras jurídicas, ou não se enquadra neste contexto, não devendo ocorrer para nenhuma carreira.

Importa notar que o Supremo Tribunal Federal determinou a inclusão dos servidores do BACEN no Regime Jurídico Único, decidindo que a regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal não pode dizer respeito aos servidores e carreiras do BACEN, devendo ficar restrita à organização e funcionamento do sistema financeiro.

Desta forma, impõe-se o aditamento ora proposto, suprimindo-se o parágrafo único do artigo 39, e procedendo-se às adequações necessárias nos demais artigos e nos anexos da MP.

SENADO FEDERAL	
Subs. Coord. Legisl. do C. N.	
MPV 2.136-34	12001
Fls 170	

Roberto Jefferson

Serviço das Comissões Mistas	
Nº	de 19
Fls 233	

ASSINATURA

MP 2.136-34

000104

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO		
31/01/2001		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-34, 26.01.2001		
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO		
Deputado ROBERTO JEFFERSON		323		
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01/01				
TEXTO				

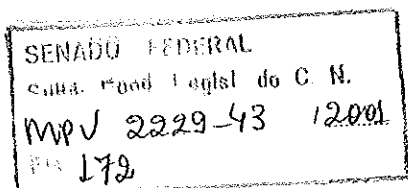
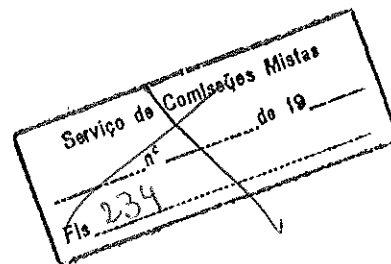
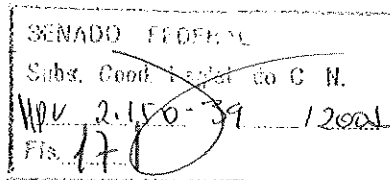
Adite-se um § 2º ao artigo 44, com a redação abaixo, renumerando-se o seu parágrafo único como § 1º.

“§ 2º - Procedido o enquadramento na Carreira de Procurador Federal, na forma do artigo 40 e seu § 1º, eventual diferença a maior entre a remuneração do servidor e a nova remuneração será considerada como vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita aos futuros aumentos e reajustes, a ser absorvida por ocasião da fixação dos subsídios”.

JUSTIFICAÇÃO

Sendo a remuneração dos servidores irredutível, deve-se manter os valores percebidos quando superiores aos fixados pela nova sistemática, desde que observados os limites legais de remuneração.

Há inúmeros casos de Procuradores que, ao ingressarem na nova carreira, poderão ter prejuízos futuros em seus vencimentos.



ASSINATURA

DATA



MP 2.136-34

000105

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 31.01.2001		Proposição: MP Nº 2136-34		
Autor: MIRO TEIXEIRA (PDT/RJ)		Prontuário 317		
1. Supressiva	2. Substitutiva	2. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso/Alínea	Página: 1/1

Dê-se ao art. 56 da MP nº 2.136 a seguinte redação:

"art. 56. As gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 incorporam-se, desde a edição dessa medida provisória, aos proventos da aposentadoria e às pensões."

Justificativa

A medida provisória em questão reestrutura carreiras existentes, cria novas e, neste contexto extingue gratificações, criando outras. Surge, nesse ponto, a questão da extensão do mesmo tratamento conferido aos servidores da ativa aos aposentados e pensionistas.

O art. 56 da Medida Provisória ataca parcialmente a questão pois estabelece nos §§ 1º e 2º que a aplicação do disposto na medida provisória não poderá ensejar redução de proventos e pensões. Caso essa redução ocorra, a diferença será paga a título de vantagem pessoal.

Desta forma, o Governo assegura apenas a não redução das aposentadorias e pensões. No entanto, esta redução é insuficiente para tornar efetiva a dicção do § 8º do art. 40 da CF que estabelece a paridade de remuneração e provento de aposentadoria.

Explica-se. As carreiras estão sendo reestruturadas e extintas as gratificações existentes, sendo criadas novas. No entanto as novas gratificações, por força do inciso I do art. 56 da MP, somente serão incorporadas aos proventos de aposentadoria e pensões após cinco anos de sua percepção.

Logo, as pessoas que já estão aposentadas não farão jus à incorporação da nova gratificação e terão extintas as gratificações já existentes, recebendo em seu lugar parcela individualmente identificada como vantagem pessoal. Caracteriza-se, assim, flagrante violação ao § 8º do art. 40 que estabelece a paridade. Pelo exposto, oferecemos a presente emenda.

Sala da Comissão, 31 de janeiro de 2001

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2.136-34 12001
Fls. 172

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19 ____
Fls. 235

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MPV 2229-49 12001
Fls. 173



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.136-34

000106

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 01/02/2001	proposição Medida Provisória nº 2136-34
--------------------	--

autor Dep. Jorge Bittar	nº do prontuário
----------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

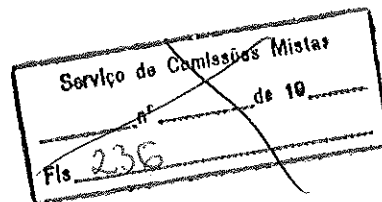
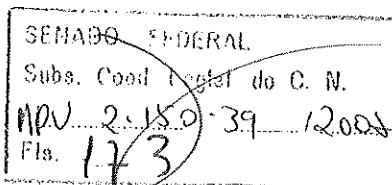
Página	Artigo 65	Parágrafo 2º	Inciso III	Alínea "c"
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Substituir o item "c" do inciso III do parágrafo 1º artigo 65 pelo novo texto abaixo:

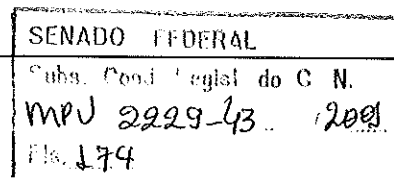
" c) cinquenta por cento das CD's níveis 1,2,3 e 4 "

JUSTIFICAÇÃO

Até a 32ª reedição da MP 2136, o texto era o proposto nesta emenda, e portanto sendo pago aos beneficiários este valor a mais de dois anos e meio. Sem nenhuma explicação foi alterado as percentagens de 50% para 25% das CD's.



PARLAMENTAR

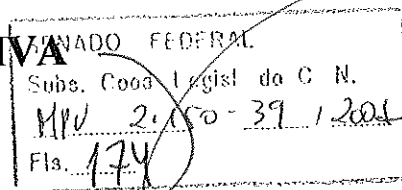




MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-34, DE 26 DE JANEIRO DE 2001

EMENDA Nº

– ADITIVA



Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.136-34, de 2001, os seguintes artigos:

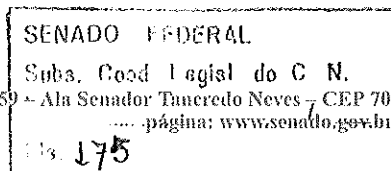
CARREIRAS DE TÉCNICO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO

Art. . Ficam criadas as Carreiras de Técnico Federal Agropecuário, de nível médio, e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, de nível Auxiliar, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . As Carreiras de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário têm por atribuições, respectivamente, em nível médio e auxiliar, o apoio às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Art. . São transformados em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Agente de Atividade Agropecuária – NM 1007, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal – NM 1047 e de Técnico de Laboratório – NM 1005 e, em





cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Auxiliar Operacional em Agropecuária – NA 1007 e de Auxiliar de Laboratório – NA 1005, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades referidas no artigo anterior, na forma do Anexo IV.

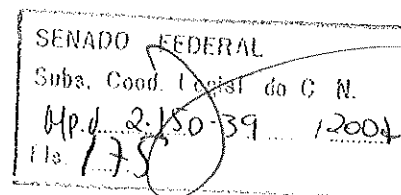
§ 1º Serão enquadrados nas Carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, de que trata o art. 30 desta Lei.

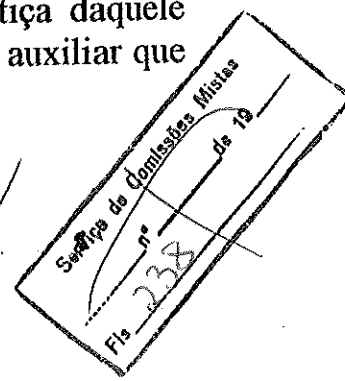
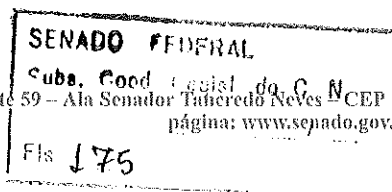
Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal Agropecuário equivalem a sessenta por cento dos valores dos fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo Anexo.

JUSTIFICAÇÃO



A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, constante da Medida Provisória nº 2.048-29, de 2000, é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuário.

Faz-se necessário, entretanto, corrigir uma injustiça daquele ato que não contemplou, também, os servidores de nível médio e auxiliar que





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora **EMÍLIA FERNANDES**

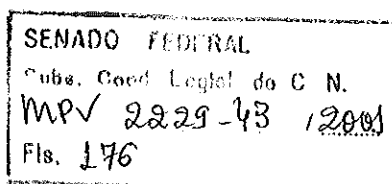
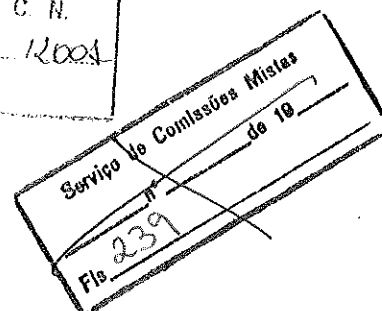
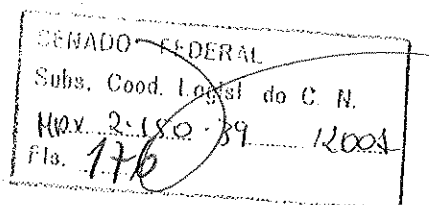
atuam no apoio técnico às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Trata-se, aqui, de função fundamental para o sucesso da fiscalização agropecuária, tão importante para o nosso País.

Assim, com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame e corrigindo uma grave injustiça, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões,


Senadora **EMÍLIA FERNANDES**



MP 2.136-34

000108

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO		
31/01/2001		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-34, 26.01.2001		
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO		
Deputado ROBERTO JEFFERSON		323		
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01/01				
TEXTO				

Adite-se à MP nº 2.136-34, de 26.01.2001, o seguinte artigo:

"Art - O titular do cargo de Procurador do Banco Central do Brasil, independentemente de haver ou não completado o estágio probatório, poderá, mediante requerimento ao Advogado-Geral da União, ser redistribuído para outra autarquia ou fundação federal.

§ 1º. A redistribuição implicará o enquadramento na Carreira de Procurador Federal, nos termos do § 1º do artigo 40.

§ 2º Eventual diferença a maior entre a remuneração do servidor e a remuneração do novo cargo será considerada vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita aos futuros aumentos e reajustes, a ser absorvida por ocasião da fixação dos subsídios."

JUSTIFICAÇÃO

Os Procuradores do Banco Central do Brasil exercem atividade jurídica da mesma natureza dos Procuradores Federais, havendo o texto da MP omitido a possibilidade de sua redistribuição para outras autarquias ou fundações, o que constitui discriminação vedada pela Constituição Federal.

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2.150-39 12001
Fls. 177

Serviço de Comissões Mistas
nº _____ de 19____
Fls. 240

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legis. do C. N.
MPV 2228-43 12001
Fls. 177

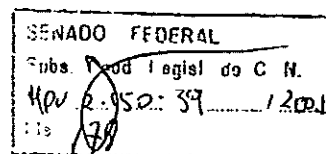
Roberto Jefferson

ASSINATURA

DATA

MP 2.136-34

000109

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-34, DE 26 DE JANEIRO
DE 2001****EMENDA Nº – ADITIVA**

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2136-34, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

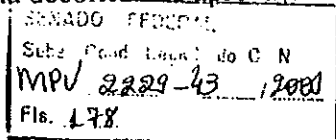
Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.



§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretroatável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769,

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões.


Senador ARLINDO PORTO

MP 2.136-34
000110

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-34, DE 26 DE JANEIRO
DE 2001**

EMENDA Nº – ADITIVA

SENADO FEDERAL
Subs. Coord. Legisl. do C. N.
MAP 2229-43 1001
Fls 181

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2136-34, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769,

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões,



Deputado DOMICIANO CABRAL

MP 2.136-34

000111

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-3/2001**EMENDA ADITIVA****(AUTOR: Deputado NELSON MARQUEZELLI)**

Adite-se à Medida Provisória nº 2136-3/2001, o seguinte:

“Os caputs dos artigos: 1º, 25, 26, 27 e seu parágrafo único, 28 e seu parágrafo 1º, 30, e 31, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

- I a sanidade das populações vegetais, seus produtos e subprodutos;
- II a saúde dos rebanhos animais, seus produtos e subprodutos;
- III a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;
- IV a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores;
- V a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias; e
- VI os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário - NS 910, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio, os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuárias NM-1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM-1047 e Técnicos de Laboratório NM-1005 e de Auxiliar Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em

Agropecuária NM-1007 e de Auxiliar de Laboratório NM-1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.

1º Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5º de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

JUSTIFICATIVA

A proposta que apresento implica na transformação dos cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agente de Atividade Agropecuária, Técnico de Laboratório, Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, e a transposição de seus ocupantes, caso estejam de fato exercendo as atividades de fiscalização e inspeção agropecuária, para os cargos da nova carreira de Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário.

Dessa forma ressalto que o Ministério da Agricultura poderá exercer de forma eficiente e eficaz dentre as suas atribuições constitucionais, aquelas previstas no art. 23, VIII da Constituição Federal, de fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar em consonância com as atividades de produção, defesa, inspeção e fiscalização da classificação e certificação dos produtos, subprodutos e derivados animais e vegetais, que são exercidas por meio dos Fiscais Federais Agropecuário, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes de Atividades Agropecuária, Técnicos de Laboratório, Auxiliares Operacionais em Agropecuária e Auxiliares de Laboratório.

Portanto, cumprindo assim, atribuições de fiscalização, inspeção, certificação e controle de insumos, meios tecnológicos e trânsito internacional de animais, vegetais e seus derivados, os profissionais já mencionados fazem jus a integrar uma nova carreira sob a designação de Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário.

Brasília, 31 de janeiro de 2001.

NELSON MARQUEZELLI
Deputado Federal/PTB/SP

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-35, ADOTADA EM 23 DE FEVEREIRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ALBERTO FRAGA	125
Deputado AUGUSTO NARDES	120
Deputado BARBOSA NETO	119
Deputado CARLOS BATATA	123
Deputado EULER MORAIS	122
Deputado HUGO BIEHL	124
Deputada MARINHA RAUPP	112
Deputado NELSON MARCHEZAN	113, 114, 115
Deputado ROBERTO BALESTRA	121
Deputado ROBERTO JEFFERSON e outros	116, 117, 118, 127
Senador TIÃO VIANA	126

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 127

Convalidadas - 111
 Adicionadas - 016

MP 2.136-35

000112

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 02/03/ 2001	proposição Medida Provisória n.º 2.136-35
Autor Deputada Marinha Raupp	n.º do provisório
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Adite-se à Medida Provisória n.º 2136-35, de 23 de Fevereiro de 2001, o seguinte:

“ Os caputs dos artigos : 1º, 25, 26, 27 e seu parágrafo único, 28 e seu parágrafo 1º, 30 e 31, passam a vigorar com as seguintes redações:”

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei n.º 9.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem sua correlação estabelecida no anexo IV.

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio, os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuárias NM – 1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM – 1047, Técnicos de Laboratórios NM-1005 e de Auxiliar Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuária NM-1007 e de Auxiliar de Laboratório NM-1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnicos Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Fiscalização Agropecuária – GDFA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnicos Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 31. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário são os constantes do Anexo X, os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal de Nível Médio equivalem a sessenta por cento dos valores fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Federal Agropecuário equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo Anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE PROPOSTA VISA CORRIGIR UMA INJUSTIÇA, POIS A MEDIDA PROVISÓRIA 2136-35 NÃO INCLUI OS SERVIDORES DE NÍVEL MÉDIO E AUXILIAR QUE ATUAM NO APOIO TÉCNICO ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE, INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEFESA AGROPECUÁRIA QUE EXERCEM IMPRESCINDÍVEIS E RELEVANTES SERVIÇOS E HOJE INTEGRAM AS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE AGENTES DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, AUXILIAR OPERACIONAL EM AGROPECUÁRIA, AGENTES DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS E AUXILIARES DE LABORATÓRIOS, CUJAS AÇÕES SÃO RECONHECIDAMENTE COMPLEXAS E QUALIFICADAS, EXIGINDO DOS PROFISSIONAIS PERÍCIA E CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA, POIS NÃO SE LIMITAM APENAS À VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E APURAÇÃO QUANTITATIVA DE PRODUTOS E SEUS DERIVADOS E SIM À REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEXOS DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, DA FORMA E DO ESTÁGIO DE MATURAÇÃO EM QUE FORMA COLHIDAS, TRATADAS, MANUSEADAS, EMBALADAS E DO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM NO MOMENTO DO EMBARQUE PARA QUE POSSAM SER CERTIFICADAS COMO ADEQUADAS À EXPORTAÇÃO, PARA O TRÂNSITO INTERESTADUAL E PARA O CONSUMO INTERNO, SEM COLOCAR EM RISCO A SAÚDE HUMANA.

SALIENTAMOS QUE A TRANSFORMAÇÃO DOS ATUAIS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, INTEGRANTES DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E ACIMA RELACIONADOS EM TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO SE FAZ NECESSÁRIO EM VIRTUDE DA EXIGÊNCIA FEITA POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS QUANTO À OBRIGATORIEDADE DA CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS SER REALIZADA POR TÉCNICOS PERTENCENTES AOS QUADROS FUNCIONAIS DA UNIÃO.

O TRABALHO DESTES TÉCNICOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA OS PLANOS GOVERNAMENTAIS, SENDO UMA NECESSIDADE IMPERATIVA PARA A MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES NO SETOR AGROPECUÁRIO TENDO EM VISTA QUE CABE AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO A RESPONSABILIDADE DE DISPONIBILIZAR PRODUTOS SAUDÁVEIS, COMPATÍVEIS COM A PROTEÇÃO DOS ECOSISTEMAS E ISENTOS DE CONTAMINAÇÃO DE QUALQUER TIPO, INCLUSIVE COM O ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE ENGENHARIA GENÉTICA DOS ANIMAIS E VEGETAIS, BEM COMO AS RESPECTIVAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CONSUMO HUMANO DIRETO E INDIRETO.

ESSA RESPONSABILIDADE TORNA-SE MAIOR NESTA ÉPOCA DE GLOBALIZAÇÃO, ONDE O COMÉRCIO MULTILATERAL, ENVOLVENDO VÁRIAS NAÇÕES, TORNA A FISCALIZAÇÃO E A INSPEÇÃO UM SERVIÇO DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA O MERCADO INTERNACIONAL. COMO PODE-SE EVIDENCIAR, HOJE, COM O ESCÂNDALO DA "VACA LOUCA".

PARLAMENTAR

Brasília 02 de Março de 2001

R. S. P.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.136-35

000113

DATA 12/03/01	PROPO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-35			
AUTOR DEPUTADO NELSON MARCHEZAN			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO XIII	ALÍNEA

TEXTO

35: Acrescente-se o seguinte inciso XIII ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.136-

*Art. 1º

XIII - Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda vincula-se a duas outras de nossa autoria (referentes aos arts. 27 e 35 da MP), nas quais estamos propondo a transformação dos seguintes cargos, pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento:

I - transformação, em cargos de Técnico Federal Agropecuário, dos atuais cargos de Agente de Atividades Agropecuárias, Agente de Inspeção Sanitária e Industrial e de Produtos de Origem Animal e Técnicos de Laboratório;

II - transformação, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, dos atuais cargos de Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório.

A criação dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, mediante a referida transformação, é apoiada pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujas razões acompanhamos nesta proposição:

"As ações dos atuais ocupantes daqueles cargos são reconhecidamente complexas e qualificadas exigindo dos profissionais perícia e capacitação específica. Daí a necessidade de regulamentar tais atividades, tendo em vista a necessária manutenção da harmonia do corpo funcional da defesa agropecuária.

Analisando-se a correlação de atribuições dos cargos acima referidos com as atividades desenvolvidas pelos atuais Fiscais Federais Agropecuários, verifica-se que as ações de fiscalização exercidas por esses profissionais técnicos de nível médio são essenciais, por não se limitarem apenas à verificação de documentação e apuração quantitativa de produtos e seus derivados.

O desempenho destas atribuições requer a realização de exames complexos das condições de produção, da forma e do estágio de maturação em que foram colhidas.

tratadas, manuseadas, embaladas e do estado em que se encontram no momento do embarque, para que possam ser certificadas como adequadas para exportação, para o trânsito interestadual e para o consumo interno, sem colocar em risco a saúde humana, sempre sob supervisão do Fiscal Federal Agropecuário, o que caracteriza um complemento harmonioso e indispensável às exigências salutaras para o bom desempenho da missão institucional desta Pasta.

A transformação dos atuais cargos de nível médio, integrantes do sistema de fiscalização de produtos agropecuários e acima relacionados, em Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário se impõe, ainda, em face de Acordos Internacionais, dos quais o Brasil é signatário, que contêm exigência quanto à obrigatoriedade da certificação de produtos ser realizada por técnicos pertencentes aos quadros funcionais da União." (Aviso 391/2000)

Considerando, assim, a importância da criação dos referidos cargos para o desempenho satisfatório das atribuições do referido Ministério, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a presente iniciativa.

ASSINATURA	Fls. 324
------------	----------

marchezan

MP 2.136-35

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000114

DATA 12/03/01	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-35			
AUTOR DEPUTADO NELSON MARCHEZAN			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO				
1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 (x) MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO 27	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				

Dê-se ao art 27 da Medida Provisória nº 2.136-35 a seguinte redação:

"Art. 27 Os ocupantes dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário, Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário têm por atribuição assegurar, em todo território nacional:

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário, Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda vincula-se a outras de nossa autoria (referentes aos arts. 1º e 35 da MP), nas quais é proposta a transformação dos seguintes cargos, pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento:

I – transformação, em cargos de Técnico Federal Agropecuário, dos atuais cargos de Agentes de Atividades Agropecuárias, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial e de Produtos de Origem Animal e Técnicos de Laboratório;

II – transformação, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, dos atuais cargos de Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório.

A criação dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, mediante a referida transformação, é apoiada pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujas razões acompanhamos nesta proposição:

“As ações dos atuais ocupantes daqueles cargos são reconhecidamente complexas e qualificadas exigindo dos profissionais perícia e capacitação específica. Daí a necessidade de regulamentar tais atividades, tendo em vista a necessária manutenção da harmonia do corpo funcional da defesa agropecuária.

Analisando-se a correlação de atribuições dos cargos acima referidos com as atividades desenvolvidas pelos atuais Fiscais Federais Agropecuários, verifica-se que as ações de fiscalização exercidas por esses profissionais técnicos de nível médio são essenciais, por não se limitarem apenas à verificação de documentação e apuração quantitativa de produtos e seus derivados.

O desempenho destas atribuições requer a realização de exames complexos das condições de produção, da forma e do estágio de maturação em que foram colhidas, tratadas, manuseadas, embaladas e do estado em que se encontram no momento do embarque, para que possam ser certificadas como adequadas para exportação, para o trânsito interestadual e para o consumo interno, sem colocar em risco a saúde humana, sempre sob supervisão do Fiscal Federal Agropecuário, o que caracteriza um complemento harmonioso e indispensável às exigências salutaras para o bom desempenho da missão institucional desta Pasta.

A transformação dos atuais cargos de nível médio, integrantes do sistema de fiscalização de produtos agropecuários e acima relacionados, em Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário se impõe, ainda, em face de Acordos Internacionais, dos quais o Brasil é signatário, que contêm exigência quanto à obrigatoriedade da certificação de produtos ser realizada por técnicos pertencentes aos quadros funcionais da União.” (Aviso 391/2000)

Considerando, assim, a importância da criação dos referidos cargos para o desempenho satisfatório do referido Ministério, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a presente iniciativa.

142 2001

Serviço de Certificação

Assinatura

marchezani

MP 2.136-35

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000115

DATA 12/03/2001	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-35			
AUTOR DEPUTADO NELSON MARCHEZAN			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 35	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se à MP o seguinte art. 35. no subtítulo "CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO, renumerando-se os demais artigos:

"CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO E CARGOS DE TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO

Art. 35. São transformados:

I - em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os cargos de Agentes de Atividades Agropecuárias, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial e de Produtos de Origem Animal e Técnicos de Laboratório pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;

II - em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, os cargos de Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

§ 1º Os cargos transformados nos termos deste artigo são estruturados na forma do anexo I - b, tendo seus vencimentos no anexo VIII.

§ 2º Os ocupantes dos cargos de que trata este artigo farão jus à gratificação instituída pelo art. 30.

§ 3º Caberá ao Poder Executivo fixar os critérios de correlação para os cargos transformados na forma deste artigo."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda vincula-se a duas outras de nossa autoria (referentes aos arts. 1º e 27 da MP), nas quais estamos propondo a transformação dos seguintes cargos, pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento:

I – transformação, em cargos de Técnico Federal Agropecuário, dos atuais cargos de Agentes de Atividades Agropecuárias, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial e de Produtos de Origem Animal e Técnicos de Laboratório;

II – transformação, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, dos atuais cargos de Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório.

A criação dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, mediante a referida transformação, é apoiada pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujas razões acompanhamos nesta proposição:

“As ações dos atuais ocupantes daqueles cargos são reconhecidamente complexas e qualificadas exigindo dos profissionais perícia e capacitação específica. Daí a necessidade de regulamentar tais atividades, tendo em vista a necessária manutenção da harmonia do corpo funcional da defesa agropecuária.

Analisando-se a correlação de atribuições dos cargos acima referidos com as atividades desenvolvidas pelos atuais Fiscais Federais Agropecuários, verifica-se que as ações de fiscalização exercidas por esses profissionais técnicos de nível médio são essenciais, por não se limitarem apenas à verificação de documentação e apuração quantitativa de produtos e seus derivados.

O desempenho destas atribuições requer a realização de exames complexos das condições de produção, da forma e do estágio de maturação em que foram colhidas, tratadas, manuseadas, embaladas e do estado em que se encontram no momento do embarque, para que possam ser certificadas como adequadas para exportação, para o trânsito interestadual e para o consumo interno, sem colocar em risco a saúde humana, sempre sob supervisão do Fiscal Federal Agropecuário, o que caracteriza um complemento harmonioso e indispensável às exigências salutaras para o bom desempenho da missão institucional desta Pasta.

A transformação dos atuais cargos de nível médio, integrantes do sistema de fiscalização de produtos agropecuários e acima relacionados, em Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário se impõe, ainda, em face de Acordos Internacionais, dos quais o Brasil é signatário, que contêm exigência quanto à obrigatoriedade da certificação de produtos ser realizada por técnicos pertencentes aos quadros funcionais da União.” (Aviso 391/2000)

Considerando, assim, a importância da criação dos referidos cargos para o desempenho satisfatório do referido Ministério, contamos com o apoio dos ilustres Pares para a presente iniciativa.

10161402.117		Serviço de Contas Múltiplas	
ASSINATURA		Fls. 328	
março/2002		Fls. 194	
Fls. 190		Fls. 194	

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.136-35

000116

DATA		PROPOSIÇÃO		
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-35				
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO		
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01/03				
TEXTO				

Suprima-se o parágrafo único do artigo 39, acrescentado-se ao mesmo artigo o inciso VI, com a seguinte redação:

"VI - Procurador do Banco Central do Brasil", procedendo-se, em consequência às necessárias supressões ou adequações nos seguintes dispositivos:

- Art. 1º, VII;
- Art. 40, § 1º;
- Art. 46, § 2º;
- Art. 51 (artigos 4º; 11, I, II e III; 17-A, seus incisos e parágrafo único da Lei nº 9.650/98);
- Art. 53, e
- Art. 54.

JUSTIFICAÇÃO

O Constituinte de 1988, atento às dificuldades na defesa do erário e na representação judicial e extrajudicial da União, suas autarquias e fundação, determinou a criação da Advocacia-Geral da União, unificando os órgãos jurídicos e as respectivas carreiras.

A implantação do comando contido nos artigos 131 e seguintes da Constituição Federal revelou-se uma tarefa gigantesca.

DATA _____

ASSINATURA _____

ASSINATURA Nº _____ de 10

O Poder Executivo, dentro das possibilidades, foi adotando sucessivas medidas, a começar pela Lei Complementar nº 73/93, que deu a organização inicial da AGU, nela incluindo os órgãos jurídicos da Administração Direta e já classificando os da Administração Indireta como órgãos vinculados.

Sucessivas leis e normas infra legais foram aperfeiçoando a AGU, objetivando cumprir, de forma racional, o comando constitucional.

Neste contexto, a edição da MP nº 2.136-34, de 26.01.2001, constitui-se em mais um aperfeiçoamento, procedendo à unificação das carreiras jurídicas de Administração Federal Indireta, medida preparatória para a futura inclusão como carreira efetiva da AGU.

Entretanto, por uma redação equivocada, os Procuradores do Banco Central do Brasil foram excluídos de unificação na carreira de Procurador Federal, inobstante manifestação pró-unificação, firmada por mais de 90% dos Procuradores do BACEN.

A unificação na AGU, portanto, atende a imperativo constitucional e se traduz como decisão de governo a oportunidade, face à decorrente melhoria na proteção do erário e do controle da legalidade.

Não se justifica, assim, a exclusão de procuradores de quaisquer órgãos. Ou se trata de atender ao comando constitucional e objetivar a melhoria de defesa do Estado, algo bom para o Estado - e para os cidadãos contribuintes - devendo portanto incluir todas as carreiras jurídicas, ou não se enquadra neste contexto, não devendo ocorrer para nenhuma carreira.

DATA _____

MAIO 2001
 - da Coord. Legisl. do G. N.
 MPV 2299-43 12001
 Fls. 196

Serviço do Comissário Militar
 ASSINATURA _____ de 19 ____
 Fls. 330
 ESL-CPD-EMENDAS98.DOC

MP 2.136-35

000117

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

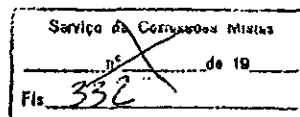
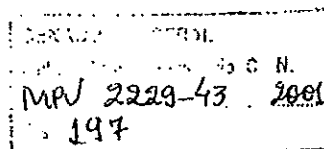
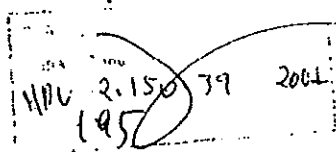
DATA		PROPOSIÇÃO		
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-35				
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO		
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01				
TEXTO				

Adite-se um § 2º ao artigo 44, com a redação abaixo, renumerando-se o seu parágrafo único como § 1º.

"§ 2º - Procedido o enquadramento na Carreira de Procurador Federal, na forma do artigo 40 e seu § 1º, eventual diferença a maior entre a remuneração do servidor e a nova remuneração será considerada como vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita aos futuros aumentos e reajustes, a ser absorvida por ocasião da fixação dos subsídios".

JUSTIFICAÇÃO

Sendo a remuneração dos servidores irredutível, deve-se manter os valores percebidos quando superiores aos fixados pela nova sistemática, desde que observados os limites legais de remuneração.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

DATA

ASSINATURA

ESL-CPD-EMENDAS98.DOC

TEXTO

Importa notar que o Supremo Tribunal Federal determinou a inclusão dos servidores do BACEN no Regime Jurídico Único, decidindo que a regulamentação do artigo 192 da

Constituição Federal não pode dizer respeito aos servidores e carreiras do BACEN, devendo ficar restrita à organização e funcionamento do sistema financeiro.

Desta forma, impõe-se o aditamento ora proposto, suprimindo-se o parágrafo único do artigo 39, e procedendo-se às adequações necessárias nos demais artigos e nos anexos da MP.

DATA

ASSINATURA

Serviço de Comissões

Fls. 331

CÓDIGO EMENDAS 000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2.136-35

000118

DATA

PROPOSIÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-35

AUTOR

Nº PRONTUÁRIO

1 - SUPRESSIVA

2 - SUBSTITUTIVA

3 - MODIFICATIVA

4 - ADITIVA

5 - SUBSTITUTIVO GERAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

01/02

TEXTO

O artigo 56 para a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 - Para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria ou às pensões, as gratificações de que tratam os artigos 8º, 13, 19, 30 e 41 desta Medida Provisória:

Nº 2.136-35 2001
Fls. 199

I - somente serão devidas se percebidas há pelo menos um ano; e

II - serão calculados pela média aritmética dos últimos doze meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão.

§ 1º - A aplicação do disposto nesta Medida Provisória a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

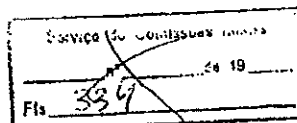
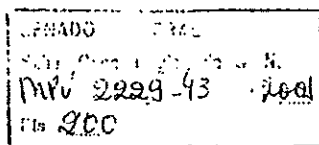
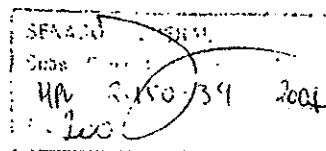
§ 2º - Constatada a redução de proventos ou pensão decorrentes da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

TEXTO

JUSTIFICAÇÃO

A redação original exigia o período de cinco anos para a incorporação da GDAJ aos proventos e pensões, medida que não se justifica na medida em que o período exigido para as carreiras de que trata a MP 2.093-22, no § 6º do seu artigo 15 (grupo fiscalização) é de apenas de doze meses.


Assim, impõe-se a modificação.



DATA

ASSINATURA

ESL CPD-ENIENDAS98.DOC

 CONGRESSO NACIONAL	101	MP 2.136-35 000119
	APRESENTAÇÃO DE EMENDAS	

data	proposição
	Medida Provisória nº 2.136-35, de de de
autor	nº do prontuário
Deputado Barbosa Neto	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página 02 de 02	Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA
MP N.º 2.136-35, DE DE DE

Acrescentem-se, os Artigos e Parágrafos onde couber na Medida Provisória nº 2.136-35 de 2001, referente ao Artigo:

CARREIRA DE TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO.

Art. Ficam criadas as carreiras de Técnico Federal Agropecuário, de nível médio e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário de nível auxiliar, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

Art. As carreiras de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo II.

Art. Os ocupantes de cargos de Técnico Federal Agropecuario e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario têm por atribuições, respectivamente, em nível médio e auxiliar, o apoio às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Art. São transformados em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Agente de Atividade Agropecuária - NM-1607, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - NM-1047 e de Técnico de Laboratório - NM-1005 e, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario, os atuais cargos efetivos de Auxiliar Operacional em Agropecuária - NA-1007 e de Auxiliar de Laboratório NA-1005 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades referidas no artigo anterior, na forma do anexo IV.

§ 1º Serão enquadrados na carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Brasília.	PARLAMENTAR	Serviço de Comissão
Sub: MPV 2229-43 / 2001	BARBOSA NETO	de 19
201	Deputado Federal - PMDB/GO	Fls. 335

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso em quadro em extinção.

Art. É devida aos ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário a Grauficação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDFAA, de que trata o Art. 30 desta Lei.

Art. Os Valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Técnico Federal Agropecuário equivalem a sessenta por cento dos valores dos fixados no anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo anexo.

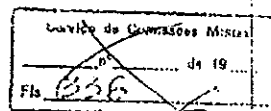
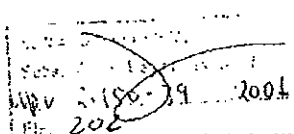
JUSTIFICATIVA

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, constante da Medida Provisória n.º 2.136-35 de 26 de fevereiro de 2001, é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuário.

Faz-se necessário, entretanto, corrigir uma injustiça daquele ato que não contemplou os servidores de nível médio e auxiliar que atuam no apoio técnico às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Trata-se, aqui, de função fundamental para o sucesso da fiscalização agropecuária, tão importante para o nosso País.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame e corrigindo uma grave injustiça, apresentamos a presente Emenda, incluindo nela os referidos servidores.



Brasília.

PARLAMENTAR

JOÃO F. FERREIRA

BARBOSA NETO
Deputado Federal - PMDB/GO

MP 2.136-35

000120

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 2.136-35, de 26 de fevereiro de 2001
autor	nº do prontuário
Deputado Federal Augusto Nardes	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutiva global	
Página	Artigo
02 de 02	
Parágrafo	Inciso
	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA
MP N.º 2.136-35, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2001

Acréscitem-se, os Artigos e Parágrafos onde couber na Medida Provisória nº 2.136-35 de 26 de fevereiro de 2001, referente ao Artigo:

CARREIRA DE TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO.

Art. Ficam criadas as carreiras de Técnico Federal Agropecuário, de nível médio e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário de nível auxiliar, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

Art. As carreiras de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. Os ocupantes de cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário têm por atribuições, respectivamente, em nível médio e auxiliar, o apoio às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Art. São transformados em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Agente de Atividade Agropecuária - NM-1007, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - NM-1047 e de Técnico de Laboratório - NM-1005 e, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Auxiliar Operacional em Agropecuária - NA - 1007 e de Auxiliar de Laboratório NA - 1005 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades referidas no artigo anterior, na forma do anexo IV.

§ 1º Serão enquadrados na carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

PARLAMENTAR

Brasília.	
<p>15.03.2001</p> <p>MM 2.150/39 - 2001</p> <p>Fls. 207</p>	<p><i>[Assinatura]</i></p> <p>Serviço de Contas e Finanças</p>

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso em quadro em extinção.

Art. É devida aos ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDFA, de que trata o Art. 30 desta Lei.

Art. Os Valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Técnico Federal Agropecuário equivalem a sessenta por cento dos valores dos fixados no anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo anexo.

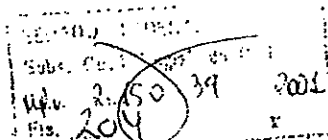
JUSTIFICATIVA

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, constante da Medida Provisória nº 2.136-35 de 26 de Fevereiro de 2001, é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuário.

Faz-se necessário, entretanto, corrigir uma injustiça daquele ato que não contemplou os servidores de nível médio e auxiliar que atuam no apoio técnico as atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Trata-se, aqui, de função fundamental para o sucesso da fiscalização agropecuária, tão importante para o nosso País.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame e corrigindo uma grave injustiça, apresentamos a presente Emenda, incluindo nela os referidos servidores.




PARLAMENTAR

Brasília.

MPV 2229-43 2001
Fls. 204

Serviço de Comunicação Interna

nº 1 de 19
Fls. 338

 CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS	MP 2.136-35 000121
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">data</div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">proposição</div> Medida Provisória nº 2.136-35, de de de
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">autor</div> Deputado Roberto Balestra	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">nº do proponente</div>
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">Página</div> 02 de 02	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">Artigo</div>
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">Parágrafo</div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">Inciso</div>
<div style="border: 1px solid black; padding: 2px; display: inline-block;">alínea</div>	
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	
<p>EMENDA ADITIVA MP N.º 2.136-35, DE DE DE</p> <p><i>Acrascentem-se, os Artigos e Parágrafos onde couber na Medida Provisória nº 2.136-35 de 2001, referente ao Artigo:</i></p> <p>CARREIRA DE TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO.</p> <p><i>Art. Ficam criadas as carreiras de Técnico Federal Agropecuário, de nível médio e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário de nível auxiliar, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.</i></p> <p><i>Art. As carreiras de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo IV.</i></p> <p><i>Art. Os ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário têm por atribuições, respectivamente, em nível médio e auxiliar, o apoio às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.</i></p> <p><i>Art. São transformados em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Agente de Atividade Agropecuária - NM - 1007, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - NM - 1047 e de Técnico de Laboratório - NM-1005 e, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Auxiliar Operacional em Agropecuária - NA - 1007 e de Auxiliar de Laboratório NA - 1005 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades referidas no artigo anterior, na forma do anexo IV.</i></p> <p><i>§ 1º Serão enquadrados na carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.</i></p>	
PARLAMENTAR	
Brasília	

LEI Nº 2048-29

Art. É devida aos ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuário - GDAFA, de que trata o Art. 30 desta Lei.

Art. Os Valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Técnico Federal Agropecuário equivalem a sessenta por cento dos valores dos fixados no anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo anexo.

JUSTIFICATIVA

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, constante da Medida Provisória nº 2048-29 de 2000, é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuário.


Faz-se necessário entretanto, corrigir uma injustiça daquele ato que não contemplou também os servidores de nível médio e auxiliar que atuam no apoio técnico as atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Assim com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame e corrigindo uma grave injustiça, apresentamos a presente Emenda, incluindo nela os referidos servidores.

MP nº 2048-29
204

PARLAMENTAR

Brasília.

 CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS	MP 2.136-35 000122
data	proposição Medida Provisória nº 2.136-35, de de de
autor Deputado Euler Morais	nº do proponente
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página 02 de 02	Artigo Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	
<p style="text-align: center;">EMENDA ADITIVA</p> <p style="text-align: center;">MP N.º 2.136-35, DE DE DE</p> <p><i>Acrescentem-se, os Artigos e Parágrafos onde couber na Medida Provisória nº 2.136-35 de 2001, referente ao artigo:</i></p> <p style="text-align: center;">CARREIRA DE TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO.</p> <p><i>Art. Ficam criadas as carreiras de Técnico Federal Agropecuário, de nível médio e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário de nível auxiliar, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.</i></p> <p><i>Art. As carreiras de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo IV.</i></p> <p><i>Art. Os ocupantes de cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário têm por atribuições, respectivamente, em nível médio e auxiliar, o apoio às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.</i></p> <p><i>Art. São transformados em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Agente de Atividade Agropecuária - NM - 1007, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - NM - 1047 e de Técnico de Laboratório - NM-1005 e, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Auxiliar Operacional em Agropecuária - NA - 1007 e de Auxiliar de Laboratório NA - 1005 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades referidas no artigo anterior, na forma do anexo II.</i></p> <p><i>§ 1º Serão enquadrados na carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido da aprovação em concurso público.</i></p>	
PARLAMENTAR	
Brasília,	

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso em quadro em extinção.

Art. É devida aos ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAPA, de que trata o Art. 30 desta Lei.

Art. Os Valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Técnico Federal Agropecuário equivalem a sessenta por cento dos valores dos fixados no anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo anexo.

JUSTIFICATIVA

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, constante da Medida Provisória nº 2.136-34 de 26 de janeiro de 2001, é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuário.

Faz-se necessário, entretanto, corrigir uma injustiça daquele ato que não contemplou os servidores de nível médio e auxiliar que atuam no apoio técnico as atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Trata-se, aqui, de função fundamental para o sucesso da fiscalização agropecuária, tão importante para o nosso País.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame e corrigindo uma grave injustiça, apresentamos a presente Emenda, incluindo nela os referidos servidores.

PARLAMENTAR

Brasília,

12/3/2001



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.136-35

000123

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição			
	Medida Provisória nº 2.136-35, de 26 de fevereiro de 2001			
autor			nº do prontuário	
Deputado Federal Carlos Batata				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input type="checkbox"/> modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
Página 01 de 02	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA
MP N.º 2.136-35, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2001

Acrescentem-se, os Artigos e Parágrafos onde couber na Medida Provisória nº 2.136-35 de 2001, referente ao Artigo:

CARREIRA DE TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO.

Art. Ficam criadas as carreiras de Técnico Federal Agropecuário, do nível médio e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário de nível auxiliar, compostos de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

Art. As carreiras de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo II.

Art. Os ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuario e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario têm por atribuições, respectivamente, em nível médio e auxiliar, o apoio às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Art. São transformados em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Agente de Atividade Agropecuária - NM - 1007, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - NM - 1047 e de Técnico de Laboratório - NM-1005 e, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Auxiliar Operacional em Agropecuária NA 1007 e de Auxiliar de Laboratório NA 1005 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades referidas no artigo anterior, na forma do anexo II.

§ 1º Serão enquadrados na carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

PARLAMENTAR

Brasília,

 CARLOS BATATA

 (assinatura)

 (assinatura)

 (assinatura)

REESTRUTURAÇÃO

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso em quadro em extinção.

Art. É devida aos ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuario e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDFAA, de que trata o Art. 30 desta Lei.

Art. Os Valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Técnico Federal Agropecuario equivalem a sessenta por cento dos valores dos fixados no anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo anexo.

JUSTIFICATIVA

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuario, constante da Medida Provisória nº 2.136-35 de 26 de fevereiro de 2001, é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuario.

Faz-se necessário, entretanto, corrigir uma injustiça daquele ato que não contemplou os servidores de nível médio e auxiliar que atuam no apoio técnico às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Trata-se, aqui, de função fundamental para o sucesso da fiscalização agropecuária, tão importante para o nosso País.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame e corrigindo uma grave injustiça, apresentamos a presente Emenda, incluindo nela os referidos servidores.

HP 2.150-39 - 201

PARLAMENTAR

Brasília,

SENADO
Subs. C. 229-43 2001
Fls. 240

Serviço de Comissão Mista
Fls. 344

MP 2.136-35
000124

2
1.º / 03/2001

3
EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 2136-35

4
DEPUTADO HUGO BIEHL

5
1814

6
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7
01.0

8

TEXTO

EMENDA ADITIVA

Acrescenta-se os artigos e parágrafos onde couber na Medida Provisória nº 2.048-29, referente ao Artigo Carreira de Fiscal Federal Agropecuário

" Artigo

Ficam criadas as Carreiras de " Técnico Federal Agropecuário" de Nível Médio, e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990".

" Artigo....

São transformados em cargos de "Técnico Federal Agropecuário", os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuária NM-1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM-1047 e Técnicos de Laboratório NM-1005 e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuária NM-1007 e de Auxiliar de Laboratório NM-1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV".

Parágrafo - Serão enquadrados nas carreiras de "Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário", os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 05 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público

JUSTIFICATIVA

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no Setor Agropecuário.

Cumprir esclarecer que as carreiras dos Agentes de Atividades Agropecuária, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal e Técnicos de Laboratório de Nível Médio, Auxiliar Operacional em Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, carreiras que atuam em conjunto com os Técnicos de Nível Superior já contempladas, dando um suporte Técnico e exercendo as atribuições previstas para o novo cargo a ser criado, são profissionais devidamente habilitados e amparados por suas legislações bem definidas de acordo com o Plano de Cargos e Carreiras - PCC - do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Solicito que os ocupantes dos cargos supracitados sejam automaticamente transpostos para estas carreiras de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário.

ASSINATURA



CONGRESSO NACIONAL

MP 2.136-35

000125

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 2.136-35, de 26 de fevereiro de 2001			
autor Deputado Federal Alberto Fraga			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 01 de 02	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTQ/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

MP Nº 2.136-35, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2001

Acrescentem-se, os Artigos e Parágrafos onde couber na Medida Provisória nº 2.136-35 de 2001, referente ao Artigo:

CARREIRA DE TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO.

Art. Ficam criadas as carreiras de Técnico Federal Agropecuário, de nível médio e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário de nível auxiliar, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990.

Art. As carreiras de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo II.

Art. Os ocupantes de cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário têm por atribuições, respectivamente, em nível médio e auxiliar, o apoio as atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Art. São transformados em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Agente de Atividade Agropecuária - NM - 1007, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - NM - 1047 e de Técnico de Laboratório - NM-1005 e, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Auxiliar Operacional em Agropecuária - NA - 1007 e de Auxiliar de Laboratório NA 1005 do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades referidas no artigo anterior, na forma do anexo II.

§ 1º Serão enquadrados na carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

PARLAMENTAR

LEI DE JUSTIÇA

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso em quadro em extinção.

Art. É devida aos ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuario e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDFAA, de que trata o Art. 30 desta Lei.

Art. Os Valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Técnico Federal Agropecuario equivalem a sessenta por cento dos valores dos fixados no anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo anexo.

JUSTIFICATIVA

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuario, constante da Medida Provisória nº 2.136-35 de 26 de fevereiro de 2001, é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuario.

Faz-se necessário, entretanto, corrigir uma injustiça daquele ato que não contemplou os servidores de nível médio e auxiliar que atuam no apoio técnico as atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Trata-se, aqui, de função fundamental para o sucesso da fiscalização agropecuária, tão importante para o nosso País.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame e corrigindo uma grave injustiça, apresentamos a presente Emenda, incluindo nela os referidos servidores.

SEK-AB
Data: 1/3/2001
MPV 2229-43 208
213

PARLAMENTAR

Brasília,

2001, 1/3, 2001





CONGRESSO NACIONAL

MP 2.136-35

000126

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 26/02/200 1	proposição Medida Provisória nº 2.136-35
------------------------	---

autor Senador Tião Viana	nº do proponente
-----------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se onde couber os seguintes artigos:

1

Art. AA. Fica criada a Carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde e de Técnico de Auditoria Federal de Saúde, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Saúde, regidos pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. AB. A Carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde e de Técnico de Auditoria Federal de Saúde, estruturadas na forma do Anexo I, tem sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. AC. São transformados em cargos de Auditor-Fiscal Federal de Saúde, os atuais cargos efetivos de nível superior e em cargos de Técnico de Auditoria Federal de Saúde, os atuais cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde, cujos ocupantes estejam lotados e em efetivo exercício de atividades de auditoria no Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS e nas Divisões e Serviços de Auditoria dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde, na forma do Anexo IV.

Parágrafo único. - Serão enquadrados na Carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde e de Técnico de Auditoria Federal de Saúde os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, posterior a esta data, tendo decorrido de aprovação em concurso público.

Art. AD. Aos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal Federal de Saúde não se aplica a jornada de trabalho a que se refere o § 2º e o *caput* do art. 1º da Lei nº 9.436, de 5 de fevereiro de 1997 não mais se admitindo a percepção de dois vencimentos básicos.

Art. AE. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria em Saúde – GDAS, devida aos integrantes da Carreira de Auditoria-Fiscal Federal em

Saúde, e de Técnico de Auditoria Federal em Saúde quando em exercício nas atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Departamento Nacional de Auditoria do SUS e nas Divisões e Serviços de Auditoria nos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde no percentual de até, cinquenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, conforme valores estabelecidos no Anexo VII, para o nível superior e no Anexo VIII, para o nível intermediário.

§ 1º - A GDAS será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem assim de metas de desempenho institucional fixadas na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

§ 2º - Até vinte pontos percentuais das gratificações de que trata o *caput* deste artigo serão atribuídos em função do alcance das metas institucionais.

§ 3º - Enquanto não for regulamentado o exposto no parágrafo anterior a GDAS corresponderá ao percentual de vinte e cinco por cento incidente sobre o vencimento básico de cada servidor, conforme valores estabelecidos no Anexos VII e VIII.

Art. AF. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auditoria Fiscal Federal de Saúde e Técnico de Auditoria Federal de Saúde são os constantes do anexos VII e VIII, respectivamente.

Art. AG. O titular de cargo efetivo da carreira de que trata o art. AA desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS-6 e DAS-5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. AH. O integrante da Carreira Auditoria-Fiscal do SUS que não se encontre na situação prevista no art. AE desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAS:

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, situação em que perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou entidades cedentes; ou

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS-4, ou equivalente, situação em que perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

Art. AI. Os ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal Federal de Saúde têm por atribuições, em todo o Território nacional:

I - verificar a aplicação dos dispositivos legais e regulamentares que regem o Sistema Único de Saúde - SUS;

II - verificar a regularidade da aplicação dos recursos destinados à saúde e repassados mediante transferências automáticas ou em razão de convênios ou acordos nacionais ou internacionais.

III – verificar a observância dos instrumentos e mecanismos de controle da aplicação dos recursos mencionados no inciso anterior e dos resultados alcançados, bem como a eficiência, a eficácia e a efetividade desses instrumentos e mecanismos;

IV – proceder ao exame analítico e pericial dos atos administrativos, orçamentários, contábeis, financeiros e patrimoniais, bem como da regularidade dos atos técnicos profissionais praticados por pessoas físicas e jurídicas integrantes ou participantes do SUS;

V – auditar os Sistemas Públicos de Saúde, com vistas a verificação de atendimentos, instalações, equipamentos e recursos financeiros;

VI – apurar denúncias, executar perícias e auditorias por solicitação do Ministério Público Federal - MP, Estadual, Polícia Federal, Conselhos de Saúde, Conselhos Gestores e demais interessados na área de saúde pública;

VII – prestar informações e principalmente instruir aos Gestores e Conselhos de Saúde, em cooperação técnica, sobre normas e execução das ações de saúde;

VIII – verificar a execução, pelos órgãos públicos e entidades privadas, integrantes e participantes do SUS, das ações e serviços de saúde e a sua qualidade;

IX – auditar a gestão do SUS, verificando a capacidade gerencial e a capacidade operacional das estruturas destinadas às ações e serviços de saúde e propor medidas que visem ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde; e

X – recomendar às instâncias do SUS correções em distorções apuradas e providências técnicas e administrativas que inibam as situações de risco ao regular funcionamento do Sistema.

Parágrafo único: Incumbe aos ocupantes do cargo de Técnico de Auditoria Federal de Saúde auxiliar o Auditor Fiscal Federal de saúde no exercício de suas atribuições, executando atividades essenciais de processamento de informações, operação de sistemas, subsídio à Direção com informações gerenciais e ou analíticas de caráter estratégico, participação em todas as atividades dispostas nos incisos I a X, assegurando o suporte técnico e operacional ao planejamento e às ações finalísticas do Sistema Nacional de Auditoria.

A seguir, alterações nos quadros anexos da M.P. 2.136-35

b) ESTRUTURA DE CARGOS DAS CARREIRAS DE **AUDITORIA FISCAL E TÉCNICO DE AUDITORIA FEDERAL DE SAÚDE** E CARGOS DO GRUPO GESTÃO, E DE NÍVEL SUPERIOR DA CVM E SUSEP

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	IV	ESPECIAL
	III	
	II	
	I	
Auditor-Fiscal Federal de Saúde Analista de Comércio Exterior ¹ Inspetor e Analista da CVM ² Analista Técnico da SUSEP	VII	C
	VI	
	V	
	IV	
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	III	B
	II	
	I	
	VII	
Técnico de Auditoria Federal em Saúde	VI	A
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	

ANEXO IV

TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária, Médico Veterinário <u>Cargos efetivos de nível superior e intermediário do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – Ministério da Saúde</u>	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário <u>Auditor Fiscal Federal de Saúde e Técnico de Auditoria Federal em Saúde</u>
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

ANEXO VII

TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRAO	VALOR (EM R \$)
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Analista de Comércio Exterior, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa, demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA Auditor Fiscal Federal do SUS Inspetor e Analista da CVM Analista Técnico da SUSEP	ESPECIAL	IV	4.490,21
		III	4.359,01
		II	4.232,05
		I	4.108,78
	C	VII	3.950,75
		VI	3.835,68
		V	3.723,96
		IV	3.615,50
		III	3.510,19
		II	3.407,95
		I	3.308,69
	B	VII	3.181,44
		VI	3.112,95
		V	3.045,94
		IV	2.980,37
		III	2.916,22
		II	2.853,44
		I	2.792,02
	A	VI	2.684,63
		V	2.603,91
		IV	2.515,85
		III	2.440,21
		II	2.366,84
		I	2.295,67

ANEXO VIII

TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R \$)
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA <u>Técnico de Auditoria Federal em Saúde</u>	ESPECIAL	IV	1.467,80
		III	1.441,85
		II	1.417,75
		I	1.395,42
	C	VII	1.362,72
		VI	1.338,62
		V	1.316,25
		IV	1.295,52
		III	1.276,37
		II	1.258,75
		I	1.241,37
	B	VII	1.211,09
		VI	1.189,68
		V	1.168,64
		IV	1.147,98
		III	1.127,68
		II	1.107,74
		I	1.088,15
	A	VI	1.056,46
		V	1.032,71
		IV	1.008,50
		III	985,83
		II	963,67
		I	942,00

JUSTIFICAÇÃO

O Sistema Nacional de auditoria estabelecido na Lei Orgânica da Saúde 8080/90, foi criado pela Lei 8689/93 e regulamentado pelo Decreto nº 1651/95, tendo como competência o acompanhamento, a fiscalização, o controle e a avaliação técnico-científica, contábil, financeira e patrimonial das ações e serviços de saúde.

O Ministério da Saúde em estrita observância o que dispõe o ordenamento legal brasileiro, quer seja o artigo 197 da Constituição Federal, às decisões do Tribunal de Contas da União, em especial as de nºs 132/98 e 634/99, e os artigos 16 e 23 da Lei 8080/90, tratou de providenciar uma proposta que reordena as atividades de auditoria e de controle e avaliação, definindo competências do SNA nas três esferas de governo de maneira clara, possibilitando, assim, o exercício das atividades de forma descentralizada e integrada, com divisão de responsabilidades com os níveis de gestão. Nela está prevista a elaboração de um plano de cargos e salários para os auditores da área de saúde.

Assim como reconhece o Ministério da Saúde, expressado em sua Proposta de Medida Provisória, recentemente encaminhada ao Ministério do Planejamento: a presente emenda justifica-se pela necessidade imperiosa de se intensificar e integrar esforços e ações que viabilizem a execução de programas e projetos prioritários do Governo Federal, com vistas a permitir que o Ministério da Saúde, cumpra seu papel frente aos novos desafios que se apresentam para o setor saúde. Ademais, possibilitará o cumprimento dos dispositivos legais e o efetivo controle dos gastos públicos em saúde, inclusive a verificação e o recolhimento de créditos para a saúde.

O marco constitucional da saúde como direito de todos impõe ao Ministério da Saúde a responsabilidade maior de zelar por esse bem fundamental do País – a saúde da população brasileira. Nesta condição, assegurar a qualidade da promoção, da proteção e da recuperação da saúde, para todos, em todos os níveis, é um dever que exige os maiores e os melhores esforços do Poder Executivo Federal.

Para tanto, tem-se alocado o maior volume de recursos da República, necessários à prestação de serviços públicos essenciais a todos os cidadãos: as ações e os serviços de saúde, com a importância correspondente ao cuidado que se deve ter com a vida humana.

O SNA é instrumento fundamental para a manutenção da governança, para melhor funcionamento do mercado de bens e serviços de saúde no âmbito do SUS e, sobretudo, para a salvaguarda do bem público, seja este de natureza material – recursos físicos e financeiros – seja de natureza ética – a saúde dos cidadãos.

Os relevantes serviços prestados pelos auditores do SUS tem contribuído de forma decisiva no cumprimento dos princípios que regem a gerência da coisa pública, quer sejam a moralidade, a impessoalidade e a publicidade.

Bem tem aproveitado o Ministério Público do resultado das fiscalizações das auditorias da Saúde que de forma competente e intransigente possibilita a restituição do que de direito.

De forma justa o Tribunal de Contas da União reconhece a relevância das ações do SNA federal, constatando em ata de 1992 que:

“se o controle tem custo, a falta de controle tem custo muito maior. O que se investe na fiscalização não é despesa, mas, antes, economia.”

As alterações ora propostas então se justificam pela necessidade imperiosa de intensificar esforços e ações que viabilizem a execução de programas e projetos prioritários do Governo Federal, com vistas a permitir que o Ministério da Saúde, mediante o fortalecimento de suas capacidades gestora, reguladora e fiscal, cumpra seu papel frente aos novos desafios que se apresentam para o setor saúde na atualidade.

Assim é a presente para propor a Vossa Excelência incluir a Emenda Aditiva Provisória nº 2136-34, de 26 de janeiro de 2001, a criação da Carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde e de Técnico de Auditoria Federal de Saúde com a transformação dos cargos de nível superior e de nível médio daqueles que estão exercendo as funções de auditoria federal no Sistema Único de Saúde, enquadrando-os no Anexo I – quadro "b" – estrutura de Cargos – Situação Nova, daquela medida, onde foi contemplada a carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

Dessa forma, a alteração ora apresentada cria a Carreira de Auditoria-Fiscal Federal de Saúde e de Técnicos de Auditoria Federal de Saúde nos moldes das demais carreiras criadas pelo Diploma Legal em tela, conforme as inserções constantes do Quadro de Alterações Propostas, anexo a esta proposta.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

PARLAMENTAR

Brasília

01/03/01



MP 2.136-35

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000127

DATA		PROPOSIÇÃO		
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-35				
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO		
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01				
TEXTO				

Adite-se à MP nº 2.136-35, de 2001, o seguinte artigo:

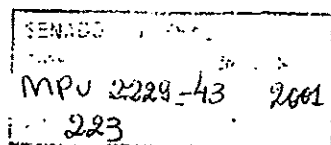
"Art - O titular do cargo de Procurador do Banco Central do Brasil, independentemente de haver ou não completado o estágio probatório, poderá, mediante requerimento ao Advogado-Geral da União, ser redistribuído para outra autarquia ou fundação federal.

§ 1º. A redistribuição implicará o enquadramento na Carreira de Procurador Federal, nos termos do § 1º do artigo 40.

§ 2º Eventual diferença a maior entre a remuneração do servidor e a remuneração do novo cargo será considerada vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita aos futuros aumentos e reajustes, a ser absorvida por ocasião da fixação dos subsídios."

JUSTIFICAÇÃO

Os Procuradores do Banco Central do Brasil exercem atividade jurídica da mesma natureza dos Procuradores Federais, havendo o texto da MP omitido a possibilidade de sua redistribuição para outras autarquias ou fundações, o que constitui discriminação vedada pela Constituição Federal.



MP 2.136-35 2001
223

DATA 1/3/2001

Serviço de Controle de Qualidade

Fls.

ESL/CPD-EMENDAS98.DOC

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.136-36, DE 27 DE MARÇO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ALDO ARANTES	128.
DEPUTADO ALEXANDRE CARDOSO	137.
SENADOR ARLINDO PORTO	175.
DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO	177.
DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO E OUTROS	153.
DEPUTADO ÁTILA DE FREITAS LIRA	129.
DEPUTADO CARLOS BATATA	179.
DEPUTADO ELIAS MURAD	176.
SENADORA EMÍLIA FERNANDES	181.
SENADOR FERNANDO MATUSALÉM	130.
DEPUTADO JAIME MARTINS	158.
DEPUTADA LÍDIA QUINAN	155.
DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO	156, 159.
SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA	139, 146, 152, 163, 171.
DEPUTADA MARINHA RAUPP	131, 180.
DEPUTADO MIRO TEIXEIRA	136, 144, 150, 164, 169.
SENADOR NABOR JÚNIOR	157.
DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA	154.
SENADOR NEY SUASSUNA	140, 141, 151, 160, 167, 172.
DEPUTADO PAULO PAIM	132.
DEPUTADO PROFESSOR LUISINHO	133, 134, 142, 148, 168, 174, 182, 183, 184, 185, 186.
DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON	161, 162, 166, 178.
SENADOR ROMERO JUCÁ	138, 145, 149, 165, 170.
DEPUTADO THEMISTOCLES	135, 143, 147, 173.

SACM

Emendas Convalidadas: 127
 Emendas Adicionadas: 59
TOTAL DE EMENDAS: 186

RECEBUEMOS
 2001 MAR 30
 224

RELATOR:

MP 2136-36

000128

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 2.136-36, de 28 de março de 2001			
autor ALDO ANTONES			nº do prontuário	
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 01 de 03	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA
MP N.º 2.136-36, DE 28 DE MARÇO DE 2001

Adite-se à Medida Provisória nº 2.136-36/2001, o seguinte:

" Os caputs dos artigos: 1º, 25, 26, 27 e seu parágrafo único, 28 e seu parágrafo 1º, 30, e 31, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

- I a sanidade das populações vegetais, seus produtos e subprodutos;
- II a saúde dos rebanhos animais, seus produtos e subprodutos;
- III a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;
- IV a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores;
- V a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias; e
- VI os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

PARLAMENTAR

Brasília,

PROMISSÃO EFECTIVA

Serviço de 19

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnico Federal Agropecuario de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario em conformidade com as especificidade e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuario, os atuais cargos efetivos de Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário NS - 910, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, e de Técnico Federal Agropecuario de Nível Médio, os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuárias NM - 1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM - 1047, Técnico de Laboratório NM - 1005 e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuario NM - 1007 e de Auxiliar de Laboratório NM - 1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.

1º Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnico Federal Agropecuario de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Fiscalização Agropecuária - GDAFA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnicos Federal Agropecuario de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuario, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 31. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal Agropecuario são os constantes do Anexo X, os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal Agropecuario de Nível Médio equivalem a sessenta por cento dos valores fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Federal Agropecuario equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo Anexo.

JUSTIFICATIVA

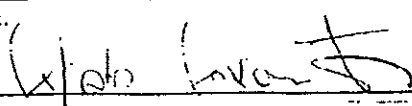
A proposta que apresento implica na transformação dos cargos de Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes de Atividade Agropecuária, Técnico de Laboratório, Auxiliar Operacional Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, e a transposição de seus ocupantes, caso estejam de fato exercendo as atividades de fiscalização e inspeção agropecuária, para os cargos da nova carreira de Técnico Federal Agropecuario e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario.

Dessa forma ressalto que o Ministério da Agricultura poderá exercer de forma eficiente e eficaz dentre as suas atribuições constitucionais, aquelas previstas no artigo 23, VIII da Constituição Federal de fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar em consonância com as atividades de produção, defesa, inspeção e fiscalização da classificação e certificação dos produtos, subprodutos e derivados animais e vegetais, que são exercidas por meio dos Fiscais Federais Agropecuario, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes de Atividades Agropecuárias, Técnicos de Laboratório, Auxiliares Operacionais em Agropecuária e Auxiliares de Laboratório.

Portanto, cumprindo assim, atribuições de fiscalização, inspeção, certificação e controle de insumos, meios tecnológicos e trânsito internacional de animais, vegetais e seus derivados, os profissionais já mencionados fazem jus a integrar uma nossa carreira sob a designação de Técnico Federal Agropecuario e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario.

PARLAMENTAR

Brasília,



Serviço de Comunicação Social

MP 2136-36

000129

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data

proposição

Medida Provisória nº 2.136-36, de 28 de março de 2001

autor

Deputado Átila de Freitas Lira

nº do prontuário

1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☐ modificativa 4. ☒ aditiva 5. ☐ Substitutiva globalPágina
01 de 03

Artigo

Parágrafo

Inciso

alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

MP N.º 2.136-36, DE 28 DE MARÇO DE 2001

Adite-se à Medida Provisória nº 2.136-36/2001, o seguinte:

* Os caputs dos artigos: 1º, 25, 26, 27 e seu parágrafo único, 28 e seu parágrafo 1º, 30, e 31, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8 112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo IV

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

- I a sanidade das populações vegetais, seus produtos e subprodutos;
- II a saúde dos rebanhos animais, seus produtos e subprodutos;
- III a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;
- IV a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores;
- V a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias; e
- VI os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

PARLAMENTAR

Brasília.

Átila Lira

Parágrafo único O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuario de Nivel Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário em conformidade com as especificidade e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário NS - 910, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, e de Técnico Federal Agropecuário de Nivel Médio, os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuárias NM - 1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM - 1047, Técnico de Laboratório NM - 1005 e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuário NM - 1007 e de Auxiliar de Laboratório NM - 1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV

1º Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnico Federal Agropecuario de Nivel Medio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Fiscalização Agropecuária - GDAFA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnicos Federal Agropecuário de Nivel Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 31. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário são os constantes do Anexo X, os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal Agropecuario de Nivel Médio equivalem a sessenta por cento dos valores fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Federal Agropecuario equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo Anexo.

PARLAMENTAR

JUSTIFICATIVA

A proposta que apresento implica na transformação dos cargos de Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes de Atividade Agropecuária, Técnico de Laboratório, Auxiliar Operacional Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, e a transposição de seus ocupantes, caso estejam de fato exercendo as atividades de fiscalização e inspeção agropecuária, para os cargos da nova carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário.

Dessa forma ressalto que o Ministério da Agricultura poderá exercer de forma eficiente e eficaz dentre as suas atribuições constitucionais, aquelas previstas no artigo 23, VIII da Constituição Federal de fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar em consonância com as atividades de produção, defesa, inspeção e fiscalização da classificação e certificação dos produtos, subprodutos e derivados animais e vegetais, que são exercidas por meio dos Fiscais Federais Agropecuário, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes de Atividades Agropecuário, Técnicos de Laboratório, Auxiliares Operacionais em Agropecuária e Auxiliares de Laboratório. Portanto, cumprindo assim, atribuições de fiscalização, inspeção, certificação e controle de insumos, meios tecnológicos e trânsito internacional de animais, vegetais e seus derivados, os profissionais já mencionados fazem jus a integrar uma nossa carreira sob a designação de Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário.

PARLAMENTAR

Brasília,

CEBS. 10/11/88

Assinatura



CONGRESSO NACIONAL

MP 2136-36

000130

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 2.136-36, de 28 de março de 2001			
Autor Senador Fernando Matusalém			nº do prontuário	
<input type="checkbox"/> 1 Supressiva <input type="checkbox"/> 2 Substitutiva <input type="checkbox"/> 3 Modificativa <input checked="" type="checkbox"/> 4 Aditiva <input type="checkbox"/> 5 Substitutivo global				
Página 01 de 03	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA ADITIVA

MP N.º 2.136-36, DE 28 DE MARÇO DE 2001

Adite-se à Medida Provisória nº 2.136-36/2001, o seguinte:

" Os caputs dos artigos: 1º, 25, 26, 27 e seu parágrafo único, 28 e seu parágrafo 1º, 30, e 31, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo IV

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

- I a sanidade das populações vegetais, seus produtos e subprodutos;
- II a saúde dos rebanhos animais, seus produtos e subprodutos;
- III a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;
- IV a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores;
- V a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias; e
- VI os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Brasília, 22 de maio de 2001	PARLAVENTAR
231	
Ass. Conc. 2.136-36/2001	
Fls. 231	

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnico Federal Agropecuario de Nivel Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario em conformidade com as especificidade e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuario, os atuais cargos efetivos de Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário NS - 910, cujos ocupantes estejam em efetivo exercicio nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, e de Técnico Federal Agropecuario de Nivel Médio, os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuárias NM - 1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM - 1047, Técnico de Laboratório NM - 1005 e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuario NM - 1007 e de Auxiliar de Laboratório NM - 1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercicio nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro Pessoal do Ministerio da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV

1º Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnico Federal Agropecuario de Nivel Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso publico.

Art. 30. Fica instituida a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAFA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnicos Federal Agropecuario de Nivel Médio e Auxiliar Federal Agropecuario, quando em exercicio de atividades inerentes as atribuições da respectiva carreira no Ministerio da Agricultura e do Abastecimento, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor

Art. 31. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal Agropecuario são os constantes do Anexo X, os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal Agropecuario de Nivel Médio equivalem a sessenta por cento dos valores fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Federal Agropecuario equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo Anexo

TEXTO JUSTIFICATIVO

JUSTIFICATIVA

A proposta que apresento implica na transformação dos cargos de Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes de Atividade Agropecuária, Técnico de Laboratório, Auxiliar Operacional Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, e a transposição de seus ocupantes, caso estejam de fato exercendo as atividades de fiscalização e inspeção agropecuária, para os cargos da nova carreira de Técnico Federal Agropecuario e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario.

Dessa forma ressalto que o Ministerio da Agricultura poderá exercer de forma eficiente e eficaz dentre as suas atribuições constitucionais, aquelas previstas no artigo 23, VIII da Constituição Federal de fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar em consonância com as atividades de produção, defesa, inspeção e fiscalização da classificação e certificação dos produtos, subprodutos e derivados animais e vegetais, que são exercidas por meio dos Fiscais Federais Agropecuario, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes de Atividades Agropecuario, Técnicos de Laboratório, Auxiliares Operacionais em Agropecuária e Auxiliares de Laboratório.

Portanto, cumprindo assim, atribuições de fiscalização, inspeção, certificação e controle de insumos, meios tecnologicos e trânsito internacional de animais, vegetais e seus derivados, os profissionais ja mencionados fazem jus a integrar uma nossa carreira sob a designação de Técnico Federal Agropecuario e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario

PARA AMENTAR

Brasília,

MAI 2229 43 2001

Servico de Contas e Arquivos



CONGRESSO NACIONAL

MP 2136-36

000131

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/ 2001	Proposição Medida Provisória n.º 2.136-36
Autora Deputada Marinha Raupp	n.º do prontuário
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutiva global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Adite-se à Medida Provisória n.º 2136-36, de 27 de março de 2001, o seguinte:

“ Os caputs dos artigos : 1º, 25, 26, 27 e seu parágrafo único, 28 e seu parágrafo 1º, 30 e 31, passam a vigorar com as seguintes redações:”

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei n.º 9.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem sua correlação estabelecida no anexo IV.

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio, os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuárias NM – 1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM – 1047, Técnicos de Laboratórios NM-1005 e de Auxiliar Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuária NM-1007 e de Auxiliar de Laboratório NM-1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnicos Federal Agropecuario de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuario, os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Fiscalização Agropecuária - GDAFA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnicos Federal Agropecuario de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuario, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 31. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal Agropecuario são os constantes do Anexo X, os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal de Nível Médio equivalem a sessenta por cento dos valores fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Federal Agropecuario equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo

Anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE PROPOSTA VISA CORRIGIR UMA INJUSTIÇA, POIS A PRESENTE MEDIDA PROVISÓRIA NÃO INCLUIU OS SERVIDORES DE NÍVEL MÉDIO E AUXILIAR QUE ATUAM NO APOIO TÉCNICO ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE, INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEFESA AGROPECUÁRIA QUE EXERCEM IMPRESCINDÍVEIS E RELEVANTES SERVIÇOS E HOJE INTEGRAM AS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE AGENTES DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, AUXILIAR OPERACIONAL EM AGROPECUÁRIA, AGENTES DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS E AUXILIARES DE LABORATÓRIOS, CUJAS AÇÕES SÃO RECONHECIDAMENTE COMPLEXAS E QUALIFICADAS, EXIGINDO DOS PROFISSIONAIS PERÍCIA E CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA, POIS NÃO SE LIMITAM APENAS À VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E APURAÇÃO QUANTITATIVA DE PRODUTOS E SEUS DERIVADOS E SIM A REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEXOS DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, DA FORMA E DO ESTÁGIO DE MATURAÇÃO EM QUE FORMA COLHIDAS, TRATADAS, MANUSEADAS, EMBALADAS E DO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM NO MOMENTO DO EMBARQUE PARA QUE POSSAM SER CERTIFICADAS COMO ADEQUADAS A EXPORTAÇÃO, PARA O TRÂNSITO INTERESTADUAL E PARA O CONSUMO INTERNO, SEM COLOCAR EM RISCO A SAÚDE HUMANA.

SALIENTAMOS QUE A TRANSFORMAÇÃO DOS ATUAIS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, INTEGRANTES DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E ACIMA RELACIONADOS EM TÉCNICO FEDERAL AGROPECUARIO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUARIO SE FAZ NECESSÁRIO EM VIRTUDE DA EXIGÊNCIA FEITA POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS QUANTO À OBRIGATORIEDADE DA CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS SER REALIZADA POR TÉCNICOS PERTENCENTES AOS QUADROS FUNCIONAIS DA UNIÃO.

O TRABALHO DESTES TÉCNICOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA OS PLANOS GOVERNAMENTAIS, SENDO UMA NECESSIDADE IMPERATIVA PARA A MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES NO SETOR AGROPECUARIO TENDO EM VISTA QUE CABE AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO A RESPONSABILIDADE DE DISPONIBILIZAR PRODUTOS SAUVAEIS, COMPATÍVEIS COM A PROTEÇÃO DOS ECOSISTEMAS E ISENTOS DE CONTAMINAÇÃO DE QUALQUER TIPO, INCLUSIVE COM O ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE ENGENHARIA GENÉTICA DOS ANIMAIS E VEGETAIS, BEM COMO AS RESPECTIVAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CONSUMO HUMANO DIRETO E INDIRETO.

ESSA RESPONSABILIDADE TORNA-SE MAIOR NESTA ÉPOCA DE GLOBALIZAÇÃO, ONDE O COMÉRCIO MULTILATERAL, ENVOLVENDO VÁRIAS NAÇÕES, TORNA A FISCALIZAÇÃO E A INSPEÇÃO UM SERVIÇO DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA O MERCADO INTERNACIONAL. COMO PODE-SE EVIDENCIAR, HOJE, COM O ESCÂNDALO DA "VACA LOUCA".

PARLAMENTAR

Brasília, 30 de março de 2001


Deputada Marinha Raupp



CONGRESSO NACIONAL

MP 2136-36

000132

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 2.136-36, de 28 de março de 2001				
Autor Deputado Federal Paulo Paim	nº do promotor				
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> substitutiva 3 <input type="checkbox"/> modificativa 4 <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global					
Página 01 de 03	<table border="1"> <tr> <td>Artigo</td> <td>Parágrafo</td> <td>Inciso</td> <td>alínea</td> </tr> </table>	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea		
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO					

EMENDA ADITIVA

MP N.º 2.136-36, DE 28 DE MARÇO DE 2001

Adite-se à Medida Provisória nº 2.136-36/2001, o seguinte

" Os caputs dos artigos: 1º, 25, 26, 27 e seu parágrafo único, 28 e seu parágrafo 1º, 30, e 31, passarão a vigorar com as seguintes redações:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo IV

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional,

- I a sanidade das populações vegetais, seus produtos e subprodutos;
 - II a saúde dos rebanhos animais, seus produtos e subprodutos;
 - III a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária;
 - IV a identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores;
 - V a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias; e
 - VI os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.
- Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário em conformidade com as especificidade e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário NS - 910, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio, os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuárias NM - 1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem

Animal NM - 1047, Técnico de Laboratório NM - 1005 e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuario NM - 1007 e de Auxiliar de Laboratório NM - 1005, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV

1. Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnico Federal Agropecuario de Nivel Medio e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinarias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso publico

Art. 30 Fica instituida a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnicos Federal Agropecuario de Nivel Médio e Auxiliar Federal Agropecuario, quando em exercício de atividades inerentes as atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no percentual de ate cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor

Art. 31 Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal Agropecuario são os constantes do Anexo X, os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal Agropecuario de Nivel Medio equivalem a sessenta por cento dos valores fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Federal Agropecuario equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo Anexo

1

JUSTIFICATIVA

A proposta que apresento implica na transformação dos cargos de Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes de Atividade Agropecuária, Técnico de Laboratório, Auxiliar Operacional Agropecuária e Auxiliar de Laboratório, e a transposição de seus ocupantes, caso estejam de fato exercendo as atividades de fiscalização e inspeção agropecuária, para os cargos da nova carreira de Técnico Federal Agropecuario e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario

Dessa forma ressalto que o Ministério da Agricultura poderá exercer de forma eficiente e eficaz dentre as suas atribuições constitucionais, aquelas previstas no artigo 23, VIII da Constituição Federal de fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar em consonância com as atividades de produção, defesa, inspeção e fiscalização da classificação e certificação dos produtos, subprodutos e derivados animais e vegetais, que são exercidas por meio dos Fiscais Federais Agropecuario, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal, Agentes de Atividades Agropecuario, Técnicos de Laboratório, Auxiliares Operacionais em Agropecuaria e Auxiliares de Laboratório. Portanto, cumprindo assim, atribuições de fiscalização, inspeção, certificação e controle de insumos, meios tecnologicos e trânsito internacional de animais, vegetais e seus derivados, os profissionais já mencionados fazem jus a integrar uma nova carreira sob a designação de Técnico Federal Agropecuario e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario

PARLAMENTAR

Brasília,

Serviço de Comunicação Social

MP 2136-36

000133

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de março de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao § 3º do art. 4º a seguinte redação:

Art. 4º O desenvolvimento do servidor nas carreiras e nos cargos de que trata o art. 1º desta Medida Provisória ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

....

§ 3º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, vedada a progressão funcional antes de completado um ano de efetivo exercício.

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo que queremos modificar estabelece, em relação às Carreiras relacionadas no art. 1º da MP, a seguinte regra restritiva, que consideramos totalmente inadequada:

Art. 4º O desenvolvimento do servidor nas carreiras e nos cargos de que trata o art. 1º desta Medida Provisória ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

....

§ 3º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, ao final da qual, se confirmado no cargo, obterá a progressão para o padrão imediatamente superior da classe ou categoria inicial, vedando-se-lhe, durante esse período, a progressão funcional.

Tal dispositivo é inconstitucional, por ofender o art. 246 da Constituição Federal, uma vez que somente por projeto de lei poderia ser regulamentado o que dispõe o atual § 1º do artigo 39 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 19/98, o qual estabelece que a participação em cursos ministrados por escola de governo será um dos requisitos para a promoção na carreira.

Logo, os demais requisitos, entre eles o tempo de serviço necessário ou mesmo a aquisição da estabilidade, somente podem ser fixados em lei ordinária e nunca por medida provisória. E, ademais, o art. 41 da CF, que trata do estágio probatório, agora de três anos de exercício, não impede a progressão ou promoção, havendo, apenas, a necessidade de avaliação especial de desempenho para a aquisição da estabilidade. Não resta dúvida de que o servidor, avaliado para fins de progressão ou promoção, fará jus, caso merecer, à estabilidade, mas as duas avaliações têm fins

distintos e critérios e procedimentos específicos, nada havendo que sustente prejudicar o servidor recém-nomeado à sua promoção ou progressão enquanto não adquire a estabilidade no serviço público.

Resta lembrar, ainda, que o Presidente da República propôs e o Congresso Nacional aprovou regra distinta em relação aos cargos e empregos das Agências Reguladoras, não impondo essa restrição. Diz a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000:

"Art. 21 ...

§ 2º. É vedada a progressão do ocupante de emprego público das Agências antes de completado um ano de efetivo exercício."

Tal regra é, sem dúvida, muito mais razoável que a limitação imposta aos ocupantes das carreiras e cargos mencionados no art. 1º. E, ainda, se considerarmos a regra fixada para a Carreira de Especialista do Banco Central, disciplinada pelo art. 51 da mesma medida provisória, vemos que a progressão dos servidores do Banco Central deve observar interstício de 730 dias – dois anos – redutível em até cento e oitenta dias, conforme a avaliação de desempenho. Assim, percebe-se que os critérios não são isonômicos, o que requer a modificação nos termos propostos pela presente emenda.

Sala das Sessões,

[Assinatura]
2001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de março de 2001

MP 2136-36

000134

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao caput ao artigo 20 a seguinte redação:

"Art. 20. O valor da GDACT será de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor".

JUSTIFICATIVA

É inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP 2136.

Com a emenda proposta busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras estancando, assim o atual tratamento discriminatório, a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.

Sala das Sessões, 22/3/2001.

Dep. Federal
PT/S7

MP 2136-36

000135

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-36 de 27 de março de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao caput ao artigo 20 a seguinte redação:

“Art. 20. O valor da GDACT será de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor”.

JUSTIFICATIVA

É inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP 2136.

Com a emenda proposta busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras estancando, assim o atual tratamento discriminatório, a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.

THEMÍSTOCLES SAMPAIO
Deputado Federal
Câmara dos Deputados
Anexo II - Gabinete 403
73160-900 - Brasília - DF

Deputado Federal
PMDB - PI

MPV 2229-43 2001
242

MP 2136-36

000136

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 10/3/2001		Proposição: MP Nº 2136-36		
Autor: Dep. Miro Teixeira			Prontuário 317	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 20	Parágrafo:	Inciso/Alinea	Página: 1/1

Dê-se ao caput ao artigo 20 a seguinte redação:

"Art. 20. O valor da GDACT será de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor".¹

JUSTIFICATIVA

É Inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP 2136.

Com a emenda proposta busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras estancando, assim o atual tratamento discriminatório, a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.

Sala da Comissão, de março de 2001

Dep. Miro Teixeira
Líder do PDT na Câmara dos Deputados

MP 2136-36

000137

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 28/03/01

Proposição: MP 2.136-36/01

Autor: Deputado Alexandre Cardoso

Nº Prontuário: 284

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/03

Artigo: 20

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

O art. 20 e o Anexo IX da MP passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. O valor da GDACT será de até cinquenta por cento para os cargos de nível superior, de até trinta por cento para os cargos de nível intermediário e de até vinte por cento para os cargos de nível auxiliar, incidentes sobre o vencimento básico do servidor.

ANEXO IX
TABELA DE VENCIMENTO

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE	VALOR EM R\$
NS	Pesquisador	III	TITULAR	4.490,21
		II		4.328,83
		I	SÊNIOR	4.122,69
	Tecnologista	III	ASSOCIADO	3.926,37
		II		3.739,40
		I	PLENO 3	3.561,34
		II	ADJUNTO	3.391,75
		I		3.230,24
		II	PLENO 2	3.076,42
	Analista em Ciência e Tecnologia	III	ASSISTENTE DE PESQUISA	2.929,92
		II		2.790,40
		I	PLENO 1	2.657,52
		III		2.530,98
		II	JÚNIOR	2.410,46
		I		2.295,67

Assinatura

Carmen L. Guimarães Mota

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 28/03/01

Proposição: MP 2.136-36/01

Autor: Deputado Alexandre Cardoso

Nº Prontuário: 284

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 02/03

Artigo: 20

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

ANEXO IX

TABELA DE VENCIMENTO

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE	VALOR EM R\$
NI	Técnico	III A	ASSISTENTE 3	1.186,52
		II		1.151,01
		I	TÉCNICO 3	1.107,15
		VI		1.064,84
		V	ASSISTENTE 2	1.024,03
		IV		984,63
	Assistente em Ciência e Tecnologia	III		946,62
		II	TÉCNICO 2	909,85
		I		874,33
		VI		840,11
		V	ASSISTENTE 1	806,97
		IV		774,96
NA	Auxiliar Técnico	III		743,98
		II	TÉCNICO 1	714,05
		I		685,01
		VI		530,32
		V	AUXILIAR 2	516,88
		IV		503,79
	Assistente em Ciência e Tecnologia	III		491,02
		II	AUXILIAR TÉCNICO 2	478,58
		I		466,45
		VI		446,36
		V	AUXILIAR 1	435,05
		IV		424,03
		III		413,28
		II	AUXILIAR TÉCNICO 1	402,81
		I		392,60

Assinatura

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda à Medida Provisória nº 2.136-36, de 2001, seguindo o direcionamento administrativo proposto pelo Plano Diretor de Reforma do estado, no tocante à valorização das Carreiras Exclusivas, aproxima valores de vencimento e remuneração (vencimento básico, gratificações e vantagens) dos cargos reestruturados pela Medida.

Tem como objeto, de um lado, a equiparação, em valores absolutos, do vencimento básico da Carreira de Ciência Tecnologia à do Grupo de Gestão. Iguala, de outro, o percentual incidente sobre o vencimento dos cargos de Gestor ao de Ciência. Ambos, no patamar de 50%.

Corrige, com essas operações, a distorção expressiva entre vencimentos e remuneração das duas carreiras. Valores que alcançam, computada a remuneração final da Carreira de Gestor, a diferença de 109%. Nada mais do que o dobro do valor aplicado aos concluintes da função de Pesquisador, Tecnologista e Analista em Ciência e Tecnologia, conforme quadro anexo.

Diferenças de Vencimento e Remuneração				
C & T	Sem Gratificação		Com Gratificação	
	Menor	Maior	Menor	Maior
	1.244,09	2.387,96	1.679,52	3.223,75
Jurídica	3.076,92	5.446,34	4.000,00	7.080,24
Diferença	147%	128%	138%	120%
Gestão	2.295,67	4.490,21	3.443,51	6.735,32
Diferença	85%	88%	105%	109%
Fiscal	1.698,92	3.400,55	2.548,38	5.100,83
Diferença	37%	42%	52%	58%

Assinatura

Serviço de Comunicação

MP 2136-36

000138

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ESP.

DATA

28/03/01

PROPOSIÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-36

AUTOR

SENADOR ROMERO JUCÁ

Nº PRONTUÁRIO

81

TIPO

1__ - SUPRESSIVA 2__ - SUBSTITUTIVA 3_X_ - MODIFICATIVA 4__ - ADITIVA 5__ - SUBSTITUTIVO
GLOBAL

PAGINA

1/1

ARTIGO

20

PARAGRAFO

INCISO

ALINEA

TEXTO

"Art. 20.O valor da GDACT será de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor."

JUSTIFICATIVA

É inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP 2136.

Com a emenda proposta busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras estacando, assim o atual tratamento discriminatório, a que vêm sendo submetidos os servidores da área C&T

Sala da Comissão em 29 de março de 2001


Senador Romero Jucá

MP 2136-36

000139

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, DE 2001**EMENDA Nº – MODIFICATIVA**

Dê-se ao *caput* do art. 20 a seguinte redação:

“Art. 20. O valor da GDACT será de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor”.

a

m

JUSTIFICAÇÃO

É inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal, constantes da MP nº 2136-36, de 2001.

Com a emenda proposta, busca-se dar tratamento igualitário a essas carreiras, estancando, assim, o atual tratamento discriminatório a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.

Sala das Sessões,



Senador LÚCIO ALCÂNTARA

MP 2136-36

000140

EMENDA Nº

*À Medida Provisória Nº 2136-36 de
27 de março de 2001.*

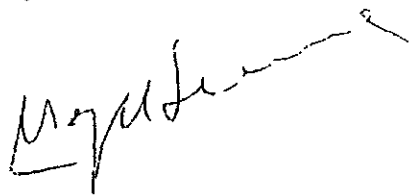
Dê-se ao caput ao **artigo 20** a seguinte redação:

“Art. 20. O valor da GDACT será de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor”.

JUSTIFICAÇÃO

É inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP 2136.

Com a emenda proposta busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras estancando, assim o atual tratamento discriminatório, a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.



MP 2136-36

000141

EMENDA Nº

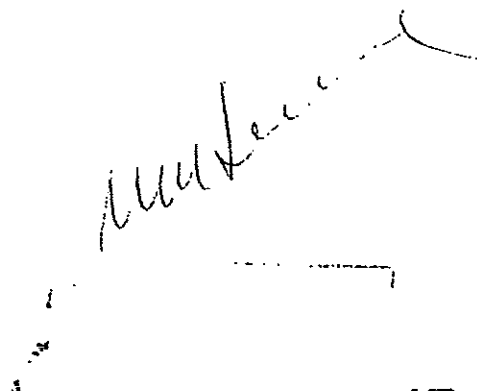
*À Medida Provisória Nº 2136-36
de 27 de março de 2001.*

Dê-se ao artigo 21 a seguinte redação:

“Art. 21. A parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais será calculada observando-se o limite de vinte pontos percentuais”.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista emenda oferecida ao artigo 20, é também necessário que a parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais seja ajustada mantendo-se desta forma tratamento igualitário entre as carreiras constantes da MP.



MP 2136-36

000142

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de março de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

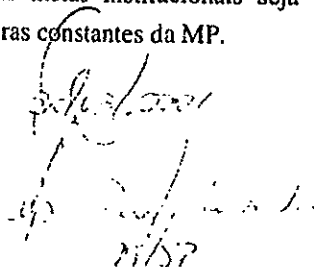
Dê-se ao artigo 21 a seguinte redação:

"Art. 21. A parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais será calculada observando-se o limite de vinte pontos percentuais".

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista emenda oferecida ao artigo 20, é também necessário que a parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais seja ajustada mantendo-se desta forma tratamento igualitário entre as carreiras constantes da MP.

Sala das Sessões,



MP 2136-36

000143

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-36 de 27 de março de 2001

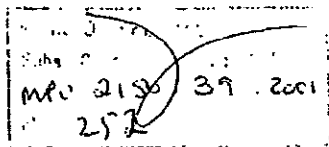
EMENDA MODIFICATIVA

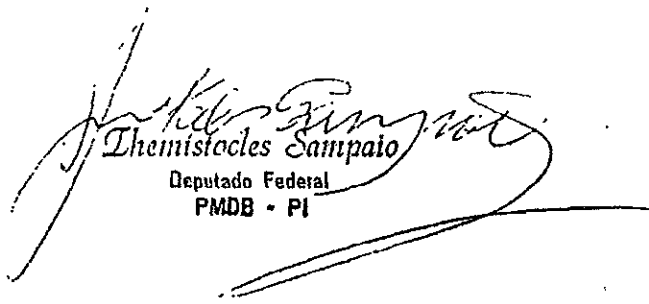
Dê-se ao artigo 21 a seguinte redação:

"Art. 21. A parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais será calculada observando-se o limite de vinte pontos percentuais".

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista emenda oferecida ao artigo 20, é também necessário que a parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais seja ajustada mantendo-se desta forma tratamento igualitário entre as carreiras constantes da MP.




Themístocles Sampaio
Deputado Federal
PMDB - PI

THEMÍSTOCLES SAMPAIO
Deputado Federal
Câmara dos Deputados
Anexo I/ - Gabinete 403
70160-900 — Brasília - DF

MP 2136-36

000144

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 10/3/2001		Proposição: MP Nº 2136-36		
Autor: Dep. Miro Teixeira			Prontuário 317	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 21	Parágrafo:	Inciso/Alínea	Página: 1/1

Dê-se ao artigo 21 a seguinte redação:

"Art. 21. A parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais será calculada observando-se o limite de vinte pontos percentuais".

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista emenda oferecida ao artigo 20, é também necessário que a parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais seja ajustada mantendo-se desta forma tratamento igualitário entre as carreiras constantes da MP.

Sala da Comissão, 11 de março de 2001

Dep. Miro Teixeira
Líder do PDT na Câmara dos Deputados

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS	ESP.	MP 2136-36 000145
-------------------------	------	----------------------

DATA 28/ 03 / 01	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-36
AUTOR SENADOR ROMERO JUCÁ	Nº PRONTUÁRIO 81
TIPO 1__ - SUPRESSIVA 2__ - SUBSTITUTIVA 3_X - MODIFICATIVA 4__ - ADITIVA 5__ - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 1/1	ARTIGO 21
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

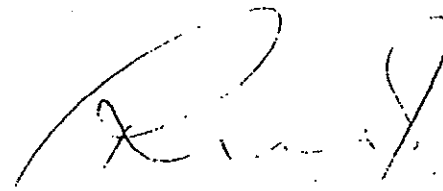
TEXTO

"Art. 21.A parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais será calculada observando-se o limite de vinte pontos percentuais".

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista emenda oferecida ao artigo 20, é também necessário que a parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais seja ajustada mantendo-se desta forma tratamento igualitário entre as carreiras constantes da

Sala da Comissão em 29 de março de 2001



Senador Romero Jucá

DAP 0229 93
259

MP 2136-36

000146

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, DE 2001**EMENDA Nº – MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 21 a seguinte redação:

“Art. 21. A parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais será calculada observando-se o limite de vinte pontos percentuais.”

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista emenda oferecida ao art. 20, é também necessário que a parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais seja ajustada, mantendo-se, desta forma, tratamento igualitário entre as carreiras constantes da MP.

Sala das Sessões,


Senador LÚCIO ALCÂNTARA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-36 de 27 de março de 2001

MP 2136-36

000147

EMENDA SUPRESSIVA.

Suprima-se o **artigo 24.**

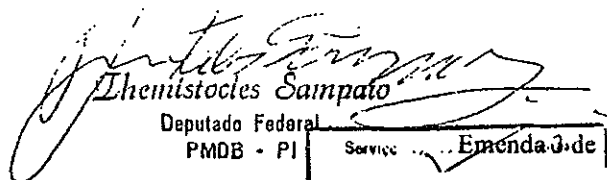
JUSTIFICATIVA

A supressão proposta, visa corrigir grave distorção imposta pela MP ao Plano de Carreiras da Área de C&T, que tem como um de seus principais sustentáculos o mérito.

Revitaliza-se, dessa forma, o texto original do artigo 21 da Lei 8691/93 possibilitando assim a manutenção da percepção do acréscimo de vencimento por titulação, como vinha sendo efetuada desde a implantação do Plano de Carreiras em 1993, manifesto direito adquirido dos servidores, abruptamente alterada pela MP 2136.

O doutrinador Prof. Hely Lopes Meirelles é taxativo: "Adicionais são vantagens pecuniárias que a Administração concede aos servidores em razão do tempo de serviço ou em face a natureza peculiar da função que exige conhecimentos especializados ... Os adicionais destinam-se a melhor retribuir os exercentes de funções técnicas, científicas e didáticas ... O adicional, em princípio, adere ao vencimento e, por isso, tem caráter permanente..." completando que "... o adicional de nível universitário é um típico adicional de função ... decorrente do caráter técnico de certas atividades da Administração, que exigem conhecimentos especializados por sua natureza, e deve **incorporar-se ao vencimento**, mas essa integração tem sido evitada pela legislação pertinente das três esferas administrativas, que o classificam, equivocadamente, como gratificação ..." (ver Meirelles, H. L. "Direito Administrativo Brasileiro" Ed. Malheiros. 18ª edição, págs. 405-409).

THEMISTOCLES SAMPAIO
Deputado Federal
Câmara dos Deputados
Anexo IV - Gabinete 403
70.60-900 — Brasília - DF


Themistocles Sampaio
Deputado Federal
PMDB - PI
Serviço ... Emenda nº de ...

MP 2136-36

000148

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de março de 2001

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 24.

JUSTIFICATIVA

A supressão proposta, visa corrigir grave distorção imposta pela MP ao Plano de Carreiras da Área de C&T, que tem como um de seus principais sustentáculos o mérito.

Revitaliza-se, dessa forma, o texto original do artigo 21 da Lei 8691/93 possibilitando assim a manutenção da percepção do acréscimo de vencimento por titulação, como vinha sendo efetuada desde a implantação do Plano de Carreiras em 1993, manifesto direito adquirido dos servidores, abruptamente alterada pela MP 2136.

O doutrinador Prof. Hely Lopes Meirelles é taxativo: "Adicionais são vantagens pecuniárias que a Administração concede aos servidores em razão do tempo de serviço ou em face a natureza peculiar da função que exige conhecimentos especializados ... Os adicionais destinam-se a melhor retribuir os exercentes de funções técnicas, científicas e didáticas ... O adicional, em princípio, adere ao vencimento e, por isso, tem caráter permanente..." completando que "... o adicional de nível universitário é um típico adicional de função ... decorrente do caráter técnico de certas atividades da Administração, que exigem conhecimentos especializados por sua natureza, e deve incorporar-se ao vencimento, mas essa integração tem sido evitada pela legislação pertinente das três esferas administrativas, que o classificam, equivocadamente, como gratificação ..." (ver Meirelles, H. L. "Direito Administrativo Brasileiro" Ed. Malheiros, 18ª edição, págs. 405-409).

Sala das Sessões,

MP 2136-36

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ESP/

000149

DATA		PROPOSIÇÃO	
28/03/01		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-36	
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO	
SENADOR ROMERO JUCÁ		81	
TIPO			
1 - SUPRESSIVA 2 - SUBSTITUTIVA 3 - MODIFICATIVA 4 - ADITIVA 5 - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
1/1	24		

TEXTO

"Suprima-se o artigo 24.

JUSTIFICATIVA

A supressão proposta, visa corrigir grave distorção imposta pela MP ao Plano de Carreiras da Área de C&T, que tem como um de seus principais sustentáculos o mérito.

Revitaliza-se, dessa forma, o texto original do artigo 21 da Lei 8691/93 possibilitando assim a manutenção da percepção do acréscimo de vencimento por

titulação, como vinha sendo efetuada desde a implantação do Plano de Carreiras em 1993, manifesto direito adquirido dos servidores, abruptamente alterada pela MP 2136.

O doutrinador Prof. Hely Lopes Meirelles é taxativo: "Adicionais são vantagens pecuniárias que a Administração concede aos servidores em razão do tempo de serviço ou em face a natureza peculiar da função que exige conhecimentos especializados...

Os adicionais destinam-se a melhor retribuir os exercentes de funções técnicas, científicas e didáticas... O adicional, em princípio, adere ao vencimento e, por isso, tem caráter permanente..." completando que "... o adicional de nível universitário é um típico adicional de função... decorrente do caráter técnico de certas atividades da Administração, que exigem conhecimentos especializados por sua natureza, e deve incorporar-se ao vencimento, mas essa integração tem sido evitada pela legislação pertinente das três esferas administrativas, que o classificam, equivocadamente, como gratificação..." ver Meirelles, H.L. "Direito Administrativo Brasileiro" Ed. Malheiros, 18ª edição, págs. 405-409).

Sala da Comissão em 29 de março de 2001

Senador Romero Jucá

MP 2136-36

000150

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 10/3/2001		Proposição: MP Nº 2136-36		
Autor: Dep. Miro Teixeira			Prontuário 317	
1. Supressiva X	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 24	Parágrafo:	Inciso/Alínea	Página: 1/1

Suprima-se o artigo 24.

JUSTIFICATIVA

A supressão proposta, visa corrigir grave distorção imposta pela MP ao Plano de Carreiras da Área de C&T, que tem como um de seus principais sustentáculos o mérito.

Revitaliza-se, dessa forma, o texto original do artigo 21 da Lei 8691/93 possibilitando assim a manutenção da percepção do acréscimo de vencimento por

titulação, como vinha sendo efetuada desde a implantação do Plano de Carreiras em 1993, manifesto direito adquirido dos servidores, abruptamente alterada pela MP 2136.

O doutrinador Prof. Hely Lopes Meirelles é taxativo: "Adicionais são vantagens pecuniárias que a Administração concede aos servidores em razão do tempo de serviço ou em face a natureza peculiar da função que exige conhecimentos especializados ... Os adicionais destinam-se a melhor retribuir os exercentes de funções técnicas, científicas e didáticas ... O adicional, em princípio, adere ao vencimento e, por isso, tem caráter permanente..." completando que "... o adicional de nível universitário é um típico adicional de função ... decorrente do caráter técnico de certas atividades da Administração, que exigem conhecimentos especializados por sua natureza, e deve incorporar-se ao vencimento, mas essa integração tem sido evitada pela legislação pertinente das três esferas administrativas, que o classificam, equivocadamente, como gratificação ..." (ver Meirelles, H. L. "Direito Administrativo Brasileiro" Ed. Malheiros, 18ª edição, págs. 405-409).

Sala da Comissão, de março de 2001

Dep. Miro Teixeira
Líder do PDT na Câmara dos Deputados

MPV 2225-9
259

MP 2136-36

EMENDA Nº

000151

À Medida Provisória Nº 2136-36
de 27 de março de 2001.

Suprima-se o artigo 24 da Medida Provisória Nº 2136-36 de 28 de março de 2001.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão proposta, visa corrigir grave distorção imposta pela MP ao Plano de Carreiras da Área de C&T, que tem como um de seus principais sustentáculos o mérito.

Revitaliza-se, dessa forma, o texto original do artigo 21 da Lei 8691/93 possibilitando assim a manutenção da percepção do acréscimo de vencimento por titulação, como vinha sendo efetuada desde a implantação do Plano de Carreiras em 1993, manifesto direito adquirido dos servidores, abruptamente alterada pela MP 2136.

O doutrinador Prof. Hely Lopes Meirelles é taxativo: "Adicionais são vantagens pecuniárias que a Administração concede aos servidores em razão do tempo de serviço ou em face a natureza peculiar da função que exige conhecimentos especializados ... Os adicionais destinam-se a melhor retribuir os exercentes de funções técnicas, científicas e didáticas ... O adicional, em princípio, adere ao

vencimento e, por isso, tem caráter permanente..." completando que "... o adicional de nível universitário é um típico adicional de função ... decorrente do caráter técnico de certas atividades da Administração, que exigem conhecimentos especializados por sua natureza, e deve incorporar-se ao vencimento, mas essa integração tem sido evitada pela legislação pertinente das três esferas administrativas, que o classificam, equivocadamente, como gratificação ..." (ver Meirelles, H. L. "Direito Administrativo Brasileiro" Ed. Malheiros, 18ª edição, págs. 405-409).

N
2001

MP 2136-36

000152

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, DE 2001

EMENDA Nº

- SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 24.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão proposta visa a corrigir grave distorção imposta pela MP ao Plano de Carreiras da Área de C&T, que tem como um de seus principais sustentáculos o mérito.

Revitaliza-se, dessa forma, o texto original do art. 21 da Lei nº 8.691, de 1993, possibilitando assim a manutenção da percepção do acréscimo de vencimento por titulação, como vinha sendo efetuada desde a implantação do Plano de Carreiras em 1993, manifesto direito adquirido dos servidores, abruptamente alterada pela MP nº 2.136-36, de 2001.

Sobre a matéria, o grande mestre Hely Lopes Meirelles é taxativo: "Adicionais são vantagens pecuniárias que a Administração concede aos servidores em razão do tempo de serviço ou em face a natureza peculiar da função que exige conhecimentos especializados. Os adicionais destinam-se a melhor retribuir os exercentes de funções técnicas, científicas e didáticas O adicional, em princípio, adere ao vencimento e, por isso, tem caráter permanente..." completando que "... o adicional de nível universitário é um típico adicional de função ... decorrente do caráter técnico de certas atividades da Administração, que exigem conhecimentos especializados por sua natureza, e deve incorporar-se ao vencimento, mas essa integração tem sido evitada pela legislação pertinente das três esferas administrativas, que o classificam, equivocadamente, como gratificação ..." (ver Meirelles, H. L. "Direito Administrativo Brasileiro" Ed. Malheiros, 18ª edição, págs. 405-409).

Sala das Sessões,


Senador LÚCIO ALCÂNTARA

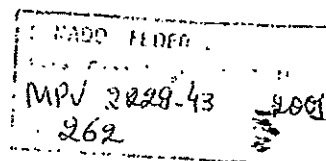
EMENDA MODIFICATIVA/ADITIVA À MEDIDA
Nº 2.136-36.

MP 2136-36
000153

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30 e 34, aos incisos V do art. 27 e ao Anexo IV a seguinte redação, e acrescentando-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

"Art. 25 Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 27



- I
- II
- III
- IV
- V – a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;
- VI – a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;
- VII

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei n.º 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis n.º 9.620, de 2 de abril de 1998, e n.º 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei n.º 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei n.º 9.651, de 27 de maio de 1998."

ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	I		
		I	I		

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Art.º 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea nº218/73

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive,

respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP n.º 2136-33 de 28/12/2000 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o **serviço de fiscalização exercido pelo INCRA** no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

Sala das Comissões, em de 1 de 2001

Deputado

[Handwritten signatures and stamps]

MP 265

[Signature: Henrique Américo]

[Signature: Rafael Guimarães]

[Signature: Gabriel Leite]

MP 2136-36

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000154

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36			
AUTOR DEPUTADO NORBERTO TEIXEIRA			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 0 SUPRESSIVA 2 0 SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 0 ADITIVA 5 0 SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 25, 27, 28, 30 e 34	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se aos arts 25, 27 28, 30 e 34 da Medida Provisória nº 2.136-36, que tratam da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, a seguinte redação, incluindo-se, ainda, na coluna "situação atual" do anexo IV o cargo de Engenheiro Agrônomo do INCRA:

"Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990."

"Art. 27

V - a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;

VI - a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII - os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

....."

"Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário - NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, bem como os cargos de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais, na forma do anexo IV.

.....

§ 4º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 30 (trinta) dias após a publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção."

"Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAFA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

....."

"Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 9.641, de 25 de maio de 1998, a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei nº 9.775, de 21 de dezembro de 1998, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária a que se refere a Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998."

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, em seu art. 184, assim dispõe: "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária,...". Trata-se, portanto, de competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor dessa atividade. Da mesma forma, o Ministério da Agricultura é o responsável pela execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do art. 187 da Constituição Federal.

O Decreto n.º 59.428, de 27/10/66, regulamentando diversos artigos da Lei 4.504, de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto-Lei n.º 1.110, de 09/07/70, na qualidade de órgão sucessor do IBRA e INDA, recebeu as atribuições desses órgãos, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições do uso da terra e a produção agropecuária. Essas atividades têm como resultado a classificação dos imóveis rurais e a punição de infratores, quer com a desapropriação, quer com o ajustamento das informações fiscais com vistas à tributação, a autuações e outras penalidades. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a reforma agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, sendo essas atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo.

A presente emenda baseia-se nos dispositivos constitucionais e legais citados, respaldando-se, ainda, no princípio constitucional da isonomia, segundo o qual deve ser dado tratamento igual a profissionais responsáveis por atividades similares – no caso específico, as de fiscalização agropecuária. Busca, assim, a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do INCRA na carreira de Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. A proposta está, ainda, em perfeita consonância com o propósito governamental de fortalecer as áreas típicas de Estado, agrupando as categorias funcionais que desempenhem atividades similares ou complementares.

ASSINATURA

[Assinatura manuscrita]

Serviço de	Assinatura	de
Fls.	2	19

MF 2136--36

000155

**EMENDA ADITIVA/MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 2136-36**

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30 e 34, aos incisos V do art. 27 e ao Anexo IV a seguinte redação, e acrescentando-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

"Art.25 Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art.27

.....
II.....
III.....
IV.....
V – a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;
VI – a fiscalização, avaliação e pericia de imóveis rurais;
VII.....

Art. 28 São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e pericia de imóveis rurais.

§ 1º.....
§ 2º.....
§ 3º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro de extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei n.º 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis n.º 9.620, de 2 de abril de 1998, e n.º 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei n.º

9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei n.º 9.651, de 27 de maio de 1998."

ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuario
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos* no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, cotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras

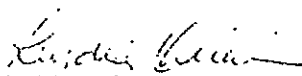
públicas ou particulares'. O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (saúde vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Art.º 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea nº218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP n.º 2136-33 de 28/12/2000 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o **serviço de fiscalização exercido pelo INCRA** no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações

Sala das Comissões, em de de 2001


Deputada Lídia Quinan

MP 2136-36

000156

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data	proposição
02/04/2001	Medida Provisória nº 2.136-36

autor	nº do prontuário
DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO	453

1. Supressiva	2. substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	---	------------	------------------------

Página 1/6	Artigo 25, 28, 30, 34	Parágrafo	Inciso	alinea
------------	-----------------------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30 e 34, aos incisos V do art. 27 e ao Anexo IV a seguinte redação:

"Art. 25 Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais.

§ 1º.....
§ 2º.....

§ 3º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDFAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei n.º 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis n.º 9.620, de 2 de abril de 1998, e n.º 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei n.º 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei n.º 9.651, de 27 de maio de 1998.

ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - Das Finalidades e Objetivos, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Art.º 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea nº218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP n.º 2136-33 de 28/12/2000 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o serviço de fiscalização exercido pelo INCRA no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

Sala das Comissões, em 03 de maio de 2001

DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO

PARLAMENTAR

Brasília

MP 2136-36

000157

**EMENDA MODIFICATIVA/ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA
Nº 2.136-36**

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30 e 34, aos incisos V do art. 27 e ao Anexo IV a seguinte redação, e acrescentando-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

“Art. 25 Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e

do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990

Art. 27

I
II
III
IV
V
VI
VII

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em ~~extinção~~.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei n.º 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis n.º 9.620, de 2 de abril de 1998, e n.º 9.641, de 25 de maio de 1998, e a

Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei n.º 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei n.º 9.651, de 27 de maio de 1998."

ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe:

"O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e **fiscalização** das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Art.º 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confex nº218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP n.º 2136-33 de 28/12/2000 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o **serviço de fiscalização exercido pelo INCRA** no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

Sala das Comissões, em de de 2001

Senador Nabor Júnior

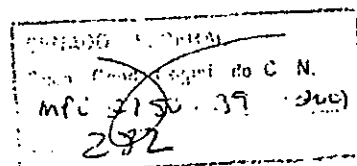
EMENDA MODIFICATIVA/ADITIVA À ME
Nº 2.136-36.

MP 2136-36
000158

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30 e 34, aos incisos seguinte redação, e acrescentando-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

"Art. 25 Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 27



I

II

III

IV

V – a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;

VI – a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais.

§ 1º

§ 2º

§ 3º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP n.º 2136-33 de 28/12/2000 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o serviço de fiscalização exercido pelo INCRA no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

Sala das Comissões, em de de 2001


Deputado JAIME MARTINS

MP 2136-36
000159

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 02/04/2001	proposição Medida Provisória nº 2.136-36
autor DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO	nº da prestação 453

1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. Substitutivo global
---------------	-----------------	-----------------	--	------------------------

Página 1/3	Artigo 27	Parágrafo	Inciso VI	alínea
------------	-----------	-----------	-----------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

"Art. 27

I

II

III

IV

V – a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;

VI – a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - Das Finalidades e Objetivos, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares

PARLAMENTAR

Brasília

Serviço de Comunicação Social

O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Art.º 1º alínea "a" e "b" e Resolução Confea nº218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP n.º 2136-33 de 28/12/2000 e suas reedições.

PARLAMENTAR

Brasília

MPV 286
Fls. 286

SENADO FEDERAL

subs. Coord.

MPV 2229-53

Fls. 286

Serviço de Arquivamento

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "compete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e **fiscalização** das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a **promoção**, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de **fiscalização** tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Art.º 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea nº218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinqüenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei n.º 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis n.º 9.620, de 2 de abril de 1998, e n.º 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei n.º 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei n.º 9.651, de 27 de maio de 1998.”

ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		C	VI		
	V		V		
	IV		IV		
	III		III		
	II		II		
	I		I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

JUSTIFICAÇÃO

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o serviço de fiscalização exercido pelo INCRA no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

Sala das Comissões, em 02 de MARÇO de 2001

DEPUTADO LUCIANO PIZZATTO

MP 2136-36

000160

EMENDA Nº

À Medida Provisória
Nº 2136-36 de 27 de
março de 2001.

Acrescente-se ao artigo 28 o seguinte § 3º, renumerando-se o seguinte:

Art. 28.....
.....

§ 3º Aplica-se aos **Biólogos** em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, classificados como **Pesquisador de Ciências Exatas e da Natureza e de Pesquisador do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento**, o disposto no caput deste artigo."

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente existem treze biólogos (sendo doze ocupantes do cargo efetivo de **Pesquisador de Ciências Exatas e da Natureza**, lotados no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, nas Delegacias Federais nos Estados de Minas Gerais, Pernambuco e de São Paulo e um titular do cargo de **Pesquisador**, no Rio Grande Sul) que desenvolvem atividades de "diagnósticos, testes, provas e análises fiscais, de certificação, controle nas áreas de fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, e de insumos pecuários, bem como atividades relacionadas ao fomento da produção agropecuária, com vistas a assegurar a saúde da população:

- a) saúde das populações vegetais, seus produtos e sub-produtos; b) saúde dos rebanhos animais, seus produtos e sub-produtos; c) idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária; d) identidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores; e) promoção, fomento da produção e de políticas agropecuárias.

Exceto Médicos Veterinários e Biólogos, todos os profissionais de nível superior do Ministério da Agricultura (Engenheiros Agrônomos, Zootecnistas, Químicos e Farmacêuticos) que desempenham as atividades acima descritas tiveram seus cargos transformados inicialmente em **Fiscal de Defesa Agropecuária**.

A reedição da Medida Provisória, de 26 de janeiro de 2001, no seu artigo 25, "cria a **Carreira de Fiscal Federal Agropecuário**, composta de cargos de igual denominação, no Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990", com atribuições descritas no artigo 27 da MP que são exatamente as mesmas desempenhadas pelos Biólogos ocupantes do cargo de **Pesquisador de Ciências Exatas e da Natureza e de Pesquisador**.

O artigo 28 dessa MP "transforma em cargo de Fiscal Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreira fiscal de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médio Veterinário. Resta reparar a injustiça que permanece com relação aos treze Biólogos em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária. A inclusão dos Biólogos irá garantir o tratamento isonômico que deve presidir as carreiras do setor público e sanar o vício de discriminação, de resto odioso e indefensável.



Senador NERY SUASSUNA

MP 2136-36

000161

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO		
29.03.01		MP 2.136-36		
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO		
DEP. ROBERTO JEFFERSON				
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01/02				
TÍTULO				

Suprima-se o parágrafo único do artigo 39, acrescentado-se ao mesmo artigo o inciso VI, com a seguinte redação:

“VI - Procurador do Banco Central do Brasil”, procedendo-se, em consequência às necessárias supressões ou adequações nos seguintes dispositivos:

- Art. 1º, VII;
- Art. 40, § 1º;
- Art. 46, § 2º;
- Art. 51 (artigos 4º; 11, I, II e II; 17-A, seus incisos e parágrafo único da Lei nº 9.650/98);
- Art. 53, e
- Art. 54.

JUSTIFICACÃO

O Constituinte de 1988, atento às dificuldades na defesa do erário e na representação judicial e extrajudicial da União, suas autarquias e fundação, determinou a criação da Advocacia-Geral da União, unificando os órgãos jurídicos e as respectivas carreiras.

A implantação do comando contido nos artigos 131 e seguintes da Constituição Federal revelou-se uma tarefa gigantesca.

O Poder Executivo, dentro das possibilidades, foi adotando sucessivas medidas, a começar pela Lei Complementar nº 73/93, que deu a organização inicial da AGU, nela incluindo os órgãos jurídicos da Administração Direta e já classificando os da Administração Indireta como órgãos vinculados.

DATA _____

ASSINAT _____

TEXTO

Sucessivas leis e normas infra legais foram aperfeiçoando a AGU, objetivando cumprir, de forma racional, o comando constitucional.

Neste contexto, a edição da MP nº 2.136-34, de 26.01.2001, constitui-se em mais um aperfeiçoamento, procedendo à unificação das carreiras jurídicas de Administração Federal Indireta, medida preparatória para a futura inclusão como carreira efetiva da AGU.

Entretanto, por uma redação equivocada, os Procuradores do Banco Central do Brasil foram excluídos de unificação na carreira de Procurador Federal, inobstante manifestação pró-unificação firmada por mais de 90% dos Procuradores do BACEN.

A unificação na AGU, portanto, atende a imperativo constitucional e se traduz como decisão de governo a oportunidade, face à decorrente melhoria na proteção do erário e do controle da legalidade.

Não se justifica, assim, a exclusão de procuradores de quaisquer órgãos. Ou se trata de atender ao comando constitucional e objetivar a melhoria de defesa do Estado, algo bom para o Estado - e para os cidadãos contribuintes - devendo portanto incluir todas as carreiras jurídicas, ou não se enquadra neste contexto, não devendo ocorrer para nenhuma carreira.

Importa notar que o Supremo Tribunal Federal determinou a inclusão dos servidores do BACEN no Regime Jurídico Único, decidindo que a regulamentação do artigo 192 da

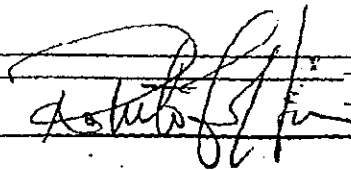
Constituição Federal não pode dizer respeito aos servidores e carreiras do BACEN, devendo ficar restrita à organização e funcionamento do sistema financeiro.

Desta forma, impõe-se o aditamento ora proposto, suprimindo-se o parágrafo único do artigo 39, e procedendo-se às adequações necessárias nos demais artigos e nos anexos da MP.

MP 2229-43/2001
292

292

DATA



MP 2136-36

000162

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA		PROPOSIÇÃO		
29.03.2001		M.P. 2.136-36		
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO		
DEP. ROBERTO JEFFERSON				
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PAGINA	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01/01				
TEXTO				

Adite-se um § 2º ao artigo 44, com a redação abaixo, renumerando-se o seu parágrafo único como § 1º.

“§ 2º - Procedido o enquadramento na Carreira de Procurador Federal, na forma do artigo 40 e seu § 1º, eventual diferença a maior entre a remuneração do servidor e a nova remuneração será considerada como vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita aos futuros aumentos e reajustes, a ser absorvida por ocasião da fixação dos subsídios”.

JUSTIFICAÇÃO

Sendo a remuneração dos servidores irredutível, deve-se manter os valores percebidos quando superiores aos fixados pela nova sistemática, desde que observados os limites legais de remuneração.

Subs. Prop.
MP 2229.43 / 2001
293

MP 2136-36
293

DATA

ASSINATURA

MP 2136-36

000163

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, DE 2001**EMENDA Nº – MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 56 a seguinte redação:

“Art. 56. As gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 incorporam-se, desde a edição desta medida provisória, aos proventos da aposentadoria e às pensões.”

JUSTIFICAÇÃO

A medida provisória em questão reestrutura carreiras existentes, cria novas e, neste contexto, extingue gratificações, criando outras. Surge, nesse ponto, a questão da extensão do mesmo tratamento conferido aos servidores da ativa aos aposentados e pensionistas.

As novas gratificações, por força do inciso I do art. 56 da MP, somente serão incorporadas aos proventos da aposentadoria e pensões após cinco anos de sua percepção, caracterizando assim flagrante violação ao § 8º do art. 40 da Constituição Federal, que estabelece a paridade entre a remuneração dos servidores ativos e os proventos da aposentadoria e pensões.

A emenda proposta visa a restabelecer o respeito ao princípio constitucional, uma vez que reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral, possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional de paridade entre ativos e inativos, previsto no citado art. 40 da CF.

Sala das Sessões,

MS 9229-43 / 2001
294

Senador LÚCIO ALCÂNTARA

294

MP 2136-36

000164

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 10/3/2001		Proposição: MP Nº 2136-36		
Autor: Dep. Miro Teixeira			Prontuário 317	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 56	Parágrafo:	Inciso/Alínea	Página: 1/1

Dê-se ao artigo 56 da MP nº 2136 a seguinte redação:

**Art. 56. As gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 incorporam-se, desde a edição dessa medida provisória, aos proventos da aposentadoria e as pensões".*

JUSTIFICATIVA

A medida provisória em questão reestrutura carreiras existentes, cria novas e, neste contexto extingue gratificações, criando outras. Surge, nesse ponto, a questão da extensão do mesmo tratamento conferido aos servidores da ativa aos aposentados e pensionistas.

As novas gratificações por força do inciso I do artigo 56 da MP, somente serão incorporadas aos proventos da aposentadoria e pensões após cinco anos de sua percepção, caracterizando assim flagrante violação ao parágrafo 8º do Artigo 40 da Constituição Federal que estabelece a paridade entre a remuneração dos servidores ativos e os proventos da aposentadoria e pensões.

A emenda proposta visa a restabelecer o respeito ao princípio constitucional sendo que reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral, possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional de paridade entre ativos e inativos, previsto no citado artigo 40 da CF.

Sala da Comissão, 1º de março de 2001

REC. LEGISL.
Cond. 1
Nº 2229-43/2001
Fls. 295

Dep. Miro Teixeira
Líder do PDT na Câmara dos Deputados

MP 2136-36

000165

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

ESPAÇO

DATA

28/03/01

PROPOSIÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-36

AUTOR

SENADOR ROMERO JUCÁ

Nº PRONTUÁRIO

81

TIPO

1 - SUPRESSIVA 2 - SUBSTITUTIVA 3 - MODIFICATIVA 4 - ADITIVA 5 - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

1/1

ARTIGO

56

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

"Dê-se ao artigo 56 da MP nº 2136 a seguinte redação:

" Art. 56. As gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 incorporam-se, desde a edição dessa medida provisória, aos proventos da aposentadoria e as pensões".

JUSTIFICATIVA

A media provisória em questão reestrutura carreiras existentes, cria novas e, neste contexto extingue gratificações, criando outras. Surge, nesse ponto, a questão da extensão do mesmo tratamento conferido aos servidores da ativa aos aposentados e pensionistas.

As novas gratificações por força do inciso I, do artigo 56 da MP, somente serão incorporadas aos proventos da aposentadoria e pensões após cinco anos de sua percepção, caracterizando assim flagrante violação ao parágrafo 8º do Artigo 40 da Constituição Federal que estabelece a paridade entre a remuneração dos servidores ativos e os proventos da aposentadoria e pensões.

A emenda proposta visa a restabelecer o respeito ao princípio constitucional sendo que reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que, concedidas em caráter geral, possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional de paridade entre ativos e inativos, previsto no citado artigo 40 da CF.

Sala da Comissão em 29 de março de 2001

Senador Romero Jucá

SENADO FEDERAL

Subs. Coord. Legis. do C. N.

M 2229-43/2001

Fls. 226

MP 2136-36

000166

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 29.03.01		PROPOSIÇÃO M.P. 2.136-36		
AUTOR DEP. ROBERTO SEFFERSON		Nº PROPONENTE		
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA 01/01	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TÍTULO				

O artigo 56 para a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 56 - Para fins de incorporação aos proventos de aposentadoria ou às pensões, as gratificações de que tratam os artigos 8º, 13, 19, 30 e 41 desta Medida Provisória:

I - somente serão devidas se percebidas há pelo menos um ano; e

II - serão calculados pela média aritmética dos últimos doze meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão.

§ 1º - A aplicação do disposto nesta Medida Provisória a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

§ 2º - Constatada a redução de proventos ou pensão decorrentes da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

JUSTIFICAÇÃO

A redação original exigia o período de cinco anos para a incorporação da GDAI aos proventos e pensões, medida que não se justifica na medida em que o período exigido para as carreiras de que trata a MP 2.093-22, no § 6º do seu artigo 15 (grupo fiscalização) é de apenas de doze meses.

Assim, impõe-se a modificação.

MP 2136-36
297

MP 2229-43/2001
297

DATA

[Handwritten signature]

MP 2136-36

000167

EMENDA Nº

*À Medida Provisória Nº 2136-36 de
27 de março de 2001.*

Dê-se ao artigo 56 da MP nº 2136-36 a seguinte redação:

"Art. 56. As gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 incorporam-se, desde a edição dessa medida provisória, aos proventos da aposentadoria e as pensões".

JUSTIFICAÇÃO

A medida provisória em questão reestrutura carreiras existentes, cria novas e, neste contexto extingue gratificações, criando outras. Surge, nesse ponto, a questão da extensão do mesmo tratamento conferido aos servidores da ativa aos aposentados e pensionistas.

As novas gratificações por força do inciso I do artigo 56 da MP, somente serão incorporadas aos proventos da aposentadoria e pensões após cinco anos de sua percepção, caracterizando assim flagrante violação ao parágrafo 8º do Artigo 40 da Constituição Federal que estabelece a paridade entre a remuneração dos servidores ativos e os proventos da aposentadoria e pensões.

A emenda proposta visa a restabelecer o respeito ao princípio constitucional sendo que reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral, possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional de paridade entre ativos e inativos, previsto no citado artigo 40 da CF.

MP 2229-43/2001
298

MPV 2136-36
IN. 298

Emenda 4 de 5

MP 2136-36

000168

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de maio de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 56 da MP nº 2136 a seguinte redação:

"Art. 56. As gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 incorporam-se, desde a edição dessa medida provisória, aos proventos da aposentadoria e as pensões".

JUSTIFICATIVA

A medida provisória em questão reestrutura carreiras existentes, cria novas e, neste contexto extingue gratificações, criando outras. Surge, nesse ponto, a questão da extensão do mesmo tratamento conferido aos servidores da ativa aos aposentados e pensionistas.

As novas gratificações por força do inciso I do artigo 56 da MP, somente serão incorporadas aos proventos da aposentadoria e pensões após cinco anos de sua percepção, caracterizando assim flagrante violação ao parágrafo 8º do Artigo 40 da Constituição Federal que estabelece a paridade entre a remuneração dos servidores ativos e os proventos da aposentadoria e pensões.

A emenda proposta visa a restabelecer o respeito ao princípio constitucional sendo que reiteradas decisões judiciais, inclusive, prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal, consideram que as gratificações, desde que concedidas em caráter geral, possuem a mesma natureza do vencimento básico para efeito de aplicação do princípio constitucional de paridade entre ativos e inativos, previsto no citado artigo 40 da CF.

Sala das Sessões,

[Handwritten signature and initials]

SENADO FEDERAL
Nº 2229-43/2001
299

MPV 2.136-36
Fls. 299

MP 2136-36

000169

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 10/3/2001		Proposição: MP Nº 2136-36		
Autor: Dep. Miro Teixeira			Prontuário 317	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa X	4. Aditiva	5. Substitutiva Global
6. Redação	Artigo: 58	Parágrafo:	Inciso/Alínea IV	Página: 1/1

Dê-se ao inciso IV do artigo 58 a seguinte redação:

"Art. 58.....

IV – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, vinte e cinco por cento";

JUSTIFICATIVA

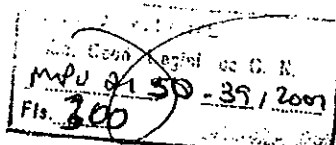
É inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP 2136.

Com a emenda proposta busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras estancando, assim o atual tratamento discriminatório, a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.

Sala da Comissão, de março de 2001

Dep. Miro Teixeira
Líder do PDT na Câmara dos Deputados

MP 2229-43/2001
300



MP 2136-36

000170

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

E8

DATA 28/03/01		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-36		
AUTOR SENADOR ROMERO JUCÁ			Nº PRONTUÁRIO 81	
TIPO 1__ - SUPRESSIVA 2__ - SUBSTITUTIVA 3_X - MODIFICATIVA 4__ - ADITIVA 5__ - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PAGINA 1/1	ARTIGO 58	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA

TEXTO

"Dê-se ao inciso IV do artigo 58 a seguinte redação:

" Art. 58.....

IV – Gratificação de Desempenho de atividade de Ciência e Tecnologia, vinte e cinco por cento".

JUSTIFICATIVA

É inconcebível que os cargos integrante do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP 2136.

Com a emenda proposta busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras estancando, assim o atual tratamento discriminatório, a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.

Sala da Comissão em 29 de março de 2001

Senador Romero Jucá

MP 2229-43/2001
301

Subs. Com. Especial do S. R.
MPU 2136-36/2001
Fls. 301

MP 2136-36

000171

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, DE 2001**EMENDA Nº – MODIFICATIVA**

Dê-se ao inciso IV do artigo 58 a seguinte redação:

“Art. 58.....

IV — Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, vinte e cinco por cento”;

JUSTIFICAÇÃO

É inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP nº 2.136-36, de 2001.

Com a emenda proposta, busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras, estancando, assim, o atual tratamento discriminatório a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.

Sala das Sessões,


Senador LÚCIO ALCÂNTARA

MP 2229-43 2001
302

MP 2136-36
000172**EMENDA Nº***À Medida Provisória Nº 2136-36 de
27 de março de 2001.*

Dê-se ao inciso IV do **artigo 58** a seguinte redação:

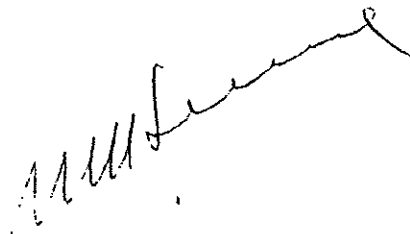
“Art. 58.....
.....

IV – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, vinte e cinco por cento”;

JUSTIFICAÇÃO

É inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP 2136.

Com a emenda proposta busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras estancando, assim o atual tratamento discriminatório, a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.



Emenda 5 de 5

2001
Cols. Cód.
MP 2229-43 2001
Fls. 303

End. Internet: neysunassub@senado.gov.br

MP 2136-36

000173

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-36 de 27 de março de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso IV do artigo 58 a seguinte redação:

“Art. 58.....

.....

IV – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, vinte e cinco por cento”;

JUSTIFICATIVA

É inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP 2136.

Com a emenda proposta busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras estancando, assim o atual tratamento discriminatório, a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.

MP 2136-36

000174

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de março de 2001**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao inciso IV do artigo 58 a seguinte redação:

"Art. 58.....

.....

IV – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, vinte e cinco por cento”;

JUSTIFICATIVA

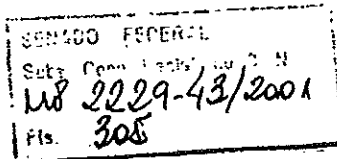
É inconcebível que os cargos integrantes do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia, de reconhecida importância para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional, tenham, para fins de cálculo do valor da GDACT, percentuais diferenciados das outras carreiras consideradas estratégicas pelo governo federal constantes da MP 2136.

Com a emenda proposta busca-se dar-se tratamento igualitário a essas carreiras estancando, assim o atual tratamento discriminatório, a que vêm sendo submetidos os servidores da área de C&T.

Sala das Sessões,

30/03/2001
Dep. Rog. B. Pinto

MP 2136-36
305



MP 2136-36

000175

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-36, DE 27 DE MARÇO DE 2001**EMENDA Nº – ADITIVA**

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2136-36, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

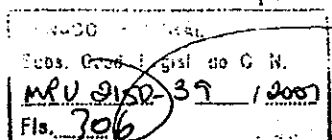
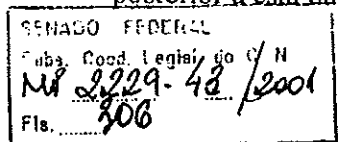
Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

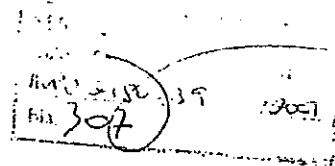


§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO



A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

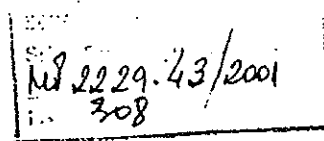
Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões.


Senador ARLINDO PORTO



MP 2136-36

000176

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 28/03/01		Proposição Medida Provisória nº 2.136-36	
Autor Deputado ELIAS MURAD		Nº Prontuário 612	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. X Aditiva
		5. Substitutivo Global	
Página 01	Artigo	Parágrafo	Inciso
Alínea			
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO			
<p>Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.136-36, de 2001, os seguintes artigos:</p> <p>CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL.</p> <p>Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</p> <p>Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.</p> <p>Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.</p> <p>Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador - NS 923.</p> <p>§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no <i>caput</i> deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.</p> <p>§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.</p> <p>Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Círculo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.</p> <p>Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.</p>			
ASSINATURA			

TEXTO JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

ASSINATURA

NP 2229-43/2001
Fls. 311

MPJ 21.50 - 35 / 2001
Fls. 311

MP 2136-36

000177

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, DE 21 MARÇO -
2001, publicada no Diário Oficial de 28 março de 2001**

EMENDA Nº - ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.136-36, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador - NS 923.

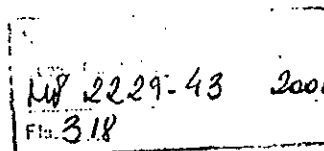
§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

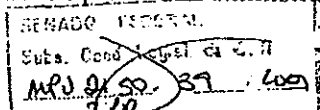


A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal, na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769.



de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala da Comissão, em de de 2001

Deputado **ARMANDO ABÍLIO**

PL 2229-43/2001
Fls 319

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2136-36

000178

DATA		PROPOSIÇÃO		
29.03.01		M.P. 2.136-36		
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO		
DEP. ROBERTO JEFFERSON				
1 - SUPRESSIVA	2 - SUBSTITUTIVA	3 - MODIFICATIVA	4 - ADITIVA	5 - SUBSTITUTIVO GERAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01/01				
TEXTO				

Adite-se à MP nº 2.136-35, de 2001, o seguinte artigo:

"Art - O titular do cargo de Procurador do Banco Central do Brasil, independentemente de haver ou não completado o estágio probatório, poderá, mediante requerimento ao Advogado-Geral da União, ser redistribuído para outra autarquia ou fundação federal.

§ 1º. A redistribuição implicará o enquadramento na Carreira de Procurador Federal, nos termos do § 1º do artigo 40.

§ 2º. Eventual diferença a maior entre a remuneração do servidor e a remuneração do novo cargo será considerada vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita aos futuros aumentos e reajustes, a ser absorvida por ocasião da fixação dos subsídios."

JUSTIFICAÇÃO

Os Procuradores do Banco Central do Brasil exercem atividade jurídica da mesma natureza dos Procuradores Federais, havendo o texto da MP omitido a possibilidade de sua redistribuição para outras autarquias ou fundações, o que constitui discriminação vedada pela Constituição Federal.

SENADO FEDERAL
MP 2229-43/2001
320

SENADO FEDERAL
MP 2136-36
320

DATA

[Handwritten signature]

MP 2136-36

000179

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2. data	3. proposição			
4. autor Deputado Carlos Batata				5. n.º do prontuário
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
7. página	8. artigo	Parágrafo	Inciso	alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA N. 2.136-36, DE 27 DE MARÇO DE 2001.

EMENDA N. - ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória n. 2.136-36, de 27 de março de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRAS E CARGOS DA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA

• SANITARISTA

Art. . Fica criada a Carreira de Sanitarista, composta de cargos de igual denominação, nos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . Será de quarenta e cinco dias, contados a partir de de de 2001, o prazo para encaminhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República da regulamentação da criação da Carreira de Sanitarista, de que trata o art.

Art. . A Carreira de Sanitarista, estruturada na forma do Anexo I, tem sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes do cargo de Sanitarista têm por atribuições assegurar e desenvolver, em todo o território nacional:

a) a formulação, gestão, planejamento, coordenação, supervisão, normatização e execução especializadas das políticas de saúde e de saneamento, inerentes à área de saúde pública, abrangendo atividades de vigilância epidemiológica de doenças e agravos;

b) o estabelecimento de diretrizes para o controle e de doenças endêmicas e epidêmicas.

c) a assistência aos órgãos de saúde no desenvolvimento das ações

MP 2136-36/2001
312

MP 2136-36/2001
Fls. 312

de vigilância epidemiológica e de vigilância ambiental e de fatores de riscos ambientais relacionados com a saúde humana;

d) a vigilância sanitária de produtos e serviços afetos à saúde e a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

e) a elaboração e o acompanhamento de programas e projetos de saneamento em saúde pública;

f) a promoção e a implementação de ações educativas e de Programas Nacionais de Saúde;

g) a formulação e o acompanhamento de políticas dirigidas à saúde das populações indígenas;

h) o planejamento, o acompanhamento e a assistência aos órgãos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no atendimento às populações atingidas por calamidade pública;

i) a execução de programas vinculados ao controle e à inspeção higiênico-sanitária e tecnológica das matérias-primas e dos produtos afetos à saúde humana;

j) a gestão do processo de fiscalização sanitária sobre as atividades de produção de insumos, serviços, medicamentos, alimentos, cosméticos e saneantes domissanitários;

k) o cumprimento dos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário, cujos compromissos tenham implicações na área de saúde pública; e

l) a vigilância sanitária internacional.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Sanitarista em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. . São transformados em cargos de Sanitarista do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, mediante opção, os titulares dos cargos de Sanitarista, integrantes da Categoria Funcional de Sanitarista, código SP-1701, do Grupo- Saúde Pública, criado pelo art. 1.º do Decreto n.º 79.456, de 30 de março de 1977 e art. 1.º do Decreto n.º 83.928, 03 de setembro de 1979, e, os atuais cargos efetivos de Médico, Médico de Saúde Pública, Enfermeiro, Dentista, Odontólogo, Farmacêutico-Bioquímico, Farmacêutico, Bioquímico, Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Estatístico, Administrador, Arquiteto e Urbanista, Advogado, Economista, Comunicador Social, Técnico em Comunicação Social, Sociólogo, Antropólogo, Engenheiro, Agrônomo, Biomédico, Biólogo, Médico Veterinário, Nutricionista, Geólogo, Técnico em Saúde, Técnico em Assuntos Educacionais, Educador em Saúde, Especialista em Educação, Programador de Educação para o Trabalho, Pesquisador e Pesquisador em Ciências da Saúde, pertencentes aos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde e dos demais órgãos e entidades vinculados ao Ministério da Saúde, com a

conseqüente transposição dos seus ocupantes para os cargos criados pela nova carreira (Carreira de Sanitarista do Ministério da Saúde e Carreira de Sanitarista da Fundação Nacional de Saúde), na forma do Anexo XVII.

§ 1.º. Serão enquadrados na Carreira de Sanitarista os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, detentores de título de especialização ou de mestrado ou doutorado na área de saúde pública ou, que no ato da edição desta Medida Provisória, estejam no efetivo exercício profissional comprovado, de no mínimo dez anos, nas atividades de saúde pública e, desde que, sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2.º. Os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo de forma irrevogável, até 30 dias após a publicação desta medida provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Sanitarista é de 40 (quarenta) horas semanais, com direito ao Incentivo Funcional, por trabalho em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. . Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Saúde Pública – GDASP, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Sanitarista, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Saúde, na Fundação Nacional de Saúde e nos demais órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Saúde no percentual de cinquenta por cento, setenta por cento e oitenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor que detenha, respectivamente o título de especialização, mestrado ou doutorado na área de saúde pública.

Parágrafo único. A GDASP será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Sanitarista são os constantes do Anexo VII.

Art. . O titular de cargo efetivo da carreira de que trata o art. 55 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus ao valor máximo da GDASP.

Art. . O integrante da Carreira Sanitarista, que não se encontre na situação prevista no art. 60 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDASP:

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a GDASP no valor de setenta e cinco por cento do valor máximo da GDASP.

JUSTIFICATIVA

O Decreto Nº 79.456, de 30 de março de 1977, criou o Grupo Saúde Pública do Serviço Civil da União no Ministério da Saúde e, dentro deste, a Categoria de Sanitarista, que tem entre suas atribuições regulamentares as seguintes atribuições:

- Formulação e gestão das políticas públicas de saúde e normalização das ações de saúde.
- Estabelecimento de diretrizes para controle e prevenção das doenças endêmicas e epidêmicas, destacando-se entre as de maior relevância: cólera, dengue, malária, febre amarela, leishmanioses, esquistossomose, doença de Chagas, hanseníase, síndrome da imunodeficiência adquirida - AIDS.
- Assistência aos órgãos de saúde no desenvolvimento das ações de Vigilância Epidemiológica e Vigilância Ambiental.
- Vigilância Sanitária de Produtos e Serviços e Vigilância Sanitária de Portos Aeroportos e Fronteiras.
- Elaboração e acompanhamento de Programas e Projetos de Saneamento em Saúde.
- Promoção e implementação de Programas Nacionais de Vacinação.
- Formulação de projetos e ações educativas visando a promoção da saúde.
- Formulação de políticas de atenção à saúde das populações indígenas.
- Programação e assistência aos órgãos de saúde no atendimento às populações atingidas por calamidade pública.

As atribuições da Categoria de Sanitarista são exercidas exclusivamente pelo estado, sem correspondência no setor privado e estão fundamentadas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Título VII - Da Ordem Social, Capítulo I - Disposição Geral, Seção II - Da saúde, Art. 196 e, as leis orgânicas da saúde dela derivadas, que colocam a Saúde Pública como dever do Estado:

"Saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

A Categoria de Sanitarista enquadra-se perfeitamente nos princípios da atual administração pública gerencial, implícita nas diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. O pleno desenvolvimento de programas de saúde pública exige dessa categoria trabalho em tempo integral, com dedicação exclusiva, uma vez que suas ações são realizadas:

- Em áreas nas quais as instituições de saúde pública, não raro, são os únicos recursos disponíveis;
- Em áreas nas quais as ações de saúde pública estão vinculadas a projetos de desenvolvimento integrado envolvendo, em geral, a expansão de fronteiras internas visando incorporar novas regiões ao espaço nacional ocupado até a implantação desses projetos;
- Em situações e momentos imprevisíveis e por períodos não determinados;

- Em caráter emergencial, na prevenção e controle de surtos de doenças, com risco à saúde ou à vida de quem executa essas ações.

A atuação dos sanitaristas caracteriza-se, com frequência, pelo acionamento imediato e autônomo do aparelho estatal em situações de risco de ocorrência e ou surgimento de doenças que podem se transformar em calamidades e epidemias.

Dentre os benefícios proporcionados e a serem implementados pelas ações de saúde pública em função da reestruturação da carreira de sanitarista no Ministério da Saúde e entidades vinculadas:

- melhoria do nível de saúde da população brasileira, com conseqüente diminuição dos gastos públicos com assistência médico-hospitalar e diminuição do índice de absenteísmo no setor produtivo nacional;
- redução da incidência/prevalência de doenças endêmicas e epidêmicas como esquistossomose, cólera, dengue, malária, febre amarela, doença de Chagas, hanseníase, tuberculose, síndrome da imunodeficiência adquirida – AIDS;
- como ápice das ações supramencionadas, registra-se a erradicação da varíola e a eliminação da poliomielite, doenças que ocasionavam inúmeras mortes ou graves seqüelas nos doentes acometidos;
- eliminação da transmissão vetorial da doença de Chagas em seis estados brasileiros, recentemente oficializada pelo Ministério da Saúde;
- impacto na economia nacional pela redução de doenças, a exemplo do que comprovam estudos de custo benefício realizados: Programa de Controle da Esquistossomose (1984-1994, economia de U\$ 11,925 milhões); Programa de Controle da doença de Chagas (1988-1995, economia de U\$ 18,606 milhões);
- impacto de expressiva repercussão na economia nacional originado pela fiscalização sanitária do setor de serviços, insumos e produtos (alimentos, medicamentos, cosméticos, saneantes domissanitários) afetos à saúde humana e a fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras;
- melhoria das condições sanitárias da população e do meio ambiente, principalmente nas comunidades menos assistidas, como conseqüência das ações de saneamento em saúde.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo a Carreira e Cargos da Área de Saúde Pública, na qual consta a Carreira de Sanitarista.

PARLAMENTAR

10

Brasília, 29 de março de 2001.


Deputado Carlos Batata

MP 2136-36

000180

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/03/ 2001	Proposição Medida Provisória n.º 2.136-36
Autora Deputada Marinha Raupp	n.º do prontuário
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> substitutiva <input type="checkbox"/> modificativa <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2136-36, DE 27 DE MARÇO DE 2001.
EMENDA N. - ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória n. 2136-36, de 27 de março de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRAS E CARGOS DA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA

• **SANITARISTA**

Art. Fica criada a Carreira de Sanitarista, composta de cargos de igual denominação, nos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 dezembro de 1990.

Art. Será de quarenta e cinco dias, contados a partir de de de 2001, o prazo para encaminhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República da regulamentação da criação da Carreira de Sanitarista, de que trata o art.

Art. A Carreira de Sanitarista, estruturada na forma do Anexo I, tem sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. Os ocupantes do cargo de Sanitarista têm por atribuições assegurar e desenvolver, em todo o território nacional:

a) a formulação, gestão planejamento, coordenação, supervisão, normatização execução especializadas das políticas de saúde e de saneamento, inerentes à área de saúde pública abrangendo atividades de vigilância epidemiológica de doenças e agravos;

b) o estabelecimento de diretrizes para o controle de doenças endêmicas e epidêmicas;

c) a assistência aos órgãos de saúde no desenvolvimento das ações de vigilância epidemiológica e de vigilância ambiental e de fatores de riscos ambiental relacionados com a saúde humana;

d) a vigilância sanitária de produtos e serviços afetos à saúde e a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

e) a elaboração e o acompanhamento de programas e projetos de saneamento em saúde pública;

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legis. do C. N.
MP 2136-36/2001
Fls. 321

SENADO FEDERAL
Subs. Cond. Legis. do C. N.
MP 2136-36/2001
Fls. 321

f) a promoção e a implementação de ações educativas e de Programas Nacionais de Saúde;

g) a formulação e acompanhamento de políticas dirigidas à saúde das populações indígenas;

h) o planejamento, o acompanhamento e a assistência aos órgãos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no atendimento às populações atingidas por calamidade pública;

i) a execução de programas vinculados ao controle e a inspeção higiênico-sanitária e tecnológica das matérias-primas e dos produtos afetos à saúde humana;

j) a gestão do processo de fiscalização sanitária sobre as atividades de produção de insumos, serviços, medicamentos, alimentos, cosméticos e saneantes domissanitários;

k) o cumprimento dos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário, cujos compromissos tenham implicações na área de saúde pública; e

l) a vigilância sanitária internacional.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Sanitarista em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. São transformados em cargos de Sanitarista do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, mediante opção, os titulares dos cargos de Sanitarista, integrantes da Categoria Funcional de Sanitarista, código SP-1701, do Grupo- Saúde Pública, criado pelo art. 1º do Decreto n.º 79.456, de 30 de março de 1977 e art. 1º do Decreto n.º 83.928, 03 de setembro de 1979, e, os atuais cargos efetivos de Médico, Médico de Saúde Pública, Enfermeiro, Dentista, Odontólogo, Farmacêutico-Bioquímico, Farmacêutico, Bioquímico, Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Estatístico, Administrador, Arquiteto e Urbanista, Advogado, Economista, Comunicador Social, Técnico em Comunicação Social, Sociólogo, Antropólogo, Engenheiro, Agrônomo, Biomédico, Biólogo, Médico Veterinário, Nutricionista, Geólogo, Técnico em Saúde, Técnico em Assuntos Educacionais, Educador em Saúde, Especialista em Educação, Programador de Educação para o Trabalho, Pesquisador e Pesquisador em Ciências da Saúde, pertencentes aos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde e dos demais órgãos e entidades vinculados ao Ministério da Saúde, com a conseqüente transposição dos seus ocupantes para os cargos criados pela nova carreira (Carreira de Sanitarista do Ministério da Saúde e Carreira de Sanitarista da Fundação Nacional de Saúde), na forma do Anexo XVII.

§ 1.º. Serão enquadrados na Carreira de Sanitarista os atuais ocupantes dos cargos mencionados no **caput** deste artigo, detentores de título de especialização ou de mestrado ou doutorado na área de saúde pública ou, que no ato da edição desta Medida Provisória, estejam no efetivo exercício profissional comprovado, de no mínimo dez anos, nas atividades de saúde pública e, desde que, sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2.º. Os atuais ocupantes dos cargos mencionados no **caput** deste artigo, que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo de forma irrevogável, até 30 dias após a publicação desta medida provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Sanitarista é de 40 horas semanais, com direito ao Incentivo Funcional, por trabalho em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Saúde Pública - GDASP, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Sanitarista, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Saúde, na Fundação Nacional de Saúde e nos demais órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Saúde no percentual de cinquenta por cento, setenta por cento e oitenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor que detenha, respectivamente o título de especialização, mestrado ou doutorado na área de saúde pública.

Parágrafo único. A GDASP será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. Os Valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Sanitarista são os constantes do anexo VII.

Art. O titular de cargo efetivo da carreira de que trata o art. 55 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus ao valor máximo da GDASP.

Art. O integrante da Carreira Sanitarista, que não se encontre na situação prevista no art. 60 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDASP.

I - quando cedido para Presidência ou vice-presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou,

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente perceberá a GDASP no valor de setenta e cinco por cento do valor máximo da GDASP.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa corrigir uma injustiça, pois a presente Medida Provisória não incluiu os servidores da Categoria de Sanitaristas dos Quadros de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, os quais tem por atribuições assegurar e desenvolver, em todo o território nacional ações de saúde voltadas para a promoção e a prevenção em saúde pública, com vistas ao bem estar da sociedade como um todo, e pela redução da prevalência/incidência de doenças endêmicas e epidêmicas, assim como de outros agravos, como a redução da mortalidade, em especial as decorrentes de doenças imunopreveníveis, propiciando uma economia de milhões de dólares para o País.

Salientamos que a contribuição dos sanitaristas, no contexto nacional, tem sido decisiva para o cumprimento da competência atribuída ao Sistema Único de Saúde, e nas leis orgânicas derivadas do texto constitucional, a cargo do Ministério da Saúde, que colocam a saúde pública como dever do Estado, e delegam ao gestor do SUS a competência para fomentar a promoção e recuperação da saúde, mediante o desenvolvimento de políticas de saúde e saneamento, que assegurem acesso universal e igualitário da população às ações e aos serviços de saúde, capazes de reduzir o risco de contrair doenças e de expor a saúde a outros agravos, passíveis de medidas preventivas.

PARLAMENTAR

Brasília, 30 de março de 2001

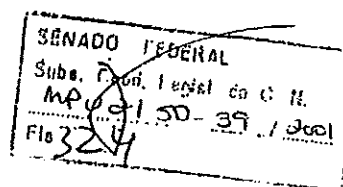
Deputada Marinha Raupp

MP 2136-36
000181

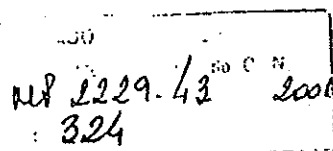
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, DE 27 DE MARÇO DE 2001

EMENDA Nº

- ADITIVA



Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.136-36, de 2001, os seguintes artigos:



CARREIRAS DE TÉCNICO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUÁRIO

Art. . Ficam criadas as Carreiras de Técnico Federal Agropecuário, de nível médio, e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, de nível Auxiliar, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . As Carreiras de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário têm por atribuições, respectivamente, em nível médio e auxiliar, o apoio às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Art. . São transformados em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Agente de Atividade Agropecuária - NM 1007, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal - NM 1047 e de Técnico de Laboratório - NM 1005 e, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de

Auxiliar Operacional em Agropecuária – NA 1007 e de Auxiliar de Laboratório – NA 1005, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades referidas no artigo anterior, na forma do Anexo IV.

§ 1º Serão enquadrados nas Carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, de que trata o art. 30 desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal Agropecuário equivalem a sessenta por cento dos valores dos fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo Anexo.

MP 2229-43 2001
325

JUSTIFICAÇÃO

MP 2229-43
325

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, constante da Medida Provisória nº 2.048-29, de 2000, é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuário.

Faz-se necessário, entretanto, corrigir uma injustiça daquele ato que não contemplou, também, os servidores de nível médio e auxiliar que atuam no apoio técnico às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Trata-se, aqui, de função fundamental para o sucesso da fiscalização agropecuária, tão importante para o nosso País.

Assim, com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame e corrigindo uma grave injustiça, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões,


Senadora EMÍLIA FERNANDES

MP 2136-36

000182

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de março de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se os Anexos VII e VIII na forma a seguir:

Anexo VII – Tabela de Vencimento

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	ESPECIAL	III	4.490,21
		II	4.359,01
		I	4.232,05
	C	VI	4.108,78
		V	3.950,75
		IV	3.835,68
		III	3.723,96
		II	3.615,50
		I	3.510,19
	B	VI	3.407,95
		V	3.308,69
		IV	3.181,44
		III	3.112,95
		II	3.045,94
Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	A	I	2.980,37
		V	2.916,22
		IV	2.853,44
		III	2.792,02
		II	2.684,63
		I	2.603,91

ANEXO VIII

TABELA DE VENCIMENTO

CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	ESPECIAL	III	1.899,33
		II	1.848,94
		I	1.798,56
	C	VI	1.748,17
		V	1.697,79
		IV	1.647,40
		III	1.597,02
		II	1.546,63
		I	1.496,24
	B	VI	1.445,86
		V	1.395,47
		IV	1.345,09
		III	1.294,70
		II	1.244,31
		I	1.193,93
	A	V	1.143,54
		IV	1.093,16
		III	1.042,77
		II	992,39
		I	942,00

JUSTIFICAÇÃO

Visa a presente emenda adequar os valores de vencimentos fixados para as classes iniciais das Carreiras do Ciclo de Gestão (art. 6º da MP), visto que a Medida Provisória contempla valores que são, ainda, insuficientes para assegurar às mesmas a atratividade necessária em seus níveis iniciais. O problema se agrava à medida que os cargos técnicos de nível intermediário foram contemplados com vencimentos inferiores aos devidos a outras carreiras com atribuições semelhantes no serviço público federal.

De fato, o que se constata é que os vencimentos fixados para os cargos de nível superior e a respectiva Gratificação de Desempenho do Ciclo de Gestão são inferiores aos fixados, pela Medida Provisória nº 2.136, para as carreiras de Advogado da União e Procurador Federal (vencimento inicial de R\$ 3.076 e final de R\$ 5.445), e correspondem a 95% dos valores fixados para as Carreiras de Auditor-Fiscal pela Medida Provisória nº 2.093-21, de 25 de janeiro de 2001 (vencimento inicial de R\$ 2.409,00 e final de R\$ 4.720). A Tabela a seguir demonstra a situação comparativa de algumas remunerações, já incluídas as respectivas Gratificações:

MP 2229-43 2001
328

<i>Carreira</i>	<i>Remuneração Inicial</i>	<i>Remuneração Final</i>
Procurador da Fazenda Nacional	5.193,57	5.452,72
Procurador Federal	4.000,00	7.080,24
Advogado/Assist Jur União	4.000,00	7.080,24
Defensor Público da União	4.000,00	7.080,24
Fiscal do Trabalho	4.439,01	4.718,70
Auditor Fiscal da Previdência Social	3.614,49	4.718,70
Auditor Fiscal da Receita Federal	3.614,49	7.080,24
Analista Banco Central	4.512,31	7.204,52
Carreiras do Ciclo de Gestão - NS	3.443,51	6.735,32

Para os cargos de Técnico de Planejamento e Orçamento e Técnico de Finanças e Controle, os valores fixados são bastante inferiores aos fixados para outros cargos de carreira comparáveis, como exemplifica a Tabela a seguir:

<i>Carreira</i>	<i>Remuneração Inicial</i>	<i>Remuneração Final</i>
Escrivão Polícia Federal	2.084,35	3.056,57
Técnico da SUSEP	2.038,00	2.238,81
Técnico da CVM	1.786,76	2.238,81
Técnico Receita Federal	1.483,08	2.905,14
Carreiras do Ciclo de Gestão - NM	1.413,00	2.201,70
Técnico do Banco Central	1.179,67	2.550,21

Ainda que alguns desses cargos tenham passado a ter, recentemente, a diplomação em curso superior como requisito de ingresso para seus futuros ocupantes, o fato é que as suas atribuições não justificam tratamento tão díspar. Ademais, se for essa a razão, não haveria motivo para negar aos Técnicos de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento e outros cargos de nível intermediário do Ciclo de Gestão equiparação remuneratória e de requisitos de ingresso.

Por isso, são necessários ajustes nas tabelas de vencimento da Medida Provisória, contemplando, essencialmente, os níveis iniciais das Carreiras, onde a disparidade é mais significativa.

Sala das Sessões,

31/01
Dep. Prof. Leonardo
PT/SP

MT 2229-43 2001
329

MP 2136-36

000183

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de março de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se os Anexos "I - b" e "XVII" na forma a seguir:

Anexo I

b) ESTRUTURA DE CARGOS DAS CARREIRAS E CARGOS DO GRUPO GESTÃO E DE NÍVEL SUPERIOR DA CVM E SUSEP

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA Analista de Comércio Exterior Inspetor e Analista da CVM Analista Técnico da SUSEP Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

MP 2229-43, 2001
330MP 2136-36
330

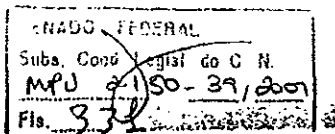
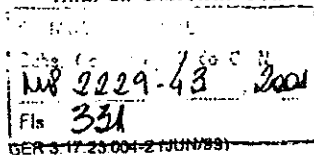
Anexo XVII

CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Analista de Comércio Exterior, Inspetor e Analista da CVM, Analista Técnico da SUSEP, Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	A	III	III	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Analista de Comércio Exterior, Inspetor e Analista da CVM, Analista Técnico da SUSEP
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	III	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
			V		
			IV		
			III		
			II		
			I		
			I		

JUSTIFICAÇÃO

A MP alterou radicalmente a estrutura das Carreiras referidas no art. 6º da Medida Provisória (Carreira Planejamento e Orçamento, Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Carreira de Analista de Comércio Exterior, Carreira de Finanças e Controle, Técnicos de Planejamento e Técnicos do IPEA).

Até junho de 2000, essas carreiras tinham estrutura composta por 4 classes e 20 padrões. Considerado o interstício de um ano de exercício para a progressão ao padrão seguinte, essa estrutura permitiria aos seus integrantes galgar todos os seus degraus no período de dezenove anos. Ao cabo do décimo-nono ano, o servidor que houvesse tido avaliação de desempenho favorável poderia atingir o final da Carreira. Contudo, a Medida Provisória em tela fixou uma nova estrutura que contempla 4



classes e vinte e quatro padrões, o que implica, combinando-se as regras do art. 4º, em seu § 3º, um curso de carreira de 26 anos para atingir-se o último padrão.

Um curso de carreira tão prolongado, além de desmotivar o servidor, é também anti-isonômico, se considerarmos que outras carreiras disciplinadas na própria Medida Provisória terão curso total mais curto. É o caso das Carreiras de Advogado da União, Assistente Jurídico da União e Procurador Federal, dentre outras, que têm somente 3 classes e 15 padrões – nove a menos do que as Carreiras do Ciclo de Gestão. O mesmo se pode dizer da Carreira de Analista do Banco Central, também com 15 padrões divididos em 4 classes.

Além disso, houve, na primeira reedição da medida provisória relacionada às carreiras do Ciclo de Gestão, uma alteração prejudicial aos seus integrantes: a estrutura antes fixada previa apenas 20 padrões. Houve, portanto, uma elevação injustificada de 3 padrões, ou pelo menos 3 anos a mais no curso da Carreira.

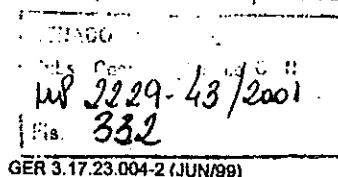
A presente emenda visa solucionar esse problema propondo a seguinte regra, alterando o Anexo I, "b" da Medida Provisória:

Anexo I

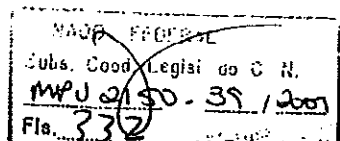
b) ESTRUTURA DE CARGOS DAS CARREIRAS E CARGOS DO GRUPO GESTÃO E DE NÍVEL SUPERIOR DA CVM E SUSEP

CARGO	CLASSE	PADRÃO
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA Analista de Comércio Exterior Inspetor e Analista da CVM Analista Técnico da SUSEP Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	ESPECIAL	III
		II
		I
	C	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	B	VI
		V
		IV
		III
		II
		I
	A	V
		IV
		III
		II
		I

Em consequência dessa alteração, deve ser igualmente alterado o Anexo XVII, para que a Tabela de Correlação passe a observar critério de equivalência mais adequado, e semelhante ao fixado para as Carreiras de Auditor Fiscal pela Medida Provisória nº 2.093-21, garantindo-se o enquadramento a partir do padrão B-V:



GER 3.17.23.004-2 (JUN/99)



CARGO	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE	PADRÃO
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Analista de Comércio Exterior, Inspetor e Analista do CVM, Analista Técnico da SUSEP, Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	A	III	III	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	Analista de Comércio Exterior, Inspetor e Analista do CVM, Analista Técnico da SUSEP, Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
	D	I	I	A	Analista de Comércio Exterior, Inspetor e Analista do CVM, Analista Técnico da SUSEP, Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

Assim, estaremos impedindo prejuízos aos servidores públicos das carreiras mencionadas, além de garantir critérios mais equânimes quanto ao desenvolvimento dos mesmos nas respectivas tabelas.

Sala das Sessões.

MPU 21/00 27/2001
333

MP 2229-43/2001
333

MP 2136-36
000184

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de março de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o Anexo XVII da Medida Provisória, nos seguintes termos:

Anexo XVII

SITUAÇÃO EM 29 DE JUNHO DE 2000				SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	A	III	III	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
	C	I	III, g		
		VI	VI		
V		V			
IV		IV			
III		III			
D	II	II			
	I	I			
	V	VI	B	Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	
	IV	IV			
	III	III			
II	II				
I	I				
Analista de Comércio Exterior			IV		Analista de Comércio Exterior
Fiscal de Defesa Agropecuária			III		Fiscal Federal Agropecuário
Médico Veterinário			II		Fiscal Federal Agropecuário
Inspetor e Analista da CVM			I		Inspetor e Analista da CVM
Analista Técnico da SUSEP			V	A	Analista Técnico da SUSEP
			IV		
			III		
			II		
			I		

MP 2136-36
379

JUSTIFICAÇÃO
MP 2229-43/2001
Is 334

O Anexo XVII da Medida Provisória atendeu parcialmente a necessidade de uma regra específica de enquadramento para os servidores de algumas carreiras, mas ainda de forma insuficiente. Assim, visa a presente emenda propor regra que assegure tratamento mais adequado, isonômico com o que foi atribuído às carreiras fiscais e jurídicas, de modo que os atuais servidores tenham vencimentos mais ajustados ao seu nível de qualificação e experiência.

Sala das Sessões,

[Assinatura] - 30/03/01
Dep. Prof. Luizinho
P1/3P

MP 2136-36

000185

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de março de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

XV:

Dê-se, ao art. 44 da MP a seguinte redação, alterando-se, em consequência, o Anexo

Art. 44. Os valores do vencimento dos cargos de Procurador Federal e dos cargos das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e de Defensor Público da União são os constantes do Anexo XI, vedado o pagamento de qualquer outra gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, ressalvadas as vantagens pessoais nominalmente identificadas e as de caráter indenizatório ou eventual, fixadas em lei, observadas as respectivas bases de cálculo e percentuais.

Parágrafo único. Aplica-se aos cargos das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e de Defensor Público da União a correlação estabelecida no Anexo XIV.

Anexo XV

MPJ 2150.35 249
3360

CARGOS	CATEGORIA	PADRÃO	VALOR (EM REAIS)
Procurador Federal Advogado da União Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União Defensor Público da União Procurador da Procuradoria Especial da Marinha	ESPECIAL	III	7.080,24
		II	6.901,91
		I	6.728,98
	PRIMEIRA	V	6.348,10
		IV	6.174,58
		III	6.005,82
		II	5.841,67
		I	5.682,00
	SEGUNDA	VII	5.360,38
VI		5.105,13	
V		4.862,03	
		IV	4.630,50
		III	4.410,00
		II	4.200,00
		I	4.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista previsão constitucional expressa no art. 135 da Constituição Federal, é vedada a instituição ou manutenção de pagamento de Gratificação de Desempenho ou de qualquer outra espécie para os servidores das carreiras da Advocacia e da Defensoria Pública.

Diz o art. 135 da CF:

Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º.

Por sua vez, prevê o § 4º do art. 39 da CF:

Art. 39....

§ 4º. O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Municipais serão remunerados **exclusivamente** por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

Assim, portanto, surpreende-nos que o Advogado Geral da União seja signatário, com o Presidente da República, de medida provisória que fere frontalmente o dispositivo constitucional, criando uma Gratificação para as Carreiras Jurídicas que está vedada pela Constituição, podendo tais carreiras ser remuneradas apenas na forma de subsídio.

Por isso, a presente emenda visa dar ao art. 44 nova redação, conforme esses princípios constitucionais, autorizando tão somente a excepcionalização de vantagens pessoais nominalmente identificadas, tais como a decorrente da extinção do Adicional por Tempo de Serviço e da incorporação de quintos ou décimos incorporados, e as de caráter meramente indenizatório ou eventual. Em consequência, altera-se o Anexo XV, para que os valores dele constantes sejam o resultante da tabela original de vencimento básico já somada ao percentual de gratificação proposto pela MP (30%).

Sala das Sessões.

2001.3.10.3

MS 2229-43 2001
337

MP 2.136-36

000186

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-36, de 27 de março de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos art. 56 e 57 da Medida Provisória a seguinte redação:

Art. 56. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as Gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 desta Medida Provisória serão calculadas:

I - pela média aritmética dos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão, a contar da data dos efeitos financeiros da regulamentação de que trata o art. 58; ou

II - com base na média dos valores efetivamente percebidos, para as pensões e aposentadorias concedidas até o início dos efeitos financeiros da regulamentação de que trata o art. 58.

Art. 57. Aplicam-se as disposições desta Medida Provisória às aposentadorias e pensões concedidas até 30 de junho de 2000, atribuindo-se aos aposentados e pensionistas o percentual a que, naquela data, faziam jus a título de Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP, Gratificação de Desempenho e Eficiência - GDE, Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT, Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários - RVCVM, Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados - RVSUSEP, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária, a Gratificação de Desempenho de Atividade Essencial à Justiça - GFJ ou de Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA, estabelecida a proporção entre a pontuação máxima dessas vantagens e a das Gratificações instituídas por esta Medida Provisória, para cada cargo ou carreira.

JUSTIFICAÇÃO

338

Uma das mais problemáticas questões a serem equacionadas na MP ora emendada diz respeito à não extensão da GCG aos atuais aposentados e pensionistas, além da obrigatoriedade de que somente aqueles que a perceberem por pelo menos cinco anos a incorporarão aos proventos da inatividade, regras que estão contidas nos art. 56 e 57.

Ambas as regras são inconstitucionais, à luz do que prevêem os parágrafos 2º, 3º e 8º do art. 40 da CF:

Art. 40

§ 2º Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 8º Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Resta claro que, se o parágrafo 2º fixa limite para os proventos, que não podem ultrapassar o que o servidor recebia em atividade, também é certo que esses proventos não podem ser inferiores aos da atividade. como prevê o parágrafo 3º. E, ao aposentado e pensionista, assegura-se o mesmo tratamento dado ao ativo.

Quanto à natureza das Gratificações de Desempenho, são vantagens permanentes, que integram a remuneração, e o simples fato de serem incorporáveis aos proventos da inatividade serve para afastar qualquer dúvida quanto ao direito do aposentado e pensionista. E, quanto ao requisito de cinco anos percebendo a Gratificação, para aposentadoria com base na remuneração integral, é totalmente sem base constitucional, posto que os únicos requisitos para a aposentadoria do servidor ocupante de cargo efetivo são a idade mínima e o tempo de contribuição fixados pela Constituição. E exige o parágrafo 1º do art. 40, em seu inciso III, "dez anos de efetivo serviço público e cinco anos no cargo efetivo" para os servidores admitidos após 16 de dezembro de 1998, e cinco anos de exercício no cargo, para os atuais servidores. Esse requisito não condiciona que a remuneração tenha se mantido inalterada no período, mas apenas que o cargo seja o mesmo. Aliás, sendo requisito constitucional o concurso público para investidura em cargo público, somente se aplicaria o requisito aos servidores investidos nos cargos a partir de 16 de dezembro de 1998, e não aos demais.

Essa questão vem recebendo do Poder Judiciário decisões favoráveis aos servidores públicos e, no caso da Medida Provisória nº 2.093-21, relativamente às Carreiras de Auditor Fiscal, mereceu parecer do Relator, Dep. Betinho Rosado, pela sua inconstitucionalidade, o qual somente não foi a votos em face do encerramento do prazo de vigência da MP e sua reedição, tendo sido designado outro Relator para apreciar a matéria.

Assim, torna-se imperativo que seja dada aos artigos que tratam da matéria a redação conforme a Constituição, nos termos constantes desta Emenda.

Sala das Sessões,

30/03/01
Dep. Prof. Betinho
PT/SP.

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-37, ADOTADA, EM 26 DE ABRIL DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ALEXANDRE CARDOSO	187
Deputado ANTONIO CAMBRAIA	188, 190
Deputado WALTER PINHEIRO	189
Senador MOREIRA MENDES	191
Deputado ANTONIO JORGE	192
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	193
Deputado ELIAS MURAD	194
Deputado JOAQUIM FRANCISCO	195
Deputada MARINHA RAUPP	196, 197

SACM

OBS.: Republicadas por ter saído com incorreções.

TOTAL DE EMENDAS - 197

Convalidadas - 186

Adicionadas - 011

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-37, ADOTADA, EM 26 DE ABRIL DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ALEXANDRE CARDOSO	187
Deputado ANTONIO CAMBRAIA	188, 190
Deputado WALTER PINHEIRO	189
Senador MOREIRA MENDES	191
Deputado ANTONIO JORGE	192
Deputado ARNALDO FARIA DE SA	193
Deputado ELIAS MURAD	194
Deputado JOAQUIM FRANCISCO	195
Deputada MARINHA RAUPP	196

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 196

Convalidadas - 186
 Adicionadas - 010

MP - 2136-37

000187

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 28/04/01

Proposição: MP 2.136-37/01

Autor: Deputado Alexandre Cardoso

Nº Prontuário: 284

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/04

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

A MP passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 20. O valor da GDACT será de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 21. A parcela da GDACT atribuída em função das metas institucionais será calculada observando-se o limite de vinte pontos percentuais.

Art. 56. As gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30 e 41 incorporam-se, desde a edição dessa medida provisória, aos proventos da aposentadoria e das pensões.

Art. 58

IV - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, vinte e cinco por cento;

Assinatura

RECEBIDO
Nº 2029-43/2001
343

RECEBIDO
Nº 2029-43/2001
343

ANEXO IX
TABELA DE VENCIMENTO

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE	VALOR EM R\$
NS	Pesquisador	III	TITULAR	4.490,21
		II		4.328,83
		I	SÊNIOR	4.122,69
	Tecnologista	III	ASSOCIADO	3.926,37
		II		3.739,40
		I	PLENO 3	3.661,34
		III	ADJUNTO	3.391,75
		II		3.230,24
		I	PLENO 2	3.076,42
		III	ASSISTENTE DE PESQUISA	2.929,92
		II		2.790,40
		I	PLENO 1	2.657,52
	Analista em Ciência e Tecnologia	III		2.530,98
		II	JÚNIOR	2.410,45
		I		2.295,67

ANEXO IX
TABELA DE VENCIMENTO

NÍVEL	CARGO	PADRÃO	CLASSE	VALOR EM R\$
NI	Técnico	III	ASSISTENTE 3	2.180,89
		II		2.071,84
		I	TÉCNICO 3	1.968,25
		VI		1.869,84
		V	ASSISTENTE 2	1.776,35
		IV		1.687,53
	Assistente em Ciência e Tecnologia	III		1.603,15
		II	TÉCNICO 2	1.522,99
		I		1.446,84
		VI		1.374,50
		V	ASSISTENTE 1	1.305,78
		IV		1.240,49
NA	Auxiliar Técnico	III		1.178,46
		II	TÉCNICO 1	1.119,54
		I		1.063,56
		VI		1.010,39
		V	AUXILIAR 2	959,87
		IV		911,87
	Assistente em Ciência e Tecnologia	III		866,28
		II	AUXILIAR TÉCNICO 2	822,97
		I		781,82
		VI		742,73
		V	AUXILIAR 1	705,59
		IV		670,31
		III		636,79
		II	AUXILIAR TÉCNICO 1	604,71
		I		574,71

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda à Medida Provisória nº 2.136-36, de 2001, seguindo o direcionamento administrativo proposto pelo Plano Diretor de Reforma do estado, no tocante à valorização das Carreiras Exclusivas, aproxima valores de vencimento e remuneração (vencimento básico, gratificações e vantagens) dos cargos reestruturados pela Medida.

Tem como objeto, de um lado, a equiparação, em valores absolutos, do vencimento básico da Carreira de Ciência Tecnologia à do Grupo de Gestão. Iguala, de outro, o percentual incidente sobre o vencimento dos cargos de Gestor ao de Ciência. Ambos, no patamar de 50%.

Corrige, com essas operações, a distorção expressiva entre vencimentos e remuneração das duas carreiras. Valores que alcançam, computada a remuneração final da Carreira de Gestor, a diferença de 109%. Nada mais do que o dobro do valor aplicado aos concluintes da função de Pesquisador, Tecnologista e Analista em Ciência e Tecnologia, conforme quadro anexo.

Diferenças de Vencimento e Remuneração				
C & T	Sem Gratificação		Com Gratificação	
	Menor	Maior	Menor	Maior
	1.244,09	2.387,96	1.679,52	3.223,75
Jurídica	3.076,92	5.446,34	4.000,00	7.080,24
Diferença	147%	128%	138%	120%
Gestao	2.295,67	4.490,21	3.443,51	6.735,32
Diferença	85%	88%	105%	109%
Fiscal	1.698,92	3.400,65	2.548,38	5.100,83
Diferença	37%	42%	52%	58%

Assinatura

Subs. Cond. Leg. do nº 11
 Nº 2229-43 2001
 Fls. 346

MP - 2136-37

000188

EMENDA MODIFICATIVA/ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA 2.136 -37

Dê-se ao caput do arts. 1º, 61, (antigo Art. 54) 63 (antigo Art. 56) e 67 (antigo art. 59) a seguinte redação, insira-se os arts. 35 ao 42 com a respectiva redação, modificando-se a numeração dos artigos subsequentes, e altere-se os anexos I, VI e X, que passam a ter as respectivas redações:

Art. 1º. Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal, de Fiscal Federal Agropecuário e Fiscal Federal de Mineração, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

- I-
- II-
- III-
- IV-
- V-
- VI-
- VII-
- VIII-
- IX-
- X-
- ~~XI~~-
- XII-

CARREIRA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO

Art.35. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal de Mineração, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Autarquia Federal do Ministério de Minas e Energia, regidos pela Lei n.º 8.112/90, de onze de dezembro de 1990.

Art 36. A Carreira de Fiscal Federal de Mineração, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no anexo IV.

Art. 37. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal de Mineração têm por atribuições, em todo o território nacional:

- I. Regular as atividades de mineração, estimulando o uso racional e eficiente dos recursos minerais;

- II. Fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a comercialização e o consumo dos bens minerais, bem como promover a análise técnica dos seus projetos de exploração e de aproveitamento das jazidas;
- III. Fiscalizar o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, de forma integrada com os demais órgãos competentes;
- IV. Fiscalizar a arrecadação da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral - CFEM, e o recolhimento de taxas e emolumentos decorrentes e inerentes às atividades de pesquisa e lavra de bens minerais;
- V. Contribuir com as elaboração de políticas para o setor mineral;
- VI. Autuar infratores e aplicar as sanções cabíveis em conformidade com a legislação mineral e correlata;
- VII. Promover o controle estatístico e analisar o desempenho do Setor Mineral Nacional e Internacional;
- VIII. Desenvolver pesquisas com vistas à promoção, ao fomento e ao desenvolvimento tecnológico da produção mineral;
- IX. Coletar, processar, analisar e divulgar os dados geológicos e econômicos da mineração;
- X. Assegurar os acordos, os tratados ~~das~~ convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal de Mineração, em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 38. São transformados em cargos de Fiscal Federal de Mineração os atuais cargos de Geólogo – NS920, Engenheiro - NS916, Economista – NS922, e demais cargos de nível superior, em cujas atribuições legais incluam os ocupantes em efetivo exercício nas atividades de regulação, fiscalização, controle, inspeção da atividade mineral análise documental para outorga de títulos de autorização de pesquisa e de concessão de lavra e de defesa do Patrimônio Mineral do País. do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral, na forma do anexo IV.

§ 1º . Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal de Mineração os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 05 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º . Os atuais ocupantes dos cargos citados no Art. 38 que optarem por permanecer na situação atual, deverão fazê-lo de forma irrevogável, até a transformação desta Medida Provisória em lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 39. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração – GDAFM, devida aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, em exercício de atividades inerentes as atribuições da respectiva Carreira no Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Parágrafo único . A GDAFM será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 40. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal de Mineração são os constantes do Anexo X.

Art. 41. O titular de cargo efetivo da Carreira de que trata o art. 35 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS-6 e DAS-5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. 42. O integrante da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, que não se encontre na situação prevista no art. 39 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFM:

- I- quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação, calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou
- II- quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS-4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

Disposições Gerais e Transitórias

Art.61 (antigo Art. 54). Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as Gratificações de que trata os arts. 8º, 13, 19, 30, 39 e 49 desta Medida Provisória:

I -

II -

§ 1º

§ 2º

Art.63 (antigo Art. 56). Enquanto não forem regulamentadas e até que sejam processados os resultados das avaliações, as Gratificações referidas no art. 61 desta Medida Provisória corresponderão aos seguintes percentuais incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor:

I-

II -

III -

IV -

V- Gratificação de Desempenho de Atividade Agropecuária, vinte e cinco por cento;

VI- Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração, vinte e cinco por cento; e

VII - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica, doze por cento.

Art. 67 (antigo Art. 59) . Será de cento e vinte dias, contados da publicação desta Medida Provisória, o prazo para encaminhamento pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República das propostas de regulamentação das Gratificações de que trata o art. 61.

ANEXO I
ESTRUTURA DE CARGOS

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Analista de Finanças e Controle. Analista de Planejamento e Orçamento. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	III	ESPECIAL
	II	
	I	
	VI	C
	V	
	IV	
Analista de Comércio Exterior	III	
	II	
	I	
Fiscal Federal Agropecuário	VI	B
	V	
	IV	
Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral	III	
	II	
	I	
Inspetor e Analista da CVM	V	A
	IV	
	III	
Analista Técnico da SUSEP	II	
	I	
Técnico de Finanças e Controle. Técnico de Planejamento e Orçamento e cargo de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA		

ANEXO IV
ESTRUTURA DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo p-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	A	III	III	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
II		II			
I	I				
Analista de Comércio Exterior					Analista de Comércio Exterior
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargo de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	C	VI	VI	B	Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargo de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário					Fiscal Federal Agropecuário Fiscal Federal Agropecuário
Engenheiro, Geólogo, Economista, do Departamento Nacional de Produção Mineral	D	V	V	A	Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
Inspetor e Analista da CVM		I	I		Inspetor e Analista da CVM
Analista Técnico da SUSEP					Analista Técnico da SUSEP

ANEXO X
TABELA DE VENCIMENTO

SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Fiscal Federal Agropecuario Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral	ESPECIAL	III	3.400,55
		II	3.288,34
		I	3.179,82
	C	VI	3.017,65
		V	2.918,07
		IV	2.821,07
		III	2.728,65
		II	2.638,61
		I	2.551,53
	B	VI	2.421,40
		V	2.341,50
		IV	2.264,23
		III	2.189,51
		II	2.117,26
		I	2.047,39
	A	V	1.942,97
		IV	1.878,85
		III	1.816,85
		II	1.756,89
		I	1.698,92

JUSTIFICAÇÃO

1. O Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM é uma Autarquia Federal do Ministério de Minas e Energia, com atribuição finalística no âmbito do Governo Federal, tendo por objetivo específico fiscalizar e controlar as atividades de mineração em todo território nacional, promover o planejamento, o fomento da exploração mineral e o aproveitamento dos recursos minerais, bem como outorgar títulos, na forma do que dispõem o Código de Mineração, os respectivos regulamentos e a legislação que os completam.3. Ao longo desses últimos sete anos, tornaram a Autarquia DNPM e, por conseguinte, os seus fiscais federais de mineração, desprovidos não só de um Plano de Carreiras, o qual não teve proposta a sua criação à Secretaria de Administração Federal no prazo estipulado na lei que instituiu a

MP 2229-43 2001
353

MPU 2100.37 - 2001
Fls. 353

Autarquia, como também de um posicionamento efetivo de qual carreira do serviço público estariam enquadrados, permanecendo os mesmos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), embora possuam atribuições finalísticas compatíveis com as das carreiras estruturadas, situação que lhes tem alijados de quaisquer realinhamentos salariais desde o ano de 1992.4. Os Fiscais de Mineração da Autarquia DNPM atuam não só como fiscais do Patrimônio Mineral Brasileiro, mas também como fiscais de arrecadação de tributos, taxas e emolumento específicos, exercendo a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança da mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores, além de desenvolverem atividades de gestores de políticas ao serem responsáveis pela propositura de ações que viabilizem a política mineral brasileira. 5. O conjunto das competências que a Constituição Federal e a legislação mineral determina para esse FISCAL, impede que suas atribuições sejam desenvolvidas por outro profissional, tornando-o único no âmbito da administração federal. A complexidade das atribuições institucionais dos profissionais que exercem fiscalização pelo DNPM e as funções que desenvolvem no setor público (atividade especializadas de autorização, permissão, concessão, inspeção, fiscalização, e respectivos controles; bem como, expedição de Auto de Paralisação, Termo de Interdição, cobrança da Taxa Anual por Hectare, Autos de Infração e Multa e de Custeio de Vistorias) justificam a criação da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, a exemplo de outras já estruturadas.

6. Com efeito, a inserção do texto ora proposto na MP 2.136, objetiva promover o justo e equânime tratamento dos não menos importantes agentes fiscais da atividade extrativa mineral, em relação aos fiscais da atividade extrativa agropecuária (Carreira de Fiscais Federais Agropecuários). 7. Apesar do grau de especialidade, os muitos fiscais com níveis de doutorado, mestrado e especialização, percebem remunerações extremamente inferiores ao mercado de trabalho e até a de muitos servidores de nível intermediário, constituindo-se a mais baixa do serviço público federal, não obstante a complexidade de suas funções institucionais.

8. Essa situação, que já era deprimente antes da criação da Autarquia DNPM, foi mantida pelo não cumprimento do disposto no Art. 17, do Decreto 1.324/94, que regulamentou o Art. 13 da Lei N.º 8.876/94, que autorizou o Poder Executivo a instituir o DNPM como Autarquia, estabelecendo que o seu quadro de pessoal seria organizado em carreiras, permanecendo, entretanto, este dispositivo, até os dias de hoje, sem maior definição. 9. A não criação do Plano de Carreiras previsto na lei e a sua permanência no PCC junto a profissionais que não necessariamente possuem o mesmo nível de especialidade, trouxeram para os Fiscais do DNPM um dos maiores achatamentos de salário de sua história, levando-os à vivência de situações vexatórias e desmotivadoras. Apesar desse quadro sombrio de baixos salários, os seus profissionais continuam honrando as suas atribuições, trabalhando com afinho e dedicação, elevando o conceito da instituição junto ao seu público usuário e à opinião pública em geral. 10. Além disso, a **Carreira de Fiscais**

Federais de Mineração, sendo estruturada, permitirá uma melhor distribuição das funções no Órgão, estimulará o quadro técnico, proporcionará a instituição de uma progressão funcional que valorize o bom profissional, instituindo o curso de capacitação de Fiscal para os novos concursados, introduzirá o estágio probatório como instrumento de avaliação prática da vocação individual para o cargo, tudo isso, contribuindo para elevar o nível de eficiência do DNPM. Além disso, a instituição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de mineração, permitirá o incentivo do aprimoramento das ações do órgão nas respectivas áreas de atividade, estimulando o seu quadro de fiscais e potencializando a gerência da Autarquia. 11. É oportuno ressaltar, que no cumprimento de suas funções institucionais, além da multicomplexidade das ações que praticam, sujeitam-se os Fiscais Federais de Mineração do DNPM a uma série de situações de risco, tais como o exercício de suas atividades em situações precárias, penosas e perigosas, atuando também em regiões de fronteira no combate à clandestinidade, às ações predatórias ao patrimônio mineral brasileiro, com aplicação de sanções aos infratores, com risco de suas próprias vidas, já que inúmeras vezes são obrigados a praticar esses atos sem qualquer cobertura ou apoio policial, tendo que paralisar atividades criminosas e consideradas ilícitas pelas legislações mineral e ambiental, valendo-se de instrumentos administrativos da legislação mineral. 12. Torna-se imperativo enfatizar, ainda, que os recursos financeiros arrecadados pelo DNPM através de cobranças de custas, emolumentos, taxas e arrecadação da Compensação Financeira

pela Exploração de Recursos Minerais- CFEM, permitem custear o impacto na folha de pagamento de pessoal decorrente do aumento de despesa proposto, incluindo-se, a remuneração de seus 270 Fiscais Federais de Mineração. Apenas com a CFEM, o DNPM arrecadou para os cofres da Fazenda Nacional, cerca de R\$ 107 milhões, em 1999; para o ano de 2000, arrecadou-se R\$ 136 milhões, com previsão de R\$ 144 milhões para o corrente ano. Em relação à Taxa Anual por Hectare, é de aproximadamente R\$ 10 milhões anuais, a arrecadação prevista para este ano.

13. As ações de fiscalização e de fomento ao crescimento da mineração, desenvolvidas pela Autarquia DNPM, aliadas aos programas de gestão que vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia, têm propiciado ao setor um crescimento da ordem de 10% ao ano, circunstância que permite considerá-lo como invejável, quando comparado a outras atividades importantes no país. 14. Pelo exposto, tendo-se em vista a situação insustentável em que se encontram os agentes Fiscais Federais de Mineração do DNPM, face à precariedade de suas remunerações, e visando a alavancagem da ação do Órgão adequando-o à política de recursos humanos da União, sugerimos a Vossa Senhoria a instituição da **CARREIRA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO**, conforme o que determina o Art. 17, do Capítulo V, Das Disposições Gerais e Transitórias, do Anexo I, do Decreto N.º 1.324, de 02 de dezembro de 1994, reiterado pelo Artigo 16 do Decreto 3576 de 30 de agosto de 2000, na forma da Lei N.º 8.876, de 02 de maio de 1994.

MF 2229-43 2001
355

15. Assim, a criação dessa Carreira de Fiscal Federal de Mineração, à semelhança da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, poderá ser implementada na próxima reedição da Medida Provisória n.º 2.136-36, que fatalmente ocorrerá, incluindo-se uma estrutura

similar de carreira (Anexo I) e respectiva Tabela de Vencimentos (Anexo X), bem como uma **Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração**, a exemplo daquela instituída no Art.30, constantes da retrocitada MP.

Sala das Comissões, em de de 2001


Deputado Antonio Cambraia

MP - 2136-37

000189

MEDIDA PROVISÓRIA nº 2.136 -37, de 26 de abril de 2001

EMENDA MODIFICATIVA

2

Altere-se a Medida Provisória nº 2.136-37/2001 da forma a seguir:

- 1) Dê-se ao "caput" do art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º. Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal, de Fiscal Federal Agropecuario e Fiscal Federal de Mineração, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

.....
....."

- 2) Inclua-se, após o art. 34, os seguintes artigos, renumerando-se os demais:

"CARREIRA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO

Art.35. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal de Mineração, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Autarquia Federal vinculada ao Ministério de Minas e Energia, regidos pela Lei n.º 8.112/90, de 11 de dezembro de 1990.

Art 36. A Carreira de Fiscal Federal de Mineração, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no anexo IV.

Art. 37. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal de Mineração têm por atribuições, em todo o território nacional:

- I. Regular as atividades de mineração, estimulando o uso racional e eficiente dos recursos minerais;
- II. Fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a comercialização e o consumo dos bens minerais, bem como promover a análise técnica dos seus projetos de exploração e de aproveitamento das jazidas;
- III. Fiscalizar o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, de forma integrada com os demais órgãos competentes;
- IV. Fiscalizar a arrecadação da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral - CFEM, e o recolhimento de taxas e emolumentos decorrentes e inerentes às atividades de pesquisa e lavra de bens minerais;
- V. Contribuir com a elaboração de políticas para o setor mineral;
- VI. Autuar infratores e aplicar as sanções cabíveis em conformidade com a legislação mineral e correlata;
- VII. Promover o controle estatístico e analisar o desempenho do Setor Mineral Nacional e Internacional;
- VIII. Desenvolver pesquisas com vistas à promoção, ao fomento e ao desenvolvimento tecnológico da produção mineral;
- IX. Coletar, processar, analisar e divulgar os dados geológicos e econômicos da mineração;
- X. Assegurar os acordos, os tratados das convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal de Mineração, em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 38. São transformados em cargos de Fiscal Federal de Mineração os atuais cargos de Geólogo - NS920, Engenheiro - NS916, Economista - NS922, e demais cargos de nível superior do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral, cujas atribuições legais incluam o efetivo exercício das atividades de regulação, fiscalização, controle, inspeção da atividade mineral análise documental para outorga de títulos de autorização de pesquisa e de concessão de lavra e de defesa do Patrimônio Mineral do País, na forma do anexo IV.

§ 1º. Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal de Mineração os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 05 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º. Os atuais ocupantes dos cargos citados no Art. 38 que optarem por permanecer na situação atual, deverão fazê-lo de forma irrevogável, até a transformação desta Medida Provisória em lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 39. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração - GDAFM, devida aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, em exercício de atividades inerentes as atribuições da respectiva Carreira no Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Parágrafo único. A GDAFM será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 40. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal de Mineração são os constantes do Anexo X.

Art. 41. O titular de cargo efetivo da Carreira de que trata o art. 35 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS-6 e DAS-5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. 42. O integrante da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, que não se encontre na situação prevista no art. 39 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFM:

- I- quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação, calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou
- II- quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS-4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

3) Dê-se ao art. 56 a seguinte redação:

Art. 56. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as Gratificações de que trata os arts. 8º, 13, 19, 30, 39 e 49 desta Medida Provisória:

- I -
- II -
- § 1º
- § 2º

4) Dê-se ao art. 58 a seguinte redação:

Art. 58. Enquanto não forem regulamentadas e até que sejam processados os resultados de avaliação de desempenho, as Gratificações referidas no art. 56 desta Medida Provisória corresponderão aos seguintes percentuais incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor:

- I-
- II-
- III-
- IV-

V- Gratificação de Desempenho de Atividade Agropecuária, vinte e cinco por cento;

VI- Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração, vinte e cinco por cento; e

VII – Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica, doze por cento.

5) Dê-se ao art. 64 a seguinte redação:

Art. 64. Será de cento e vinte dias, contados da publicação desta Medida Provisória, o prazo para encaminhamento pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República das propostas de regulamentação das Gratificações de trata o art. 56.

6) Altere-se o Anexo I - a) na forma a seguir

ANEXO I

a) ESTRUTURA DE CARGOS DAS CARREIRAS DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO E FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Fiscal Federal Agropecuario	III	ESPECIAL
	II	
	I	
	VI	C
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral	VI	B
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	V	A
	IV	
	III	
	II	
	I	

7) Altere-se o Anexo IV na forma a seguir:

**ANEXO IV
ESTRUTURA DE CARGOS**

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
	A	III	III	ESPECIAL	
		II	II		
		I	I		
Fiscal de Defesa Agropecuária	B	VI	VI	C	Fiscal Federal Agropecuário
V		V			
IV		IV			
III		III			
II		II			
Médico Veterinário	C	I	I	B	Fiscal Federal Agropecuário
Geólogo – NS920, Engenheiro - NS916, Economista – NS922, e demais cargos de nível superior do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral, cujas atribuições legais incluam o efetivo exercício das atividades de regulação, fiscalização, controle, inspeção da atividade mineral; análise documental para outorga de títulos de autorização de pesquisa e de concessão de lavra e de defesa do Patrimônio Mineral do País		VI	VI		Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
	II	II			
	D	I	I	A	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

8) Altere-se o Anexo X na forma a seguir:

**ANEXO X
TABELA DE VENCIMENTO**

SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRAO	VALOR (EM R\$)
Fiscal Federal Agropecuário Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral	ESPECIAL	III	3.400,55
		II	3.288,34
		I	3.179,82
	C	VI	3.017,65
		V	2.918,07
		IV	2.821,07
		III	2.728,65
		II	2.638,61
		I	2.551,53
	B	VI	2.421,40
		V	2.341,50
		IV	2.264,23
		III	2.189,51
		II	2.117,26
		I	2.047,39
	A	V	1.942,97
		IV	1.878,85
		III	1.816,85
		II	1.756,89
		I	1.698,92

JUSTIFICAÇÃO

O Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM é uma Autarquia Federal do Ministério de Minas e Energia, com atribuição finalística no âmbito do Governo Federal, tendo por objetivo específico fiscalizar e controlar as atividades de mineração em todo território nacional, promover o planejamento, o fomento da exploração mineral e o aproveitamento dos recursos minerais, bem como outorgar títulos, na forma do que dispõem o Código de Mineração, os respectivos regulamentos e a legislação que os completam.

Ao longo desses últimos sete anos, ficaram a Autarquia DNPM e, por conseguinte, os seus fiscais federais de mineração, desprovidos não só de um Plano de Carreiras, o qual não teve proposta a sua criação à Secretaria de Administração Federal no prazo estipulado na lei que instituiu a Autarquia, como também de um posicionamento efetivo de qual carreira do serviço público estariam enquadrados, permanecendo os mesmos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), embora possuam atribuições finalísticas compatíveis com as das carreiras estruturadas, situação que lhes tem aliado de quaisquer realinhamentos

salariais desde o ano de 1992.

Os Fiscais de Mineração da Autarquia DNPM atuam não só como fiscais do Patrimônio Mineral Brasileiro, mas também como fiscais de arrecadação de tributos, taxas e emolumento específicos, exercendo a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança da mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores, além de desenvolverem atividades de gestores de políticas ao serem responsáveis pela propositura de ações que viabilizem a política mineral brasileira.

O conjunto das competências que a Constituição Federal e a legislação mineral determinam para esse FISCAL, impede que suas atribuições sejam desenvolvidas por outro profissional, tornando-o único no âmbito da administração federal. A complexidade das atribuições institucionais dos profissionais que exercem fiscalização pelo DNPM e as funções que desenvolvem no setor público (atividade especializadas de autorização, permissão, concessão, inspeção, fiscalização, e respectivos controles: bem como, expedição de Auto de Paralisação, Termo de Interdição, cobrança da Taxa Anual por Hectare, Autos de Infração e Multa e de Custeio de Vistorias) justificam a criação da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, a exemplo de outras já estruturadas.

6. Com efeito, a inserção do texto ora proposto na MP 2.136, objetiva promover o justo e equânime tratamento dos não menos importantes agentes fiscais da atividade extrativa mineral, em relação aos fiscais da atividade extrativa agropecuária (Carreira de Fiscais Federais Agropecuários).

Apesar do grau de especialidade, os muitos fiscais com níveis de doutorado, mestrado e especialização, percebem remunerações extremamente inferiores ao mercado de trabalho e até a de muitos servidores de nível intermediário, constituindo-se a mais baixa do serviço público federal, não obstante a complexidade de suas funções institucionais.

Essa situação, que já era deprimente antes da criação da Autarquia DNPM, foi mantida pelo não cumprimento do disposto no Art. 17, do Decreto 1.324/94, que regulamentou o Art. 13 da Lei N.º 3.876/94, que autorizou o Poder Executivo a instituir o DNPM como Autarquia, estabelecendo que o seu quadro de pessoal seria organizado em carreiras, permanecendo, entretanto, este dispositivo, até os dias de hoje, sem maior definição.

A não criação do Plano de Carreiras previsto na lei e a sua permanência no PCC junto a profissionais que não necessariamente possuem o mesmo nível de especialidade, trouxeram para os Fiscais do DNPM um dos maiores achatamentos de salário de sua história, levando-os à vivência de situações vexatórias e desmotivadoras. Apesar desse quadro sombrio de baixos salários, os seus profissionais continuam honrando as suas atribuições, trabalhando com afino e dedicação, elevando o conceito da instituição junto ao seu público usuário e à opinião pública em geral.

Além disso, a Carreira de Fiscais Federais de Mineração, sendo estruturada, permitirá uma melhor distribuição das funções no Órgão, proporcionará a instituição de uma progressão funcional que valorize o bom profissional, instituindo o curso de capacitação de Fiscal para os novos concursados, introduzirá o estágio probatório como instrumento de avaliação prática da vocação individual para o cargo, tudo isso, contribuindo para elevar o nível de eficiência do DNPM. Além disso, a instituição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de mineração, permitirá o incentivo do aprimoramento das ações do órgão nas respectivas áreas de atividade, estimulando o seu quadro de fiscais e potencializando a gerência da Autarquia.

É oportuno ressaltar que, no cumprimento de suas funções institucionais, além da multicomplexidade das ações que praticam, sujeitam-se os Fiscais Federais de Mineração do DNPM a uma série de situações de risco, tais como o exercício de suas atividades em situações precárias, penosas e perigosas, atuando também em regiões de fronteira no combate à clandestinidade, às ações predatórias ao patrimônio mineral brasileiro, com aplicação de sanções aos infratores, com risco de suas próprias vidas, já que inúmeras vezes são obrigados a praticar esses atos sem qualquer cobertura ou apoio policial, tendo que paralisar atividades criminosas e consideradas ilícitas pelas legislações mineral e ambiental, valendo-se, apenas, de instrumentos administrativos da legislação mineral, mas sempre de forma eficaz.

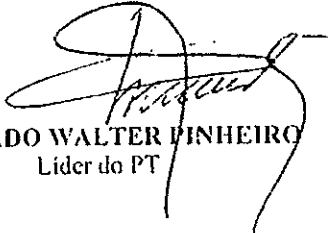
Toma-se imperativo enfatizar, ainda, que os recursos financeiros arrecadados pelo DNPM através de cobranças de custas, emolumentos, taxas e arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais- CFEM, permitem custear o impacto na folha de pagamento de pessoal decorrente do aumento de despesa proposto, incluindo-se a remuneração de seus 273 Fiscais Federais de Mineração. Apenas com a CFEM, o DNPM arrecadou para os cofres da Fazenda Nacional, cerca de R\$ 107 milhões em 1999; no ano de 2000, foram arrecadados R\$ 136 milhões, tendo-se a previsão de R\$ 144 milhões para o corrente ano. Em relação à Taxa Anual por Hectare, outro instrumento de arrecadação previsto na legislação específica, é de aproximadamente R\$ 14 milhões a arrecadação prevista para este ano de 2001.

As ações de fiscalização e de fomento ao crescimento da mineração, desenvolvidas pela Autarquia DNPM, aliadas aos programas de gestão que vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia, têm propiciado ao setor um crescimento da ordem de 10% ao ano, circunstância que permite considerá-lo como invejável, quando comparado a outras atividades importantes no país.

Pelo exposto, tendo-se em vista a situação insustentável em que se encontram os agentes Fiscais Federais de Mineração do DNPM, face à precariedade de suas remunerações, e visando a alavancagem da ação do Órgão adequando-o à política de recursos humanos da União, propõe-se por meio da presente Emenda a instituição da **CARREIRA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO**, conforme o que determina o Art. 17, do Capítulo V, Das Disposições Gerais e Transitórias, do Anexo I, do Decreto N.º 1.324, de 02 de dezembro de 1994, reiterado pelo Artigo 16 do Decreto 3.576 de 30 de agosto de 2000, na forma da Lei N.º 8.876, de 02 de maio de 1994.

A criação dessa Carreira de Fiscal Federal de Mineração, à semelhança da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, poderá ser implementada por meio da inclusão, na medida provisória, de dispositivos específicos, coordenados e articulados entre si, incluindo-se uma estrutura similar de carreira (Anexo I) e respectiva Tabela de Vencimentos (Anexo X), bem como uma **Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração**, a exemplo daquela instituída para as demais carreiras contempladas.

Sala das Sessões, em de de 2001

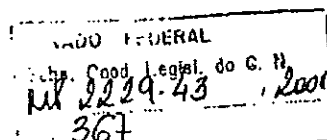

DEPUTADO WALTER PINHEIRO
Líder do PT

MP - 2136-37

000190

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-37, DE ABRIL DE 2001,
publicada no Diário Oficial de abril de 2001**

EMENDA Nº - ADITIVA



Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.136-37, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador - NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala da Comissão, em 1 de de 2001


Deputado ANTONIO CAMBRAIA



MP - 2136-37

000191

Senado Federal
Senador Moreira Mendes

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-37, DE 26 DE ABRIL DE 2001

EMENDA Nº - ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.136-37, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ENGENHEIRO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Engenheiro Federal, de nível Superior, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério dos Transportes, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Engenheiro Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Engenheiro Federal têm por atribuições planejar, projetar, executar e realizar estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica de obras e serviços de engenharia.

Art. . São transformados em cargos de Engenheiro Federal, os atuais cargos efetivos de Engenheiro - NS 1215.

§ 1º Serão enquadrado nas Carreira de Engenheiro Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades de Engenharia – GDAE, devida aos ocupantes dos cargos de Engenheiro Federal, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira, no percentual de até cinquenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor.

§ 1º A GDAE será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem assim de metas de desempenho institucional fixadas, na forma estabelecida em ato da Poder Executivo.

§ 2º Enquanto não for regulamentada, a GDAE corresponderá a vinte e cinco por cento incidentes sobre o respectivo vencimento básico do servidor.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Engenheiro Federal são os constantes do Anexo X.

Art. . O titular de cargo efetivo da Carreira de Engenheiro Federal, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. . O integrante da Carreira de Engenheiro Federal, que não se encontre em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira, somente fará jus à GDAE:

I – quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou

II – quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 2.136-37, de 2001, representa, certamente, um passo importante no sentido da reestruturação de algumas carreiras do serviço público federal.

Impõe-se, aqui, estender o disposto no ato aos servidores ocupantes do cargo de Engenheiro da Administração Pública Federal. Trata-se de atividade fundamental no planejamento e execução das obras e serviços públicos, sem a qual fica impossível a boa prestação dos Serviço Público.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões,



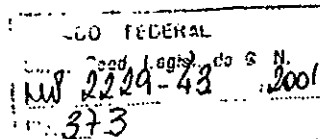
Senador MOREIRA MENDES

MP - 2136-37

000192

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-37 ABRIL DE 2001,
publicada no Diário Oficial de abril de

EMENDA Nº - ADITIVA



Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.136-37, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador -- NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2001

Deputado ANTONIO JORGE



MP - 2136-37

000193

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 02-05-2001		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-37		
4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ			5 Nº PRONTUÁRIO 337	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

Acrescente-se à Medida Provisória em epígrafe, o seguinte artigo.

Art. Para os cargos comissionados de Consultor e Coordenador Jurídico dos Ministérios, bem como os de Chefe de Assessoria Jurídica dos órgãos vinculados ou subordinados a estes Ministérios, será preferencialmente indicado Assistente Jurídico, de reconhecida idoneidade, capacidade e experiência para o cargo e que tenha exercido a Advocacia por pelo menos cinco anos.

Parágrafo Único - Na hipótese de a indicação recair sobre Bacharel em Direito que não seja Assistente Jurídico, deverá ser suficientemente justificada assim como atendidos todos os demais requisitos do caput.

Justificação

A presente emenda, além de valorizar, faz justiça aos Assistentes Jurídicos, que são os responsáveis pela consultoria jurídica desses órgãos, mas os cargos comissionados geralmente são ocupados pessoas alheias aos quadros da administração pública, recrutados pelo titular do ministério ou órgão.

O objetivo da emenda, portanto, é profissionalizar a defesa da União, reservando as funções comissionadas para os funcionários de carreira da Advocacia Geral da União.

MP 2136-37
376

MP - 2136-37

000194

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 02/05/01		Proposição Medida Provisória nº 2.136-37		
Autor Deputado ELIAS MURAD			Nº Prontuário	
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. Aditiva	5. Substitutivo Global
Página 01	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.136-36, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador - NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

ASSINATURA

Elías Murad Nº 2229-43/2
377

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

379

ASSINATURA

[Assinatura]

MP - 2136-37

000195

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-37, DE 27 ABRIL DE
2001, publicada no Diário Oficial de de 2001**

EMENDA Nº – ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.136-36, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala da Comissão, em 02 de maio de 2001

Deputado Joaquim Francisco

CONGRESSO NACIONAL

MP 2136-37

000196

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/04/ 2001	Proposição Medida Provisória n.º 2.136-37
Autora Deputada Marinha Raupp	n.º do prontuário
<input type="checkbox"/> Supressiva <input type="checkbox"/> substitutiva <input type="checkbox"/> modificativa <input checked="" type="checkbox"/> aditiva <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2136-37, DE 26 DE ABRIL DE 2001.
EMENDA N. - ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória n. 2136-37, de 26 de Abril de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRAS E CARGOS DA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA

• **SANITARISTA**

Art. Fica criada a Carreira de Sanitarista, composta de cargos de igual denominação, nos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 dezembro de 1990.

Art. Será de quarenta e cinco dias, contados a partir de de de 2001, o prazo para encaminhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República da regulamentação da criação da Carreira de Sanitarista, de que trata o art.

Art. A Carreira de Sanitarista, estruturada na forma do Anexo I, tem sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. Os ocupantes do cargo de Sanitarista têm por atribuições assegurar e desenvolver, em todo o território nacional:

a) a formulação, gestão planejamento, coordenação, supervisão, normatização execução especializadas das políticas de saúde e de saneamento, inerentes à área de saúde pública abrangendo atividades de vigilância epidemiológica de doenças e agravos;

b) o estabelecimento de diretrizes para o controle de doenças endêmicas e epidêmicas;

c) a assistência aos órgãos de saúde no desenvolvimento das ações de vigilância epidemiológica e de vigilância ambiental e de fatores de riscos ambiental relacionados com a saúde humana;

d) a vigilância sanitária de produtos e serviços afetos à saúde e a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;

e) a elaboração e o acompanhamento de programas e projetos de saneamento em saúde pública;

f) a promoção e a implementação de ações educativas e de Programas Nacionais de Saúde;

g) a formulação e acompanhamento de políticas dirigidas à saúde das populações indígenas;

h) o planejamento, o acompanhamento e a assistência aos órgãos de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no atendimento às populações atingidas por calamidade pública;

i) a execução de programas vinculados ao controle e a inspeção higiênico-sanitária e tecnológica das matérias-primas e dos produtos afetos à saúde humana;

j) a gestão do processo de fiscalização sanitária sobre as atividades de produção de insumos, serviços, medicamentos, alimentos, cosméticos e saneantes domissanitários;

k) o cumprimento dos acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário, cujos compromissos tenham implicações na área de saúde público; e

l) a vigilância sanitária internacional.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Sanitarista em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. São transformados em cargos de Sanitarista do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, mediante opção, os titulares dos cargos de Sanitarista, integrantes da Categoria Funcional de Sanitarista, código SP-1701, do Grupo- Saúde Pública, criado pelo art. 1º do Decreto n.º 79.456, de 30 de março de 1977 e art. 1º do Decreto n.º 83.928, 03 de setembro de 1979, e, os atuais cargos efetivos de Médico, Médico de Saúde Pública, Enfermeiro, Dentista, Odontólogo, Farmacêutico-Bioquímico, Farmacêutico, Bioquímico, Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Estatístico, Administrador, Arquiteto e Urbanista, Advogado, Economista, Comunicador Social, Técnico em Comunicação Social, Sociólogo, Antropólogo, Engenheiro, Agrônomo, Biomédico, Biólogo, Médico Veterinário, Nutricionista, Geólogo, Técnico em Saúde, Técnico em Assuntos Educacionais, Educador em Saúde, Especialista em Educação, Programador de Educação para o Trabalho, Pesquisador e Pesquisador em Ciências da Saúde, pertencentes aos Quadros Gerais de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde e dos demais órgãos e entidades vinculados ao Ministério da Saúde, com a consequente transposição dos seus ocupantes para os cargos criados pela nova carreira: Carreira de Sanitarista do Ministério da Saúde e Carreira de Sanitarista da Fundação Nacional de Saúde), na forma do Anexo XVII.

§ 1.º. Serão enquadrados na Carreira de Sanitarista os atuais ocupantes dos cargos mencionados no **caput** deste artigo, detentores de título de especialização ou de mestrado ou doutorado na área de saúde pública ou, que no ato da edição desta Medida Provisória, estejam no efetivo exercício profissional comprovado, de no mínimo dez anos, nas atividades de saúde pública e, desde que, sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2.º. Os atuais ocupantes dos cargos mencionados no **caput** deste artigo, que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo de forma irretratável, até 30 dias após a publicação desta medida provisória, ficando, neste caso, em processo em extinção.

Art. A jornada de trabalho dos ocupantes do cargo de Sanitarista é de 40 horas semanais, com direito ao Incentivo Funcional, por trabalho em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.

Art. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Saúde Pública - GDASP, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Sanitarista, quando em exercício das atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Saúde, na Fundação Nacional de Saúde e nos demais órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Saúde no percentual de cinquenta por cento, setenta por cento e oitenta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor que detenha, respectivamente o título de especialização, mestrado ou doutorado na área de saúde pública.

Parágrafo único. A GDASP será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. Os Valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Sanitarista são os constantes do anexo VII.

Art. O titular de cargo efetivo da carreira de que trata o art. 55 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus ao valor máximo da GDASP.

Art. O integrante da Carreira Sanitarista, que não se encontre na situação prevista no art. 60 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDASP.

I - quando cedido para Presidência ou vice-presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou,

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente perceberá a GDASP no valor de setenta e cinco por cento do valor máximo da GDASP.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa corrigir uma injustiça, pois a presente Medida Provisória não incluiu os servidores da Categoria de Sanitaristas dos Quadros de Pessoal do Ministério da Saúde e da Fundação Nacional de Saúde, os quais tem por atribuições assegurar e desenvolver, em todo o território nacional ações de saúde voltadas para a promoção e a prevenção em saúde pública, com vistas ao bem estar da sociedade como um todo, e pela redução da prevalência/incidência de doenças endêmicas e epidêmicas, assim como de outros agravos, como a redução da mortalidade, em especial as decorrentes de doenças imunopreveníveis, propiciando uma economia de milhões de dólares para o País.

Salientamos que a contribuição dos sanitaristas, no contexto nacional, tem sido decisiva para o cumprimento da competência atribuída ao Sistema Único de Saúde, e nas leis orgânicas derivadas do texto constitucional, a cargo do Ministério da Saúde, que colocam a saúde pública como dever do Estado, e delegam ao gestor do SUS a competência para fomentar a promoção e recuperação da saúde, mediante o desenvolvimento de políticas de saúde e saneamento, que assegurem acesso universal e igualitário da população às ações e aos serviços de saúde, capazes de reduzir o risco de contrair doenças e de expor a saúde a outros agravos, passíveis de medidas preventivas.

PARLAMENTAR



CONGRESSO NACIONAL

MP 2136-37

000197

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 30/04/ 2001	Proposição Medida Provisória n.º 2.136-37
Autora Deputada Marinha Raupp	n.º do prontuário
<input type="checkbox"/> 1. Supressiva <input type="checkbox"/> 2. substitutiva <input type="checkbox"/> 3. modificativa <input checked="" type="checkbox"/> 4. aditiva <input type="checkbox"/> 5. Substitutivo global	
Página	Artigo Parágrafo Inciso Alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO	

Adita-se à Medida Provisória n.º 2136-37, de 26 de abril de 2001, o seguinte:

“ Os caputs dos artigos : 1º, 25, 26, 27 e seu parágrafo único, 28 e seu parágrafo 1º, 30 e 31, passam a vigorar com as seguintes redações:”

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei n.º 9.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. A Carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, estruturada na forma do Anexo I, tem sua correlação estabelecida no anexo IV.

Art. 27. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário, têm por atribuições assegurar, em todo o território nacional:

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuário em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, e de Técnico Federal Agropecuário de Nível Médio, os atuais cargos efetivos das carreiras de Agentes de Atividades Agropecuárias NM – 1007, Agentes de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM – 1047, Técnicos de Laboratórios NM-1005 e de Auxiliar Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreiras de Auxiliar Operacional em Agropecuária NM-1007 e de Auxiliar de Laboratório NM-1005, cujos ocupantes estejam em exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do Anexo IV.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnicos Federal Agropecuario de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuario, os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnicos Federal Agropecuario de Nível Médio e Auxiliar Federal Agropecuario, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 31. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal Agropecuario são os constantes do Anexo X. os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal de Nível Médio equivalem a sessenta por cento dos valores fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Federal Agropecuario equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo Anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE PROPOSTA VISA CORRIGIR UMA INJUSTIÇA, POIS A PRESENTE MEDIDA PROVISÓRIA NÃO INCLUIU OS SERVIDORES DE NÍVEL MÉDIO E AUXILIAR QUE ATUAM NO APOIO TÉCNICO AS ATIVIDADES DE CONTROLE, INSPEÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DEFESA AGROPECUÁRIA QUE EXERCEM IMPRESCINDÍVEIS E RELEVANTES SERVIÇOS E HOJE INTEGRAM AS CATEGORIAS FUNCIONAIS DE AGENTES DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS, AUXILIAR OPERACIONAL EM AGROPECUÁRIA, AGENTES DE INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS E AUXILIARES DE LABORATÓRIOS, CUJAS AÇÕES SÃO RECONHECIDAMENTE COMPLEXAS E QUALIFICADAS, EXIGINDO DOS PROFISSIONAIS PERÍCIA E CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA. POIS NÃO SE LIMITAM APENAS À VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO E APURAÇÃO QUANTITATIVA DE PRODUTOS E SEUS DERIVADOS E SIM A REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEXOS DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO, DA FORMA E DO ESTÁGIO DE MATURAÇÃO EM QUE FORMA COLHIDAS, TRATADAS, MANUSEADAS, EMBALADAS E DO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM NO MOMENTO DO EMBARQUE PARA QUE POSSAM SER CERTIFICADAS COMO ADEQUADAS A EXPORTAÇÃO, PARA O TRÂNSITO INTERESTADUAL E PARA O CONSUMO INTERNO, SEM COLOCAR EM RISCO A SAÚDE HUMANA.

SALIENTAMOS QUE A TRANSFORMAÇÃO DOS ATUAIS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO, INTEGRANTES DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E ACIMA RELACIONADOS EM TÉCNICO FEDERAL AGROPECUARIO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL AGROPECUARIO SE FAZ NECESSÁRIO EM VIRTUDE DA EXIGÊNCIA FEITA POR ORGANISMOS INTERNACIONAIS QUANTO À OBRIGATORIEDADE DA CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS SER REALIZADA POR TÉCNICOS PERTENCENTES AOS QUADROS FUNCIONAIS DA UNIÃO.

O TRABALHO DESTES TÉCNICOS SÃO FUNDAMENTAIS PARA OS PLANOS GOVERNAMENTAIS, SENDO UMA NECESSIDADE IMPERATIVA PARA A MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES NO SETOR AGROPECUARIO TENDO EM VISTA QUE CABE AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO A RESPONSABILIDADE DE RESPONSABILIZAR PRODUTOS SAUDÁVEIS, COMPATÍVEIS COM A PROTEÇÃO DOS ECOSISTEMAS E ISENTOS DE CONTAMINAÇÃO DE QUALQUER TIPO, INCLUSIVE COM O ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE ENGENHARIA GENÉTICA DOS ANIMAIS E VEGETAIS, BEM COMO AS RESPECTIVAS CONSEQUÊNCIAS PARA O CONSUMO DIRETO E INDIRETO.

ESSA RESPONSABILIDADE TORNA-SE MAIOR NESTA ÉPOCA DE GLOBALIZAÇÃO, ONDE O COMÉRCIO MULTILATERAL, ENVOLVENDO VÁRIAS NAÇÕES, TORNA A FISCALIZAÇÃO E A INSPEÇÃO UM SERVIÇO DE SUMA IMPORTÂNCIA PARA O MERCADO INTERNACIONAL. COMO PODE-SE EVIDENCIAR, HOJE, COM O ESCÂNDALO DA "CARNE LOUCA".

PARLAMENTAR

Brasília, 30 de abril de 2001

Deputada Marinha Raupp

CONGRESSO NACIONAL


EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.136-38, DE 24 DE MARÇO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 25 DO MESMO MÊS E ANO QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
SENADOR ARLINDO PORTO	206.
DEPUTADO CHICO DA PRINCESA	201.
DEPUTADO ELIAS MURAD	205.
DEPUTADO FLÁVIO ARNS	199.
DEPUTADO GUSTAVO FRUET	200.
DEPUTADO MÁRCIO MATOS	204.
DEPUTADO MAURO BENEVIDES	197.
DEPUTADO RONALDO VASCONCELLOS	198.
DEPUTADO RUBENS BUENO	202.
DEPUTADA TETÊ BEZERRA	203.

SACM

Emendas Convalidadas: 196
 Emendas Adicionadas: 10
TOTAL DE EMENDAS: 206

RELATOR

 CONGRESSO NACIONAL APRESENTAÇÃO DE EMENDAS	MP 2136-38 000198
Data	proposição Medida Provisória nº 2.136-38, de 25 de maio de 2001
Assinatura Deputado Ronaldo Vasconcellos	nº do proponente
1. <input type="radio"/> Supressiva 2. <input type="radio"/> substitutiva 3. <input type="radio"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="radio"/> Substitutivo global	
Página 02 de 02	Artigo Parágrafo Inciso alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO	
<p>Adite-se à Medida Provisória nº 2136-38, de 25 de maio de 2001, o seguinte:</p> <p>" Os caputs dos artigos: 1º, 25, 26, 27 e seu parágrafo único, 28 e seu parágrafo 1º, 30 e 31, passam a vigorar com as seguintes redações:"</p> <p>Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreira de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário e de <u>Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário</u>, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:</p> <p>Art. 25. Fica criada a carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de <u>Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário</u> composta de cargo de igual denominação, no quadro geral de pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112 de 11 de dezembro 1990.</p> <p>Art. 26. A carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de <u>Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário</u> estruturada na forma do anexo I, tem sua correlação estabelecida no anexo IV.</p> <p>Art. 27. Os ocupantes de cargos de Fiscal Federal Agropecuário e de <u>Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário</u> tem por atribuições assegurar em todo o território nacional:</p> <p>Parágrafo Único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal Agropecuário e de <u>Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário</u> em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.</p> <p>Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário - NS - 910, e de <u>Técnico Federal Agropecuário Agropecuário</u>, os atuais cargos efetivos das carreiras de <u>Agente Atividade Agropecuário NM - 1007, Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal NM - 1047, Técnico de Laboratório NM - 1005 e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos de carreira de Auxiliar Operacional e Agropecuária NM-1007 e de Auxiliar de Laboratório NM - 1005</u>, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do quadro de pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, na forma do anexo IV.</p> <p>§ 1º Serão enquadrados na carreira de Fiscal Federal Agropecuário e de <u>Técnico Federal Agropecuário e Auxiliar Técnico Federal Agropecuário</u>, os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.</p> <p>Art. 30. Fica instituída a gratificação de desempenho de fiscalização agropecuária - GDAFA.</p>	

devida aos ocupantes dos cargos de carreira de Fiscal Federal Agropecuario e de Técnico Federal Agropecuario e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario, quando em exercicio de atividades inerentes as atribuições da respectiva carreira no Ministerio da Agricultura e do Abastecimento, o percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 31. Os valores dos vencimento dos cargos que compõem a carreira de Fiscal Federal Agropecuario são os constantes do anexo X, os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Técnico Federal Agropecuario equivalem a sessenta por cento dos valores fixados no anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a carreira de Auxiliar Técnico Federal Agropecuario equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo anexo.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa corrigir uma injustiça, pois a presente Medida Provisória não incluiu os servidores de nível médio e auxiliar que atuam no apoio técnico as atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária que exercem imprescindíveis e relevantes serviços e hoje integram as

categorias funcionais de Agentes de Atividades Agropecuária, Auxiliar Operacional em Agropecuária, Agentes de Inspeção Sanitária Industrial de Produtos de Origem Animal, Técnicos de Laboratório e Auxiliares de Laboratório, cujas as ações são reconhecidamente complexas e qualificadas, exigindo dos profissionais perícia e capacitação específica, pois não se limitam apenas à verificação de documentação e apuração quantitativa de produtos e seus derivados e sim a realização de exames complexos das condições de produção da forma e do estágio de maturação em que forma colhidas, tratadas, manuseadas, embaladas e do estado em que se encontram no momento do embarque para que possam ser certificadas como adequadas a exportação, para o trânsito interestadual e para o consumo interno, sem colocar em risco a saúde humana.

Salientamos que a transformação dos atuais cargos de nível médio, integrantes do sistema de fiscalização de produtos agropecuarios e acima relacionados em Técnico Federal Agropecuario e Auxiliar Técnico Federal Agropecuario se faz necessário em virtude da exigência feita por organismos internacionais quanto a obrigatoriedade da certificação de produtos ser realizada por técnicos pertencentes aos quadros funcionais da união.

O trabalho destes técnicos são fundamentais para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuario, tendo em vista que cabe ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento a responsabilidade de disponibilizar produtos saudáveis, compatíveis com a proteção dos ecossistema e inseto de contaminação de qualquer tipo, inclusive o acompanhamento da aplicação de engenharia genética dos animais e vegetais, bem como, as respectivas conseqüências para o consumo humano direto e indireto.

Essa responsabilidade torna-se maior nesta época de globalização, onde o comércio multilateral, envolvendo várias nações, torna a fiscalização e a inspeção um serviço de suma importância para o mercado internacional, como pode-se evidenciar, hoje, com o escândalo da "vaca louca" e "febre aftosa".

PARLAMENTAR

Brasília, 29 de maio de 2001:



CONGRESSO NACIONAL

MP 2136-38

000199

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 29/05/01	proposição Medida Provisória nº 2.136, 38
autor DEPUTADO FLAVIO ARNS	nº do prontuário 447

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA/ADITIVA À MEDIDA

PROVISÓRIA Nº 2.136-38

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30, 34 e 66, aos incisos V do art. 27, ao Anexo IV e ao § 1º do art. 66 a seguinte redação, e acrescentando-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do Inciso subsequente:

"Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 27.

I

II

III

IV

V - a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias:

VI - a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais:

VII

PARLAMENTAR

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais, na forma do Anexo IV.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei Nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis Nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e Nº 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei Nº 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei Nº 9.651, de 27 de maio de 1998.”

Art. 66. Caso venha a ser extinta autarquia, agência ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais ou Fiscais Federais Agropecuários, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal ou Fiscal Federal Agropecuário e o início de vigência desta Medida Provisória.

§ 2º

PARLAMENTAR

ANEXO IV					
TABELA DE CORRELAÇÃO					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

PARLAMENTAR

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

C	VI	VI	B
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	
D	V	V	A
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competê à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão

executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade rural, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela

desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Artigo 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea Nº 218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP Nº 2136-37, de 27/04/2001 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares

ou de complementariedade, como é o serviço de fiscalização exercido pelo INCRA no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

Sala das Comissões, em _____ de maio de 2001



Deputado Federal Flávio Arns



CONGRESSO NACIONAL

MP 2136-38

000200

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição
	Medida Provisória nº 2.136-38
Autor	nº do prontuário
Deputado Gustavo Fruet	

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2 <input type="checkbox"/> substitutiva	3 <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4 <input type="checkbox"/> aditiva	5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

Página 1/7	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30, 34 e 66, aos incisos V do art. 27, ao Anexo IV e ao § 1º do art. 66 a seguinte redação, e acrescentando-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

"Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 27.

I

II

III

IV

V - a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;

VI - a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII

PARLAMENTAR

Brasília

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais, na forma do Anexo IV.

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei Nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis Nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e Nº 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei Nº 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei Nº 9.651, de 27 de maio de 1998.”

Art. 66. Caso venha a ser extinta autarquia, agência ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais ou Fiscais Federais Agropecuários, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal ou Fiscal Federal Agropecuario e o inicio de vigência desta Medida Provisória.

§ 2º.....

PARLAMENTAR

ANEXO IV

TABELA DE CORRELAÇÃO

TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
I		I			

PARLAMENTAR

Brasília

[Handwritten signatures and stamps]

JUSTIFICATIVA

Constituição Federal, Lei Maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "compete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II. Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade rural, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Artigo 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea Nº 218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP Nº 2136-37, de 27/04/2001 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o serviço de fiscalização exercido pelo INCRA no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

PARLAMENTAR

Brasília

18 2024-13/2001
406



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA
N.º 2.136-38

MP 2136-38

000201

SÃO

EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-38

AUTOR: DEPUTADO CHICO DA PRINCESA

PSDB/PR 1/7

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 2.136-38

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30, 34 e 66, aos incisos V do art. 27, ao Anexo IV e ao § 1º do art. 66 a seguinte redação, e acrescentando-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

*Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 27.

I

II

III

IV

V - a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;

VI - a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais, na forma do Anexo IV.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei Nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis Nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e Nº 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei Nº 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei Nº 9.651, de 27 de maio de 1998."

Art. 66. Caso venha a ser extinta autarquia, agência ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais ou Fiscais Federais Agropecuários, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal ou Fiscal Federal Agropecuário e o início de vigência desta Medida Provisória.

§ 2º

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

ANEXO IV TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.


O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade rural, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Artigo 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea Nº 218/73.

TEXTO/JUSTIFICAÇÃO

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP Nº 2136-37, de 27/04/2001 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o **serviço de fiscalização exercido pelo INCRA** no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

Sala das Comissões, em 30 de maio de 2001.


Deputado Federal Chico da Princesa
PSDB/PR

30 / 05 / 2001

DATA

ASSINATURA PARLAMENTAR

Serviço de Comissões



CONGRESSO NACIONAL

MP 2136-38

000202

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 2.136-38			
autor Deputado RUBENS BUENO				nº do prontuário
1. Supressiva	2. <input checked="" type="checkbox"/> substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
TEXTO/JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30, 34 e 66, aos incisos V do art. 27, ao Anexo IV e ao § 1º do art. 66 a seguinte redação, e acrescentandó-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

"Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 27.

I

II

III

IV

V - a promoção; o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias:

VI - a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário - NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas

atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais, na forma do Anexo IV.

§

1º

§

2º

§

3º

§ 4º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei Nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis Nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e Nº 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei Nº 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei Nº 9.651, de 27 de maio de 1998."

Art. 66. Caso venha a ser extinta autarquia, agência ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais ou Fiscais Federais Agropecuários, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal ou Fiscal Federal Agropecuário e o início de vigência desta Medida Provisória.

§

2º.....

ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO


SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e **fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares**". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade rural, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

 Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Artigo 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea Nº 218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciada em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP Nº 2136-37, de 27/04/2001 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da

XX

referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o **serviço de fiscalização exercido pelo INCRA** no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 2001



PARLAMENTAR

Deputado RUBENS BUENO
PPS / PR



CONGRESSO NACIONAL

MP 2136-38

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

000203

DATA	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.136-38			
AUTOR DEPUTADA TETÉ BEZERRA			Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO 25, 27, 28, 30 e 34	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se aos arts 25, 27 28, 30 e 34 e ao anexo IV da Medida Provisória nº 2.136-38, que tratam da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, a seguinte redação:

"Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990."

"Art. 27

V – a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;

VI – a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII – os acordos, os tratados e as convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

....."

"Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária e agrária e de avaliação e perícia de imóveis rurais, na forma do anexo IV.

§ 4º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 30 (trinta) dias após a publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção."

"Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor."

1

"Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e nº 9.641, de 25 de maio de 1998, a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei nº 9.775, de 21 de dezembro de 1998, e a Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária a que se refere a Lei nº 9.651, de 27 de maio de 1998."

ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, em seu art. 184, assim dispõe: "Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária,...". Trata-se, portanto, de competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor dessa atividade. Da mesma forma, o Ministério da Agricultura é o responsável pela execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do art. 187 da Constituição Federal.

O Decreto n.º 59.428, de 27/10/66, regulamentando diversos artigos da Lei 4.504, de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto-Lei n.º 1.110, de 09/07/70, na qualidade de órgão sucessor do IBRA e INDA, recebeu as atribuições desses órgãos, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade, as condições do uso da terra e a produção agropecuária. Essas atividades têm como resultado a classificação dos imóveis rurais e a punição de infratores, quer com a desapropriação, quer com o ajustamento das informações fiscais com vistas à tributação, autuações e outras penalidades. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a reforma agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, sendo essas atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo.

A presente emenda baseia-se nos dispositivos constitucionais e legais citados, respaldando-se, ainda, no princípio constitucional da isonomia, segundo o qual deve ser dado tratamento igual a profissionais responsáveis por atividades similares – no caso específico, as de fiscalização agropecuária. Busca, assim, a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do INCRA na carreira de Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. A proposta está, ainda, em perfeita consonância com o propósito governamental de fortalecer as áreas típicas de Estado, agrupando as categorias funcionais que desempenhem atividades similares ou complementares.

10639600.117

ASSINATURA

MP 2136-38/2001

423

Serviço de Comissões Mistas

10639600.117

MP 2136-38

000204

EMENDA MODIFICATIVA/ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA

Nº 2.136-38

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30, 34 e 66, aos incisos V do art. 27, ao Anexo IV e ao § 1º do art. 66 a seguinte redação, e acrescentando-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

"Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 27.

I

II

III

IV

V - a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;

VI - a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais, na forma do Anexo IV.

§ 1º.....

§ 2º.....

§ 3º.....

§ 4º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei Nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis Nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e Nº 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei Nº 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei Nº 9.651, de 27 de maio de 1998."

Art. 66. Caso venha a ser extinta autarquia, agência ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais ou Fiscais Federais Agropecuários, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal ou Fiscal Federal Agropecuário e o início de vigência desta Medida Provisória.

§ 2º.....

ANEXO IV
TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		C	VI		
	V		V		
	IV		IV		
	III		III		
	II		II		
	I		I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária....". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

MP 2229-43/2001
426
Fls. GER 3.17.23.004-2 (JUN/99)

MP 2229-43/2001
426
Fls. 426

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e fiscalização das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade rural, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Artigo 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea Nº 218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP Nº 2136-37, de 27/04/2001 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as

áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares ou de complementariedade, como é o **serviço de fiscalização exercido pelo INCRA** no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.

Sala das Comissões, em _____ de maio de 2001

Deputado Federal Márcio Matos

PTB/PR

MP 2136-38

000205

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 23/05/2001	Proposição Medida Provisória nº 2.136-38										
Autor Deputado ELIAS MURAD	Nº Prontuário										
<table border="1"> <tr> <td>1. Supressiva</td> <td>2. Substitutiva</td> <td>3. Modificativa</td> <td>4. x Aditiva</td> <td>5. Substitutivo Global</td> </tr> <tr> <td>Página</td> <td>Artigo</td> <td>Parágrafo</td> <td>Inciso</td> <td>Alínea</td> </tr> </table>		1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. x Aditiva	5. Substitutivo Global	Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
1. Supressiva	2. Substitutiva	3. Modificativa	4. x Aditiva	5. Substitutivo Global							
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea							

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.136-36, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturada na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador - NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se atribuir a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

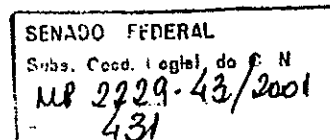
ASSINATURA

MP 2229-43/2001
Fis. 430

MP 2229-43/2001
Fis. 430

MP 2136-38

000206

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2136-38, DE 25 DE MAIO DE
2001****EMENDA Nº – ADITIVA**

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2136-36, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

UL 22.29-43/2001
432

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769

de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo de aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões.


Senador ARLINDO PORTO

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.150-39, ADOTADA EM 31 DE MAIO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 1º DE JUNHO DE 2001, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTA	EMENDA N.º
Senador RICARDO SANTOS.....	207.

SACM
 EMENDAS CONVALIDADAS: 206
 EMENDAS ADICIONADAS: 001
 TOTAL DE EMENDAS: 207

MP 2.150-39

000207

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2150-39,
DE 31 DE MAIO DE 2001

(EMENDA ADITIVA)

Acrescentar a alínea c, do inciso XVII, item 4, do Anexo XIX da Medida Provisória Nº 2150-39, de 31 de maio de 2001, com a seguinte redação:

"c) provimento, mediante concurso público, de até 1000 cargos efetivos de Professor de Ensino de 1º e 2º Graus."

Sala de Sessões, em


 Senador **RICARDO SANTOS**

Justificação

A defasagem no quadro efetivo de professores, originárias de aposentadorias e outras causas de afastamento (exonerações, falecimentos etc.) tem se acentuado, visto que o último concurso público para preenchimento de cargos de professor de ensino de 1º e 2º graus ocorreu há seis anos. Tal situação tem sido contornada de maneira bastante precária pela contratação temporária e restrita de professores.

Paralelamente à citada defasagem, as referidas instituições têm aumentado, de forma significativa, seus serviços nos três níveis de educação profissional (básico, técnico e tecnológico), em atendimento e solidariedade às diretrizes governamentais. Diante do exposto, reiteramos nossa solicitação de apoio, pois nossa intenção e compromisso é, não apenas manter, mas elevar à excelência os serviços prestados à sociedade brasileira.


Senador RICARDO SANTOS

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.150-40, ADOTADA EM 28 DE JUNHO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 29 DO MESMO MÊS E ANO QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Senadora EMÍLIA FERNANDES	209
Deputado FLÁVIO ARNS	208

SACM

TOTAL DE EMENDAS - 209
Convalidadas - 207
Adicionadas - 002

MP 2.150-40

000208

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 2150-40			
autor FLÁVIO ARNS			nº do prontuário 447	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

**EMENDA MODIFICATIVA/ADITIVA À MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 2.150-40**

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30, 34 e 66, aos incisos V do art. 27, ao Anexo IV e ao § 1º do art. 66 a seguinte redação, e acrescentando-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

"Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 27.

I

II

III

IV

V - a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;

VI - a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII

PARLAMENTAR

MP 2229-43/2001
Fls. 438

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais, na forma do Anexo IV.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei Nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis Nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e Nº 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei Nº 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei Nº 9.651, de 27 de maio de 1998."

Art. 66. Caso venha a ser extinta autarquia, agência ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais ou Fiscais Federais Agropecuários, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal ou Fiscal Federal Agropecuário e o início de vigência desta Medida Provisória.

§ 2º

ANEXO IV					
TABELA DE CORRELAÇÃO					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

PARLAMENTAR

MP 2229-43/2001
Fis 441

Fis 56

C	VI	VI	B
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	
D	V	V	A
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competete à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão

executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e **fiscalização** das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

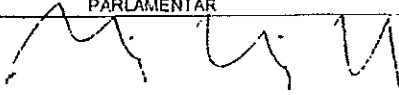
O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade rural, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela

desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Artigo 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea Nº 218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuário, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP Nº 2136-37, de 27/04/2001 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares

PARLAMENTAR



MP 2.150-40

000209

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.150-40, DE 28 DE JUNHO DE
2001**

EMENDA Nº – ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.150-40, de 2001, os seguintes artigos:

**CARREIRAS DE TÉCNICO E AUXILIAR TÉCNICO FEDERAL
AGROPECUÁRIO**

Art. . Ficam criadas as Carreiras de Técnico Federal Agropecuário, de nível médio, e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, de nível Auxiliar, compostas de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . As Carreiras de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo IV.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário têm por atribuições, respectivamente, em nível médio e auxiliar, o apoio às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Art. . São transformados em cargos de Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de Agente de Atividade Agropecuária – NM 1007, de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal – NM 1047 e de Técnico de Laboratório – NM 1005 e, em cargos de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos de

Auxiliar Operacional em Agropecuária – NA 1007 e de Auxiliar de Laboratório – NA 1005, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades referidas no artigo anterior, na forma do Anexo IV.

§ 1º Serão enquadrados nas Carreira de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Técnico Federal Agropecuário e de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, de que trata o art. 30 desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Técnico Federal Agropecuário equivalem a sessenta por cento dos valores dos fixados no Anexo X e os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Auxiliar Técnico Federal Agropecuário equivalem a trinta e seis por cento dos fixados no mesmo Anexo.

JUSTIFICAÇÃO

A reestruturação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, constante da Medida Provisória nº 2.048-29, de 2000, é fundamental para os planos governamentais, sendo uma necessidade imperativa para a modernização das ações no setor agropecuário.

Faz-se necessário, entretanto, corrigir uma injustiça daquele ato que não contemplou, também, os servidores de nível médio e auxiliar que atuam no apoio técnico às atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária.

Trata-se, aqui, de função fundamental para o sucesso da fiscalização agropecuária, tão importante para o nosso País.

Assim, com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame e corrigindo uma grave injustiça, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões,


Senadora **EMÍLIA FERNANDES**

PT/RS

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Serviço de Apoio às Comissões Mistas

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA N.º 2.150-41, ADOTADA EM 27 DE JULHO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 28 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÂRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS N.ºS
Deputado FLÁVIO ARNS	210.
Deputado SÉRGIO NOVAIS.....	211.

SACM
EMENDAS CONVALIDADAS: 209
EMENDAS ADICIONADAS: 002
TOTAL DE EMENDAS: 211

MP 2.150-41

000210

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data	proposição Medida Provisória nº 2150-41			
autor Flávio Arns			nº do prontuário 447	
1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa 4. <input type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

**EMENDA MODIFICATIVA/ADITIVA À MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 2.150-41**

Dê-se ao caput dos arts. 25, 28, 30, 34 e 66, aos incisos V do art. 27, ao Anexo IV e ao § 1º do art. 66 a seguinte redação, e acrescentando-se o inciso VI no art. 27, alterando a numeração do inciso subsequente:

"Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério de Agricultura e do Abastecimento e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 27.

I

II

III

IV

V - a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias;

VI - a fiscalização, avaliação e perícia de imóveis rurais;

VII

PARLAMENTAR

Serviço de Controle Misto

MP 2229-43/2001
468

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário – NS 910, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento e de Engenheiro Agrônomo lotado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização, defesa agropecuária e agrária, avaliação e perícia de imóveis rurais, na forma do Anexo IV.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º Os atuais ocupantes do cargo de Engenheiro Agrônomo que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irrevogável, até 30 (trinta) dias após publicação desta Medida Provisória, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 30. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária – GDAFA, devida aos ocupantes da carreira de Fiscal Federal Agropecuário, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva carreira no Ministério da Agricultura e do Abastecimento e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no percentual de até cinquenta por cento sobre o vencimento básico do servidor.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7º da Lei Nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária a que se referem as Leis Nº 9.620, de 2 de abril de 1998, e Nº 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização a que se refere a Lei Nº 9.795, de 21 de dezembro de 1998 e a Gratificação de Atividades Fundiárias a que se referem a Lei Nº 9.651, de 27 de maio de 1998."

Art. 66. Caso venha a ser extinta autarquia, agência ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais ou Fiscais Federais Agropecuários, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1º O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal ou Fiscal Federal Agropecuário e o início de vigência desta Medida Provisória.

§ 2º

ANEXO IV					
TABELA DE CORRELAÇÃO					
SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário Engenheiro Agrônomo - INCRA	A	III	II	ESPECIAL	Fiscal Federal Agropecuário
	B	VI	V,	C	
		V	IV		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

Cópia de Minas
14/10/2012

C	VI	VI	B
	V	V	
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	
D	V	V	A
	IV	IV	
	III	III	
	II	II	
	I	I	

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, Lei maior do Estado, no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, em seu Art. 184 determina: "competê à União desapropriar por interesse social para fins de reforma agrária,...". Portanto é competência exclusiva do Estado, sendo o INCRA o órgão

executor desta atividade. Assim como o é também o Ministério da Agricultura na execução da política agrícola, a qual deve ser compatibilizada com a política de reforma agrária, conforme estabelece o §2º do Art. 187 da Constituição Federal.

Também, o Decreto n.º 59.428 de 27/10/66 regulamenta os Capítulos I e II do Título II, o Capítulo II do Título III e outros artigos da Lei 4.504 de 30/11/64 (Estatuto da Terra), no Capítulo II, Seção I - *Das Finalidades e Objetivos*, no Art. 14, assim dispõe: "O IBRA e o INDA são órgãos executores da colonização oficial, dotados em suas áreas de atuação de prerrogativas de direção e **fiscalização** das atividades colonizadoras públicas ou particulares". O INCRA, de acordo com o Decreto Lei n.º 1.110 de 09/07/70 é o órgão sucessor do IBRA e INDA, portanto, investido das atribuições destes, inclusive as de fiscalização.

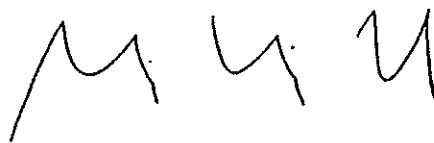
O Engenheiro Agrônomo do INCRA fiscaliza o cumprimento da função social da propriedade rural, as condições do uso da terra, a produção agropecuária, bem como todas as atividades envolvidas (sanidade vegetal e animal, insumos, etc.), a promoção, o fomento, a produção e as políticas agropecuárias e agrárias. Tais serviços de fiscalização tem como resultado a classificação dos imóveis rurais e, em consequência, a penalização dos infratores: quer pela desapropriação ou pelo ajustamento das informações fiscais com vistas a tributação, autuações e outros. É o único responsável pela avaliação dos imóveis rurais utilizados no programa de Reforma Agrária.

Assinatura
do
Deputado

Os projetos de assentamento para a Reforma Agrária são projetos de exploração agropecuária, de aproveitamento e utilização de recursos naturais e de desenvolvimento agropecuário, constituindo-se ações em atividades técnicas de responsabilidade do Engenheiro Agrônomo, segundo a Lei 5.194/66, Artigo 1º, alínea "a" e "b" e Resolução Confea Nº 218/73.

Assim a emenda ao Projeto de Medida Provisória está plenamente consubstanciado em dispositivos constitucionais e legislação pertinente, inclusive, respaldado no princípio de proporcionar tratamento isonômico a profissionais responsáveis por atividades similares, ou seja, de fiscalização, pleiteando-se a inserção dos ocupantes do cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, como Fiscal Federal Agropecuario, na exata medida do que ocorreu com os Engenheiros Agrônomos do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através da MP Nº 2136-37, de 27/04/2001 e suas reedições. A inserção desta proposta, na próxima reedição da referida Medida Provisória, está em perfeita consonância com os propósitos do serviço público federal no sentido de fortalecer as áreas cujos serviços são típicos de Estado, agrupando as categorias funcionais nos grupos de atividades similares

ou de complementariedade, como é o **serviço de fiscalização exercido pelo INCRA** no sentido de verificar o cumprimento da função social da propriedade rural e suas derivações.



FLÁVIO ARNS
Deputado Federal

MP 2.150-41

000211

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 01/08/01

Proposição: MP 2.150-41/01

Autor: Deputado Sérgio Novais

Nº Prontuário: 108

1. ☐ Supressiva 2. ☐ Substitutiva 3. ☒ Modificativa 4. ☐ Aditiva 5. ☐ Substitutiva/Global

Página: 01/15

Artigo:

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

A MP 2.150-41 passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 1º Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal, Fiscal Federal Agropecuário e de Fiscal Federal de Mineração, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

CARREIRA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO

Art. 34-A. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal de Mineração, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Autarquia Federal do Ministério de Minas e Energia, regidos pela Lei n.º 8.112, de 11 dezembro de 1990.

Art. 34-B. A Carreira de Fiscal Federal de Mineração, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no Anexo IV-A.

Art. 34-C. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal de Mineração têm por atribuições, em todo o território nacional:

I - regular as atividades de mineração, estimulando o uso racional e eficiente dos recursos minerais;

Assinatura

Sérgio Novais

SENADO FEDERAL

II - fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a comercialização e o consumo dos bens minerais, bem como promover a análise técnica dos seus projetos de exploração e de aproveitamento das jazidas:

III - fiscalizar o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, de forma integrada com os demais órgãos competentes;

IV - fiscalizar a arrecadação da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral - CFEM, e o recolhimento de taxas e emolumentos decorrentes e inerentes às atividades de pesquisa e lavra de bens minerais:

V - contribuir com as elaboração de políticas para o setor mineral;

VI - autuar infratores e aplicar as sanções cabíveis em conformidade com a legislação mineral e correlata;

VII - promover o controle estatístico e analisar o desempenho do Setor Mineral Nacional e Internacional;

VIII - desenvolver pesquisas com vistas à promoção, ao fomento e ao desenvolvimento tecnológico da produção mineral;

IX - coletar, processar, analisar e divulgar os dados geológicos e econômicos da mineração; e

X - assegurar os acordos, os tratados das convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal de Mineração, em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 34-D. São transformados em cargos de Fiscal Federal de Mineração os atuais cargos de Geólogo - NS920, Engenheiro - NS916, Economista - NS922, e demais cargos de nível superior, em cujas atribuições legais incluam os seus ocupantes em efetivo exercício nas atividades de regulação, fiscalização, controle, inspeção da

atividade mineral análise documental para outorga de títulos de autorização de pesquisa e de concessão de lavra e de defesa do Patrimônio Mineral do País, do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral, na forma do Anexo IV-A.

§ 1º. Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal de Mineração os atuais ocupantes dos cargos mencionados no caput deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º. Os atuais ocupantes dos cargos citados no art. 34-D que optarem por permanecer na situação atual, deverão fazê-lo de forma irrevogável, até a transformação desta Medida Provisória em lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 34-E. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração - GDAFM, devida aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, em exercício de atividades inerentes as atribuições da respectiva Carreira no Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Parágrafo único. A GDAFM será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 34-F. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal de Mineração são os constantes do Anexo X-A.

Art. 34-G. O titular de cargo efetivo da Carreira de que trata o art. 34-A desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS-6 e DAS-5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. 34-H. O integrante da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, que não se encontre na situação prevista no art. 34-E desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFM:

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação, calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS-4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

Art. 59. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as Gratificações de que tratam os arts. 8º, 13, 19, 30, 34-E, 41 e 56 desta Medida Provisória:

Art. 58. Enquanto não forem regulamentadas e até que sejam processados os resultados de avaliação de desempenho, as Gratificações referidas no art. 59 desta Medida Provisória, corresponderão aos seguintes percentuais, incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor:

V-A - Gratificação de Desempenho de Atividade Agropecuária, vinte e cinco por cento;

V-B - Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração, vinte e cinco por cento; e

Art. 67. Será de cento e vinte dias, contados da publicação desta Medida Provisória, o prazo para encaminhamento, pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República, das propostas de regulamentação das Gratificações de que trata o art. 59.



Assinatura

NR 2229-43 2001
453

ANEXO I

a-A) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Fiscal Federal de Mineração	III	ESPECIAL
	II	
	I	
	VI	C
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	VI	B
	V	
	IV	
	III	
	II	
	I	
	V	A
	IV	
	III	
	II	
	I	

ANEXO IV-A

TABELA DE CORRELAÇÃO

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Engenheiro, Geólogo e Economista	A	III	III	ESPECIAL	Fiscal Federal de Mineração
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	C	VI	VI	B	
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
	D	V	V	A	
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		

Resolução 10/2004

ANEXO X-A
TABELA DE VENCIMENTO

SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Fiscal Federal de Mineração	ESPECIAL	III	3.400,55
		II	3.288,34
		I	3.179,82
	C	VI	3.017,65
		V	2.918,07
		IV	2.821,07
		III	2.728,65
		II	2.638,61
		I	2.551,53
	B	VI	2.421,40
		V	2.341,50
		IV	2.264,23
		III	2.189,51
		II	2.117,26
	A	I	2.047,39
		V	1.942,97
		IV	1.878,85
		III	1.816,85
		II	1.756,89
		I	1.698,92

JUSTIFICAÇÃO

O Departamento Nacional da Produção Mineral - DNPM é uma Autarquia Federal do Ministério de Minas e Energia, com atribuição finalística no âmbito do Governo Federal, tendo por objetivo específico fiscalizar e controlar as atividades de mineração em todo território nacional, promover o planejamento, o fomento da exploração mineral e o aproveitamento dos recursos minerais, bem como outorgar títulos, na forma do que dispõem o Código de Mineração, os respectivos regulamentos e a legislação que os completam.

Ao longo desses últimos sete anos, ficaram a Autarquia DNPM e, por conseguinte, os seus fiscais federais de mineração, desprovidos não só de um Plano de Carreiras, o qual não teve proposta a sua criação à Secretaria de Administração Federal no prazo estipulado na lei que instituiu a Autarquia, como também de um posicionamento efetivo de qual carreira do serviço público estariam enquadrados, permanecendo os mesmos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), embora possuam atribuições finalísticas compatíveis com as das carreiras estruturadas, situação que lhes tem alijados de quaisquer realinhamentos salariais desde o ano de 1992.

Os Fiscais de Mineração da Autarquia DNPM atuam não só como fiscais do Patrimônio Mineral Brasileiro, mas também como fiscais de arrecadação de tributos, taxas e emolumento específicos, exercendo a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança da mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores, além de desenvolverem atividades de gestores de políticas ao serem responsáveis pela propositura de ações que viabilizem a política mineral brasileira.

O conjunto das competências que a Constituição Federal e a legislação mineral determina para esse FISCAL, impede que suas atribuições sejam desenvolvidas por outro profissional, tornando-o único no âmbito da administração federal. A complexidade das atribuições institucionais dos profissionais que exercem fiscalização pelo DNPM e as funções que desenvolvem no setor público (atividade especializadas de autorização, permissão, concessão, inspeção, fiscalização, e respectivos controles; bem como, expedição de Auto de Paralisação, Termo de Interdição, cobrança da Taxa Anual por Hectare, Autos de Infração e Multa e de Custeio de Vistorias) justificam a criação da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, a exemplo de outras já estruturadas.

Com efeito, a inserção do texto ora proposto na MP 2.150, objetiva promover o justo e equânime tratamento dos não menos importantes agentes fiscais da atividade extrativa mineral, em relação aos fiscais da atividade extrativa agropecuária (Carreira de Fiscais Federais Agropecuários).

Apesar do grau de especialidade, os muitos fiscais com níveis de doutorado, mestrado e especialização, percebem remunerações extremamente inferiores ao mercado de trabalho e até a de muitos servidores de nível intermediário, constituindo-se a mais baixa do serviço público federal, não obstante a complexidade de suas funções institucionais.

Essa situação, que já era deprimente antes da criação da Autarquia DNPM, foi mantida pelo não cumprimento do disposto no art. 17, do Decreto 1324/94, que regulamentou o art. 13 da Lei N.º 8876/94, que autorizou o Poder Executivo a instituir o DNPM como Autarquia, estabelecendo que o seu quadro de pessoal seria organizado em carreiras, permanecendo, entretanto, este dispositivo, até os dias de hoje, sem maior definição.

A não criação do Plano de Carreiras previsto na lei e a sua permanência no PCC junto a profissionais que não necessariamente possuem o mesmo nível de especialidade, trouxeram para os Fiscais do DNPM um dos maiores achatamentos de salário de sua história, levando-os à vivência de situações vexatórias e desmotivadoras. Apesar desse quadro sombrio de baixos salários, os seus profissionais continuam honrando as suas atribuições, trabalhando com afinco e dedicação, elevando o conceito da instituição junto ao seu público usuário e à opinião pública em geral.

Além disso, a Carreira de Fiscais Federais de Mineração, sendo estruturada, permitirá uma melhor distribuição das funções no Órgão, proporcionará a instituição de uma progressão funcional que valorize o bom profissional, instituindo o curso de capacitação de Fiscal para os novos concursados, introduzirá o estágio probatório como instrumento de avaliação prática da vocação individual para o cargo, tudo isso, contribuindo para elevar o nível de eficiência do DNPM. Além disso, a instituição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de mineração, permitirá o incentivo do aprimoramento das ações do órgão nas respectivas áreas de atividade, estimulando o seu quadro de fiscais e potencializando a gerência da Autarquia.

Mistos

É oportuno ressaltar que, no cumprimento de suas funções institucionais, além da multicomplexidade das ações que praticam, sujeitam-se os Fiscais Federais de Mineração do DNPM a uma série de situações de risco, tais como o exercício de suas atividades em situações precárias, penosas e perigosas, atuando também em regiões de fronteira no combate à clandestinidade, às ações predatórias ao patrimônio mineral brasileiro, com aplicação de sanções aos infratores, com risco de suas próprias vidas, já que inúmeras vezes são obrigados a praticar esses atos sem qualquer cobertura ou apoio policial, tendo que paralisar atividades criminosas e consideradas ilícitas pelas legislações mineral e ambiental, valendo-se, apenas, de instrumentos administrativos da legislação minera, mas sempre de forma eficaz.

Torna-se imperativo enfatizar, ainda, que os recursos financeiros arrecadados pelo DNPM através de cobranças de custas, emolumentos, taxas e arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, permitem custear o impacto na folha de pagamento de pessoal decorrente do aumento de despesa proposto, incluindo-se a remuneração de seus 273 Fiscais Federais de Mineração. Apenas com a CFEM, o DNPM arrecadou para os cofres da Fazenda Nacional, cerca de R\$ 107 milhões em 1999; no ano de 2000, foram arrecadados R\$

136 milhões, tendo-se a previsão de R\$ 144 milhões para o corrente ano. Em relação à Taxa Anual por Hectare, outro instrumento de arrecadação previsto na legislação específica, é de aproximadamente R\$ 14 milhões a arrecadação prevista para este ano de 2001.

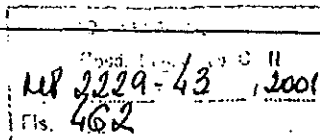
As ações de fiscalização e de fomento ao crescimento da mineração, desenvolvidas pela Autarquia DNPM, aliadas aos programas de gestão que vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia, têm propiciado ao setor um crescimento da ordem de 10% ao ano, circunstância que permite considerá-lo como invejável, quando comparado a outras atividades importantes no país.

Pelo exposto, tendo-se em vista a situação insustentável em que se encontram os agentes Fiscais Federais de Mineração do DNPM, face à precariedade de suas remunerações, e visando a alavancagem da ação do Órgão adequando-o à política de recursos humanos da União, sugerimos a Vossa Senhoria a instituição da **CARREIRA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO**, conforme o que determina o Art. 17, do Capítulo V. Das Disposições Gerais e Transitórias, do Anexo-I, do Decreto N.º 1.324, de 02 de dezembro de 1994, reiterado pelo Artigo 16 do Decreto 3576 de 30 de agosto de 2000, na forma da Lei n.º 8.876, de 02 de maio de 1994.

Assim, a criação dessa Carreira de Fiscal Federal de Mineração, à semelhança da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, poderá ser implementada na próxima reedição da Medida Provisória, que fatalmente ocorrerá, incluindo-se uma estrutura similar de carreira (Anexo I) e respectiva Tabela de Vencimentos (Anexo X-A), bem como uma Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração.

Assinatura

[Assinatura manuscrita]



✓ ✓
CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA,
DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.150-42, ADOTADA, EM 24 DE
AGOSTO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 27 DO MESMO MÊS
E ANO QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO
E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES
COMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA
E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONGRESSISTA	EMENDA Nº
Senador ARLINDO PORTO	212

SACM

Convalidadas - 211
Adicionada - 001

TOTAL DE EMENDAS - 212

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2150-42, DE 24 DE AGOSTO
DE 2001**

EMENDA Nº – ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2150-42, de 2001, os seguintes artigos:

CARREIRA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

SEÇÃO LEGAL

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, ADOTADA, EM 06 DE SETEMBRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 10 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Senador ARLINDO PORTO	214
Deputado PAULO PAIM	215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231 e 232
Deputado ROBERTO PESSOA	213

SACM

Convalidada - 212
 Adicionada - 020

TOTAL DE EMENDAS - 232

MP 2229-43

000213

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001
4	AUTOR Dep. Roberto Pessoa	Nº PRONTUÁRIO 104
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
	PÁGINA	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001.

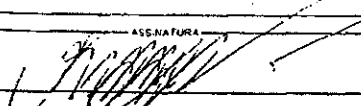
Dê-se ao caput do arts. 1º, 61, (antigo Art. 54) 63 (antigo Art. 56) e 67 (antigo art. 59) a seguinte redação, insira-se os arts. 35 ao 42 com a respectiva redação, modificando-se a numeração dos artigos subsequentes, e altere-se os anexos I, VI e X, que passam a ter as respectivas redações:

Art. 1º. Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal, de Fiscal Federal Agropecuário e Fiscal Federal de Mineração, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

- I-
- II-
- III-
- IV-
- V-
- VI-
- VII-
- VIII-
- IX-
- X-
- XI-
- XII-

CARREIRA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO

Art.35. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal de Mineração, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Autarquia Federal do Ministério de Minas e Energia, regidos pela Lei n.º 8.112/90, de onze de dezembro de 1990.

10	ASSINATURA 	Serviço da Comissão Mista
----	---	---------------------------

Art 36. A Carreira de Fiscal Federal de Mineração, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no anexo IV.

Art. 37. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal de Mineração têm por atribuições, em todo o território nacional:

- I. regular as atividades de mineração, estimulando o uso racional e eficiente dos recursos minerais;
- II. fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a comercialização e o consumo dos bens minerais, bem como promover a análise técnica dos seus projetos de exploração e de aproveitamento das jazidas;
- III. fiscalizar o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, de forma integrada com os demais órgãos competentes;
- IV. fiscalizar a arrecadação da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral - CFEM, e o recolhimento de taxas e emolumentos decorrentes e inerentes às atividades de pesquisa e lavra de bens minerais;
- V. contribuir com a elaboração de políticas para o setor mineral;
- VI. autuar infratores e aplicar as sanções cabíveis em conformidade com a legislação mineral e correlata;
- VII. promover o controle estatístico e analisar o desempenho do Setor Mineral Nacional e Internacional;
- VIII. desenvolver pesquisas com vistas à promoção, ao fomento e ao desenvolvimento tecnológico da produção mineral;
- IX. coletar, processar, analisar e divulgar os dados geológicos e econômicos da mineração;

- X. assegurar os acordos, os tratados das convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.

Parágrafo único. O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal de Mineração, em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.

Art. 38. São transformados em cargos de Fiscal Federal de Mineração os atuais cargos de Geólogo - NS920, Engenheiro - NS916, Economista - NS922, e demais cargos de nível superior, em cujas atribuições legais incluam os seu ocupantes em efetivo exercício nas atividades de regulação, fiscalização, controle, inspeção da atividade mineral análise documental para outorga de títulos de autorização de pesquisa e de concessão de lavra e de defesa do Patrimônio Mineral do País, do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral, na forma do anexo IV.

§ 1º . Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal de Mineração os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 05 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º . Os atuais ocupantes dos cargos citados no Art. 38 que optarem por permanecer na situação atual, deverão fazê-lo de forma irrevogável, até a transformação desta Medida Provisória em lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. 39. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração – GDAFM, devida aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, em exercício de atividades inerentes às atribuições da respectiva Carreira no Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.

Parágrafo único . A GDAFM será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.

Art. 40. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal de Mineração são os constantes do Anexo X.

Art. 41. O titular de cargo efetivo da Carreira de que trata o art. 35 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS-6 e DAS-5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. 42. O integrante da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, que não se encontre na situação prevista no art. 39 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFM:

- I- quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação, calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou
- II- quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS-4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 61 (antigo Art. 54). Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as Gratificações de que trata os arts. 8º, 13, 19, 30, 39 e 49 desta Medida Provisória:

TEXTO

I -

II -

§ 1º

§ 2º

Emenda ao art. 63

Art.63 (antigo Art. 56). Enquanto não forem regulamentadas e até que sejam processados os resultados de avaliação de desempenho, as Gratificações referidas no art. 61 desta Medida Provisória corresponderão aos seguintes percentuais incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor:

I-

II -

III-

IV-

V- Gratificação de Desempenho de Atividade Agropecuária, vinte e cinco por cento;

VI- Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração, vinte e cinco por cento; e

VII - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica, doze por cento.

Alteração do art. 67.

Art. 67 (antigo Art. 59) . Será de cento e vinte dias, contados da publicação desta Medida Provisória, o prazo para encaminhamento pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República das propostas de regulamentação das Gratificações de trata o art. 61.

ASSINATURA

Serviço de Comissões Mistas

HPV nº 222943 de 2001

Fto 481

TEXTO

ANEXO I
ESTRUTURA DE CARGOS

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA	III	ESPECIAL
	II	
	I	
	VI	C
	V	
	IV	
Analista de Comércio Exterior	III	
	II	
	I	
Fiscal Federal Agropecuário	VI	B
	V	
	IV	
Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral	III	
	II	
	I	
Inspetor e Analista da CVM	V	A
Analista Técnico da SUSEP		
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargo de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA		

ASSINATURA

Serviço de Comissões Mistas
 11PV 2229-43 de 2001
 Fls. 422, 423, 424

ANEXO IV
ESTRUTURA DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo p-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	A	III	III	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	Analista de Comércio Exterior
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
Analista de Comércio Exterior	C	VI	VI	B	Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargo de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário	D	I	I	A	Fiscal Federal Agropecuário Fiscal Federal Agropecuário Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
Engenheiro, Geólogo, Economista, do Departamento Nacional de Produção Mineral		I	I		
Inspetor e Analista da CVM					Inspetor e Analista da CVM
Analista Técnico da SUSEP					Analista Técnico da SUSEP

10

ASSINATURA

Serviço de Contas Mistas

 MPV nº 227-43 de 2001
 Fls 482

TEXTO

ANEXO X
TABELA DE VENCIMENTO

SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR (EM R\$)
Fiscal Federal Agropecuário Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral	ESPECIAL	III	3.400,55
		II	3.288,34
		I	3.179,82
	C	VI	3.017,65
		V	2.918,07
		IV	2.821,07
		III	2.728,65
		II	2.638,61
		I	2.551,53
	B	VI	2.421,40
		V	2.341,50
		IV	2.264,23
		III	2.189,51
		II	2.117,26
		I	2.047,39
	A	V	1.942,97
		IV	1.878,85
		III	1.816,85
		II	1.756,89
		I	1.698,92

TEXTO

JUSTIFICAÇÃO

1. O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM é uma Autarquia Federal do Ministério de Minas e Energia, com atribuição finalística de fiscalização e controle das atividades de mineração em todo território nacional, além de promover o planejamento, o fomento da exploração mineral e o aproveitamento dos recursos minerais, bem como outorgar títulos, na forma do que dispõem o Código de Mineração, os respectivos regulamentos e a legislação que os completam.
2. Ao longo desses últimos sete anos, ficaram a Autarquia DNPM e, por conseguinte, os seus fiscais federais de mineração desprovidos não só de um Plano de Carreiras, o qual não teve proposta a sua criação à secretaria de Administração Federal no prazo estipulado na lei que instituiu a Autarquia, como também de um posicionamento efetivo de qual carreira do serviço público estariam enquadrados, permanecendo os mesmos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), embora possuam atribuições finalísticas compatíveis com as das carreiras estruturadas, situação que lhes tem aliado de qualquer realinhamentos salariais desde o ano de 1992.

3. Os fiscais de Mineração da Autarquia DNPM atuam não só como fiscais do Patrimônio Mineral Brasileiro, mas também como fiscais de arrecadação de tributos, taxas e emolumentos específicos, exercendo a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança da mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores, além de desenvolverem atividades de gestores de políticas ao serem responsáveis pela propositura de ações que viabilizem a política mineral brasileira.

TEXTO

4. O conjunto das competências que a Constituição Federal e a legislação mineral determina para esse FISCAL, impede que suas atribuições sejam desenvolvidas por outro profissional, tornando-o único no âmbito da administração federal. A complexidade das atribuições institucionais dos profissionais que exercem fiscalização pelo DNPM e as funções que desenvolvem no setor público (atividades especializadas de autorização, permissão, concessão, inspeção, fiscalização e respectivos controles; bem como, expedição de Auto de Paralisação, Termo de Interdição, cobrança da Taxa Anual por Hectare, Autos de Infração e Multa e de Custeio de Vistorias) justificam a criação da Carreira de Fiscal federal de Mineração, a exemplo de outras já estruturadas.
5. Com efeito, a inserção do texto ora proposto na MP 2.229-43, de 06/09/2001, publicada no D.O. de 10/09/2001, objetiva promover o justo e equânime tratamento dos não menos importantes agentes fiscais da atividade extrativa mineral, em relação aos fiscais da atividade extrativa agropecuária (Carreira de Fiscal Federal Agropecuário).
6. Apesar do grau de especialidade, os muitos fiscais com níveis de doutorado, mestrado e especialização, percebem remuneração extremamente inferiores ao mercado de trabalho e até a de muitos servidores de nível intermediário constituindo-se a mais baixa do serviço público federal, não obstante a complexidade de suas funções institucionais.
7. Essa situação, que já era deprimente antes da criação da Autarquia DNPM, foi mantida pelo não cumprimento do disposto no Art. 17, do Decreto 1.324/94, que regulamentou o Art. 13 da Lei nº 8.876/94, que autorizou o Poder Executivo a instituir o DNPM como Autarquia, estabelecendo que o seu quadro de pessoal seria organizado em carreiras permanecendo, entretanto, este dispositivo, até os dias de hoje, sem maior definição.

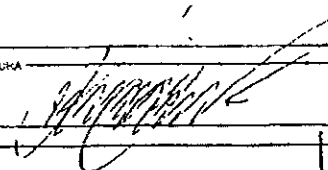
8. A não criação do Plano de Carreiras previsto na lei e a sua permanência no PCCF junto a profissionais que não necessariamente possuem o mesmo nível de especialização trouxeram para os Fiscais do DNPM um dos maiores achatamentos de salário de sua história, levando-os à vivência de situações vexatórias e desmotivadoras. Apesar desse quadro sombrio de baixos salários, os seus profissionais continuam honrando as suas atribuições, trabalhando com afinco e dedicação, elevando o conceito da instituição junto ao seu público usuário e a opinião pública em geral.
9. Além disso, a Carreira de Fiscal Federal de Mineração, sendo estruturada, permitirá uma melhor distribuição das funções no Órgão, estimulará o quadro técnico, proporcionará a instituição de uma progressão funcional que valorize o bom profissional, instituindo o curso de capacitação de Fiscal para os novos concursados, introduzirá o estágio probatório como instrumento de avaliação prática da vocação individual para o cargo, tudo isso, contribuindo para elevar o nível de eficiência do DNPM. Além disso, a instituição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração, permitirá o incentivo do aprimoramento das ações do órgão nas respectivas áreas de atividade, estimulando o seu quadro de fiscais e potencializando a gerência da Autarquia.
10. É oportuno ressaltar, que no cumprimento de suas funções institucionais, além da multicomplexidade das ações que praticam sujeitam-se os Fiscais Federais de Mineração do DNPM a uma série de situações de risco, tais como o exercício de suas atividades em situações precárias, penosas e perigosas, atuando também em regiões de fronteira no combate à clandestinidade, às ações predatórias ao patrimônio mineral brasileiro, com aplicações de sanções aos infratores, com risco de suas próprias vidas, já que inúmeras vezes são obrigados a praticar esses atos sem qualquer cobertura ou apoio policial, tendo que paralisar atividades criminosas e consideradas ilícitas pelas legislações mineral e ambiental, valendo-se de instrumentos administrativos da legislação mineral.
11. Torna-se imperativo enfatizar, ainda, que os recursos financeiros arrecadados pelo DNPM por meio de cobranças de custas, emolumentos, taxas e arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, permitem custear o impacto na folha de pagamento de pessoal decorrente do aumento de despesa proposto, incluindo-se, a remuneração de seus 270 Fiscais Federais de Mineração. Apenas com a CFEM o DNPM arrecadou para os cofres da Fazenda Nacional, cerca de R\$ 107 milhões, em 1999; para o ano de 2000, arrecadou-se R\$ 136 milhões; com previsão de R\$ 144 milhões para o corrente ano. Em relação à Taxa Anual por Hectare é de aproximadamente R\$ 14 milhões anuais, a arrecadação prevista para este ano.
12. As ações de fiscalização e de fomento ao crescimento da mineração, desenvolvidas pela Autarquia DNPM, aliadas aos programas de gestão que vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia, têm propiciado ao setor um crescimento da ordem de 10% ao ano, circunstância que permite considerá-lo como invejável, quando comparado a outras atividades importantes no país.
13. Pelo exposto, tendo-se em vista a situação insustentável em que se encontram os agentes Fiscais Federais de Mineração do DNPM, face à precariedade de suas remunerações e visando a alavancagem da ação do Órgão adequando-o à política de

recursos humanos da União, sugerimos aqui a instituição da CARRERIA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO, conforme o que determina o Art. 16 do Decreto nº 3.476, de 30 de agosto de 2000, na forma da Lei nº 8.876, de 02 de maio de 1994.

14. Assim, a criação dessa Carreira de Fiscal Federal de Mineração, à semelhança da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, poderá ser implementada por meio dessa Medida Provisória (MP 2.229-43), incluindo-se uma estrutura similar de carreira (Anexo I) e respectiva Tabela de Vencimentos (Anexo X), bem como uma Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração, a exemplo daquela instituída no Art. 30, constantes da retrocitada MP.

Sala das Comissões, em de de 2001

Deputado Roberto Pessoa

ASSINATURA	
	
Serviço de Comissões Mistas MP nº 2229-43 de 06-2001 Fls. 488	

MP 2229-43

000214

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2229-43, DE 06 DE SETEMBRO 2001

EMENDA Nº – ADITIVA

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2229-43, de 2001, os seguintes artigos:

CARRERA DE ADMINISTRADOR PÚBLICO FEDERAL

Art. . Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. . A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. . Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. . São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no *caput* deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta Lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. . É devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta Lei.

Art. . Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal no 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de

Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões.


Senador ARLINDO PORTO

MP 2229-43

000215

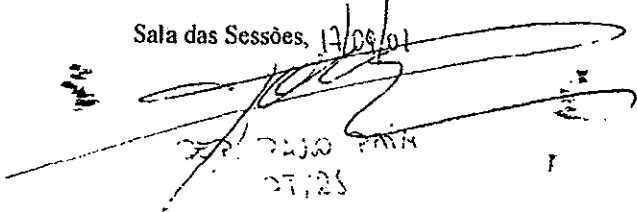
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o § 3º do art. 4º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo que propomos suprimir proíbe o servidor em estágio probatório das Carreiras de que trata a Medida Provisória de ser progredido, ou seja, receber progressões funcionais de um padrão para o outro durante o estágio probatório. Trata-se de uma regra absurda, pois a efetivação do servidor, ao final do estágio probatório, deve ser objeto de avaliação específica, que não se confunde, obrigatoriamente, com a avaliação para fins de progressão. A regra constante da MP é o reconhecimento da incompetência dos órgãos administrativos, que partem da premissa de que as avaliações para fins de progressão são distorcidas pela complacência. Aí, pune-se o servidor, proibindo-se a sua progressão funcional durante o estágio probatório.

Sala das Sessões, 17/09/01

27,125

MP 2229-43

000216

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao "caput" do art. 6º e ao Anexo XVII a seguinte redação:

Art. 6º. Os cargos efetivos de que tratam os incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e o inciso II do art. 1º da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, reestruturados na forma do Anexo I, tem a sua correlação de cargos estabelecida no Anexo XVII.

Anexo XVII

SITUAÇÃO EM 29 DE JUNHO DE 2000				SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	A	III	III	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		II	II		
		I	I		
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	B	VI	VI	C	Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
Analista de Comércio Exterior	C	I	I	B	Analista de Comércio Exterior
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário	D	II	II	A	Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário
		I	I		
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
Inspetor e Analista da CVM		III	III		Inspetor e Analista da CVM
		II	II		
		I	I		
		VI	VI		
		V	V		
Analista Técnico da SUSEP		IV	IV		Analista Técnico da SUSEP
		III	III		
		II	II		
		I	I		
		VI	VI		

JUSTIFICAÇÃO

O Anexo XVII da Medida Provisória estabelece regra de enquadramento para fins de transposição dos ocupantes de cargos para a nova estrutura fixada pelo art. 6º. Assim, os atuais servidores serão transpostos padrão a padrão, a partir do padrão A-V, para um tabela cuja quantidade de padrões é muito superior à anteriormente fixada, o que acarretará, por um lado, prejuízos para os futuros servidores dessas carreiras e um curso muito prolongado até o final da Tabela. Assim, visa a presente emenda propor regra que assegure tratamento mais adequado, isonômico com o que foi atribuído às carreiras fiscais.

Sala das Sessões, 12/08/01

[Assinatura]
 DEPUTADO
 27/01

MP 2229-43

000217

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro

EMENDA MODIFICATIVA

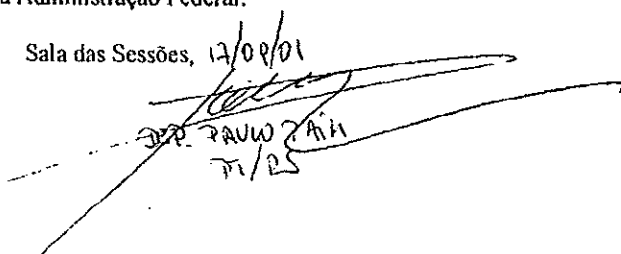
Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

Art. 7º Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto nos arts. 21 a 24 da Lei nº 9.625, de 1998, na Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, e no inciso II do art. 1º da Lei nº 9.620, de 1998.

JUSTIFICAÇÃO

Ao explicitar que permanecem em vigor as normas específicas, cabe ressaltar a vigência da Lei nº 7.834/89, que define como atribuições dos Especialistas em Políticas Públicas o exercício de atribuições de direção e assessoramento nos escalões superiores da Administração Federal.

Sala das Sessões, 12/08/01


Dep. PAULO ZAI
PI/RS

MP 2229-43

000218

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro de 1997

EMENDA MODIFICATIVA

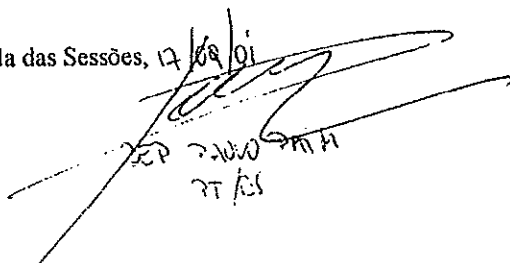
Dê-se ao caput do art. 20 a seguinte redação:

"Art. 20. O valor da GDACT será de até cinquenta por cento para os cargos de nível superior, de até trinta por cento para os cargos de nível intermediário e de até vinte e dois por cento para os cargos de nível auxiliar, incidentes sobre o vencimento básico do servidor.
....."

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 20 estabelece percentuais de Gratificação para os servidores das Carreiras de Ciência e Tecnologia que resultam, em face do vencimento básico estabelecido, valores inferiores aos resultantes para as demais carreiras, mesmo se considerados os adicionais de titulação. A presente emenda visa atenuar essa distorção garantindo percentuais de gratificação mais adequados ao que requer a área de C&T para sua valorização.

Sala das Sessões, 12/09/01



REP. 2.229-43
27/01

MP 2229-43

000219

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro d

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso III do § 1º do art. 38 da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

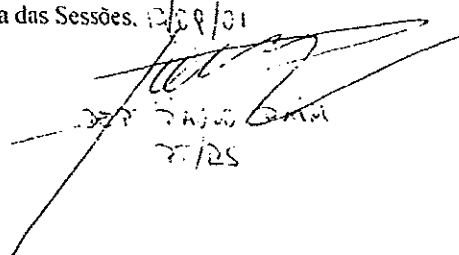
O inciso III do § 1º do art. 38 proíbe os Procuradores Federais de manifestarem-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto conexo às suas atribuições, salvo se autorizados expressamente pelo Advogado Geral da União. É uma verdadeira "mordaca" que impede inclusive a publicação de artigos em revistas jurídicas, tolhendo a liberdade de expressão e manifestação dos Procuradores, mesmo quando abordando temas correlatos à sua esfera de atuação *em tese*. Fere-se, assim, o artigo 5º da CF, cujo inciso IX prescreve:

Art. 5º.

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

Não está em discussão, aqui, o sigilo profissional, ou a lealdade do servidor à instituição a que serve, mas o seu direito de expressão intelectual, científica e de comunicação. Por isso, deve ser o inconstitucional inciso subtraído.

Sala das Sessões. 12/09/01



7/25

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso 40 a seguinte redação:

Art. 40. São transpostos para a Carreira de Procurador Federal, os titulares dos cargos de que trata o artigo anterior, cuja investidura nos respectivos cargos tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 1º A transposição deve observar a correlação estabelecida no Anexo VI.

§ 2º À Advocacia-Geral da União incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação deste artigo, quanto às transposições por ele efetivadas.

§ 3º Os servidores ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior cuja investidura tenha observado as normas constitucionais e ordinárias, anteriores a 5 de outubro de 1988, sem a aprovação em concurso público, serão transpostos apenas se aprovados em concurso público para fins de efetivação, na forma do parágrafo único do art. 19 do ADCT.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 40 assegura, de maneira indiscriminada, aos ocupantes de cargos de bacharel em direito, a transposição para o cargo de Procurador Federal, sem observar o requisito da investidura em concurso público. Vale lembrar aqui o que entende o STF quanto ao que dispõe a CF, em casos semelhantes:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE-157214 / PA - Relator
Ministro FRANCISCO REZEK

Publicação: DJ DATA-20-06-97 PP-28485 EMENT VOL-01874-05
PP-00855

Julgamento: 23/04/1996 - Segunda Turma

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. FUNCIONÁRIO PÚBLICO. ARTIGO 19 DO ADCT.

A estabilidade prevista no artigo 19 do ADCT não garante ao servidor a permanência em cargo diverso daquele em que ingressou no serviço público, tampouco lhe assegura a efetivação, sem aprovação em concurso. Recurso extraordinário conhecido e provido.

Portanto, a efetivação em cargo de carreira, ainda mais quando em cargo distinto daquele em que foi estabilizado o servidor não concursado, é inconstitucional e só pode ocorrer após aprovação em concurso de efetivação, como também demonstra a decisão unânime do STF no RE nº 167635:

RECURSO EXTRAORDINARIO 167635 / PA – Relator Ministro MAURICIO CORREA

Publicação: DJ DATA-07-02-97 PP-01355 EMENT VOL-01856-04 PP-00732

Julgamento: 17/09/1996 - Segunda Turma

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. FUNCIONÁRIO PÚBLICO ESTADUAL ADMITIDO SEM CONCURSO PÚBLICO E REDISTRIBUÍDO PARA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO. EFETIVAÇÃO POR RESOLUÇÃO DA MESA. FORMA DERIVADA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO. DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO PELA MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. ILEGALIDADE DO ATO QUE DECLAROU A NULIDADE DA INVESTIDURA DO SERVIDOR. IMPROCEDÊNCIA. EFETIVIDADE E ESTABILIDADE.

2. Efetividade e estabilidade. Não há que confundir efetividade com estabilidade. Aquela é atributo do cargo, designando o funcionário desde o instante da nomeação; a estabilidade é aderência, é integração no serviço público, depois de preenchidas determinadas condições fixadas em lei, e adquirida pelo decurso de tempo.

3. Estabilidade: artigos 41 da Constituição Federal e 19 do ADCT. A vigente Constituição estipulou duas modalidades de estabilidade no serviço público: a primeira, prevista no art. 41, é pressuposto inarredável à efetividade. A nomeação em caráter efetivo constitui-se em condição primordial para a aquisição da estabilidade, que é conferida ao funcionário público investido em cargo, para o qual foi nomeado em virtude de concurso público. A segunda, prevista no art. 19 do ADCT, é um favor constitucional conferido àquele servidor admitido sem concurso público há pelo menos cinco anos antes da promulgação da Constituição. Preenchidas as condições insertas no preceito transitório, o servidor é estável, mas não é efetivo, e possui somente o direito de permanência no serviço público no cargo em que fora admitido, todavia sem incorporação na carreira, não tendo direito a progressão funcional nela, ou a desfrutar de benefícios que sejam privativos de seus integrantes.

3.1. O servidor que preencher as condições exigidas pelo art. 19 do ADCT-CF/88 é estável no cargo para o qual fora contratado pela Administração Pública, mas não é efetivo. Não é titular do cargo que ocupa, não integra a carreira e goza apenas de uma estabilidade especial no serviço público, que não se confunde com aquela estabilidade regular disciplinada pelo art. 41 da Constituição Federal. Não tem direito a efetivação, a não ser que se submeta a concurso público, quando, aprovado e nomeado, fará jus à contagem do tempo de serviço prestado no período de estabilidade excepcional, como título.

....

Assim, para que não se produza situação inconstitucional, a presente emenda visa condicionar a transposição dos servidores não concursados para a Carreira de Procurador Federal à aprovação no concurso de efetivação exigido pelo parágrafo 1º do art. 19 do ADCT, evitando-se assim a deslegitimação dos representantes judiciais das autarquias e fundações no exercício de seus cargos.

ata das Sessões, 17/09/96
 DEP. PAULO TAVILA
 27/05

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 56 a seguinte redação:

Art. 56. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional - GDAE, devida aos ocupantes dos cargos Técnico-Administrativos das Instituições Federais de ensino, vinculadas ao Ministério da Educação, referidos no art. 55, no percentual de cinquenta por cento sobre o somatório do vencimento básico e da Gratificação de Atividade Executiva.

§ 1º A GDAE será paga em virtude de avaliação individual de desempenho, a ser implementada na forma de regulamento que será editado pelo Poder Executivo no prazo de cento e vinte dias a contar da publicação desta Lei.

§ 2º. Até a entrada em vigor do regulamento referido no parágrafo anterior, a GDATA será devida no valor de 50% de seu limite máximo, considerados os percentuais referidos nas alíneas "a", "b" e "c" do § 1º.

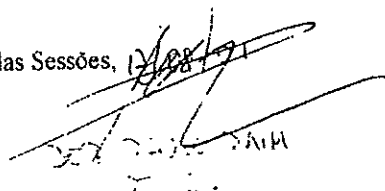
§ 3º. A GDAE incorpora-se aos proventos de aposentadoria e pensão, com base na média do percentual efetivamente pago ao servidor nos últimos vinte e quatro meses de exercício anteriores à aposentadoria ou instituição de pensão.

§ 4º. Os servidores aposentados e pensionistas em gozo de benefício na data da publicação desta Lei perceberão a GDATA calculada com base em 75% do seu limite máximo.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 56, em sua redação original, institui a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional - GDAE, para os servidores das IFES, mas o faz de maneira perversa, que em certas situações acarreta até mesmo redução de remuneração, posto que a nova vantagem substitui a GAE e é fixado patamar mínimo de 140%, quando a GAE é de 160% e tem natureza vencimental. Solução mais justa seria fazer incidir a nova gratificação, em percentual superior ao proposto pela MP, sobre a soma da GAE e do vencimento básico instituído pela MP, o que resultaria, vis a vis a situação anterior, em acréscimo de remuneração de até 78,83%. A medida provisória autoriza um acréscimo máximo de 37%, que não satisfaz às necessidades de recomposição salarial dos servidores das IFES.

Sala das Sessões, 12/08/91



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro d

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso 58 a seguinte redação:

Art. 53. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo da União, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, devida aos servidores:

I - ocupantes de cargos efetivos das categorias funcionais do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 1970, não abrangidos pelas demais Gratificações instituídas por esta Lei;

II - da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, ocupantes de cargos efetivos que não façam jus a quaisquer outras Gratificações de Desempenho, independentemente de sua denominação, instituídas a partir de 1º de dezembro de 1994.

§ 1º. A Gratificação de que trata o "caput" será devida no percentual de cinquenta por cento sobre o somatório do vencimento básico e da Gratificação de Atividade Executiva.

§ 2º. A GDATA será paga em virtude de avaliação individual de desempenho, a ser implementada na forma de regulamento que será editado pelo Poder Executivo no prazo de cento e vinte dias a contar da publicação desta Lei.

§ 3º. Até a entrada em vigor do regulamento referido no parágrafo anterior, a GDATA será devida no valor de 50% de seu limite máximo, considerados os percentuais referidos nas alíneas "a", "b" e "c" do § 1º.

§ 4º. A GDATA incorpora-se aos proventos de aposentadoria e pensão, com base na média do percentual efetivamente pago ao servidor nos últimos vinte e quatro meses de exercício anteriores à aposentadoria ou instituição de pensão.

§ 5º. Os servidores aposentados e pensionistas em gozo de benefício na data da publicação desta Lei perceberão a GDATA calculada com base em 75% do seu limite máximo.

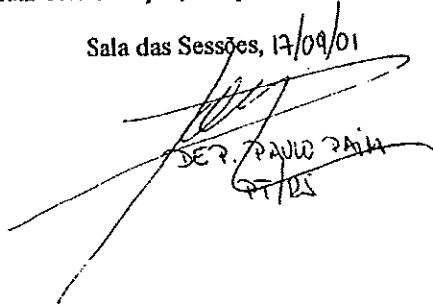
§ 6º. Aplica-se aos servidores referidos no "caput" a Tabela de Vencimentos do Anexo XVIII desta Lei.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 58, em sua redação original, visa contornar igualmente a Constituição, estabelecendo gratificação de "função técnica" que agride tanto o princípio da isonomia quanto o art. 40 da CF, que assegura proventos integrais ao servidor. Isso porque, como é óbvio, não se trata de uma vantagem devida em face do exercício de atribuições adicionais ou extraordinárias, mas do exercício do próprio cargo efetivo e de suas atribuições. A sua concessão será discricionária, e limitada, e o seu valor não se incorpora aos proventos de aposentadoria, nem é devida aos aposentados e pensionistas. Apenas um número limitado de servidores em cada categoria funcional poderia fazer jus a ela. Tanto é

essa a natureza da vantagem que ela é expressamente vedada aos servidores cujos cargos tenham sido estruturados em carreiras ou tenham sido abrangidos pela Medida Provisória em tela, ou seja, é vantagem devida como compensação pela não estruturação em carreira ou pela ausência de Gratificações de Desempenho (já que em geral apenas os servidores integrantes de carreiras específicas foram contemplados com tais vantagens). É também um meio de burlar a não concessão de data-base aos servidores federais, embora determinada a revisão geral anual pelo art. 37, X da CF, por meio de um "paliativo" seletivo e que não atende ao que determina a CF. Assim, a presente emenda tem o propósito de atenuar essa situação, até que solução mais duradoura venha a ser implementada.

Sala das Sessões, 12/09/01


 DEP. PAULO PAIM
 PT/RS

MP 2229-43

000223

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro

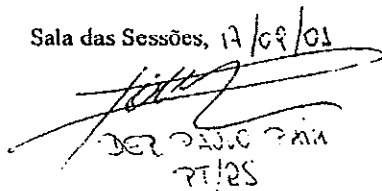
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso I do art. 59.

JUSTIFICAÇÃO

O inciso que pretendemos suprimir fere o art. 40, § 3º da CF, que assegura ao servidor a aposentadoria integral, condicionando esse direito apenas aos requisitos de idade mínima e de tempo de contribuição, além do exercício do cargo em que se dará a aposentadoria pelo período mínimo de 5 anos. Assim, cumpridos esses requisitos, o servidor fará jus aos proventos no valor da remuneração percebida na data da aposentadoria, não podendo exceder, na forma do § 2º do art. 40, o valor dessas remuneração. O inciso condiciona o deferimento da aposentadoria integral – vencimentos mais as Gratificações criadas pela MP – à percepção das Gratificações pelo prazo mínimo de cinco anos, o que é abusivo e irregular, posto que quem já as percebe a um ano ou a seis meses, por exemplo, faz jus à aposentadoria integral com base na remuneração efetivamente percebida. Por isso, deve o mesmo ser suprimido, sob pena de protelar o exercício de direito assegurado pela CF.

Sala das Sessões, 12/09/01


 DEP. PAULO PAIM
 PT/RS

MP 2229-43

000224

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro

EMENDA MODIFICATIVA

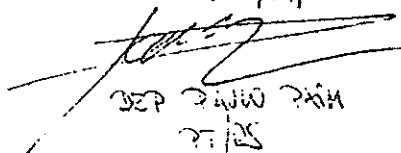
Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

Art. 60. Aplicam-se as disposições desta Lei às aposentadorias e pensões, assegurando-se aos beneficiários de aposentadoria e pensão existentes em 29 de junho de 2000 a respectiva Gratificação de Desempenho no percentual de setenta e cinco por cento do valor máximo devido aos servidores ativos.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 60 da Medida Provisória exclui da aplicação da Medida Provisória, relativamente às Gratificações instituídas, as aposentadorias e pensões concedidas antes de 30 de junho de 2000, ferindo o art. 40, § 8º da CF. Essa distinção é inadmissível, uma vez que o dispositivo constitucional assegura a paridade de tratamento entre ativos e inativos, e as Gratificações de Desempenho, por sua natureza, têm aplicação geral aos ativos e integram a remuneração para todos os efeitos, devendo portanto ser estendidas aos aposentados e pensionistas.

Sala das Sessões, 12/09/01



12/09/01

MP 2229-43

000225

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro d

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

Art. 60. Aplica-se o disposto nesta Lei aos proventos de inatividade e às pensões deles decorrentes.

§ 1º. As Gratificações instituídas por esta Lei serão devidas aos aposentados e pensionistas em gozo do benefício na data da criação da respectiva gratificação com base no percentual médio atribuído aos servidores em atividade da respectiva carreira ou cargo, incidente sobre os respectivos vencimentos básicos.

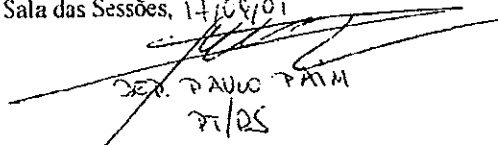
§ 2º. As Gratificações instituídas por esta Lei serão devidas aos aposentados e pensionistas que venham a entrar em gozo do benefício a partir da data da criação com base na média aritmética dos maiores valores percebidos nos meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão, decorridos desde a criação da gratificação, até o máximo de sessenta meses.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 60 da MP contraria gravemente o art. 40, § 8º da CF, que assegura aos aposentados e pensionistas a paridade com os ativos. A MP relativiza esse direito, submetendo-o ao cumprimento de um requisito de cinco anos no exercício do cargo com o recebimento da Gratificação respectiva, para que faça jus à aposentadoria integral, como prevê o inciso I do art. 59. E o pensionista fica totalmente prejudicado, pois sequer poderá fazer gozo da "reversão" ao cargo em que se deu a aposentadorias.

Assim, não pode a ordem constitucional compactuar com tal irregularidade, sob pena de tornar-se a Constituição letra morta a partir de espertezas tais como a criação de "gratificações de desempenho" que se presume devidas apenas aos ativos ou àqueles que na data da inativação as percebiam. Isso por si só já é um contra-senso, a recomendar a substituição do dispositivo pelo que ora propomos.

Sala das Sessões, 17/09/01


DER. PAULO PATIM
PT/RS

MP 2229-43

000226

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao parágrafo único do art. 60 da Medida Provisória a seguinte redação:

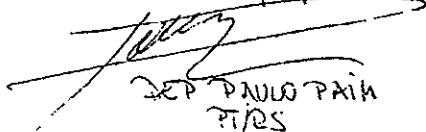
Art. 60.

Parágrafo único. A gratificação a que se refere o art. 56 desta Lei aplica-se aos aposentados e pensionistas, no percentual de setenta e cinco por cento de valor máximo devido aos servidores ativos.

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único do art. 60, ao tratar da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Educacional, limita essa vantagem a cento e quarenta por cento, impedindo, assim, na prática, que façam jus ao total da Gratificação, que é de 200%, e afastando a aplicação do art. 40, § 8º aos beneficiários de aposentadoria e pensão. Trata-se de abuso que deve ser afastado por meio de emenda congressual, antes mesmo que o seja pelo Poder Judiciário, tão flagrante é a inconstitucionalidade dessa medida.

Sala das Sessões, 12/09/01


DEP. PAULO PAIM
PT/RS

MP 2229-43

000227

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001

EMENDA SUPRESSIVA

Dê-se ao inciso IV do art. 61 a seguinte redação:

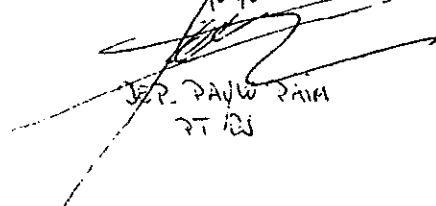
"Art. 61.

IV - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, 25%, 15% e 11%, para os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, respectivamente.

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista a emenda oferecida ao artigo 61, é também necessário que os percentuais de GDACT sejam elevados, mantendo-se a proporção de 50% em relação ao percentual definitivo assegurada às demais carreiras pela MP.

Sala das Sessões, 12/09/01


DEP. PAULO PAIM
PT/RS

MP 2229-43

000229

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à alínea "b" do inciso IX do item 4 do Demonstrativo de que trata o art. 62 da Lei nº 9.995/2000, introduzido pelo Anexo XIX da Medida Provisória, a seguinte redação:

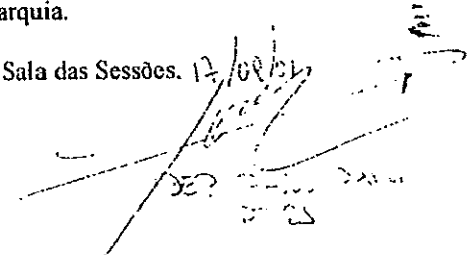
IX – Ministério da Previdência e Assistência Social

b) criação de 5.000 cargos públicos no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social;

JUSTIFICAÇÃO

Ao incluir a previsão de criação de 5.000 empregos públicos no INSS, a alínea "b" do item IX supra transcrita flexibiliza a interpretação quanto à possibilidade de implantação de empregos públicos na Administração Pública Federal. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado define a previdência social básica como atividade exclusiva de Estado, o que, ao teor do art. 247 da Constituição, exige que tais atividades sejam exercidas por servidores protegidos por garantias especiais contra a perda do cargo. Essas garantias são dadas pelo regime estatutário, e jamais pelo regime de emprego, o que produz incompatibilidade entre a criação de empregos no INSS e o exercício das atividades inerentes à autarquia.

Sala das Sessões. 12/08/01



MP 2229-43

000230

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro d

EMENDA MODIFICATIVA

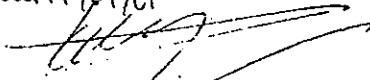
Dê-se ao "caput" do art. 63 a seguinte redação:

Art. 63. Na hipótese de redução de remuneração decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida, no todo ou em parte, por ocasião do início do pagamento das Gratificações referidas no art. 61 em seu *percentual normal*.

JUSTIFICAÇÃO

A vantagem pessoal decorrente da aplicação da nova estrutura remuneratória somente pode vir a ser absorvida quando implementadas as Gratificações em seus percentuais permanentes. De outro lado, estar-se-á criando uma distorção, posto que ao ser enquadrado e promovido haveria redução do valor da vantagem, mas não em função da sua integralização. Distorções que provocariam desequilíbrios internos nas Carreiras, que devem ser prevenidos por meio de regra correta e idônea.

Sala das Sessões, 17/09/01


DEP. PAULO CARVALHO
P.L.S.

MP 2229-43

000231

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 72 a seguinte redação:

“Art. 72. Ficam os órgãos e entidades da Administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes da União autorizados a custear as despesas com remoção e estada para os servidores que, em virtude de nomeação para cargos efetivos ou cargos em comissão de Natureza Especial, de Direção, de Gerência Executiva, de Assessoria DAS-4 ou superiores, CD-I e II, CGE I, II, III e IV, CA I e II, e para Cargos Comissionados Técnicos nos níveis CCT V e IV, vierem a ter ou tenham exercício em cidade diferente da de seu domicílio original ou que não sejam, assim como seus cônjuges, proprietários, cessionários ou usufrutuários de imóvel em localidade situada a, no mínimo, cinquenta quilômetros do local de trabalho, conforme disposto em regulamento, observados os limites de valores estabelecidos para a Administração Federal direta.

Parágrafo único. Em caso de serem ambos os cônjuges servidores cuja situação se enquadre no disposto no “caput”, e que exerçam os respectivos cargos na mesma localidade, as despesas de estada serão pagas a somente um deles.”

JUSTIFICAÇÃO

O art. 72 altera dispositivo da Lei nº 9.986, de 2000, que trata do quadro de pessoal das agências reguladoras, para disciplinar o pagamento de vantagem que, nessas condições configura-se como um privilégio injustificável. O simples fato de serem as agências reguladoras entidades criadas por leis recentes não é causa suficiente para sustentar o pagamento de auxílio moradia para os ocupantes de cargos e funções comissionadas nessas entidades. Ou se trata a questão em caráter geral, fixando regra legal válida para todos os casos, contemplando inclusive os servidores concursados que não sejam proprietários, ou deve ser rediscutida a função desse tipo de vantagem indenizatória, já que deve prevalecer o princípio segundo o qual onde presente a mesma razão de direito, deve aplicar-se a mesma regra jurídica.

Sala das Sessões.

[Assinatura]
SER PAULO PAIM

MP 2229-43

000232

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.

EMENDA ADITIVA

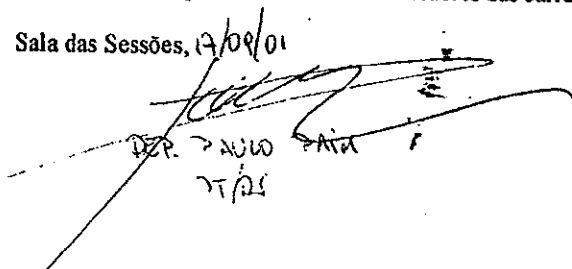
Inclua-se, no art. 78, a seguinte expressão:

"os art. 5º, 6º, 9º, § 2º do art. 11, 25 e 26 da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998".

JUSTIFICAÇÃO

Por meio de injustificável omissão, a medida provisória não revogou expressamente dispositivos da Lei nº 9.625/98 que são incompatíveis com o seu escopo e conteúdo, que é a valorização salarial de diversas carreiras, dentre elas as do Ciclo de Gestão. Assim, impõe-se revogar os artigos 5º, 6º, 9º e o § 2º do art. 11, assim como os artigos 25 e 26 da Lei nº 9.625, que são contraditórios com a nova sistemática de remuneração e limitadores do aproveitamento dos servidores das carreiras de gestão.

Sala das Sessões, 17/09/01


DER. > NULO PAID
27/01

